

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ/RO – SEMUSA****DECISÃO DOS RECURSOS****I**
DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao Concurso de Provas destinado ao preenchimento de vagas do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná/RO - SEMUSA e formação de cadastro reserva, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **EDITAL Nº 1, DE 15 DE ABRIL DE 2026**.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA**II****DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS****ANÁLISE DOS RECURSOS**

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Agente Administrativo - SEMUSA

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
1	6	2	5

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando da questão é estritamente pontual e delimitado, direcionando a análise do candidato a um trecho específico do texto e a um tipo específico de relação lógica: *“No 2º§ do texto há uma relação de causa e efeito imediato. Nesse sentido, assinale a afirmativa que apresenta corretamente a relação de causa e efeito final descrita pelo autor.”* Portanto, o comando exige o reconhecimento da relação de causalidade textual direta e inequívoca construída pelo autor no 2º parágrafo. Assim, a alternativa que atende ao comando da questão é *“ O fato de a população buscar o serviço de saúde na vigência de sintomas é a causa que gera, como consequência, o prejuízo na eficácia dos tratamentos”*.

O texto estabelece uma linha de causalidade clara: o comportamento de associar o cuidado apenas aos sintomas (Causa 1) gera a redução da busca por acompanhamento regular (Consequência 1 / Causa 2). Por sua vez, esse comportamento de menor busca e atraso (Causa 2) gera o impacto direto (Consequência Final) na detecção precoce e na efetividade dos tratamentos. Portanto, o comportamento reativo é a origem do prejuízo nos resultados clínicos. Assim, a alternativa correta é: *“O fato de a população buscar o serviço de saúde na vigência de sintomas é a causa que gera, como consequência, o prejuízo na eficácia dos tratamentos”*.

As demais alternativas são incorretas como descritas a seguir:

A detecção precoce de doenças atua como a causa determinante para que as pessoas modifiquem seu comportamento reativo. O texto aponta que o comportamento atual *atrapalha* a detecção precoce. A detecção precoce não é descrita aqui como uma causa motivadora de mudança, mas como algo que está sendo prejudicado.

A redução da busca por acompanhamento regular é a causa direta de a população associar a saúde apenas à presença de sintomas. Houve uma inversão lógica dos termos. Associar a saúde aos sintomas é a *causa* que gera a redução da busca, e não a consequência dela.

A ineficácia dos tratamentos é a causa primária que leva a população a manifestar medo e desconfiança diante dos exames preventivos. Embora o texto mencione medo e relatos negativos no sexto parágrafo, essa alternativa cria um nexo causal inédito e incorreto, afirmando que os tratamentos são ineficazes por si sós e que isso gera medo. O texto diz que a eficácia é reduzida *por causa* do atraso na busca.

Fontes:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos: teoria e 815 questões comentadas. Série Concursos. 15. ed. Niterói: Impetus, 2014. 519p.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006. 216p.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
4	9	3	8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando da questão diz: "Do ponto de vista da sintaxe e da classificação das orações no período composto, analise as afirmativas sobre as ocorrências das orações introduzidas pela palavra 'que'. Das opções de respostas disponíveis, a alternativa D está correta: “O Dr. Vinicius Rodrigues destaca que o acompanhamento individualizado é essencial [...]” (5º§) – Introduz uma oração subordinada substantiva, ligando o verbo ao seu complemento. Sintaticamente, o verbo *destacar* atua como transitivo direto (*quem destaca, destaca algo*). A palavra "que" é uma conjunção integrante, responsável por introduzir uma oração subordinada substantiva objetiva direta, que funciona exatamente como o complemento verbal (objeto direto) exigido pelo verbo da oração principal.

As demais opções de resposta estão incorretas:

A) “A prevenção exige uma mudança de lógica, em que o cuidado passa a ser contínuo [...]” (3º§) – Introduz uma oração subordinada adverbial locativa. A oração “*em que o cuidado passa a ser contínuo*” é uma oração subordinada adjetiva (introduzida pelo pronome relativo "que" = *na qual*), não existindo a classificação de "adverbial locativa".

B) “Entre os principais fatores que dificultam a prevenção estão o medo de diagnósticos, [...]” (6º§) – Introduz uma oração subordinada adjetiva com valor explicativo. A oração “*que dificultam a prevenção*” é uma oração subordinada adjetiva restritiva (delimita os "fatores" e não vem isolada por vírgulas), e não *explicativa*.

C) “[...] mas de estratégias educativas que aproximem a população dos serviços de saúde.” (7º§) – Introduz uma oração subordinada substantiva que retoma o sujeito da oração principal. A oração “*que aproximem a população[...]*” é introduzida por pronome relativo referente ao substantivo "estratégias", tratando-se de oração subordinada adjetiva, e não *substantiva*.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006. 216p

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
5	1	4	7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão refere-se ao emprego da vírgula em dois momentos no seguinte trecho: “Em muitos casos, o cuidado com a saúde ainda está associado apenas à presença de sintomas, o que reduz a busca por acompanhamento regular.” A alternativa que justifica corretamente o emprego da vírgula nos dois momentos é a alternativa A, conforme gabarito divulgado: “A primeira vírgula justifica-se por isolar um adjunto adverbial antecipado; a segunda, por introduzir uma estrutura de natureza explicativa sobre a afirmação anterior”.

O termo “*Em muitos casos*” é um adjunto adverbial de frequência/condição constituído por expressão preposicionada formada por três palavras. Por estar anteposto (deslocado para o início da oração, fora da ordem direta), a norma-padrão exige o isolamento por vírgula para marcar o deslocamento do termo circunstancial.

A oração “*o que reduz a busca por acompanhamento regular*” é uma oração subordinada adjetiva explicativa (ou oração adjetiva de caráter explicativo-conclusivo). O pronome demonstrativo “o” funciona como antecedente neutro (equivalente a *fato este / isso*) que retoma toda a oração anterior (“*o cuidado estar associado apenas à presença de sintomas*”), e o “que” atua como pronome relativo (*o qual / o que*). Orações adjetivas explicativas (ou estruturas explicativas retomadas por pronome relativo) devem ser obrigatoriamente antecedidas por vírgula, pois não restringem um termo específico, mas acrescentam um comentário/consequência explicativa sobre todo o fato declarado anteriormente.

As demais alternativas estão incorretas:

Ambas as vírgulas possuem a mesma justificativa gramatical, uma vez que separam termos coordenados integrantes de uma mesma enumeração com a mesma função sintática. Afirma que as duas vírgulas possuem a mesma justificativa (coordenação de termos enumerados). Falso: o primeiro termo é um adjunto adverbial deslocado, enquanto o segundo é uma oração explicativa. Não há enumeração nem coordenação de termos de mesma função sintática.

A primeira vírgula é de caráter facultativo, pois trata-se de um adjunto adverbial na ordem direta; a segunda marca um aposto especificativo de curta extensão que se refere à informação anterior. Embora adjuntos adverbiais curtos possam, em determinados contextos, dispensar vírgula, “Em muitos casos”, nessa posição inicial, funciona como elemento deslocado com valor circunstancial e a pontuação é plenamente justificável e recomendável. O segundo emprego não é aposto; é oração explicativa.

A primeira vírgula é obrigatória por ser uma oração deslocada, enquanto a segunda é facultativa por se tratar de uma oração restritiva, dessa forma, sua omissão não traz prejuízo para a pontuação do trecho. A segunda vírgula não introduz oração restritiva. Se a vírgula fosse retirada, a oração passaria a ser restritiva (o que mudaria completamente o sentido e geraria erro de construção, pois o pronome relativo retoma a oração inteira, exigindo o caráter explicativo obrigatório).

Fontes:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
9	5	7	1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No excerto “O Dr. Vinicius Rodrigues destaca que o acompanhamento individualizado é essencial, já que as necessidades variam de acordo com idade, histórico e condições de cada pessoa.”, o verbo “destacar” é transitivo direto, ligando-se a seu complemento sem auxílio de preposição. Assim, a oração que o acompanhamento

individualizado é essencial é o objeto direto. O verbo variar é intransitivo, pois tem sentido completo, com isso, não necessita de complemento. Assim, a alternativa correta é O verbo “variar” é intransitivo seguido de locução prepositiva de conformidade. A estrutura “de acordo com” não é uma exigência obrigatória da raiz do verbo (ele não exige essa preposição para fazer sentido). Trata-se de uma locução conjuntiva/prepositiva de conformidade que introduz um Adjunto Adverbial de Conformidade (indicando o critério ou a base sob a qual ocorre a variação). Assim, a alternativa correta é “O verbo ‘variar’ é intransitivo seguido de locução prepositiva de conformidade.” No contexto, o verbo *variar* possui sentido pleno (*mudar, oscilar, diversificar-se*), dispensando complemento verbal obrigatório (objeto). Classifica-se, pois, como verbo intransitivo (V.I.). A estrutura “de acordo com” é uma locução prepositiva de valor conformativo, responsável por introduzir um termo circunstancial (adjunto adverbial de conformidade) que expressa o critério ou parâmetro da variação.

A Alternativa D sustenta a seguinte afirmação: “O termo ‘destacar’ é um verbo transitivo indireto; portanto, liga-se diretamente ao seu complemento por meio de preposição.” A referida alternativa é duplamente incorreta e conceitualmente contraditória, o que afasta de plano a tese de “dupla interpretação”. No excerto “O Dr. Vinicius Rodrigues destaca [que o acompanhamento individualizado é essencial]”, o verbo *destacar* é transitivo direto (V.T.D.), pois rege uma oração subordinada substantiva objetiva direta sem preposição regente. A alternativa afirma que o verbo é “transitivo indireto” e, na mesma frase, declara que ele “liga-se diretamente [...] por meio de preposição”. Trata-se de uma contradição lógica insanável, visto que ligações diretas dispensam preposição, ao passo que verbos transitivos indiretos exigem obrigatoriamente preposição regente.

Fontes:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.
- SACCONI, Luiz Antonio. Nossa gramática completa Sacconi: teoria e prática. 31. ed. São Paulo: Nova Geração Gram. 2011. 592p.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	12	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado apresenta informações suficientes e objetivas para a resolução da questão, não havendo ambiguidade capaz de comprometer sua interpretação.

Inicialmente, o enunciado estabelece que, nos primeiros quatro meses (do 1º ao 4º mês), o número de crianças vacinadas segue uma progressão aritmética (PA) de razão $r=40$ $r=40$ $r=40$. Em seguida, informa expressamente que “a partir do quarto mês, a quantidade registrada no quarto mês passou a ser o termo inicial de uma progressão geométrica de razão $q=1,5$ $q=1,5$ $q=1,5$, balizando as metas do 4º, 5º e 6º mês”.

Essa redação deixa claro que:

- o 4º mês pertence à PA, sendo obtido a partir da sequência aritmética;
- simultaneamente, o valor encontrado para o 4º mês passa a constituir o primeiro termo da PG, servindo de referência para determinar os valores do 5º e do 6º meses.

Assim, obtém-se:

- PA: 120, 160, 200, 240;
- PG: 240, 360, 540.

Como a questão solicita o total acumulado do 5º e do 6º mês, tem-se:

$$360+540=900.360 + 540 = 900.360+540=900.$$

Portanto, o gabarito oficial está correto.

A alegação de que o enunciado permitiria interpretações distintas não se sustenta, uma vez que a transição entre as progressões está expressamente delimitada e o papel do quarto mês como termo comum entre a PA e a PG é claramente indicado.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	10	13	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado apresenta os dados de forma compatível com a notação e a interpretação padronizadas da Teoria dos Conjuntos, não havendo ambiguidade que comprometa a resolução da questão.

As informações são expressas por meio das interseções $H \cap D$, $H \cap L$, $D \cap L$ e $H \cap D \cap L$, cuja convenção matemática estabelece que as interseções de dois conjuntos incluem os elementos pertencentes simultaneamente aos três conjuntos, salvo quando o enunciado explicita que se trata de interseções exclusivas ("apenas" ou "somente"). Assim, os valores informados para as interseções de dois conjuntos abrangem também os pacientes que apresentam as três condições, sendo necessária a aplicação do Princípio da Inclusão-Exclusão para determinar as quantidades exclusivas.

Aplicando-se corretamente esse princípio, obtém-se:

Interseção dos três: $H \cap D \cap L = 30$

Interseção de dois a dois (subtraindo a interseção dos três)

- Apenas $H \cap D$: $90 - 30 = 60$;
- Apenas $H \cap L$: $80 - 30 = 50$;
- Apenas $D \cap L$: $70 - 30 = 40$.

Em seguida: Pacientes que têm apenas uma condição

- Apenas Hipertensão: $260 - (60 + 50 + 30) = 260 - 140 = 120$;
- Apenas Diabetes: $210 - (60 + 40 + 30) = 210 - 130 = 80$;
- Apenas Dislipidemia: $190 - (50 + 40 + 30) = 190 - 120 = 70$.

Logo, o número de pacientes que apresentam apenas uma das três condições é:

$$120 + 80 + 70 = 270.$$

Portanto, o gabarito oficial está correto.

A alegação de que o enunciado permitiria interpretações distintas não procede, uma vez que a notação utilizada possui significado técnico universalmente aceito na Matemática e é amplamente empregada em questões envolvendo conjuntos. Caso a intenção fosse indicar interseções exclusivas, o enunciado deveria utilizar expressões como "apenas" ou "somente", o que não ocorreu.

Dessa forma, não há vício de redação ou ambiguidade que justifique a anulação da questão.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	11	12	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso não merece acolhimento, pois parte de uma interpretação equivocada do enunciado.

A função fornecida é

$$I(t) = -t^2 + 24t + 25,0 \leq t \leq 30.$$

De fato, por se tratar de uma função quadrática com coeficiente $a = -1$, a parábola possui concavidade voltada para baixo e sua incidência máxima ocorre no vértice, cujo tempo é dado por

$$t_v = \frac{-b}{2a} = \frac{-24}{2(-1)} = 12.$$

Contudo, em nenhum momento o enunciado afirma que a incidência máxima ocorreu no 20º dia. O texto apenas informa que "a incidência máxima diária da doença ocorreu durante o período analisado", isto é, dentro do intervalo $0 \leq t \leq 30$, fato plenamente compatível com a função apresentada, já que o vértice ocorre no 12º dia, pertencente ao domínio considerado.

O 20º dia é mencionado exclusivamente porque o comando solicita o cálculo do número de novos casos registrados no 20º dia, o que exige apenas a substituição de $t = 20$ na função:
 $I(20) = -(20)^2 + 24 \cdot 20 + 25 = -400 + 480 + 25 = 105$.

Além disso, para determinar o dia em que a incidência se torna nula, resolve-se
 $-t^2 + 24t + 25 = 0$,

obtendo-se as raízes $t = -1$ e $t = 25$. Como o domínio é $0 \leq t \leq 30$, a única solução válida é o 25º dia. Assim, a alternativa correta é:

- 105 casos no 20º dia;
- 25º dia para incidência nula, correspondente à alternativa apontada no gabarito oficial.

Portanto, a alegação de erro material decorre de leitura incorreta do enunciado, que não associa o 20º dia ao ponto de máximo da função. Não há inconsistência entre os dados fornecidos e a resolução matemática da questão.

Dessa forma, o recurso deve ser indeferido, mantendo-se o gabarito oficial.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	17	14	16

Recurso Procedente. Gabarito alterado da letra D para letra C.

Analisando os argumentos apresentados, identificou-se um erro na divulgação do gabarito.

O enunciado ilustra que, deve ser acrescido no estoque inicial o lote recebido, representado pela potência $A2^{A3}$, e em seguida, reduzido pela quantidade representada em $A4$. Portanto, a fórmula correta é: $A1 + A2^{A3} - A4$.

Dessa forma, o gabarito deverá ser alterado para a letra D para a letra C

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	15	16	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisando o argumento, considero o recurso improcedente, o enunciado aborda características gerais de phishing, porém, ele delimita explicitamente uma variação específica ao mencionar ataque direcionado a alvo predefinido e mensagem altamente personalizada. Essas são as características do Spear Phishing, uma espécie de phishing voltada a destinatários específicos. Portanto, a alternativa B) Phishing identifica apenas o gênero do ataque, sendo a alternativa D) Spear Phishing a resposta correta para a questão.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	34	35	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais apontam para um erro na divulgação do gabarito. No entanto, o recurso não procede, pois a alternativa B permanece como a única correta. A seguir, apresenta-se a análise de cada alternativa, com base em Ballou (2023) e Novaes (2022):

Alternativa A. Incorreta. A Gestão da Cadeia de Suprimentos (Supply Chain Management – SCM) não tem como objetivo maximizar o desempenho individual de cada elo da cadeia quando isso compromete o desempenho global. Pelo contrário, a SCM busca integrar processos e coordenar os diferentes participantes da cadeia de suprimentos para

otimizar os resultados do sistema como um todo, ainda que, em determinadas situações, isso implique a redução de ganhos individuais em favor do desempenho coletivo.

Alternativa B. Correta. A logística integrada caracteriza-se pela coordenação dos fluxos de materiais, informações e recursos financeiros entre fornecedores, organização e clientes, buscando a otimização do desempenho global da cadeia. Embora a integração entre organizações também seja um dos princípios da Gestão da Cadeia de Suprimentos, a assertiva descreve adequadamente os objetivos e a abrangência da logística integrada. Assim, não há impropriedade conceitual que comprometa a correção da alternativa.

Alternativa C. Incorreta. A logística reversa não se limita ao descarte final de produtos e resíduos. Ela engloba o planejamento, a implementação e o controle do fluxo de retorno de produtos, embalagens e materiais, contemplando atividades como reutilização, reciclagem, remanufatura, reaproveitamento e reinserção nos processos produtivos ou em cadeias de valor. Portanto, a assertiva restringe indevidamente o conceito de logística reversa.

Alternativa D. Incorreta. A Gestão da Cadeia de Suprimentos possui escopo mais amplo do que a coordenação de fluxos entre setores internos da organização. Seu foco é a integração e coordenação dos processos entre os diversos agentes da cadeia, incluindo fornecedores, fabricantes, distribuidores, varejistas e clientes finais. Ao restringir a SCM ao ambiente interno da organização e à eficiência operacional dos processos produtivos, a alternativa descaracteriza um de seus elementos fundamentais, tornando-a incorreta.

Dessa forma, a alternativa B permanece como a única assertiva correta, razão pela qual o recurso é improcedente.

Fontes:

- BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos/Logística Empresarial. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2023.
- NOVAES, A. G. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2022.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	39	40	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige do candidato o conhecimento de aspectos de padronização de documentos oficiais, especialmente quanto à ata. Assim, a alternativa correta é " Na ação I, o agente administrativo cometeu desvios técnicos, pois a Ata possui formatação em texto corrido (sem parágrafos ou espaçamentos que permitam adulterações) e não admite o uso de corretores ou rasuras para sanar erros de escrita". A Ata é um documento oficial de valor jurídico e comprobatório que registra os acontecimentos de uma reunião. Suas regras tradicionais de elaboração exigem que o texto seja escrito em parágrafo único / texto corrido (sem parágrafos ou espaçamentos que permitam inserções posteriores/adulterações) e com espaçamento simples. Vedação a Rasuras/Corretores: É expressamente proibido utilizar corretor líquido, rasurar, riscar ou fazer anotações de margem para sanar erros. As correções de escrita em atas devem ser feitas durante a lavratura, pela expressão “digo” (...às catorze horas, digo, quinze horas...); e, após a redação, ao final do texto, mediante a ressalva “Em tempo: Onde se lê X, leia-se Y” antes das assinaturas.

As demais alternativas estão incorretas:

Na ação I, a utilização de corretor líquido ou rasuras na Ata é permitida, desde que a retificação seja validada por meio de uma nota de rodapé explicativa antes do encerramento do documento. A ata é um documento que registra fatos e deliberações de forma permanente, devendo preservar sua integridade e autenticidade. Não se admite: uso de corretor líquido; rasuras que comprometam o registro; e, inserções marginais sem procedimento adequado.

Na ação II, o agente administrativo seguiu estritamente as regras de diagramação do Padrão Ofício ao inserir a linha horizontal para assinatura, elemento obrigatório para delimitar o espaço do signatário. O *Manual de Redação da Presidência da República (MRPR - 3ª Edição, Cap. 3)* afirma que não se deve utilizar linha horizontal para assinatura (traço de assinatura) em documentos no Padrão Ofício ou atos oficiais. O espaço para assinatura do signatário é composto apenas pelo nome digitado e pelo cargo, sem a linha horizontal em cima.

Na ação III, ocorreu erro de padronização, pois os Requerimentos devem, obrigatoriamente, ser encerrados com os fechos regulamentares “Atenciosamente” ou “Respeitosamente”, a depender da autoridade destinatária. Requerimento não é um documento do Padrão Ofício do MRPR, mas sim uma petição dirigida a autoridade pública. O seu fecho padrão tradicional é justamente a fórmula “Pede deferimento” (ou “Espera

deferimento" / "Nesses termos, pede deferimento"). Os fechos "Atenciosamente" e "Respeitosamente" são exclusivos da estrutura do Padrão Ofício (comunicações oficiais como Ofícios), e não de Requerimentos.

Fonte:

- <https://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - 1º Distrito

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
1	6	4	8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com as ideias textuais, o narrador-personagem ficou sabendo que a mulher do amigo conseguiu a façanha de segurar a partida de um transatlântico italiano. O 13º§ evidencia claramente tal informação; observe: "Conta-me então que seu tio deveria embarcar num transatlântico italiano, foi despedir-se dele no cais. E até o último momento, nada do tio. Telefona para ele do próprio navio, ficou sabendo que não lhe haviam avisado uma antecipação da hora de partida. Mas isso é um desaforo – decidiu ela: pois pode vir que o navio espera. Quis falar com o comandante, não foi atendida. Os alto-falantes de bordo pediam a retirada imediata dos visitantes, era o último sinal. Os oficiais mandaram retirar a escada. Antes que a escada fosse completamente recolhida, ela se precipitou, desceu alguns degraus e se viu suspensa no espaço, como num imenso trampolim. Lá embaixo a multidão, já acenando despedidas, completava, nariz para o ar, aquele espetáculo de circo: a mulher era passageira? Queria subir ou descer? Ela não queria nada, e era o que repetia teimosamente para oficiais e marinheiros que a intimavam aos berros a sair dali: daqui não saio, daqui ninguém me tira – esperam chegar meu tio. Tiveram de esperar: tirá-la à força era perigoso, acabaria todo mundo n'água. Esperaram meia hora até que chegasse o tio, com a mulher, filhos, carrinho de criança, gaiola de papagaio – mais ou menos como hoje. E, envergonhadíssimo, por pouco desiste de embarcar quando finalmente lhe baixaram a escada, sob aplauso da multidão".

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
7	3	9	4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A opinião do autor é o ponto de vista, julgamento ou posicionamento pessoal de quem escreve sobre um determinado assunto. Diferente de um fato (que é comprovável e objetivo), ela expressa uma visão subjetiva. Ao afirmar que "quanto mais se vive mais se aprende", o autor evidencia que a experiência de vida é uma fonte contínua de sabedoria. À medida que acumulamos anos e passamos por novas situações, erros e desafios, expandimos nossa compreensão do mundo e de nós mesmos. Os demais fragmentos textuais são fatos, ocorrências objetivas e que podem ser comprovadas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	12	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente calcula corretamente a produtividade individual de 10 kits por servidor por hora e a produtividade conjunta de 9 servidores, que é de 90 kits por hora. Entretanto, comete erro na etapa final ao afirmar que $540 : 90 = 4$ o correto é $590 : 90 = 6$.

Assim, o erro está no cálculo do recorrente, e não no gabarito preliminar, que deve ser mantido.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	13	10	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recurso improcedente.

O enunciado fornece dados suficientes para a resolução

Total de inscritos em pelo menos um curso:

$$620 - 84 = 536$$

Logo, o número de inscritos em ambos os cursos é:

$$315 + 275 - 536 = 54$$

Assim, o número de servidores inscritos apenas no curso de Informática é:

$$315 - 54 = 261$$

O termo "apenas" exclui os servidores inscritos nos dois cursos. Portanto, a alternativa 261 está correta, devendo o gabarito ser mantido.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	17	14	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

RECURSO IMPROCEDENTE. O gabarito da questão deve ser mantido, pois a afirmação de que o recurso do Microsoft Edge, descrito no caso hipotético apresentado, são coleções está certa. Segundo o site da Microsoft, disponível em <https://support.microsoft.com/pt-br/edge/organize-your-ideas-with-collections-in-microsoft-edge>, acessado em 24/05/2026, "o recurso Coleções do Microsoft Edge permite agrupar páginas da web, imagens, anotações e conteúdos diversos em conjuntos organizados, facilitando pesquisas, compartilhamento de informações e gerenciamento de referências durante atividades administrativas".

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	15	16	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

RECURSO IMPROCEDENTE. O gabarito da questão deve ser mantido, pois a afirmação de que o tipo de malware, descrito no caso hipotético apresentado, é o rootkit está certa. Segundo os autores STALLINGS, William e BROWN, Lawrie na obra Computer Security: Principles and Practice. 4. ed. Boston: Pearson, 2018, "Rootkits são conjuntos de ferramentas maliciosas desenvolvidas para ocultar processos, arquivos, conexões e atividades indevidas no sistema operacional, frequentemente operando com privilégios elevados e dificultando sua identificação por mecanismos tradicionais de segurança".

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
20	20	20	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra A. Do ponto de vista sociocultural, o Estado de Rondônia pode ser concebido como “colcha de retalhos” resultante do convívio, nem sempre sem conflitos, das populações locais com as populações transplantadas que foram influenciadas a ocupar áreas do estado a partir de ações institucionalizadas pelo governo brasileiro em garantia aos interesses do capital. Não fugindo à tal realidade, o município de Ji-Paraná, localizado no estado de Rondônia, porção meridional da Amazônia Brasileira, apresenta a mesma conformação sociogeográfica: construído por temporalidades distintas, possui características culturais bastante heterogêneas entre sua população. Em tempos imemoriais, era habitado por populações indígenas como as etnias Arara e Gavião que até os dias atuais ocupam a Terra Indígena Igarapé Lourdes, no interior do município. Os registros da ocupação do espaço pelos não indígenas datam ainda do século XIX, quando migrantes nordestinos fugindo da grande seca de 1877 se fixaram na região para extrair a borracha amazônica. A chegada da Comissão Rondon para a implantação da linha telegráfica que ligaria o estado de Mato Grosso ao estado Amazonas (1909) também atraiu novas levas populacionais, em sua maioria oriundas do Norte e Nordeste do país (NEVES, 1985). Além da borracha, a descoberta de diamantes intensificou a migração desses grupos que buscavam melhores condições de vida. A atividade garimpeira impulsionou a economia local, conforme informações contidas no sítio da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná (2019) em 1950 o vilarejo, então denominado Vila de Rondônia, já contava com uma população de 1.100 habitantes em sua sede distrital. A partir de 1960 a abertura da rodovia BR-364 que foi suporte de entrada aos projetos integrados de colonização implantados e implementados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, além de colonizadora privada no caso específico de Ji-Paraná, fizeram com que o fluxo migratório se intensificasse mais rapidamente. Nesta fase de migração grupos populacionais de outras regiões brasileiras rumaram para Rondônia, em maior parte os grupos oriundos do Centro Sul. Apesar dos conflitos étnicos e culturais, Ji-Paraná passou a abrigar uma rica diversidade de povos que trouxeram ao município seu modo particular de viver e de produzir o território e sua territorialidades. Quando um espaço geográfico é construído com a participação de populações migradas, como acontece a grande parte do estado de Rondônia, em especial ao ji-paranaense, ocorrerá tanto a sua organização adaptada às condições ambientais locais, quanto a reprodução de modelos presentes em seus antigos locais de moradia. Nestes momentos, manifestam-se a construção das territorialidades, é a “tentativa de um indivíduo ou grupo em afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação do controle sobre uma área geográfica, tornando-a, então um território.

Fontes:

- NEVES, A. A caminho de Ji-Paraná. Brasília: Gráfica e Editora Regional, 1985.
- <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/ji-parana/historico>
- MONTE-MOR, R. L. M. Espaço e planejamento urbano: considerações sobre o caso de Rondônia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980. (Tese de Doutorado - pdf). NEVES, A. A caminho de Ji-Paraná. Brasília: Gráfica e Editora Regional, 1985. Acesso em 24/05/2026.

- PAULA, J. M. Nossa Terra em Outras Terras: os descendentes de escravos na Zona da Mata Rondoniense. Manaus: UFAM/PPGSCA, 2017 (Tese de Doutorado). Acesso em 24/05/2026.
- PAULA, J. M.; DOURADO, G. Depois das andanças, a terra: os pequenos proprietários rurais no entorno da Reserva Biológica do Jaru em Rondônia. In: PINHEIRO, Z.; BARBOSA, J.; SANTOS, A.M. (orgs.) Tradições inventadas. Porto Velho: Temática Editora, 2017. Acesso em 24/05/2026.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ. História. Disponível em: <http://www.jiparana.ro.gov.br/>. Acesso em 24/05/2026.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	22	23	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da alternativa incorreta com base nas disposições da Lei Municipal nº 1.405/2005, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ji-Paraná/RO, especialmente no que se refere à jornada de trabalho, ao controle de frequência, à dedicação dos ocupantes de cargos em comissão e à concessão de horário especial ao servidor estudante. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois indica corretamente a alternativa D, única incompatível com o regime jurídico estabelecido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

A alternativa D revela-se incompatível com o disposto no § 10 do art. 60 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O referido dispositivo estabelece que o horário especial destinado ao servidor matriculado em estabelecimento de ensino superior somente será concedido quando o servidor não possuir curso superior. A assertiva, contudo, afirma que o benefício poderá ser concedido inclusive para fins de segunda graduação de nível superior, hipótese expressamente vedada pelo Estatuto, razão pela qual a alternativa está incorreta.

A alternativa A está em plena conformidade com o art. 61 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O dispositivo dispõe que a frequência do servidor será computada pelo registro diário de ponto ou outro mecanismo de controle estabelecido pelo Chefe do Poder Executivo. A assertiva reproduz fielmente a redação legal, motivo pelo qual se mostra correta.

Do mesmo modo, a alternativa B igualmente encontra respaldo no caput do art. 58 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O dispositivo estabelece que o ocupante de cargo de provimento efetivo fica sujeito à jornada de quarenta horas semanais de trabalho, salvo quando houver disposição diversa em lei ou regulamento próprio. A assertiva reproduz corretamente o comando legal, razão pela qual está correta.

A alternativa C também está correta, por observar o disposto no § 2º do art. 58 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O referido dispositivo estabelece que o exercício de cargo em comissão e função de confiança exige dedicação integral ao serviço por parte do comissionado, que poderá ser convocado sempre que houver interesse da Administração. A assertiva corresponde integralmente ao texto legal, não havendo qualquer incompatibilidade com o Estatuto.

Diante do exposto, verifica-se que somente a alternativa D contraria as disposições da Lei Municipal nº 1.405/2005, razão pela qual o gabarito oficial deve ser preservado, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	30	28	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Lei nº 11.350/2006 prevê que o vínculo do ACS poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Pública em razão de insuficiência de desempenho, desde que essa hipótese esteja devidamente apurada em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, garantindo-se ao menos um recurso hierárquico com efeito suspensivo.

Essa regra busca assegurar o devido processo legal antes da perda do vínculo funcional.

Fontes:

- Lei nº 11.350/2006, art. 10, que prevê as hipóteses de rescisão unilateral, incluindo a insuficiência de desempenho, observadas as garantias processuais.
- Constituição Federal, art. 5º, inciso LV, que assegura o contraditório e a ampla defesa nos processos administrativos.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	38	35	36

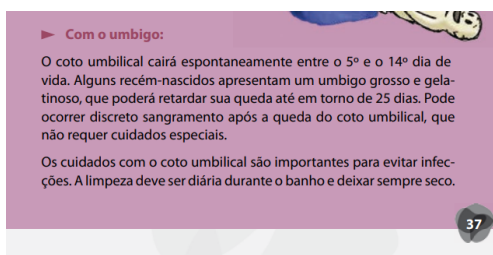
Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos não merecem provimento.

Preliminarmente, registra-se que o presente julgamento refere-se ao gabarito da Prova. Eventuais divergências quanto ao número da questão ou à letra da alternativa decorrem da existência de diferentes tipos de prova, sem qualquer alteração do conteúdo efetivamente avaliado.

No mérito, não assiste razão aos recorrentes.

A questão foi elaborada com fundamento no Guia Prático do Agente Comunitário de Saúde, publicação oficial do Ministério da Saúde, compatível com o conteúdo programático do certame. Conforme essa referência, o coto umbilical desprende-se espontaneamente entre o 5º e o 15º dia de vida, podendo, em alguns recém-nascidos com coto umbilical mais espesso, permanecer por período superior, sem que isso represente, por si só, situação patológica. Assim, a afirmativa I encontra-se correta. A imagem, extraída da referência citada, comprova a veracidade da afirmativa questionada.



O recurso parte da premissa de que todo coto umbilical com permanência superior a quinze dias configura alteração patológica, conclusão que não encontra respaldo na referência oficial utilizada pela Banca. Embora atrasos importantes possam justificar avaliação clínica em situações específicas, a simples possibilidade de permanência do coto por período mais prolongado não torna incorreta a assertiva, que descreve uma orientação geral e não um protocolo de investigação diagnóstica.

As afirmativas II, III e IV permanecem incorretas. O sangramento discreto após a queda do coto umbilical constitui ocorrência fisiológica e não caracteriza urgência cirúrgica. Da mesma forma, o uso de faixas, esparadrapos ou outros artefatos sobre a região umbilical não previne hérnias e é expressamente desaconselhado pelo Ministério da Saúde. Também é incorreta a recomendação de aplicação de ervas sobre o coto umbilical, prática que aumenta o risco de contaminação e infecções, devendo o coto permanecer limpo e seco.

Dessa forma, a única alternativa compatível com o enunciado é aquela que considera incorretas as afirmativas II, III e IV, correspondente à alternativa D

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia prático do agente comunitário de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. p. 37-38.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	39	34	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso não merece provimento.

Preliminarmente, observa-se que o recorrente não apresentou referência bibliográfica específica que amparasse sua alegação. Houve mera menção genérica ao Ministério da Saúde e à Sociedade Brasileira de Pediatria, sem indicação da obra, edição, ano, capítulo, página ou outro elemento que permitisse a verificação objetiva da informação invocada. A ausência de fundamentação bibliográfica idônea inviabiliza a comprovação da suposta incorreção da questão e, por si só, fragiliza a pretensão recursal.

No mérito, a argumentação igualmente não procede. A afirmativa IV não afirma que todos os recém-nascidos apresentarão cólicas nem trata essa manifestação como obrigatória. Ao utilizar a expressão "em geral", a assertiva reconhece justamente que podem existir variações individuais, limitando-se a descrever o período em que as cólicas habitualmente se iniciam e desaparecem.

A redação da afirmativa reproduz a orientação constante da referência oficial adotada pela Banca, segundo a qual as cólicas, em geral, começam no final da terceira semana de vida e tendem a desaparecer ao final do terceiro mês. Assim, a possibilidade de alguns lactentes não apresentarem cólicas ou de haver variações na intensidade ou na duração do quadro não torna a assertiva incorreta, pois tais situações excepcionais não afastam a validade da orientação geral expressamente prevista na literatura utilizada para elaboração da questão.

As demais afirmativas também foram corretamente avaliadas. A assertiva II descreve adequadamente a evolução habitual das fezes do recém-nascido, iniciando-se pelo mecônio, seguido pelas fezes de transição esverdeadas e, posteriormente, pelas fezes amareladas e pastosas. A assertiva III está em conformidade com a orientação do Ministério da Saúde ao indicar que a perda fisiológica de peso nos primeiros dias de vida é esperada, com recuperação em torno do décimo dia. Por sua vez, a assertiva I permanece incorreta, pois a secreção vaginal esbranquiçada, eventualmente acompanhada de discreto sangramento, constitui manifestação fisiológica decorrente da influência hormonal materna, não caracterizando infecção ginecológica neonatal nem justificando internação hospitalar.

Dessa forma, permanece correta a alternativa que indica como corretas as afirmativas II, III e IV, inexistindo fundamento para alteração do gabarito.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia prático do agente comunitário de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. p. 35.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	40	39	34

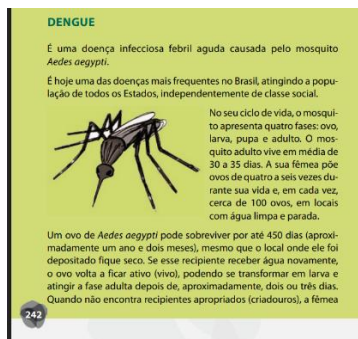
Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos não merecem provimento.

Preliminarmente, observa-se que parte das alegações apresentadas não está acompanhada de referência bibliográfica idônea e verificável. Alguns recorrentes fazem menção genérica à Fiocruz, ao Ministério da Saúde ou à literatura científica, sem indicar obra, edição ou página específica. Outro recorrente fundamenta sua irresignação em estudo desenvolvido pela UNESP. Todavia, artigos científicos isolados, pesquisas acadêmicas ou estudos experimentais não constituem referência bibliográfica adequada para impugnação de questões objetivas de concursos públicos, especialmente quando confrontam conteúdo extraído de manuais oficiais ou de obras técnicas consolidadas. Em concursos públicos, a aferição do conhecimento deve observar referências oficiais e amplamente consolidadas, como publicações do Ministério da Saúde, da Organização Mundial da Saúde ou obras de referência reconhecidas na área, e

não resultados de pesquisas individuais, cujas conclusões podem refletir condições experimentais específicas e ainda não incorporadas às diretrizes oficiais.

No mérito, a alternativa C permanece correta. O Guia Prático do Agente Comunitário de Saúde, referência oficial adotada pela Banca, informa que os ovos do *Aedes aegypti* apresentam elevada resistência à dessecação, podendo permanecer viáveis por até 450 dias, mesmo quando depositados em recipientes secos. A assertiva reproduz fielmente essa informação.



A alegação de que outras instituições utilizam expressões como "mais de um ano", "aproximadamente um ano" ou "cerca de 365 dias" não torna a alternativa incorreta. Essas expressões representam estimativas gerais e não são incompatíveis com a informação mais específica constante da referência adotada pela Banca. A indicação de um período máximo de até 450 dias corresponde a dado técnico aceito na literatura oficial utilizada para elaboração da questão.

Também não procede a alegação de que a alternativa A estaria correta. Embora existam estudos experimentais avaliando os efeitos da cafeína ou da borra de café sobre o desenvolvimento de larvas do *Aedes aegypti*, não existe recomendação oficial do Ministério da Saúde reconhecendo a utilização da borra de café como medida eficaz para eliminação dos ovos do mosquito. Ao contrário, os órgãos oficiais de vigilância em saúde classificam essa prática como um mito, não recomendando sua utilização como estratégia de controle do vetor. Assim, a assertiva A permanece incorreta.

Igualmente improcede a alegação de que a alternativa B poderia ser considerada correta. O *Aedes aegypti* é um inseto holometábolo, apresentando metamorfose completa composta por quatro fases: ovo, larva, pupa e adulto. A fase de ninfa é característica de insetos hemimetábolos e não integra o ciclo biológico do mosquito, inexistindo sinonímia técnica entre "ninfa" e "pupa" na Entomologia.

A alternativa D também permanece incorreta, pois o desenvolvimento do mosquito, da fase de ovo até a fase adulta, ocorre, em condições favoráveis, em período inferior ao indicado na assertiva, não correspondendo ao intervalo fixo de vinte a trinta dias apresentado.

Dessa forma, não há duplicidade de respostas corretas nem divergência técnica apta a justificar a anulação da questão, permanecendo correta a alternativa C.

Referências:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia prático do agente comunitário de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. p. 242.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde. *Mitos sobre o mosquito da dengue*. Disponível em: <https://www.dengue.pr.gov.br/Pagina/Mitos-sobre-o-mosquito-da-Dengue>. Acesso em: 16 jul. 2026.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	34	40	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos não merecem provimento.

Em relação aos questionamentos acerca da alternativa A, a própria redação da alternativa a torna incorreta ao afirmar que a erosão dentária é caracterizada pela "perda reversível da estrutura mineral dos dentes". Embora seja correto afirmar que o consumo frequente de refrigerantes favorece a erosão dentária, a perda da estrutura mineral decorrente

desse processo é irreversível, uma vez que o esmalte dentário não possui capacidade de regeneração natural. Assim, a assertiva contém erro conceitual expresso, razão pela qual não pode ser considerada correta. Desse modo, não há que se falar em existência de duas alternativas corretas, pois a alternativa A apresenta afirmação incompatível com o conhecimento técnico sobre o tema.

Quanto à alegação de que a alternativa D dependeria da identificação do elemento dentário como permanente ou decíduo, o argumento não procede. A questão foi elaborada com base no conteúdo previsto para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, utilizando como referência o *Guia Prático do Agente Comunitário de Saúde*, documento oficial do Ministério da Saúde. Nesse contexto, o material orienta que, diante da perda de um dente por trauma, deve-se encaminhar imediatamente a pessoa ao atendimento odontológico e conservar o dente adequadamente, destacando o leite e o soro fisiológico como meios apropriados de transporte até o atendimento. A finalidade da questão foi avaliar o reconhecimento da conduta inicial de urgência a ser orientada pelo Agente Comunitário de Saúde, e não a definição do protocolo especializado de reimplante odontológico conforme diretrizes específicas destinadas ao cirurgião-dentista.

Além disso, o contexto apresentado refere-se a uma atividade educativa desenvolvida com adolescentes no âmbito do Programa Saúde na Escola, situação em que a interpretação razoável conduz ao entendimento de que a orientação se refere à dentição permanente, não havendo ambiguidade capaz de comprometer a identificação da alternativa correta. Eventuais situações clínicas excepcionais, como a persistência de dentes decíduos em adolescentes, não afastam a objetividade da questão nem tornam incorreta a orientação geral exigida do Agente Comunitário de Saúde.

Dessa forma, permanece correta a alternativa D, inexistindo fundamento para alteração do gabarito ou anulação da questão.

Referência:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia prático do agente comunitário de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. p. 84-86.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	36	37	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso não merece provimento.

Preliminarmente, observa-se que a fundamentação apresentada pelo recorrente não demonstra a existência de erro na questão. Embora mencione a Portaria GM/MS nº 2.436/2017 (Portaria revogada) e manuais de pré-natal do Ministério da Saúde, tais referências não tratam da vacinação contra o Vírus Sincial Respiratório (VSR), justamente por serem anteriores à incorporação desse imunizante ao Calendário Nacional de Vacinação. Dessa forma, a ausência da vacina nesses documentos não afasta a validade da recomendação oficial vigente utilizada como fundamento para a elaboração da questão.

No mérito, a argumentação também não procede. A questão foi elaborada com base nas recomendações técnicas vigentes à época da publicação do edital. Atualmente, o Ministério da Saúde recomenda a administração de uma dose da vacina contra o Vírus Sincial Respiratório (VSR) a partir da 28ª semana gestacional, visando à transferência transplacentária de anticorpos maternos e à proteção do recém-nascido contra bronquiolite, pneumonia e outras infecções respiratórias graves nos primeiros meses de vida. Assim, a alternativa C reproduz fielmente a orientação constante do Calendário Nacional de Vacinação da Gestante.

Também não assiste razão ao recorrente ao afirmar que houve extrapolação do conteúdo programático. O edital contempla conhecimentos relativos à atenção à gestante, ao pré-natal, à promoção da saúde materno-infantil e às ações educativas desenvolvidas pelo Agente Comunitário de Saúde. A atualização dos protocolos e calendários oficiais do Ministério da Saúde integra a rotina dos profissionais da Atenção Primária à Saúde e constitui conhecimento compatível com as atribuições do cargo, especialmente quando já incorporada oficialmente às diretrizes nacionais.

As demais alternativas permanecem incorretas. A alternativa A afirma, equivocadamente, que os partos domiciliares assistidos por parteiras tradicionais constituem prática proibida pelo Sistema Único de Saúde, o que não encontra respaldo nas políticas públicas brasileiras. A alternativa B atribui ao Agente Comunitário de Saúde competência para calcular individualmente a necessidade hídrica da gestante e registrá-la em folha de acompanhamento, atividade que

não integra suas atribuições. A alternativa D contraria as recomendações nutricionais do Ministério da Saúde ao afirmar que o consumo de carnes e leguminosas favoreceria retenção hídrica e constipação intestinal, quando tais alimentos são importantes fontes de ferro e proteínas e são recomendados durante toda a gestação.

Dessa forma, permanece correta a alternativa C, inexistindo fundamento para alteração do gabarito ou anulação da questão.

Referências:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia prático do agente comunitário de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. p. 151.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Calendário Nacional de Vacinação – Gestante*. Brasília: Ministério da Saúde, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/arquivos/calendario-nacional-de-vacinacao-gestante>. Acesso em: 16 jul. 2026. O calendário recomenda a administração de 1 dose da vacina contra o Vírus Sincicial Respiratório (VSR) a partir da 28ª semana gestacional, em cada gestação.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	35	38	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso não merece provimento.

Preliminarmente, observa-se que o recorrente não apresentou referência bibliográfica completa que permitisse a verificação objetiva de sua alegação, limitando-se a fazer menção genérica às "normas do Ministério da Saúde". A ausência de indicação precisa da fonte utilizada fragiliza a fundamentação recursal.

No mérito, a argumentação decorre de interpretação equivocada das descrições constantes da questão.

A primeira descrição refere-se à rubéola, enfermidade que pode ocasionar anormalidades fetais quando adquirida durante a gestação e cuja prevenção ocorre por meio da vacina tríplice viral. Portanto, corresponde corretamente ao item 2.

A segunda descrição trata da poliomielite, doença viral que acomete o sistema nervoso e pode provocar paralisia muscular, correspondendo ao item 3.

A terceira descrição refere-se ao sarampo, cuja prevenção, conforme a referência utilizada pela Banca, contempla dose da vacina específica a partir dos nove meses em situações indicadas, seguida de dose adicional a partir dos doze meses e posterior administração da vacina tríplice viral. Assim, essa descrição corresponde ao item 1.

Dessa forma, a sequência correta é 2 – 3 – 1, exatamente a indicada na alternativa C. A sequência proposta pelo recorrente (1 – 3 – 2) atribui, incorretamente, ao sarampo as características próprias da rubéola, especialmente quanto ao risco de malformações fetais decorrentes da infecção durante a gestação.

Não há, portanto, erro no gabarito preliminar nem fundamento para sua alteração.

Referência:

- BRASIL. Ministério Público da União. Secretaria de Serviços Integrados de Saúde. *Materninho: doenças da infância*. Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <https://saude.mpu.mp.br/materninho/doencas-da-infancia>. Acesso em: 16 julho 2026. (Conteúdo referente às doenças da infância: sarampo, rubéola e poliomielite).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
1	6	4	8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com as ideias textuais, o narrador-personagem ficou sabendo que a mulher do amigo conseguiu a façanha de segurar a partida de um transatlântico italiano. O 13º§ evidencia claramente tal informação; observe: “Conta-me então que seu tio deveria embarcar num transatlântico italiano, foi despedir-se dele no cais. E até o último momento, nada do tio. Telefona para ele do próprio navio, ficou sabendo que não lhe haviam avisado uma antecipação da hora de partida. Mas isso é um desaforo – decidiu ela: pois pode vir que o navio espera. Quis falar com o comandante, não foi atendida. Os alto-falantes de bordo pediam a retirada imediata dos visitantes, era o último sinal. Os oficiais mandaram retirar a escada. Antes que a escada fosse completamente recolhida, ela se precipitou, desceu alguns degraus e se viu suspensa no espaço, como num imenso trampolim. Lá embaixo a multidão, já acenando despedidas, completava, nariz para o ar, aquele espetáculo de circo: a mulher era passageira? Queria subir ou descer? Ela não queria nada, e era o que repetia teimosamente para oficiais e marinheiros que a intimavam aos berros a sair dali: daqui não saio, daqui ninguém me tira – esperam chegar meu tio. Tiveram de esperar: tirá-la à força era perigoso, acabaria todo mundo n’água. Esperaram meia hora até que chegasse o tio, com a mulher, filhos, carrinho de criança, gaiola de papagaio – mais ou menos como hoje. E, envergonhadíssimo, por pouco desiste de embarcar quando finalmente lhe baixaram a escada, sob aplauso da multidão”.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
2	7	5	9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

É possível perceber que o narrador-personagem já conhecia a esposa do homem, ou seja, a mulher de segurar o navio. No trecho “E neste instante surge à porta sua jovem mulher, como sempre tranquila, repousada e repousante, com aquela suavidade das antigas mães de família, para quem tudo há de dar certo”, ao usar a expressão “como sempre” para dizer que ela estava “tranquila, repousada e repousante”, ele deixa transparecer que já a conhecia.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
3	8	1	5

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em “duas crianças, que se multiplicam por três, correndo e brincando”, depreende-se que o narrador faz esse comentário porque as crianças eram barulhentas e agitadas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
4	9	2	6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Tendo em vista o contexto textual, bem como o trecho apresentado para análise, é possível evidenciar que o narrador quis enunciar que a mulher transmitia “tranquilidade e segurança”. As demais opções de respostas são incoerentes à conjuntura textual.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
6	2	8	3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A palavra “finalmente” é um advérbio. Mais especificamente, é classificada como um advérbio de tempo (ou de inclusão/conclusão), indicando que uma ação ocorreu após um longo período de espera ou no desfecho de uma situação. No contexto textual, “[...] quando finalmente lhe baixaram a escada, [...]”, a palavra “finalmente” denota ideia de conclusão. As demais associações estabelecidas para análise estão corretas.

Fontes:

- Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 1 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. 2ª ed. rev. e ampl. de acordo com a nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
7	3	9	4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A opinião do autor é o ponto de vista, julgamento ou posicionamento pessoal de quem escreve sobre um determinado assunto. Diferente de um fato (que é comprovável e objetivo), ela expressa uma visão subjetiva. Ao afirmar que “quanto mais se vive mais se aprende”, o autor evidencia que a experiência de vida é uma fonte contínua de sabedoria. À medida que acumulamos anos e passamos por novas situações, erros e desafios, expandimos nossa compreensão do mundo e de nós mesmos. Os demais fragmentos textuais são fatos, ocorrências objetivas e que podem ser comprovadas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
8	4	6	2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A expressão “à força” funciona como uma locução adverbial (de modo) que indica algo feito por meio de coerção, obrigação ou contrariando a vontade de alguém. A expressão “à espreita” é uma locução adverbial modo; indica que alguém está observando atentamente, de tocaia ou aguardando algo de forma oculta ou vigilante.

Fonte:

- CUNHA, Antônio Geraldo da. Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. 2ª ed. rev. e ampl. de acordo com a nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
9	5	7	1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Furtivamente” é um advérbio que significa agir de maneira oculta, disfarçada ou às escondidas, com o objetivo de não ser notado. Derivado da palavra “furtivo”, descreve ações feitas de forma sorrateira, silenciosa ou com cautela excessiva para evitar chamar atenção.

Fontes:

- Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 1 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. 2ª ed. rev. e ampl. de acordo com a nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	12	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento solicita a troca de gabarito da questão, para a alternativa C. Todavia, o gabarito preliminarmente publicado já aponta essa alternativa como a correta. Assim, não há divergência entre a pretensão recursal e o gabarito oficial, inexistindo providência a ser adotada quanto à correção da questão.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	13	10	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recurso improcedente.

O enunciado fornece dados suficientes para a resolução

Total de inscritos em pelo menos um curso:

$$620-84=536$$

Logo, o número de inscritos em ambos os cursos é:

$$315+275-536=54$$

Assim, o número de servidores inscritos apenas no curso de Informática é:

$$315-54=261$$

O termo "apenas" exclui os servidores inscritos nos dois cursos. Portanto, a alternativa 261 está correta, devendo o gabarito ser mantido.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	10	13	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento solicita a troca de gabarito da questão, para a alternativa C. Todavia, o gabarito preliminarmente publicado já aponta essa alternativa como a correta. Assim, não há divergência entre a pretensão recursal e o gabarito oficial, inexistindo providência a ser adotada quanto à correção da questão.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	11	12	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento solicita a troca de gabarito da questão, para a alternativa B. Todavia, o gabarito preliminarmente publicado já aponta essa alternativa como a correta. Assim, não há divergência entre a pretensão recursal e o gabarito oficial, inexistindo providência a ser adotada quanto à correção da questão.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	16	15	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

RECURSO IMPROCEDENTE. O gabarito da questão deve ser mantido, pois a afirmação de que o Gerenciador de Tarefas é um componente ou recurso do ambiente Windows relacionado ao gerenciamento de processos em execução no sistema está certa. Segundo o site da Microsoft, disponível em <https://learn.microsoft.com/en-us/troubleshoot/windows-server/support-tools/support-tools-task-manager>, acessado em 24/05/2026, "O Gerenciador de Tarefas é uma ferramenta do Windows destinada ao monitoramento e gerenciamento de processos, aplicativos, desempenho do sistema, usuários, serviços e consumo de recursos computacionais, como CPU e memória RAM".

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	14	17	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito da questão deve ser mantido, pois a afirmação de que DNS é um protocolo utilizado para resolução de nomes de domínio em redes TCP/IP está certa. Segundo os autores KUROSE, James F. e ROSS, Keith W. na obra Redes de computadores e a Internet: uma abordagem top-down. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2021, "o DNS (Domain Name System) é o protocolo responsável pela resolução de nomes de domínio em endereços IP, permitindo que usuários utilizem nomes amigáveis, como sites da web, em vez de números IP".

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	18	19	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A culinária tradicional de Ji-Paraná e de grande parte de Rondônia apresenta forte influência indígena e amazônica, sendo marcada pelo uso de ingredientes amplamente encontrados na região, como a mandioca, os peixes de rio (tambaqui, pintado, pirarucu, entre outros) e a banana-da-terra, utilizada em diversas preparações típicas.

O pequi é um fruto característico do Cerrado brasileiro, especialmente dos estados de Goiás, Minas Gerais, Tocantins e Mato Grosso. Embora possa ser encontrado em algumas localidades devido à circulação de produtos e à influência de migrantes, ele não é considerado um ingrediente tradicional da culinária local de Ji-Paraná ou da gastronomia rondoniense.

Assim, a alternativa A (Pequi) é a exceção entre os ingredientes associados à culinária típica de Ji-Paraná.

Fontes:

- BRASIL. Ministério do Turismo. Sabores do Brasil: gastronomia regional brasileira. Brasília: MTur, 2019.
- FREITAS, Maria Stella de. Culinária Amazônica: tradições e sabores da floresta. São Paulo: Senac, 2018.
- RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental. Aspectos culturais e gastronômicos de Rondônia. Porto Velho: SEDAM, 2021.
- IBGE. [Cidades e Estados – Ji-Paraná \(RO\)](#). Acesso em: 19 jul. 2026.
- SILVA, José Carlos da. Cultura e identidade amazônica: alimentação e tradições em Rondônia. Porto Velho: EDUFRO, 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
20	20	20	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra A. Do ponto de vista sociocultural, o Estado de Rondônia pode ser concebido como “colcha de retalhos” resultante do convívio, nem sempre sem conflitos, das populações locais com as populações transplantadas que foram influenciadas a ocupar áreas do estado a partir de ações institucionalizadas pelo governo brasileiro em garantia aos interesses do capital. Não fugindo à tal realidade, o município de Ji-Paraná, localizado no estado de Rondônia, porção meridional da Amazônia Brasileira, apresenta a mesma conformação sociogeográfica: construído por temporalidades distintas, possui características culturais bastante heterogêneas entre sua população. Em tempos imemoriais, era habitado por populações indígenas como as etnias Arara e Gavião que até os dias atuais ocupam a Terra Indígena Igarapé Lourdes, no interior do município. Os registros da ocupação do espaço pelos não indígenas datam ainda do século XIX, quando migrantes nordestinos fugindo da grande seca de 1877 se fixaram na região para extrair a borracha amazônica. A chegada da Comissão Rondon para a implantação da linha telegráfica que ligaria o estado de Mato Grosso ao estado Amazonas (1909) também atraiu novas levas populacionais, em sua maioria oriundas do Norte e Nordeste do país (NEVES, 1985). Além da borracha, a descoberta de diamantes intensificou a migração desses grupos que buscavam melhores condições de vida. A atividade garimpeira impulsionou a economia local, conforme informações contidas no sítio da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná (2019) em 1950 o vilarejo, então denominado Vila de Rondônia, já contava com uma população de 1.100 habitantes em sua sede distrital. A partir de 1960 a abertura da rodovia BR-364 que foi suporte de entrada aos projetos integrados de colonização implantados e implementados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, além de colonizadora privada no caso específico de Ji-Paraná, fizeram com que o fluxo migratório se intensificasse mais rapidamente. Nesta fase de migração grupos populacionais de outras regiões brasileiras rumaram para Rondônia, em maior parte os grupos oriundos do Centro Sul. Apesar dos conflitos étnicos e culturais, Ji-Paraná passou a abrigar uma rica diversidade de povos que trouxeram ao município seu modo particular de viver e de produzir o território e sua territorialidades. Quando um espaço geográfico é construído com a participação de populações migradas, como acontece a grande parte do estado de Rondônia, em especial ao ji-paranaense, ocorrerá tanto a sua organização adaptada às condições ambientais locais, quanto a reprodução de modelos presentes em seus antigos locais de moradia. Nestes momentos, manifestam-se a construção das territorialidades, é a “tentativa de um indivíduo ou grupo em afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação do controle sobre uma área geográfica, tornando-a, então um território.

Fontes:

- NEVES, A. A caminho de Ji-Paraná. Brasília: Gráfica e Editora Regional, 1985.
- <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/ji-parana/historico>

- MONTE-MOR, R. L. M. Espaço e planejamento urbano: considerações sobre o caso de Rondônia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980. (Tese de Doutorado - pdf). NEVES, A. A caminho de Ji-Paraná. Brasília: Gráfica e Editora Regional, 1985. Acesso em 24/05/2026.
- PAULA, J. M. Nossa Terra em Outras Terras: os descendentes de escravos na Zona da Mata Rondoniense. Manaus: UFAM/PPGSCA, 2017 (Tese de Doutorado). Acesso em 24/05/2026.
- PAULA, J. M.; DOURADO, G. Depois das andanças, a terra: os pequenos proprietários rurais no entorno da Reserva Biológica do Jaru em Rondônia. In: PINHEIRO, Z.; BARBOSA, J.; SANTOS, A.M. (orgs.) Tradições inventadas. Porto Velho: Temática Editora, 2017. Acesso em 24/05/2026.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ. História. Disponível em: <http://www.jiparana.ro.gov.br/>. Acesso em 24/05/2026.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	24	22	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da alternativa correta com base nas disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO acerca da vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, da perda do mandato do Prefeito e do processo de responsabilização do Chefe do Poder Executivo. Embora a fundamentação apresentada sustente que o gabarito preliminar indicaria a alternativa B, verifica-se que o gabarito oficial publicado já indica corretamente a alternativa D, inexistindo fundamento para sua alteração.

A alternativa D está correta, nos termos do § 4º do art. 40 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO, que autoriza o Prefeito a reassumir suas funções caso decorram cento e oitenta dias sem julgamento após o recebimento da denúncia pelo Tribunal de Justiça.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o § 1º do art. 37 da Lei Orgânica, que determina que, ocorrendo a dupla vacância nos dois últimos anos do mandato, a eleição será realizada pela Câmara Municipal, e não por eleição direta.

A alternativa B está incorreta, por contrariar o art. 38 da Lei Orgânica. O dispositivo prevê a perda do mandato pela ausência do Prefeito do Município por mais de quinze dias sem licença da Câmara Municipal, não exigindo comprovação de prejuízo à Administração Pública.

A alternativa C está incorreta, pois o § 1º do art. 40 da Lei Orgânica estabelece que os fatos apurados pela comissão especial devem ser apreciados pelo Plenário da Câmara Municipal, não sendo cabível seu encaminhamento direto ao Tribunal de Justiça.

Diante do exposto, verifica-se que o gabarito oficial publicado já indica corretamente a alternativa D, razão pela qual não há qualquer alteração a ser promovida, devendo o recurso ser julgado improcedente.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	21	25	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da alternativa correta com base nas disposições da Lei Municipal nº 1.405/2005, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ji-Paraná. O próprio enunciado delimita o objeto de análise ao consignar a expressão "com base no referido diploma legal", razão pela qual a resposta deve observar exclusivamente a disciplina prevista na legislação municipal. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois indica corretamente a alternativa D.

A assertiva I está incorreta, por contrariar o inciso I do art. 54 da Lei Municipal nº 1.405/2005. Embora a remoção por permuta dependa de requerimento conjunto e da compatibilidade dos cargos, a lei exige também a anuência dos respectivos Secretários ou dirigentes dos órgãos, requisito omitido pela assertiva.

A assertiva II está correta, nos termos do inciso III do art. 54 da Lei Municipal nº 1.405/2005, que admite a remoção no interesse do serviço público para ajustamento do quadro de pessoal, inclusive em decorrência da criação de órgão ou entidade.

A assertiva III está correta, conforme a alínea "c" do inciso II do art. 54 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O dispositivo autoriza a remoção, independentemente da existência de vaga, por motivo de tratamento de saúde do próprio servidor, do cônjuge ou dependente, desde que as razões sejam comprovadas, em caráter definitivo, por órgão médico oficial ou conveniado com o INSS.

A assertiva IV está incorreta, por contrariar o art. 55 da Lei Municipal nº 1.405/2005, que estabelece, de forma expressa, que não haverá remoção de servidor em estágio probatório, não prevendo exceções.

Diante do exposto, verifica-se que apenas as assertivas II e III estão corretas, razão pela qual o gabarito oficial, que indica a alternativa D, deve ser mantido, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	22	23	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da alternativa incorreta com base nas disposições da Lei Municipal nº 1.405/2005, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ji-Paraná/RO, especialmente no que se refere à jornada de trabalho, ao controle de frequência, à dedicação dos ocupantes de cargos em comissão e à concessão de horário especial ao servidor estudante. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois indica corretamente a alternativa D, única incompatível com o regime jurídico estabelecido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

A alternativa D revela-se incompatível com o disposto no § 10 do art. 60 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O referido dispositivo estabelece que o horário especial destinado ao servidor matriculado em estabelecimento de ensino superior somente será concedido quando o servidor não possuir curso superior. A assertiva, contudo, afirma que o benefício poderá ser concedido inclusive para fins de segunda graduação de nível superior, hipótese expressamente vedada pelo Estatuto, razão pela qual a alternativa está incorreta.

A alternativa A está em plena conformidade com o art. 61 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O dispositivo dispõe que a frequência do servidor será computada pelo registro diário de ponto ou outro mecanismo de controle estabelecido pelo Chefe do Poder Executivo. A assertiva reproduz fielmente a redação legal, motivo pelo qual se mostra correta.

Do mesmo modo, a alternativa B igualmente encontra respaldo no caput do art. 58 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O dispositivo estabelece que o ocupante de cargo de provimento efetivo fica sujeito à jornada de quarenta horas semanais de trabalho, salvo quando houver disposição diversa em lei ou regulamento próprio. A assertiva reproduz corretamente o comando legal, razão pela qual está correta.

A alternativa C também está correta, por observar o disposto no § 2º do art. 58 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O referido dispositivo estabelece que o exercício de cargo em comissão e função de confiança exige dedicação integral ao serviço por parte do comissionado, que poderá ser convocado sempre que houver interesse da Administração. A assertiva corresponde integralmente ao texto legal, não havendo qualquer incompatibilidade com o Estatuto.

Diante do exposto, verifica-se que somente a alternativa D contraria as disposições da Lei Municipal nº 1.405/2005, razão pela qual o gabarito oficial deve ser preservado, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	23	24	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da alternativa correta com base nas disposições da Lei Municipal nº 1.405/2005, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ji-Paraná, acerca dos descontos em folha de pagamento, das reposições ao erário e dos prazos para quitação de débitos. O gabarito oficial deve ser mantido, pois indica corretamente a alternativa C.

Inicialmente, observa-se que a fundamentação apresentada parte de premissa equivocada ao afirmar que o gabarito oficial indicaria a alternativa B. Entretanto, o gabarito oficial publicado aponta como correta a alternativa C, inexistindo o equívoco.

A alternativa C está em conformidade com o art. 114 da Lei Municipal nº 1.405/2005, que estabelece que o servidor em débito com o erário, quando demitido, exonerado, tiver a aposentadoria cassada ou possuir dívida superior a cinco vezes o valor da remuneração ou subsídio, terá 60 dias para quitar o débito.

A alternativa A está incorreta, pois o art. 112 da Lei Municipal nº 1.405/2005 exige autorização expressa do servidor para a realização de desconto facultativo em folha de pagamento, requisito omitido pela assertiva.

A alternativa B está incorreta, por contrariar o art. 113 e seu § 1º da Lei Municipal nº 1.405/2005. O dispositivo determina que as reposições e indenizações sejam previamente comunicadas ao servidor e descontadas em parcelas mensais, razão pela qual a assertiva não corresponde ao texto legal.

A alternativa D também está incorreta, pois contraria os arts. 116 e 117 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O Estatuto dispõe expressamente que a obrigação de restituição dos valores recebidos por força de decisão judicial posteriormente cassada também se aplica ao pensionista, quando a aposentadoria cassada for de servidor falecido.

Diante do exposto, verifica-se que o recurso fundamenta-se na alegação de incorreção da alternativa B, a qual não corresponde ao gabarito oficial da questão. Considerando que a única alternativa em conformidade com a Lei Municipal nº 1.405/2005 é a alternativa C, o recurso deve ser julgado improcedente, mantendo-se o gabarito oficial.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	30	28	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa B) Possui atribuição de realizar visitas domiciliares periódicas, sendo vedado o desenvolvimento de ações educativas coletivas.

Embora seja atribuição do ACS realizar visitas domiciliares periódicas, a afirmação torna-se incorreta ao afirmar que lhe é vedado desenvolver ações educativas coletivas. Na realidade, essas ações constituem uma das principais atribuições do ACS.

O agente atua na promoção da saúde, prevenção de doenças e mobilização comunitária, realizando tanto atividades individuais quanto coletivas.

Fundamentação legal:

- Lei nº 11.350/2006, art. 3º, que prevê entre as atividades do ACS:
 - visitas domiciliares;
 - ações de promoção da saúde;
 - educação em saúde individual e coletiva;
 - mobilização da comunidade.

Além disso, a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB – Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXII) reforça que o ACS participa de atividades educativas coletivas e ações comunitárias.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	31	29	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda conceitos fundamentais da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), aprovada pela Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, especialmente os atributos da Atenção Básica e seus princípios organizativos.

Gabarito: C

Alternativa A) A Atenção Básica constitui ponto secundário de atenção à saúde e atua mediante encaminhamento prévio da média complexidade. Errada.

Justificativa

A alternativa apresenta dois erros.

Primeiramente, a Atenção Básica não é um ponto secundário de atenção, mas sim a porta de entrada preferencial e principal da Rede de Atenção à Saúde (RAS).

Além disso, o acesso à Atenção Básica ocorre de forma direta, sem necessidade de encaminhamento prévio da média complexidade. Na realidade, é a Atenção Básica que, quando necessário, encaminha o usuário para os demais níveis de atenção. Alternativa B) A longitudinalidade do cuidado pressupõe atendimento episódico e desvinculado, priorizando apenas demandas agudas apresentadas pelos usuários. Errada.

Justificativa

A alternativa descreve exatamente o oposto do conceito de longitudinalidade.

A longitudinalidade caracteriza-se pelo acompanhamento contínuo da pessoa ao longo do tempo, estabelecendo vínculo entre profissionais, equipe e usuários, independentemente da existência de doença.

Não se restringe ao atendimento de episódios agudos.

Alternativa C) A territorialização e a população adscrita permitem o planejamento descentralizado das ações de saúde, favorecendo vínculo e responsabilização entre equipes e comunidade. Correta.

Justificativa

A territorialização e a definição da população adscrita constituem elementos estruturantes da Atenção Básica.

Cada equipe é responsável por um território e por uma população específica, permitindo:

- conhecer as características sociais, econômicas e epidemiológicas da comunidade;
- planejar ações conforme as necessidades locais;
- fortalecer o vínculo entre equipe e usuários;
- promover responsabilização sanitária;
- facilitar o acompanhamento longitudinal.

A descrição da alternativa está de acordo com a PNAB.

Alternativa D) A equidade na Atenção Básica autoriza diferenciação do acesso aos serviços conforme a condição socioeconômica do usuário, considerando as informações coletadas durante as visitas e os respectivos cadastramentos. Errada.

Justificativa

A alternativa faz interpretação equivocada do princípio da equidade.

A equidade não autoriza restringir ou diferenciar o acesso aos serviços conforme a condição socioeconômica do usuário. Pelo contrário, significa reconhecer que pessoas e grupos têm necessidades diferentes e, por isso, algumas necessitam de maior atenção para que todos tenham oportunidade de alcançar melhores condições de saúde.

Ou seja:

- não há privilégios;
- não há restrição de acesso;
- há priorização de ações conforme necessidades em saúde, buscando reduzir desigualdades.

As informações obtidas nas visitas domiciliares e nos cadastros servem justamente para identificar vulnerabilidades e organizar o cuidado de forma mais adequada.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	32	26	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda os princípios doutrinários e organizativos do Sistema Único de Saúde (SUS) previstos na Lei nº 8.080/1990, especialmente aqueles relacionados ao acesso aos serviços de saúde e ao enfrentamento das desigualdades.

Gabarito: C

Alternativa A) Integralidade, por restringir a assistência às ações preventivas realizadas na Atenção Básica. Errada.

Justificativa

A alternativa contradiz o próprio conceito de integralidade. Esse princípio determina que a assistência à saúde deve contemplar ações preventivas e curativas, individuais e coletivas, em todos os níveis de complexidade do sistema.

A integralidade não restringe a assistência à Atenção Básica nem apenas às ações preventivas. Pelo contrário, pressupõe uma atenção contínua e articulada, abrangendo promoção, prevenção, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos.

Na situação apresentada, o problema central não é a abrangência da assistência, mas sim a existência de barreiras de acesso decorrentes de discriminação e vulnerabilidade social.

Alternativa B) Descentralização político-administrativa, por transferir aos distritos a responsabilidade pela assistência integral à saúde. Errada.

Justificativa

A descentralização constitui um dos princípios organizativos do SUS e refere-se à distribuição das responsabilidades entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Entretanto, esse princípio não trata do combate à discriminação nem da garantia de acesso igualitário aos usuários.

Além disso, a alternativa incorre em erro ao afirmar que a responsabilidade seria transferida aos distritos, quando a Lei nº 8.080/1990 estabelece a descentralização com direção única em cada esfera de governo.

Alternativa C) Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie, assegurando acesso universal aos serviços de saúde. Correta.

Justificativa

A situação descrita evidencia que a usuária sofreu discriminação e teve dificuldades de acesso aos serviços de saúde em razão de sua condição socioeconômica.

A equipe deve reorganizar o acolhimento para garantir que ela seja atendida sem preconceitos ou privilégios, assegurando igualdade de acesso aos serviços do SUS.

Esse é exatamente o princípio previsto na Lei nº 8.080/1990.

Embora a alternativa mencione também o "acesso universal", isso não a torna incorreta, pois a igualdade da assistência concretiza o acesso universal ao impedir discriminações e assegurar tratamento equitativo aos usuários.

Alternativa D) Regionalização, por determinar que o acesso aos serviços de saúde ocorra exclusivamente conforme a complexidade tecnológica disponível em cada território. Errada.

Justificativa

A regionalização organiza os serviços de saúde em regiões para garantir integração e racionalização da assistência.

Entretanto, ela não determina que o acesso ocorra exclusivamente conforme a complexidade tecnológica disponível no território, tampouco está relacionada ao enfrentamento de discriminação ou desigualdade no atendimento.

Na situação apresentada, o problema é a necessidade de assegurar atendimento igualitário, e não a organização regional da rede.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	27	33	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recurso indeferido:

A) Incorreta.

A busca ativa é uma atribuição importante da APS e do ACS, especialmente quando há abandono do acompanhamento de pessoas vulneráveis. O vínculo não depende apenas da iniciativa do usuário.

B) Incorreta.

Embora a gestão tenha responsabilidades sobre infraestrutura, o ACS pode e deve identificar essas barreiras e levá-las para discussão na equipe, contribuindo para soluções locais e encaminhamentos necessários.

C) Incorreta.

A situação não é apenas um problema clínico. Ela envolve determinantes sociais da saúde e dificuldades de acesso, aspectos centrais da Atenção Primária.

D) Correta.

A proposta do ACS está em conformidade com a PNAB, valorizando o acolhimento, a humanização, a coordenação do cuidado e o enfrentamento das barreiras sociais e estruturais que limitam o acesso aos serviços de saúde.

A alternativa correta é a D.

D) A atuação está alinhada aos princípios da humanização, do acolhimento e da coordenação do cuidado, reconhecendo que barreiras sociais e estruturais interferem diretamente no acesso à saúde.

Justificativa

O caso descreve uma atuação típica da Atenção Primária à Saúde (APS) e do Agente Comunitário de Saúde (ACS), conforme a Lei nº 11.350/2006 e a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB - Portaria nº 2.436/2017).

O ACS: Identificou uma situação de vulnerabilidade durante visita domiciliar;

Reconheceu barreiras de acesso (falta de transporte, barreiras arquitetônicas e atendimento desrespeitoso);

Propôs busca ativa, reorganização do acolhimento e articulação com a rede de apoio do território;

Buscou fortalecer o vínculo entre a usuária e a equipe de saúde.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	28	30	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Análise das alternativas

A) Incorreta.

A Lei nº 11.350/2006, em seu art. 6º, inciso I, estabelece que o Agente Comunitário de Saúde deve residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do edital do processo seletivo público, e não apenas após sua aprovação.

B) Incorreta.

O ACS tem, entre suas atribuições, a realização de visitas domiciliares periódicas, mas também desenvolve ações educativas individuais e coletivas, de promoção da saúde, prevenção de doenças e mobilização da comunidade. Portanto, não há vedação às ações educativas coletivas.

C) Incorreta.

Nos termos da Lei nº 11.350/2006, o ACS exerce suas atividades exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), integrando as equipes de Atenção Primária. A lei não prevê o exercício de suas atividades em instituições privadas conveniadas ao SUS mediante autorização do gestor municipal.

D) Correta.

O art. 10 da Lei nº 11.350/2006 prevê que o contrato do ACS poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Pública por insuficiência de desempenho, desde que essa hipótese seja regulamentada e seja assegurado ao menos um recurso hierárquico com efeito suspensivo, garantindo o devido processo administrativo.

Gabarito: D.

Fonte:

- Lei nº 11.350/2006
 - Art. 6º, I – requisito de residência na área desde a publicação do edital.

- Art. 3º – atribuições do ACS, incluindo visitas domiciliares e ações educativas.
- Art. 10 – hipóteses de rescisão do contrato, incluindo insuficiência de desempenho com garantia de recurso administrativo com efeito suspensivo.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	38	35	36

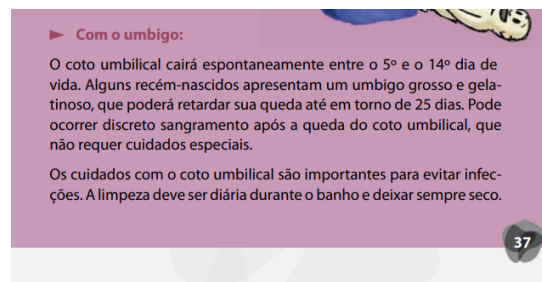
Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos não merecem provimento.

Preliminarmente, registra-se que o presente julgamento refere-se ao gabarito da Prova. Eventuais divergências quanto ao número da questão ou à letra da alternativa decorrem da existência de diferentes tipos de prova, sem qualquer alteração do conteúdo efetivamente avaliado.

No mérito, não assiste razão aos recorrentes.

A questão foi elaborada com fundamento no Guia Prático do Agente Comunitário de Saúde, publicação oficial do Ministério da Saúde, compatível com o conteúdo programático do certame. Conforme essa referência, o coto umbilical desprende-se espontaneamente entre o 5º e o 15º dia de vida, podendo, em alguns recém-nascidos com coto umbilical mais espesso, permanecer por período superior, sem que isso represente, por si só, situação patológica. Assim, a afirmativa I encontra-se correta. A imagem, extraída da referência citada, comprova a veracidade da afirmativa questionada.



O recurso parte da premissa de que todo coto umbilical com permanência superior a quinze dias configura alteração patológica, conclusão que não encontra respaldo na referência oficial utilizada pela Banca. Embora atrasos importantes possam justificar avaliação clínica em situações específicas, a simples possibilidade de permanência do coto por período mais prolongado não torna incorreta a assertiva, que descreve uma orientação geral e não um protocolo de investigação diagnóstica.

As afirmativas II, III e IV permanecem incorretas. O sangramento discreto após a queda do coto umbilical constitui ocorrência fisiológica e não caracteriza urgência cirúrgica. Da mesma forma, o uso de faixas, esparadrapos ou outros artefatos sobre a região umbilical não previne hérnias e é expressamente desaconselhado pelo Ministério da Saúde. Também é incorreta a recomendação de aplicação de ervas sobre o coto umbilical, prática que aumenta o risco de contaminação e infecções, devendo o coto permanecer limpo e seco.

Dessa forma, a única alternativa compatível com o enunciado é aquela que considera incorretas as afirmativas II, III e IV, correspondente à alternativa D

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia prático do agente comunitário de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. p. 37-38.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	39	34	37

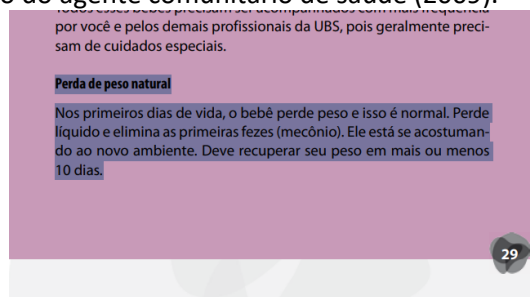
Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos não merecem provimento.

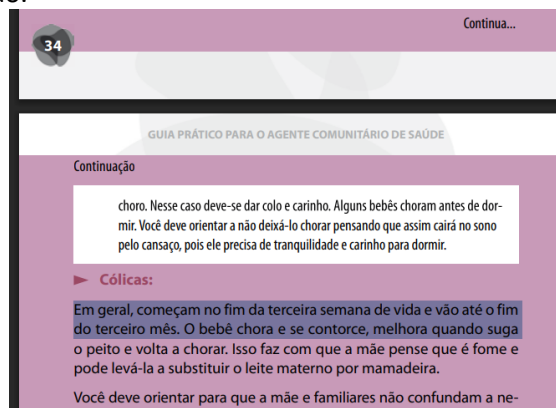
Preliminarmente, observa-se que parte das alegações apresentadas faz referência genérica a manuais do Ministério da Saúde e da Sociedade Brasileira de Pediatria, sem indicar de forma precisa a edição, o capítulo ou a página correspondente. A ausência de referência bibliográfica específica dificulta a comprovação objetiva da suposta divergência apontada. Ademais, a questão foi elaborada com fundamento em referência oficial compatível com o conteúdo programático do certame, cuja orientação foi reproduzida fielmente.

No mérito, a afirmativa III está correta. Ao afirmar que o recém-nascido recupera o peso "geralmente em torno de dez dias", a questão não estabelece um marco temporal rígido ou absoluto. A expressão "em torno de" indica aproximação e admite a variação fisiológica descrita pela literatura médica. Assim, o fato de outras referências mencionarem que essa recuperação pode ocorrer entre o décimo e o décimo quarto dia de vida não torna a assertiva incorreta, pois o décimo dia integra o intervalo fisiológico normalmente aceito.

Comprovação extraída do Guia prático do agente comunitário de saúde (2009).



Também não procede a impugnação da afirmativa IV. A assertiva utiliza a expressão "em geral", deixando claro que se refere ao comportamento habitualmente observado, e não a uma regra absoluta aplicável a todos os recém-nascidos. O *Guia prático do agente comunitário de saúde*, referência utilizada na elaboração da questão, informa que as cólicas costumam iniciar-se ao final da terceira semana de vida e desaparecer ao final do terceiro mês. A redação da afirmativa reproduz exatamente essa orientação.



O fato de outras obras descreverem que as cólicas podem surgir entre a segunda e a terceira semana de vida não caracteriza erro técnico. Trata-se de pequena variação cronológica encontrada na literatura especializada, que não invalida a informação constante da referência adotada pela Banca. Da mesma forma, a existência de recém-nascidos que não apresentem cólicas ou que as desenvolvam em momento diverso não torna incorreta uma assertiva que descreve o padrão clínico mais frequente, especialmente porque emprega a expressão "em geral".

As demais afirmativas também foram corretamente avaliadas. A afirmativa I permanece incorreta, pois a secreção vaginal esbranquiçada, eventualmente acompanhada de discreto sangramento, constitui manifestação fisiológica decorrente da influência hormonal materna, não caracterizando infecção ginecológica neonatal nem indicação de internação hospitalar. A afirmativa II está correta ao descrever a sequência fisiológica da eliminação do mecônio, seguida pelas fezes de transição esverdeadas e, posteriormente, pelas fezes amareladas e pastosas.

Dessa forma, permanecem corretas as afirmativas II, III e IV, correspondentes à alternativa D, inexistindo fundamento para alteração do gabarito ou anulação da questão.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia prático do agente comunitário de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. p. 29 e 35.

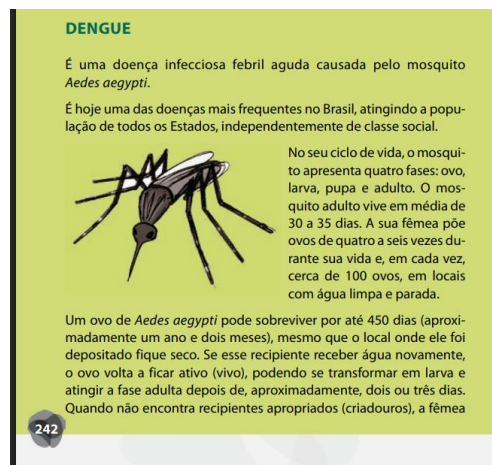
BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	40	39	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos não merecem provimento.

Preliminarmente, observa-se que parte das alegações apresentadas não está acompanhada de referência bibliográfica idônea e verificável. Alguns recorrentes fazem menção genérica à Fiocruz, ao Ministério da Saúde ou à literatura científica, sem indicar obra, edição ou página específica. Outro recorrente fundamenta sua irresignação em estudo desenvolvido pela UNESP. Todavia, artigos científicos isolados, pesquisas acadêmicas ou estudos experimentais não constituem referência bibliográfica adequada para impugnação de questões objetivas de concursos públicos, especialmente quando confrontam conteúdo extraído de manuais oficiais ou de obras técnicas consolidadas. Em concursos públicos, a aferição do conhecimento deve observar referências oficiais e amplamente consolidadas, como publicações do Ministério da Saúde, da Organização Mundial da Saúde ou obras de referência reconhecidas na área, e não resultados de pesquisas individuais, cujas conclusões podem refletir condições experimentais específicas e ainda não incorporadas às diretrizes oficiais.

No mérito, a alternativa C permanece correta. O Guia Prático do Agente Comunitário de Saúde, referência oficial adotada pela Banca, informa que os ovos do *Aedes aegypti* apresentam elevada resistência à dessecação, podendo permanecer viáveis por até 450 dias, mesmo quando depositados em recipientes secos. A assertiva reproduz fielmente essa informação.



A alegação de que outras instituições utilizam expressões como "mais de um ano", "aproximadamente um ano" ou "cerca de 365 dias" não torna a alternativa incorreta. Essas expressões representam estimativas gerais e não são incompatíveis com a informação mais específica constante da referência adotada pela Banca. A indicação de um período máximo de até 450 dias corresponde a dado técnico aceito na literatura oficial utilizada para elaboração da questão.

Também não procede a alegação de que a alternativa A estaria correta. Embora existam estudos experimentais avaliando os efeitos da cafeína ou da borra de café sobre o desenvolvimento de larvas do *Aedes aegypti*, não existe recomendação oficial do Ministério da Saúde reconhecendo a utilização da borra de café como medida eficaz para eliminação dos ovos do mosquito. Ao contrário, os órgãos oficiais de vigilância em saúde classificam essa prática como um mito, não recomendando sua utilização como estratégia de controle do vetor. Assim, a assertiva A permanece incorreta.

Igualmente improcede a alegação de que a alternativa B poderia ser considerada correta. O *Aedes aegypti* é um inseto holometábolo, apresentando metamorfose completa composta por quatro fases: ovo, larva, pupa e adulto. A fase de ninfa é característica de insetos hemimetábolos e não integra o ciclo biológico do mosquito, inexistindo sinonímia técnica entre "ninfa" e "pupa" na Entomologia.

A alternativa D também permanece incorreta, pois o desenvolvimento do mosquito, da fase de ovo até a fase adulta, ocorre, em condições favoráveis, em período inferior ao indicado na assertiva, não correspondendo ao intervalo fixo de vinte a trinta dias apresentado.

Dessa forma, não há duplicidade de respostas corretas nem divergência técnica apta a justificar a anulação da questão, permanecendo correta a alternativa C.

Referências:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia prático do agente comunitário de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. p. 242.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde. *Mitos sobre o mosquito da dengue*. Disponível em: <https://www.dengue.pr.gov.br/Pagina/Mitos-sobre-o-mosquito-da-Dengue>. Acesso em: 16 jul. 2026.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	34	40	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos não merecem provimento.

Inicialmente, observa-se que parte dos recorrentes fundamenta suas alegações em diretrizes específicas de traumatologia dentária ou em interpretações particulares acerca das atribuições do Agente Comunitário de Saúde, sem demonstrar incompatibilidade entre a questão e a referência oficial utilizada pela Banca. A questão foi elaborada com base no **Guia Prático do Agente Comunitário de Saúde**, publicação oficial do Ministério da Saúde, compatível com o conteúdo programático do certame. A comprovação do gabarito é mostrado na imagem extraída do documento oficial.

No mérito, não procede a alegação de que a alternativa D seria tecnicamente incorreta por não distinguir entre dentes permanentes e dentes decíduos. O contexto da questão refere-se a **adolescentes** participantes de atividade educativa do Programa Saúde na Escola, faixa etária em que, como regra, a dentição é permanente. A hipótese de persistência excepcional de dentes decíduos em alguns adolescentes constitui situação clínica atípica, incapaz de afastar a objetividade da questão, que avalia o conhecimento geral esperado do Agente Comunitário de Saúde.

Além disso, a alternativa não afirma que todo dente avulsionado deva ser obrigatoriamente reimplantado, mas orienta que o adolescente procure imediatamente atendimento odontológico, transportando o dente em leite ou soro fisiológico para **tentativa de reimplante**. Trata-se da conduta inicial de urgência amplamente recomendada para preservar a viabilidade do elemento dentário até a avaliação profissional, conforme a orientação oficial adotada pela Banca.

Também não prospera o argumento de que a alternativa deveria mencionar o tempo máximo para realização do reimplante ou descrever integralmente o protocolo de atendimento. A questão não pretendeu avaliar o protocolo completo de traumatologia dentária, mas sim a orientação inicial que deve ser transmitida à população em situações de urgência, compatível com o nível de conhecimento exigido do cargo.

Igualmente improcede a alegação de extrapolação das atribuições do Agente Comunitário de Saúde. Nos termos da Lei nº 11.350/2006, o ACS exerce atividades de promoção da saúde, prevenção de agravos, orientação às famílias e educação em saúde, desenvolvidas no âmbito da Atenção Primária. A transmissão de orientações básicas acerca da necessidade de procurar atendimento odontológico imediato e da forma adequada de conservação do dente até a chegada ao serviço de saúde insere-se no conjunto de ações educativas e de orientação à comunidade, não se confundindo com a execução de procedimento clínico privativo do cirurgião-dentista.

A questão, em nenhum momento, atribui ao ACS a realização de reimplante dentário ou a definição de conduta clínica especializada. Limita-se a avaliar o conhecimento sobre a orientação inicial que deve ser fornecida à população diante de situação de urgência, em consonância com as atribuições educativas inerentes ao cargo.

As demais alternativas permanecem incorretas. A alternativa A erra ao afirmar que a erosão dentária decorrente do consumo frequente de refrigerantes resulta em perda **reversível** da estrutura mineral dos dentes, quando essa perda é irreversível. A alternativa B recomenda medidas sem respaldo técnico para prevenção da periodontite. A alternativa C atribui, incorretamente, aos anti-inflamatórios uso contínuo como tratamento para o bruxismo.

Dessa forma, permanece correta a alternativa **D**, inexistindo fundamento para alteração do gabarito ou anulação da questão.

Referências:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia prático do agente comunitário de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. p. 84-86.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	36	37	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos não merecem provimento.

Registra-se que o presente julgamento se refere ao gabarito da Prova. Eventuais diferenças quanto ao número da questão ou à letra da alternativa indicada nos recursos decorrem da existência de diferentes tipos de caderno, sem alteração do conteúdo material avaliado.

Parte dos recursos, embora formalmente requeira alteração do gabarito, reconhece expressamente que a alternativa referente à vacinação da gestante contra o Vírus Sincicial Respiratório é a correta. Tais argumentos, portanto, confirmam o conteúdo do gabarito da Prova Tipo I – Branca, não havendo providência de alteração a ser realizada.

No que se refere à alegação de extrapolação do conteúdo programático, esta não merece acolhimento. O edital prevê expressamente conteúdos relacionados à gestação, ao pré-natal, à imunização, aos cuidados com o recém-nascido e às atribuições do Agente Comunitário de Saúde. A vacinação da gestante constitui medida integrante da assistência pré-natal e da política nacional de imunizações, inserindo-se diretamente nesses conteúdos. Não se exige que o edital enumere individualmente cada vacina, imunobiológico ou atualização do Calendário Nacional de Vacinação para que o tema possa ser objeto de avaliação.

Também não procede a alegação de que a matéria seria excessivamente recente ou imprevisível. A vacina contra o Vírus Sincicial Respiratório para gestantes foi registrada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em abril de 2024, passando a integrar oficialmente as estratégias de prevenção das infecções respiratórias graves em recém-nascidos. Posteriormente, o Ministério da Saúde incorporou o imunizante ao Calendário Nacional de Vacinação da Gestante, estabelecendo expressamente a administração de uma dose a partir da 28ª semana gestacional, em cada gestação. Dessa forma, quando da realização do certame, tratava-se de recomendação oficial vigente e amplamente divulgada pelos órgãos competentes.

Igualmente não procede a alegação de que a questão atribuiria competência indevida ao Agente Comunitário de Saúde. O enunciado não atribui ao ACS a prescrição, indicação clínica ou aplicação do imunobiológico. A questão avalia o conhecimento necessário para o exercício de suas atribuições educativas, consistentes em orientar a gestante, incentivar a adesão ao pré-natal e promover ações de educação em saúde, atividades expressamente previstas na legislação da categoria.

As demais alternativas permanecem incorretas. A alternativa A afirma, equivocadamente, que os partos domiciliares assistidos por parteiras tradicionais constituem prática proibida pelo Sistema Único de Saúde, afirmação que não encontra respaldo nas políticas públicas brasileiras. A alternativa B atribui ao ACS competência para realizar cálculo individualizado da necessidade hídrica da gestante e registrá-lo em instrumento de acompanhamento, atividade que extrapola suas atribuições legais. A alternativa D contraria as recomendações nutricionais do Ministério da Saúde ao afirmar que o consumo de carnes e leguminosas favoreceria retenção hídrica e constipação intestinal, quando tais alimentos são recomendados durante toda a gestação por constituírem importantes fontes de ferro e proteínas.

Dessa forma, permanece correta a alternativa C da Prova, inexistindo fundamento para alteração do gabarito ou anulação da questão.

Referências:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia prático do agente comunitário de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. p. 151.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Calendário Nacional de Vacinação – Gestante*. Brasília: Ministério da Saúde, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/arquivos/calendario-nacional-de-vacinacao-gestante>. Acesso em: 16 jul. 2026. O calendário recomenda a administração de uma dose da vacina contra o Vírus Sincicial Respiratório (VSR) a partir da 28ª semana gestacional, em cada gestação.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Anvisa registra vacina para prevenção de bronquiolite em bebês*. Brasília: Anvisa, 1º abr. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2024/anvisa-registra-vacina-para-prevencao-de-bronquiolite-em-bebes>. Acesso em: 16 jul. 2026. A publicação informa o registro da vacina Abrysvo para imunização de gestantes, em dose única, durante o

segundo ou terceiro trimestre da gestação, destinada à proteção de recém-nascidos contra doenças respiratórias causadas pelo Vírus Sincicial Respiratório (VSR).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	35	38	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos não merecem provimento.

Registra-se, inicialmente, que o presente julgamento se refere ao gabarito, na qual a sequência correta corresponde à alternativa C. Eventuais diferenças quanto à numeração da questão ou à letra da alternativa indicada pelos recorrentes decorrem da existência de diferentes tipos de caderno, com alteração da ordem das questões e das opções de resposta, sem modificação do conteúdo material avaliado.

O recurso que discute saúde bucal, avulsão dentária e atribuições do Agente Comunitário de Saúde não se relaciona com a questão ora examinada, cujo objeto consiste na associação entre sarampo, rubéola e poliomielite e suas respectivas características. Por ausência de pertinência temática, esse recurso é considerado prejudicado.

Quanto aos recursos que requerem alteração do gabarito para a sequência 2, 3, 1, verifica-se que essa é precisamente a resposta indicada na alternativa C da Prova Tipo I – Branca. A primeira descrição refere-se à rubéola, identificada pelo risco de anormalidades fetais e de síndrome da rubéola congênita quando a infecção ocorre durante a gestação. A segunda corresponde à poliomielite, por descrever infecção viral com comprometimento do sistema nervoso e possibilidade de paralisia muscular. A terceira refere-se ao sarampo, cuja principal medida de prevenção é a vacinação. Portanto, a sequência correta permanece 2, 3, 1.

Não procede a alegação de que a descrição da rubéola estaria incorreta por mencionar a administração da vacina tríplice viral aos quinze meses. Na verdade, a vacinação deve ocorrer a partir dos 12 meses, com intervalo adequado entre a primeira e segunda dose, conforme consta em <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/r/rubeola>. Segundo o Ministério Público da União (MPU), a prevenção da rubéola é realizada por meio da vacinação, sendo que:

A rubéola é prevenida com a vacina Tríplice viral, que é eficiente em quase 100% dos casos e deve ser administrada nas crianças aos 15 meses de vida.

Referência: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (MPU). Doenças da Infância. Disponível em: <https://saude.mpu.mp.br/materninho/doencas-da-infancia>. Acesso em: 16 jul. 2026.

O Calendário Nacional de Vacinação estabelece que a administração da tríplice viral se inicia aos doze meses, com nova dose aos quinze meses. Desse modo, a informação de que a vacina é administrada aos quinze meses está correta, pois essa idade integra a faixa do esquema vacinal previsto (seja para a primeira ou segunda dose). A utilização da expressão “aos quinze meses” não exclui a dose anterior nem transforma a assertiva em tecnicamente falsa.

Também não prospera a alegação de que a referência à vacinação contra o sarampo antes dos doze meses seria necessariamente obsoleta ou incompatível com as orientações oficiais. A dose aplicada nessa faixa etária corresponde à denominada Dose Zero, administrada com vacina que contenha o componente sarampo em crianças de seis meses a onze meses e vinte e nove dias (o que inclui, obviamente, crianças de 9 meses), diante de risco epidemiológico aumentado. Segundo o portal do projeto Materninho, do Ministério Público da União (MPU), a imunização é a estratégia central para o controle do sarampo. O portal esclarece que

"A principal medida de prevenção do sarampo é a vacinação. Deve ser aplicada uma dose da vacina anti-sarampo a partir dos nove meses e uma dose adicional a partir dos 12 meses, juntamente com o reforço da tríplice bacteriana (DTP) e da Sabin, ou com a tríplice viral (MMR: sarampo, rubéola e caxumba)".

Referência: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (MPU). Doenças da Infância. Disponível em: <https://saude.mpu.mp.br/materninho/doencas-da-infancia>. Acesso em: 16 jul. 2026.

A Nota Técnica nº 63/2025-CGICI/DPNI/SVSA/MS estabeleceu a Dose Zero como estratégia destinada a oferecer proteção precoce e temporária em contextos de maior risco de exposição ao vírus, esclarecendo que essa aplicação não

substitui as doses do calendário de rotina aos doze e aos quinze meses. Portanto, a vacinação “a partir dos nove meses” encontra-se inserida na faixa etária abrangida pela estratégia oficial.

Da mesma forma, a Nota Técnica nº 49/2025-DPNI/SVSA/MS ampliou a recomendação da Dose Zero para todos os municípios de diversos estados, entre os quais Rondônia. A medida alcançou, portanto, o Município de Ji-Paraná, local expressamente indicado no enunciado. O próprio Governo do Estado de Rondônia divulgou a intensificação da vacinação de crianças de seis a onze meses com a Dose Zero como parte das ações estratégicas de prevenção ao sarampo.

Desse modo, embora a Dose Zero não substitua o esquema regular aos doze e aos quinze meses, não se trata de prática histórica ou desprovida de aplicação atual. Constitui estratégia oficial complementar, expressamente recomendada para Rondônia em razão do risco de reintrodução e circulação do vírus. A alegação de que a vacinação anterior aos doze meses ocorreria em contextos epidemiológicos específicos, portanto, não invalida a questão; ao contrário, confirma a existência e a pertinência da medida no contexto territorial apresentado.

Quanto à menção aos reforços da DTP e da vacina Sabin, reconhece-se que os calendários de imunização sofrem atualizações periódicas quanto às idades e aos imunobiológicos empregados. Entretanto, a questão não solicitou a identificação detalhada do calendário vacinal vigente, mas a correlação das doenças com suas características clínicas e preventivas. Esse trecho possui natureza complementar e não altera o elemento central da descrição: o sarampo é prevenido por vacinação específica, inclusive por estratégias de proteção antecipada e pela vacina tríplice viral.

As descrições permanecem suficientemente individualizadas. O risco de anormalidades fetais identifica a rubéola; o comprometimento neurológico com paralisia identifica a poliomielite; e a prevenção mediante vacina com componente sarampo identifica o sarampo. Nenhuma das informações questionadas permite associação diversa ou gera mais de uma sequência plausível.

Dessa forma, mantém-se o gabarito da alternativa C, correspondente à sequência 2, 3, 1, inexistindo fundamento para alteração ou anulação da questão.

Referências:

- BRASIL. Ministério Público da União. Secretaria de Serviços Integrados de Saúde. *Materninho: doenças da infância*. Brasília, DF: MPU, [s.d.]. Disponível em: <https://saude.mpu.mp.br/materninho/doencas-da-infancia>. Acesso em: 13 maio 2026.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Nota Técnica nº 63/2025-CGICI/DPNI/SVSA/MS. Indicação da Dose Zero da vacina contra o sarampo em contextos de risco aumentado de exposição ao vírus. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025. Itens 1.1 e 2.1 a 2.3.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Nota Técnica nº 49/2025-DPNI/SVSA/MS. Recomendações de Dose Zero da vacina contra o sarampo e de vacinação de pessoas com alergia à proteína do leite. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025. Itens 2.1, 2.2 e 3.1 a 3.2.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Calendário Nacional de Vacinação*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2026.
- RONDÔNIA. Governo do Estado. *Governo de RO amplia ações de combate ao sarampo e reforça aplicação da Dose Zero*. Porto Velho: Governo do Estado de Rondônia, 2025. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/governo-de-ro-amplia-acoes-de-combate-ao-sarampo-e-reforca-aplicacao-da-dose-zero/>. Acesso em: 16 jul. 2026.

Cargo: Agente de Controle de Endemias

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
1	5	4	8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Releia o excerto: “Nada reflete tão bem o estado de espírito da espécie humana hoje. Se é entre telas que passamos cerca de um terço dos nossos dias, é nelas que procuramos as respostas para nossas angústias. E é por isso que quem pinta o retrato fiel e inquietante da nossa era só podia ser o Google, o maior sistema de buscas on-line.” (1º§). Sobre o trecho destacado é correto afirmar que:”, a alternativa “A) As imagens

que fazem referência ao ambiente virtual demonstram a realidade vivida na contemporaneidade de modo verossímil.” foi adequadamente indicada como correta. No trecho: "Se é entre telas que passamos cerca de um terço dos nossos dias, é nelas que procuramos as respostas para nossas angústias. E é por isso que quem pinta o retrato fiel e inquietante da nossa era só podia ser o Google..." há um conjunto de imagens metafóricas ligadas ao ambiente digital: "telas" = representa a vida mediada pela tecnologia; "Google pinta o retrato da nossa era" = personificação (o Google é apresentado como alguém capaz de retratar a sociedade); "retrato fiel e inquietante" = metáfora para os dados das pesquisas realizadas pelos usuários. Essas imagens representam de forma verossímil (isto é, convincente e compatível com a realidade) um comportamento típico da contemporaneidade: recorrer à internet para compreender problemas pessoais e sociais. A alternativa **“B)”** O uso do registro padrão demonstra o emprego de estratégia de persuasão em se tratando do público jovem a que o texto se destina.” não pode ser indicada como correta. O texto não se destina especificamente ao público jovem, é uma reportagem de divulgação científica publicada para um público amplo. Ele fala sobre jovens, mas não é dirigido exclusivamente a eles. O uso da norma-padrão não caracteriza uma estratégia voltada ao público jovem. O registro padrão é esperado em textos jornalísticos e científicos porque busca: credibilidade; objetividade; formalidade. Ele não é escolhido especificamente para convencer jovens. Logo, a justificativa da alternativa é falsa. A alternativa **“C)”** A negativa inicial promove uma interpretação ambígua por não estabelecer conexão com informação antecedente, estratégia enunciativa utilizada com o propósito de atrair o leitor.” não pode ser indicada como correta. A frase inicial é: "Nada reflete tão bem o estado de espírito da espécie humana hoje." Essa negativa ("Nada") não produz ambiguidade, ela constitui uma estrutura enfática, equivalente a: "Nenhuma coisa reflete tão bem..." É uma construção bastante comum em português. Além disso, não há necessidade de existir informação anterior. É o início do texto. O referente ("Nada") será esclarecido logo em seguida: passamos o dia entre telas; buscamos respostas no Google; logo, o Google representa o estado da humanidade. Ou seja, há um processo de progressão temática, não de ambiguidade. A negativa inicial serve para criar ênfase e despertar interesse, mas não porque seja ambígua. A alternativa **“D)”** As afirmativas encadeadas no período permitem o reconhecimento de que há uma progressão textual que pode ser alterada modificando a ordem da apresentação dos períodos que o compõem.” não pode ser indicada como correta. A primeira parte está correta: Há, realmente, uma progressão textual. Observe: passamos muito tempo nas telas; procuramos respostas nelas; por isso, o Google retrata nossa época. Essa sequência segue uma cadeia lógica de causa e consequência. O erro está na segunda parte: "...pode ser alterada modificando a ordem..." Não pode. Veja: Se passamos muito tempo nas telas, procuramos respostas nelas, por isso o Google reflete nossa época. Se invertermos: O Google retrata nossa época, passamos muito tempo nas telas, procuramos respostas nelas. O raciocínio perde sua construção argumentativa. A expressão "É por isso que..." marca explicitamente uma relação de consequência. Portanto, a ordem é motivada pela lógica do texto e não pode ser livremente alterada.

Fontes:

- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2019. KOCH, Ingedore Villaça. O texto e a construção dos sentidos. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coesão textual. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
3	7	1	5

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os trechos a seguir, assinale a alternativa em que o elemento destacado DIFERENCIA-SE dos demais de acordo com a classificação morfológica que lhe é atribuída.”, a alternativa **“D)”** “[...] ainda que nem sempre tenha consciência dos riscos associados à descarga dos hormônios do estresse.” (2º§).” foi adequadamente indicada como correta. Aqui o "que" não retoma nenhum antecedente. Ele faz parte da locução conjuntiva “ainda que” que significa “embora”, “mesmo que”. Exemplo: Ainda que esteja cansado, trabalhou. = Embora estivesse cansado... Observe que não existe

nenhum substantivo antes para o "que" retomar. Ele apenas liga duas orações exprimindo uma relação de concessão. Portanto, aqui "que" não é pronome, mas parte de uma locução conjuntiva subordinativa concessiva. A alternativa **"A)** "[...] por situações que despertam uma das mais primitivas reações do organismo." (1º§)." não pode ser indicada como correta. O "que" retoma um substantivo antecedente: situações - que despertam... Pode-se substituir por: situações as quais despertam... Como aceita essa substituição, trata-se de pronome relativo. O pronome relativo introduz uma oração subordinada adjetiva e retoma um termo antecedente. A alternativa **"B)** "[...] vem de algo que, por diversas razões, a medicina tradicional deixou de fornecer a contento." (4º§)." não pode ser indicada como correta. O antecedente é: algo. Pode-se dizer: algo o qual... Embora "algo o qual" soe pouco natural, a ideia permanece: algo que a medicina deixou de fornecer. O "que" recupera o termo "algo". Logo, é pronome relativo. A alternativa **"C)** "No novo estudo Mapa da Felicidade Real no Brasil, que ouviu 1.500 pessoas de todas as regiões [...]" (2º§)." não pode ser indicada como correta. O antecedente é o estudo "Mapa da Felicidade Real no Brasil". O sentido é: "o estudo o qual ouviu 1.500 pessoas..." O "que" retoma Mapa da Felicidade Real no Brasil (o estudo), introduzindo uma oração subordinada adjetiva explicativa. Também é pronome relativo. Observe que é possível substituir por: "o estudo o qual ouviu 1.500 pessoas..."

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
5	9	3	7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "No título do texto, o emprego do sinal de dois-pontos foi utilizado com o propósito de:", a alternativa **"D)** Indicar esclarecimento diretamente relacionado à informação introduzida anteriormente." foi adequadamente indicada como correta porque corresponde a uma das funções previstas para os dois-pontos pelas principais gramáticas normativas: introduzir uma explicação, um esclarecimento, uma consequência ou uma especificação da ideia anterior. O título do texto é: "Novas pesquisas alertam: o estresse provoca mais danos ao organismo do que se imaginava." Observe que a primeira parte do título anuncia uma informação geral: "Novas pesquisas alertam". A segunda parte esclarece qual é esse alerta: "o estresse provoca mais danos ao organismo do que se imaginava." Ou seja, o trecho após os dois-pontos explica o conteúdo do alerta. É possível reescrever o título assim: Novas pesquisas alertam que o estresse provoca mais danos ao organismo do que se imaginava. Percebe-se que os dois-pontos introduzem um esclarecimento da informação anterior. A alternativa **"A)** Indicar elipse de um verbo em estrutura de coordenação." não pode ser indicada como correta. A elipse ocorre quando um termo (geralmente um verbo) fica subentendido. Exemplo: João gosta de Matemática; Maria, de História. Há elipse do verbo "gosta". No título não existe verbo omitido. Há apenas: Novas pesquisas alertam: o estresse provoca... Os dois verbos aparecem expressos: "alertam"; "provoca". Logo, não há elipse. A alternativa **"B)** Separar o acréscimo de oração justaposta para registro de ato de fala." não pode ser indicada como correta. Essa alternativa descreve casos como: "Ela respondeu: — Não vou." ou "O professor afirmou: "A prova será amanhã."" Os dois-pontos introduzem a fala de alguém. No título, ninguém está falando. A segunda oração não registra um ato de fala, mas explica o conteúdo do alerta. A alternativa **"C)** Marcar a suspensão do discurso a que se segue a reprodução de discurso direto." não pode ser indicada como correta. O discurso direto reproduz literalmente a fala de alguém. Exemplo: "O médico disse: — Você precisa descansar." ou "Ela perguntou: "Você vem?"" No título não existe reprodução literal de fala. Não há aspas nem travessão nem enunciado atribuído a um falante. Há apenas uma explicação.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
7	2	9	4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os grupos a seguir relacionados, é possível observar a ocorrência de dígrafo (consonantal ou vocálico) em todos os termos em:”, a alternativa “**A**) Que; falando; ainda.” foi adequadamente indicada como correta. Todas as palavras apresentam dígrafo (consonantal ou vocálico). Nas demais alternativas, há pelo menos uma palavra sem dígrafo, encontro de duas letras que representam um único fonema. Há dois tipos principais: Dígrafo consonantal: ch, lh, nh, rr, ss, qu (antes de e/i), gu (antes de e/i). Dígrafo vocálico: ocorre quando m ou n apenas nasalizam a vogal anterior, sem serem pronunciados como consoantes (am, em, im, om, um, an, en, in, on, un, em determinadas posições). “Que”: Tem o dígrafo “qu”. Em “que”, o “u” não é pronunciado. Pronúncia: “que → /ke/”. As duas letras (qu) representam apenas o fonema /k/. “Falando”: Separação: “fa-lan-do”. Na sequência “an”, o “n” apenas nasaliza o “a”. Pronúncia: /falãdu/. O “n” não possui som próprio: dígrafo vocálico. “Ainda”: Separação: “a-in-da”. Na sequência “in”, o “n” nasaliza o “i”. Pronúncia: /aida/. O “n” não é pronunciado isoladamente: dígrafo vocálico. A alternativa “**B**) Brasileiro; bem; parte.” não pode ser indicada como correta. “Brasileiro”: Bra-si-lei-ro. Existe “br”, mas “br” não é dígrafo, é encontro consonantal, pois: “b” possui um som; “r” possui outro. Não há dígrafo. “Bem”: na sequência “em”, o “m” nasaliza o “e”, há dígrafo vocálico. “Parte”: Na palavra “parte”, “rt” é encontro consonantal, cada letra possui som próprio, não há dígrafo. A alternativa “**C**) Nem; riscos; descarga.” não pode ser indicada como correta. “Nem”: Em “em”, o “m” nasaliza o “e”, dígrafo vocálico. “Riscos”: “ris-cos”. Não há: “rr”; “ss”; “ch”; “nh”; “lh”; “qu”; “gu”; nem nasalização por “m” ou “n”. Não possui dígrafo. “Descarga”: des-car-ga. Também não. O grupo “sc” representa dois fonemas (/s/ + /k/), não é dígrafo. A alternativa “**D**) Entrevistados; Brasil; descobriu.” não pode ser indicada como correta. “Entrevistados”: na sequência “en”, o “n” nasaliza o “e”, há dígrafo vocálico. “Brasil”: “Bra-sil” = “br” é encontro consonantal, não é dígrafo. “Descobriu”: “des-co-briu”; não existe dígrafo, “br” novamente é encontro consonantal.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 49. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
9	4	7	1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Durante uma campanha de vacinação promovida pela Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, a coordenação da unidade de saúde precisou encaminhar um documento oficial solicitando materiais e reforço de profissionais a outro setor da própria secretaria. Considerando as normas da redação oficial, o documento mais adequado para essa comunicação é:”, a alternativa “**B**) Memorando, por ser utilizado na comunicação interna entre setores.” foi adequadamente indicada como correta. O memorando é o documento destinado à comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão ou entidade. No enunciado, temos a seguinte situação: a Prefeitura Municipal de Ji-Paraná; uma unidade de saúde; necessidade de encaminhar um documento a outro setor da própria Secretaria Municipal de Saúde. Ou seja, trata-se de comunicação interna, entre setores da mesma administração. O memorando é empregado para: comunicação entre departamentos; comunicação entre setores; comunicação entre unidades administrativas do mesmo órgão. Exemplo: Unidade Básica de Saúde para Departamento de Compras. Ou: Coordenação da Vigilância para Secretaria de Saúde. No caso da questão: Unidade de saúde para outro setor da mesma secretaria. A alternativa “**A**) Ata, por registrar decisões administrativas internas.” não pode ser indicada como correta. A ata não serve para solicitar materiais, sua finalidade é registrar fatos ocorridos durante uma reunião. Exemplos:

decisões; deliberações; votações; presença dos participantes. Exemplo: Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde. No enunciado, não houve reunião nem necessidade de registrar acontecimentos. Logo, a ata não é adequada. A alternativa “C) Ofício, por ser obrigatório em qualquer tipo de comunicação pública.” não pode ser indicada como correta. O erro está na expressão: "obrigatório em qualquer tipo de comunicação pública". Isso é falso. O ofício é utilizado, principalmente, na comunicação: entre órgãos diferentes; entre órgãos públicos e particulares; entre autoridades. Exemplos: Prefeitura para Câmara Municipal; Prefeitura para Governo do Estado; Prefeitura para Ministério da Saúde. Como o documento será enviado a outro setor da mesma secretaria, não se trata da hipótese típica do ofício. Além disso, o ofício não é obrigatório em toda comunicação pública. A alternativa “D) Edital, por divulgar solicitações administrativas entre departamentos.” não pode ser indicada como correta. O edital possui outra finalidade, serve para dar publicidade a atos administrativos. Exemplos: concurso público; licitação; convocação; chamamento público; processos seletivos. Não é utilizado para troca de documentos entre departamentos.

Fontes:

- BRASIL. Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República. 3. ed. rev., atual. e ampl. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 43. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	12	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão informa de forma clara que os 360 servidores efetivos foram distribuídos entre três setores administrativos — protocolo, recursos humanos e tecnologia da informação — e que cada servidor foi alocado em um único setor, estabelecendo, portanto, uma partição do total de servidores. Em seguida, afirma expressamente que o número de servidores lotados no setor de tecnologia da informação corresponde a $\frac{5}{9}$ do total de servidores, não havendo qualquer margem para interpretar essa fração de forma diversa ou atribuí-la a outro setor. Do mesmo modo, o enunciado estabelece que o número de servidores do setor de protocolo equivale a $\frac{3}{5}$ da quantidade de servidores de recursos humanos, redação inequívoca que traduz a relação $P = (\frac{3}{5})RH$, inexistindo fundamento para inverter essa relação ou transferi-la para o setor de tecnologia da informação. Assim, inicialmente calcula-se o quantitativo de servidores da tecnologia da informação: $TI = (\frac{5}{9}) \times 360 = 200$. Como os servidores estão distribuídos exclusivamente entre os três setores, conclui-se necessariamente que os setores de protocolo e recursos humanos somam $P + RH = 360 - 200 = 160$. Substituindo $P = (\frac{3}{5})RH$ nessa igualdade, obtém-se $(\frac{3}{5})RH + RH = 160$, isto é, $(\frac{8}{5})RH = 160$, de onde resulta $RH = 160 \times (\frac{5}{8}) = 100$.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	10	13	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado informa expressamente que existem 11 processos administrativos distintos, sendo cada processo armazenado em uma pasta identificada individualmente, de modo que as 11 pastas constituem objetos distintos para fins de contagem. Além disso, estabelece que essas pastas devem ser organizadas em uma fila "de modo que todas as pastas de uma mesma secretaria permaneçam sempre juntas", condição que impõe apenas uma restrição à disposição dos elementos, sem descaracterizar a individualidade de cada pasta. Assim, cada secretaria deve ser considerada inicialmente como um bloco, totalizando três blocos distintos (saúde, educação e obras), os quais podem ser organizados em 3! maneiras. Em seguida, como as pastas são individualmente identificadas, devem ser consideradas as permutações internas de cada bloco, correspondentes a 5!, 4! e 2!, respectivamente. Pelo Princípio Fundamental da

Contagem, o número total de organizações é dado por $3! \times 5! \times 4! \times 2! = 6 \times 120 \times 24 \times 2 = 34.560$. Não procede a alegação de que apenas a ordem dos blocos deveria ser considerada, pois isso equivaleria a tratar pastas distintas como indistinguíveis, em contradição com a informação expressa de que cada processo está armazenado em uma pasta identificada individualmente. Também não procede a interpretação que considera apenas uma das secretarias como bloco, uma vez que o enunciado determina que todas as pastas de uma mesma secretaria permaneçam juntas, condição válida para os três grupos.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	11	12	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos apresentados não merecem provimento, pois não demonstram a existência de ambiguidade, insuficiência de dados, erro material ou vício de redação capaz de comprometer a validade da questão. O enunciado informa expressamente que a verba de R\$ 480.000,00 será dividida de maneira inversamente proporcional ao número de funcionários de cada unidade e que a escola possui o dobro do número de funcionários do posto de saúde, informações suficientes para determinar univocamente a razão de distribuição da verba. Seja o número de funcionários do posto de saúde igual a x ; então, a escola possui $2x$ funcionários. Como a divisão é inversamente proporcional ao número de funcionários, a razão entre os valores recebidos é $(1/x) : (1/2x) = 2 : 1$, isto é, o posto de saúde recebe duas partes e a escola recebe uma parte. Dessa forma, a verba total deve ser dividida em 3 partes iguais, cabendo à escola $1/3$ do valor total, ou seja, $480.000 \times (1/3) = 160.000$. As alegações de que seria necessário conhecer o número absoluto de funcionários não procedem, pois, em problemas de proporcionalidade, basta conhecer a razão entre as quantidades, sendo o fator comum x eliminado naturalmente na simplificação. Também não procede a interpretação que conduz ao valor de R\$ 320.000,00, pois ela decorre da inversão dos dados do enunciado ou da atribuição da maior parcela à unidade com maior número de funcionários, em desacordo com a regra da proporcionalidade inversa expressamente estabelecida. Da mesma forma, o argumento de que o conceito de proporcionalidade inversa deveria ter sido mais detalhado não se sustenta, uma vez que se trata de expressão matemática consagrada, de significado preciso e compatível com o conteúdo programático da ementa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	16	15	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta apenas uma alternativa correta, não havendo dupla interpretação ou mais de uma resposta possível. As afirmativas I. Uma pasta (diretório) no Windows pode conter arquivos de diferentes formatos e subpastas simultaneamente, permitindo uma organização em estrutura de árvore (hierárquica). e II. O Windows permite que dois arquivos tenham exatamente o mesmo nome, com a mesma extensão (por exemplo, relatório.docx), desde que estejam armazenados em pastas diferentes. - estão corretas, pois o Windows organiza arquivos em estrutura hierárquica de pastas e permite arquivos com o mesmo nome e extensão quando armazenados em diretórios diferentes.

Já a afirmativa III. Ao nomear um arquivo ou pasta no Windows, o usuário pode utilizar livremente qualquer caractere do teclado, não havendo nenhuma restrição quanto ao uso de símbolos. - é incorreta, uma vez que o sistema operacional impõe restrições ao uso de determinados caracteres na nomenclatura de arquivos e pastas (como \, /, :, *, ?, ", <, > e |), além de reservar alguns nomes para uso do sistema.

Apenas a alternativa C (I e II, apenas) atende corretamente ao enunciado, inexistindo ambiguidade ou duplicidade de respostas que justifique a anulação da questão. Portanto, a alternativa correta permanece a letra C) I e II, apenas.

Fontes:

- Denominação de arquivos, caminhos e namespaces. Disponível em: <https://learn.microsoft.com/pt-br/windows/win32/fileio/naming-a-file>
- Sistemas de arquivos locais. Disponível em: <https://learn.microsoft.com/pt-br/windows/win32/fileio/file-systems>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	18	19	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Durante a segunda metade do século XX, Rondônia recebeu intensos fluxos migratórios, e o município de Ji-Paraná destacou-se como importante centro receptor populacional nesse processo. A respeito dos fluxos migratórios relacionados à formação socioespacial de Ji-Paraná, assinale a afirmativa correta.

A) A ocupação populacional municipal associou-se a um elevado percentual de nordestinos no município em busca de trabalho e oportunidades. A alternativa A está **incorreta**, pois embora migrantes nordestinos tenham participado do processo de ocupação amazônica, a dinâmica populacional de Ji-Paraná esteve fortemente associada aos fluxos oriundos das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, vinculados à expansão da fronteira agrícola.

B) A dinâmica migratória municipal relacionou-se principalmente às correntes populacionais litorâneas diretas desenvolvidas no norte do Brasil. B) **Incorreta**. O crescimento demográfico municipal relacionou-se predominantemente às migrações internas brasileiras e aos projetos nacionais de ocupação territorial, e não a correntes migratórias internacionais ligadas à região andina.

C) Os movimentos migratórios contribuíram para a diversificação econômica e para a expansão urbana do município ao longo do processo de ocupação regional. **Correta** “os movimentos migratórios contribuíram para a diversificação econômica e para expansão urbana do município ao longo do processo de ocupação regional”, ou seja, o movimento populacional facilitou a diversificação econômica e o crescimento urbano do município, uma vez que seguiu a mesma tendência de ocupação regional.

D) O crescimento demográfico de Ji-Paraná desenvolveu-se a partir de correntes migratórias internacionais, o que favoreceu a formação socioespacial do município. **Incorreta**. Ji-Paraná desenvolveu-se a partir de correntes migratórias internas do sul, sudeste e centro-oeste o que favoreceu a formação socioespacial do município.

Fontes:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Cidades e Estados: Ji-Paraná (RO). Acesso em: 16 maio 2026.
- Prefeitura Municipal de Ji-Paraná. Acesso em: 16 maio 2026.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
20	20	20	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra D. Em seus contatos iniciais com os não-indígenas, nas primeiras décadas do século XX, os Tupari os denominaram Tarüpa, "maus-espíritos", por serem portadores de doenças e outras adversidades. Os Tupari compartilharam com outros povos de Rondônia um histórico do contato marcado primeiramente pela exploração e expropriação por seringalistas, e a partir da década de 1980 também por madeireiros e garimpeiros. Nos últimos anos os Tupari vêm procurando reverter esse quadro e lutam, com outros povos da região, contra a instalação de barragens no rio Branco. Há estimativas de que houvesse cerca de 3 mil Tupari no início do século XX. O etnólogo Franz Caspar supôs que tenham visto o homem branco pela primeira vez na década de 1920. Desde então, passaram a manter um contato intermitente com seringueiros e outros não-indígenas. O primeiro etnólogo a visitá-los foi Snethlage, em 1934, quando encontrou apenas 250 indivíduos. Caspar, em 1948, registrou 200 e, em seu retorno em 1955 (meses após uma epidemia de sarampo), apenas 66. Como aponta o testemunho, nessa época a presença dos seringueiros, patrões da borracha e outros brancos já era incisiva, trazendo doenças à aldeia e relações de troca assimétricas. Nota-se também o papel dos Makurap como primeiros e principais interlocutores dos brancos. Caspar comenta que o Makurap tornara-se uma espécie de língua franca na região, dominada pela maioria dos outros grupos indígenas. O etnólogo ressalta também que o contato com os Tupari com os não-indígenas ainda era bastante intermitente. Faziam visitas aos

barracões, oferecendo trabalho em troca de machados, terçados, roupa, sal e tabaco, ficando depois de dois a três anos sem aparecer. São Luís, o seringal mais próximo à aldeia Tupari, ficava a oito ou nove dias de caminhada. É provável que o primeiro seringal instalado na região tenha sido no rio Branco, próximo ao Guaporé, em 1910. Em 1912 um alemão abriu um outro seringal no rio Colorado. Em 1927 a empresa norte-americana Guaporé Rubber Company abriu outro seringal em Paulo Saldanha. Por volta de 1934, instalou-se, com a colaboração de ex-funcionários do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), um outro seringal no São Luís (que em 1980 se converteu em sede do Posto Indígena Rio Branco, com a chegada da Funai na área) (Leonel, 1984).

Fontes:

- [revistasina.com.br](http://www.revistasina.com.br/portal/questao-indigena/item/2924-seis-et...)<http://www.revistasina.com.br/portal/questao-indigena/item/2924-seis-et...>
- <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tupari>
- ALVES, Poliana M. Análise fonológica preliminar da língua tupari. Brasília : UnB, 1991. 96 p. (Dissertação de Mestrado)
- CASPAR, Franz. A aculturação dos Tuparí. In: SCHADEN, Egon. Leituras de etnologia brasileira. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1976. p. 486-515.
- MINDLIN, Betty. Tuparis e Tarupás : narrativas dos índios Tuparis de Rondônia. São Paulo : Brasiliense ; Edusp ; Iamá, 1993. 123 p.
- PRATES, Laura dos Santos. O artesanato das tribos Pakaá Novos, Makurap e Tupari. São Paulo : USP, 1983. 149 p. (Dissertação de Mestrado)

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	24	22	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito preliminar da questão, que indica a alternativa “D”, está correto. Deste modo e antecipadamente, conclui-se que não deverão prosperar as razões de recurso relativas à questão em análise, especialmente pelos argumentos de Contrarrazões em Recurso a seguir:

1 - A questão possui coerência e coesão de linguagem, cujos enunciado e afirmativas – claros, diretos e objetivos – se fundamentam no conteúdo programático do Edital: Lei Municipal 1.405/2015 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Ji-Paraná/RO).

2 – A alternativa D é a única que se adequa ao enunciado e ao comando da questão. A alternativa reflete a exata redação do art. 106 da Lei nº 1.405/2005. No Direito Administrativo, a interrupção de férias por imperiosa necessidade do serviço é um reflexo do poder hierárquico e do princípio da continuidade do serviço público. A doutrina majoritária (Hely Lopes Meirelles e outros renomados autores) e a jurisprudência pacífica do STJ reconhecem a validade dessa interrupção, desde que devidamente motivada pela Administração, garantindo-se ao servidor o gozo do período remanescente de forma contínua (de uma só vez) posteriormente.

O entendimento consolidado do Superior Tribunal é no sentido de que o direito ao gozo de férias, embora constitucionalmente assegurado, não é absoluto frente ao princípio da continuidade dos serviços públicos e da supremacia do interesse público. A Corte reconhece que a Administração Pública tem a prerrogativa de interromper as férias do servidor, desde que o faça com base nas hipóteses taxativamente previstas em lei, sendo a "necessidade do serviço" uma das justificativas plenamente válidas e legais.

Um precedente que ilustra perfeitamente a validação dessa tese (analisando o art. 80 da Lei nº 8.112/90, que é o espelho federal do art. 106 da Lei Municipal de Ji-Paraná) é o seguinte:

"Observe que o art. 80 da Lei 8.112/1990 assim dispõe: 'As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade'. Nesse contexto, vê-se que a palavra 'somente' limita a consideração de hipóteses de interrupção de férias e não possibilita eventuais aplicações extensivas. Torna-se indevida, assim, qualquer ampliação do rol desse dispositivo. (...) Nos termos da legislação de regência, as hipóteses de interrupção de férias são taxativamente previstas (...)"

(STJ - AgRg no RMS 39.563/PE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 06/08/2015, DJe 18/08/2015).

Neste e em outros julgados (como o RMS 46.438/MG), o STJ consolida a premissa de que a interrupção das férias é um

ato legal, desde que estritamente vinculado às hipóteses da lei (como a calamidade pública e a necessidade do serviço), garantindo-se ao servidor o direito de usufruir o saldo remanescente posteriormente.

Assim, mantida a alternativa D como a única correta na questão, sendo o gabarito definitivo.

3 – As afirmativas constantes das demais alternativas (A, B e C) realmente contrariam o enunciado da questão, sendo inválidas pelas razões e fundamentos legais a seguir.

Alternativa A (Incorreta): A competência para homologar a interrupção é expressamente atribuída pela lei ao "Secretário ao qual se vincula o servidor" (Art. 106), não sendo ato privativo do Prefeito.

Alternativa B (Incorreta): O direito ao gozo de férias (art. 7º, XVII, da CF/88) não é absoluto frente ao princípio da supremacia do interesse público e da continuidade dos serviços públicos essenciais, havendo ressalva legal expressa para sua interrupção no Estatuto do servidor de Ji-Paraná (art. 106) – *vide* também os fundamentos jurídicos da alternativa-gabarito (D).

Alternativa C (Incorreta): O art. 99 da Lei nº 1.405/2005 veda expressamente que as férias sejam, no todo ou em parte, em nenhuma hipótese, convertidas em pecúnia. O saldo deve ser usufruído em descanso. Tampouco há previsão legal para a afirmação: "...convertida em pecúnia (indenização) caso não seja possível usufruí-la em trinta dias".

Assim, restam incorretas as alternativas A, B e C, estando preciso o gabarito da Questão 21 (alternativa D), que deve ser mantido.

Delibera-se nestas Contrarrazões pela IMPROCEDÊNCIA do recurso.

EM TEMPO: Sobre o uso de precedente do STJ, *vide* a permissão no Edital nº 01, de 15-6-2026 – SEMUSA/Prefeitura Municipal de Ji-Paraná/RO. "Item 8 – Dos Programas das Provas. (...) 8.7 As súmulas, jurisprudências e precedentes dos tribunais superiores poderão ser consideradas para fins de elaboração de questões desde que publicadas até 30 dias antes da data de realização das provas".

Fontes:

- JI-PARANÁ. Lei nº 1.405/2005. Arts. 99 e 106.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 45. ed. São Paulo: Malheiros, 2021.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (5) BRASIL. STJ. (a) AgRg no RMS 39.563/PE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 06/08/2015, DJe 18/08/2015. (b) RMS 46.438/MG.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	34	29	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita expressamente a identificação da abordagem mais adequada considerando os princípios da Educação Popular em Saúde. Nesse contexto, a alternativa C é a única compatível com a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS (PNEPS-SUS), que preconiza o diálogo, a valorização dos saberes populares, a construção compartilhada do conhecimento e a participação da comunidade nas ações de saúde.

A alternativa D está incorreta por defender uma abordagem baseada na transmissão vertical de informações e na padronização dos saberes e comportamentos da comunidade, modelo que contraria os princípios da Educação Popular em Saúde, ainda que as ações do ACE devam observar os protocolos e diretrizes do Ministério da Saúde.

Assim, o fato de o ACE atuar conforme normas técnicas não afasta o dever de desenvolver ações educativas pautadas no diálogo e na participação social quando essa é a abordagem expressamente exigida pelo enunciado.

Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.761/2013 – Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS (PNEPS-SUS).
- Brasil. Ministério da Saúde. Caderno de Educação Popular em Saúde.
- Lei nº 11.350/2006.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
30	38	28	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão não solicita o cálculo de um coeficiente ou taxa de incidência, mas a identificação do conceito epidemiológico correspondente à situação apresentada. Segundo o Ministério da Saúde, incidência corresponde à ocorrência de casos novos de uma doença em uma população durante determinado período. No enunciado, os 30 novos casos registrados no mês de março representam justamente a incidência no período, razão pela qual a alternativa A está correta.

É correto afirmar que o cálculo de um coeficiente de incidência exige a população sob risco (denominador). Entretanto, essa informação somente é necessária quando se pretende calcular uma taxa ou coeficiente, o que não foi solicitado pela questão. O enunciado exige apenas a distinção conceitual entre incidência, prevalência e endemia.

Ademais, a informação de que 80 pessoas já apresentavam diagnóstico prévio e permaneciam em acompanhamento foi inserida para diferenciar os conceitos de incidência e prevalência, sem gerar prejuízo à interpretação da alternativa correta. As alternativas B, C e D apresentam definições incompatíveis com os conceitos epidemiológicos consagrados.

Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde.
- Brasil. Ministério da Saúde. Epidemiologia e Serviços de Saúde: Fundamentos, Métodos e Aplicações.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	40	35	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa A está incorreta, pois o financiamento do SUS não é realizado exclusivamente pela União. Nos termos da Constituição Federal (art. 198) e da Lei nº 8.080/1990, o financiamento das ações e serviços públicos de saúde é de responsabilidade comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A alternativa C está correta, pois reproduz requisito previsto no art. 4º da Lei nº 8.142/1990, que condiciona o recebimento regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde à existência, entre outros requisitos, de Fundo de Saúde e Plano de Saúde devidamente instituídos.

Dessa forma, mantém-se o gabarito da alternativa C.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988, art. 198.
- Lei nº 8.080/1990.
- Lei nº 8.142/1990, art. 4º.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	28	33	38

Recurso Procedente. Questão Anulada.

B) O controle de arboviroses envolve a eliminação de criadouros de vetores, orientação à população e monitoramento de áreas com maior risco de transmissão.

Questão Correta.

Essa alternativa descreve exatamente uma das principais atribuições desenvolvidas pelos Agentes de Combate às Endemias. Segundo as diretrizes do Ministério da Saúde para vigilância e controle das arboviroses urbanas (dengue, chikungunya e Zika), as ações incluem: identificação e eliminação de criadouros; inspeções domiciliares; educação em

saúde; mobilização comunitária; monitoramento entomológico; vigilância das áreas prioritárias; ações integradas com a Atenção Primária.

Essas atividades também estão previstas entre as atribuições dos ACE na Lei nº 11.350/2006, atualizada pela Lei nº 13.595/2018.

D) As ações relacionadas às zoonoses incluem o controle populacional de animais e a vigilância de doenças, sendo a captura de animais utilizada como medida complementar em situações específicas.

Questão Correta.

A alternativa está de acordo com o Manual de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses, do Ministério da Saúde. As ações de vigilância das zoonoses incluem: vigilância epidemiológica das doenças; monitoramento de animais de interesse para a saúde pública; controle populacional ético de animais quando indicado; educação em saúde; investigação de casos; captura e recolhimento de animais apenas em situações técnicas específicas, como risco sanitário ou necessidade de investigação epidemiológica.

A captura de animais não constitui a principal estratégia, sendo utilizada de forma complementar e conforme critérios técnicos.

Fundamentação legal

Manual de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses (Ministério da Saúde, 2016) e Portaria de Consolidação GM/MS nº 4/2017.

Portanto, as alternativas B e D estão corretas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	29	39	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Resposta D é a alternativa correta.

Justificativa: A entrevista familiar constitui um importante instrumento utilizado pelas equipes da Estratégia Saúde da Família para: conhecer a composição familiar; identificar fatores de risco; compreender a dinâmica familiar; reconhecer vulnerabilidades; planejar intervenções.

O acompanhamento das famílias e o monitoramento contínuo das condições de saúde fazem parte das atribuições das equipes da APS.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	32	37	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão B, “Durante episódios de convulsão, deitar a vítima em posição lateralizada auxilia na prevenção de complicações respiratórias”, está incorreta.

Justificativa: Durante a fase ativa da convulsão, a prioridade é: proteger a vítima contra traumatismos; afastar objetos que possam causar lesões; não conter seus movimentos; não introduzir objetos na boca.

A posição lateral de segurança é recomendada **após** o término da crise convulsiva, quando a pessoa estiver inconsciente ou sonolenta, para favorecer a permeabilidade das vias aéreas e reduzir o risco de asfixia.

Ao afirmar que a lateralização deve ocorrer “durante episódios de convulsão”, a alternativa generaliza uma conduta que não corresponde às recomendações do Ministério da Saúde.

Fontes:

- Biblioteca Virtual em Saúde – Ministério da Saúde: orientações para convulsões.
- Manual de Primeiros Socorros – Ministério da Saúde.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
1	4	3	5

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o fragmento textual apresentado, assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “**D**) Segundo o autor, o conceito de consciência coletiva é construído a partir de um conjunto de crenças e sentimentos que abarcam membros de uma sociedade, demonstrando conexões entre indivíduos pertencentes a gerações diferentes.” foi adequadamente indicada como correta. O autor define a consciência coletiva como um conjunto de crenças e sentimentos compartilhados pelos membros de uma sociedade e afirma que ela permanece ao longo do tempo, ligando diferentes gerações. Observe dois trechos:

"O conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado." Além disso: "Ela não muda a cada geração, mas liga umas às outras as gerações sucessivas." Ou seja, a consciência coletiva estabelece uma continuidade entre diferentes gerações. A alternativa “**A**) As mudanças que acompanham o desenvolvimento de uma sociedade, assim como a consciência pertencente a esse grupo, podem ser observadas de acordo com o surgimento das novas gerações.” não pode ser indicada como correta. O problema está na expressão: "as mudanças... podem ser observadas de acordo com o surgimento das novas gerações." O texto afirma o contrário, Durkheim escreve: "Ela não muda a cada geração." Ou seja, a consciência coletiva não depende do aparecimento de novas gerações, pois ela permanece e estabelece continuidade entre elas. A alternativa atribui ao texto uma ideia de mudança geracional que o autor nega. A alternativa “**B**) Em detrimento do conceito de consciência coletiva, segundo o autor, já ultrapassado, há uma nova perspectiva que enfatiza os tipos individuais e suas realizações que contribuem para um resultado maior.” não pode ser indicada como correta. O texto não afirma que a consciência coletiva seja um conceito ultrapassado. Ao contrário, Durkheim apresenta a consciência coletiva como um conceito fundamental da sociedade. Além disso, a alternativa afirma que haveria "uma nova perspectiva que enfatiza os tipos individuais." Nada disso aparece no fragmento. O texto apenas distingue: consciência coletiva; consciências individuais. Ele não diz que uma substitui a outra. Pelo contrário, afirma: "Ela é bem diferente das consciências particulares." Ou seja, são conceitos distintos, não concorrentes. A alternativa “**C**) A expressão “consciência coletiva” é empregada pelo autor para denominar uma ampla reunião de possibilidades distintas que envolvem crenças e sentimentos comuns a cada membro de uma sociedade.” não pode ser indicada como correta. O erro está na expressão: "possibilidades distintas". Durkheim diz exatamente o contrário, ele define consciência coletiva como "o conjunto das crenças e dos sentimentos comuns". Portanto, trata-se daquilo que é compartilhado, comum aos membros da sociedade. Não é uma reunião de possibilidades diferentes ou distintas. A alternativa altera completamente o sentido do conceito. Além disso, o texto fala em "média dos membros de uma mesma sociedade" e não em crenças particulares de cada indivíduo.

Fontes:

- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2019. KOCH, Ingedore Villaça. O texto e a construção dos sentidos. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coesão textual. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
2	5	1	3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “No trecho “O conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria; podemos chamá-lo de consciência coletiva ou comum.”, a ocorrência do sinal indicador de crase demonstra:”, a alternativa “**C**) Fusão de preposição obrigatória, devido à regência nominal e artigo feminino.” foi adequadamente indicada como correta. A

crase em "à média dos membros" resulta da fusão da preposição "a", exigida pela regência nominal do adjetivo "comuns", com o artigo definido feminino "a", que acompanha o substantivo "média". No trecho: "O conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade..." O termo importante é: "comuns à média". O adjetivo "comum" rege a preposição "a". Dizemos: comum a todos; comum a nós; comum ao povo; comum à população. Portanto, existe uma regência nominal, porque quem exige a preposição é um nome (o adjetivo comum), e não um verbo. Temos: comuns a ... O núcleo do complemento é: "média". O substantivo "média" é feminino e vem determinado por artigo. Logo temos: "a média". Preposição: "a"; artigo: "a" média. Resultado: "à média". Há: regência nominal (do adjetivo "comuns"); artigo feminino ("a média"); fusão = crase. A alternativa **"A)** Introdução à locução feminina." não pode ser indicada como correta. A crase também pode ocorrer em locuções femininas: à noite; à tarde; à medida que; às pressas. Mas aqui não existe locução. "À média dos membros" não constitui locução adverbial, prepositiva nem conjuntiva. É apenas um complemento do adjetivo. A alternativa **"B)** Destaque à expressão "média dos membros", com reforço de especificação." não pode ser indicada como correta. A crase não possui função de destaque. Ela não é empregada para dar ênfase. Sua função é exclusivamente indicar a fusão de:

preposição + artigo. Não existe, nas gramáticas normativas, emprego da crase como recurso de destaque. A alternativa **"D)** Fusão de preposição obrigatória em virtude de regência verbal e artigo feminino." não pode ser indicada como correta. O erro está em: regência verbal. Quem exige a preposição não é um verbo. Observe: "crenças e sentimentos comuns à média..." O verbo da oração é: "forma". Mas ele não participa da crase. Quem exige a preposição é o adjetivo: "comuns". Portanto, trata-se de regência nominal, não verbal.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 49. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
7	9	6	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Em "Patente é um dos mecanismos legais para garantir esse direito de propriedade intelectual." (2º§), quanto à estrutura linguística, pode-se observar que:", a alternativa **"C)** Há constituição de um período composto em que há referência à finalidade associada à informação anterior." foi adequadamente considerada correta. Analisa corretamente a estrutura sintática do período e a função da oração reduzida de infinitivo introduzida por "para garantir", que expressa finalidade. O período: "Patente é um dos mecanismos legais para garantir esse direito de propriedade intelectual." Estrutura sintática: Podemos dividir o período em duas partes: Oração principal: "Patente é um dos mecanismos legais". Temos: sujeito: Patente; verbo de ligação: é; predicativo do sujeito: um dos mecanismos legais. Até aqui existe uma oração. Oração reduzida. Depois aparece: "para garantir esse direito de propriedade intelectual". Aqui temos o verbo: "garantir" no infinitivo. Sempre que aparece um verbo no infinitivo formando outra estrutura oracional, temos outra oração. Essa oração indica: finalidade. Equivale a: "para que garanta esse direito..." ou "a fim de garantir esse direito..." Portanto, há duas orações. Logo: período composto. Temos: oração principal; oração subordinada reduzida de infinitivo que expressa finalidade: "para garantir esse direito..." A alternativa **"A)** Por haver um verbo de ligação, o período é caracterizado como período simples." não pode ser indicada como correta. O erro está em afirmar: período simples. O critério para classificar um período não é o tipo de verbo. É o número de orações. Período simples: apenas um verbo (ou uma locução verbal). Período composto : duas ou mais orações. Aqui temos: "é"; "garantir". São dois verbos. Logo existem duas orações. Período composto. O fato de "é" ser verbo de ligação não interfere nessa classificação. A alternativa **"B)** A finalidade introduzida pela conjunção destacada reproduz o conceito referido anteriormente." não pode ser indicada como correta. O erro está em dizer: "reproduz o conceito". A expressão "para garantir" não reproduz conceito algum. Ela informa a finalidade do mecanismo legal. Observe: Patente é um mecanismo legal. Para quê? para garantir esse direito. Portanto, "para" introduz finalidade. Não reproduz conceito. A alternativa **"D)** O termo "esse" estabelece referência com o período anterior, indicando

coordenação entre períodos distintos.” não pode ser indicada como correta. Primeira parte está correta. O pronome demonstrativo “esse” retoma realmente uma informação anterior. Ele faz referência ao conceito de propriedade intelectual apresentado no primeiro parágrafo. Essa retomada é chamada de anáfora textual. Entretanto, a segunda parte está errada. A alternativa afirma: “indicando coordenação entre períodos distintos”. Isso não ocorre. O pronome “esse” não estabelece coordenação. Coordenação ocorre entre: orações; termos da oração; por meio de conjunções coordenativas. O pronome apenas retoma um referente anterior. É um mecanismo de coesão textual, não de coordenação.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 51. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	7	9	8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “De acordo com a estrutura e o conteúdo textual apresentados, pode-se afirmar que:”, a alternativa “**D**) É possível reconhecer que a subjetividade textual está presente na elaboração do texto como elemento construtor da perspectiva apresentada.” foi adequadamente indicada como correta. Embora o texto tenha caráter argumentativo-expositivo, o autor não se limita a apresentar fatos. Ele defende um ponto de vista sobre a importância da propriedade intelectual e procura convencer o leitor por meio de argumentos, dados estatísticos e avaliações. Essa presença da opinião do autor caracteriza a subjetividade. Embora o texto apresente informações técnicas, ele também expressa avaliações e juízos de valor do autor. Observe alguns trechos: “É justamente nesse contexto que um sistema de propriedade intelectual sólido se mostra essencial.” A palavra “essencial” revela uma avaliação do autor. Outro exemplo: “Esse é um ponto central.” Aqui o autor destaca aquilo que considera mais importante. Mais adiante: “Também é fundamental reconhecer...” O adjetivo fundamental também expressa julgamento. E ainda: “Por isso, é importante que essas discussões avancem...” Novamente há uma recomendação. Esses elementos demonstram que o texto não é apenas informativo; ele busca persuadir o leitor acerca da importância da propriedade intelectual. Portanto, há subjetividade como recurso argumentativo. A alternativa “**A**) A paragrafação apresentada remete à enumeração típica dos textos de caráter instrutivo.” não pode ser indicada como correta. Essa afirmação não corresponde ao texto. Textos instrutivos apresentam, normalmente: passos; procedimentos; sequência de ações; orientações. Exemplos: receitas; manuais; instruções de uso. No texto, os parágrafos desenvolvem uma argumentação, abordando: conceito; explicação; exemplificação; consequências; defesa de uma tese. Não há enumeração de procedimentos. A alternativa “**B**) Trata-se de um texto predominantemente objetivo, que utiliza uma linguagem clara e acessível ao público-alvo.” não pode ser considerada correta. A alternativa parece correta à primeira vista, mas o problema está na palavra: predominantemente objetivo. O texto realmente utiliza linguagem relativamente clara. Entretanto, ele não é predominantemente objetivo. Ele apresenta: opinião; avaliação; defesa de uma tese; tentativa de convencimento. Isso caracteriza um texto argumentativo. Expressões como: “é essencial”; “é importante”; “é fundamental”; “esse é um ponto central” mostram a presença do posicionamento do autor. Assim, a objetividade não predomina. A alternativa “**C**) Indica-se como público-alvo determinado grupo de intelectuais, cujo tema faz parte de suas atividades cotidianas.” não pode ser considerada correta. O texto não foi escrito apenas para especialistas. Observe como ele começa: “A propriedade intelectual está mais presente no nosso cotidiano do que parece.” Logo depois: “Ela está nas músicas que ouvimos, nos aplicativos que usamos...” O autor aproxima o tema do cotidiano do leitor comum. Além disso, explica conceitos básicos: “Patente é um dos mecanismos legais...” Se o texto fosse destinado exclusivamente a especialistas, provavelmente não haveria essa explicação inicial. Portanto, o público-alvo é bastante amplo, não apenas intelectuais.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 18. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	16	14	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado não trata de um número de seis algarismos, mas de um código de patrimônio formado por seis algarismos, informando expressamente que cada um deles pode assumir qualquer valor de 0 a 9, sem estabelecer qualquer restrição para a primeira posição. Em problemas de Análise Combinatória, códigos constituem sequências de símbolos, razão pela qual a presença do algarismo zero na primeira posição é admitida, salvo disposição expressa em sentido contrário. Assim, inicialmente escolhem-se as posições dos quatro algarismos iguais a 3, o que pode ser feito em $C(6,4) = 15$ maneiras. Em seguida, as duas posições restantes podem ser preenchidas, independentemente, por qualquer um dos nove algarismos diferentes de 3, totalizando $9 \times 9 = 81$ possibilidades. Pelo Princípio Fundamental da Contagem, obtém-se $15 \times 81 = 1.215$ códigos distintos, correspondente à alternativa A. A exclusão de 45 casos proposta no recurso somente seria aplicável caso o enunciado tratasse de um número de seis algarismos, hipótese que não ocorre na presente questão. Dessa forma, inexistente incompatibilidade entre o enunciado e as alternativas, razão pela qual recomenda-se o indeferimento do recurso, com a manutenção do gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	27	22	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da alternativa correta com fundamento nas disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO acerca das vedações ao exercício do mandato parlamentar. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois a alternativa C é a única plenamente compatível com o regime jurídico estabelecido pela Lei Orgânica Municipal.

A alternativa C está em plena conformidade com o inciso III e o § 3º do art. 16 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo estabelece que perderá o mandato o Vereador que deixar de comparecer, sem licença ou justificativa legal, a mais de um terço das sessões ordinárias da mesma sessão legislativa, prevendo, ainda, que, nessa hipótese, a perda do mandato será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação, assegurada ampla defesa. A assertiva reproduz fielmente a disciplina normativa, razão pela qual se mostra correta.

Diversamente, a alternativa A revela-se incompatível com a alínea a do inciso II do art. 15 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo veda ao Vereador, desde a posse, ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal, bem como exercer nela função remunerada. A assertiva, contudo, admite o exercício de função remunerada desde que a Vereadora não integre a direção da empresa, exceção que não encontra amparo na legislação.

A alternativa B igualmente não encontra respaldo na Lei Orgânica. Embora a hipótese de perda do mandato por fixação de residência e domicílio eleitoral fora do Município esteja prevista no inciso V do art. 16, o § 2º do mesmo artigo determina que, nessa situação, a perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal mediante voto aberto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa. A assertiva incorre em erro ao indicar como suficiente a maioria absoluta, em desacordo com o quórum expressamente previsto na norma.

A alternativa D também está incorreta, por contrariar a alínea b do inciso I do art. 15 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O referido dispositivo estabelece que é vedado ao Vereador, desde a expedição do diploma,

aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os demissíveis *ad nutum*, nas entidades da Administração Pública indicadas na própria norma. A assertiva afirma exatamente o oposto ao considerar inexistente a vedação, tornando-se incompatível com o texto legal.

Diante do exposto, verifica-se que somente a alternativa C observa corretamente as disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO, razão pela qual o gabarito oficial deve ser preservado, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	29	25	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da alternativa correta com fundamento nas disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO relativas ao controle externo e à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois indica corretamente a alternativa D, única compatível com o regime jurídico estabelecido pela Lei Orgânica Municipal.

A alternativa D está em plena conformidade com o § 1º do art. 32 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo estabelece que, diante de indícios de despesas não programadas ou de subsídios não aprovados, a Comissão Permanente de Finanças poderá solicitar esclarecimentos à autoridade responsável e, caso estes não sejam prestados ou sejam considerados insuficientes, solicitará ao Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, em caráter de urgência. A assertiva reproduz fielmente a disciplina normativa aplicável, razão pela qual se mostra correta.

Diversamente, a alternativa A revela-se incompatível com o § 3º do art. 31 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo determina que, apresentadas as contas, a Câmara Municipal as colocará, pelo prazo de sessenta dias, à disposição de qualquer munícipe para exame e apreciação, facultando-lhe questionar sua legitimidade. A assertiva, contudo, condiciona esse exame e questionamento à autorização prévia do Tribunal de Contas, exigência inexistente na legislação e incompatível com o texto legal.

A alternativa B igualmente não encontra amparo na Lei Orgânica. Nos termos do parágrafo único do art. 30, prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos, ou pelos quais o Município responda, bem como quem assuma obrigações de natureza pecuniária em nome deste. A assertiva incorre em erro ao excluir a pessoa física desse dever, contrariando expressamente a norma.

A alternativa C também está incorreta, por contrariar o § 2º do art. 33 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo confere legitimidade para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante a Comissão Permanente de Finanças da Câmara Municipal a qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato, na forma da lei. A assertiva, entretanto, restringe essa legitimidade ao cidadão representado por associação regularmente constituída, limitação que não encontra respaldo na legislação.

Diante do exposto, verifica-se que somente a alternativa D observa corretamente as disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO, razão pela qual o gabarito oficial deve ser preservado, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	22	28	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão requer a identificação da alternativa incorreta com fundamento nas disposições da Lei Municipal nº 1.405/2005, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos em Geral do Município de Ji-Paraná/RO. A resposta indicada

no gabarito oficial deve ser mantida, pois a alternativa B é a única que apresenta conteúdo incompatível com a disciplina prevista no referido Estatuto.

A alternativa B diverge expressamente do § 1º do art. 30 da Lei Municipal nº 1.405/2005. De acordo com o dispositivo, o servidor empossado deverá entrar em exercício no prazo de trinta dias, contados da posse, sem possibilidade de prorrogação. A assertiva, entretanto, acrescenta a existência de uma prorrogação única por igual período, condicionada ao critério da Administração, hipótese que não possui qualquer previsão legal, tornando a alternativa incorreta.

Em sentido diverso, a alternativa A está em conformidade com o art. 44 do Estatuto dos Servidores Públicos. A norma estabelece que o servidor ocupante de cargo de provimento efetivo adquire estabilidade após trinta e seis meses de efetivo exercício, desde que aprovado no estágio probatório. A assertiva reproduz corretamente os requisitos previstos na legislação, razão pela qual não apresenta qualquer incorreção.

A alternativa C também está de acordo com a legislação em tela. Nos termos do art. 49 da Lei Municipal nº 1.405/2005, os servidores investidos em cargos de direção, chefia e assessoramento terão substitutos previamente indicados pela autoridade competente para os casos de afastamento ou impedimento legal por período igual ou superior a cinco dias. Embora a alternativa mencione apenas os cargos de chefia e assessoramento, a afirmação permanece compatível com a norma, pois descreve corretamente parte das hipóteses previstas no dispositivo legal, sem excluir as demais.

Por sua vez, a alternativa D encontra respaldo no art. 35 do Estatuto dos Servidores Públicos. O dispositivo veda a atribuição de funções estranhas ao cargo efetivo do servidor, ressalvadas as hipóteses de designação para o exercício de cargo ou função de confiança ou para integrar comissão ou grupo de trabalho. A assertiva reproduz fielmente o conteúdo da norma, motivo pelo qual está correta.

Diante do exposto, verifica-se que somente a alternativa B contraria as disposições da Lei Municipal nº 1.405/2005, razão pela qual o gabarito oficial deve ser mantido.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
30	26	29	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da alternativa correta com base nas disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO acerca do processo legislativo, especialmente no que se refere ao veto do Prefeito, à sanção tácita e às leis delegadas. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois indica corretamente a alternativa C, única compatível com o regime jurídico estabelecido pela Lei Orgânica Municipal.

A alternativa C está em plena conformidade com o § 6º do art. 28 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo estabelece que, esgotado o prazo de trinta dias sem deliberação sobre o veto, este será colocado na ordem do dia da sessão imediata, ficando sobrestadas as demais proposições até sua votação final. A assertiva reproduz fielmente a disciplina normativa aplicável, razão pela qual se mostra correta.

Diversamente, a alternativa A revela-se incompatível com o § 1º do art. 28 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O referido dispositivo determina que, ao vetar total ou parcialmente o projeto de lei, o Prefeito deverá comunicar os motivos do veto ao Presidente da Câmara no prazo de quarenta e oito horas. A assertiva, contudo, afirma que essa comunicação deverá ocorrer no prazo de setenta e duas horas, prazo que não encontra respaldo na legislação, tornando a alternativa incorreta.

A alternativa B igualmente não encontra amparo na Lei Orgânica. Nos termos do § 3º do art. 28, decorrido o prazo de quinze dias sem manifestação do Prefeito, o seu silêncio importará em sanção. A assertiva, entretanto, afirma que a sanção automática não ocorre, dependendo de manifestação expressa do Chefe do Executivo, entendimento que contraria frontalmente a disciplina legal acerca da sanção tácita.

A alternativa D também está incorreta, por contrariar o § 1º do art. 29 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. Embora a delegação para elaboração de leis delegadas seja solicitada pelo Prefeito à Câmara Municipal, a própria Lei Orgânica estabelece expressamente que não poderão ser objeto de delegação as matérias reservadas à lei complementar. A assertiva afirma ser possível a delegação justamente para disciplinar matéria reservada à lei complementar, hipótese expressamente vedada pelo texto legal, razão pela qual se mostra incompatível com a norma.

Diante do exposto, verifica-se que somente a alternativa C observa corretamente as disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO, razão pela qual o gabarito oficial deve ser preservado, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	46	34	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conceito "Função Pública de Interesse Comum" pode apresentar variações em suas definições. No entanto, foi explicitado em enunciado que trata-se da definição conforme o Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089).

Sendo assim, a consulta para averiguar a definição deste conceito deve ser realizada única e exclusivamente na esta referida legislação.

Diante do apresentado e em reprodução parcial do artigo 2º do Estatuto da Metrópole verifica-se:

"Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – aglomeração urbana: unidade territorial urbana constituída pelo agrupamento de 2 (dois) ou mais Municípios limítrofes, caracterizada por complementaridade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas;

II – função pública de interesse comum: política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes; (...)"

Portanto, a única alternativa que responde corretamente ao enunciado é aquela que afirma *"Política pública que não consegue ser realizada por um município de modo isolado."*

Reforça-se que as definições não precisam constar em prova em reprodução literal da legislação; é preciso que haja entendimento e que se preserve o sentido, mas não há obrigatoriedade na reprodução textual.

Mantém-se o gabarito. Recurso indeferido.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	47	40	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme explicitado em enunciado, esta questão tem sua fundamentação nos dispostos no Plano Diretor de Ji-Paraná - Lei Municipal nº 2.187/2011.

Sendo assim, em consulta ao artigo 217, verifica-se:

"Art. 217. Os condomínios horizontais com área superior a 30.000 m² (trinta mil metros quadrados) deverão cumprir as exigências urbanísticas da legislação federal e municipal de Parcelamento do Solo Urbano.

§1º Deverá ceder o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) da área total, a qual será destinada a equipamentos comunitários, devendo situar-se fora e anexo ao perímetro fechado do condomínio a que se refere e 10% (dez por cento) de área verde dentro do perímetro fechado do condomínio."

Considerando que a situação hipotética apresenta um terreno de 40.000 m², aplica-se, portanto, o artigo 217.

Logo, a partir da área total, pode-se calcular que:

10% de 40.000 m² corresponde a 4.000 m² - este percentual deve ser destinado à área verde, conforme art. 217

5% de 40.000 m² corresponde a 2.000 m² - este percentual deve ser destinado a equipamentos comunitários, conforme art. 217.

Diante das alternativas apresentadas, a única correta e coerente com o artigo reproduzido acima é aquela que afirma *"Realizar a cessão de 4.000 m² para áreas verdes dentro do perímetro do condomínio, e área de 2.000 m² para equipamentos comunitários, situando-os fora e anexos ao perímetro do condomínio."*

Recurso indeferido. Mantém-se o gabarito.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	50	38	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A situação hipotética apresentada na questão tem fundamentação teórica na ABNT NBR 9050.

De acordo com os dados expostos em enunciado trata-se de um ambiente específico: um ginásio poliesportivo.

Sendo assim, é preciso verificar as informações relativas à ambientes deste tipo.

Em consulta à ABNT NBR 9050, verifica-se em:

6.11.2.4 As portas, quando abertas, devem ter um vão livre maior ou igual a 0,80 m de largura e 2,10 m de altura. Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter o vão livre maior ou igual a 0,80 m. As portas dos elevadores devem atender ao estabelecido na ABNT NBR NM 313. O vão livre maior ou igual a 0,80 m deve ser garantido também no caso de portas de correr e sanfonada, onde as maçanetas impeçam o seu recolhimento total, conforme a Figura 85. Quando instaladas em locais de prática esportiva, as portas devem ter um vão livre maior ou igual a 1,00 m.

(...) e em:

7.5 Dimensões do sanitário acessível e do boxe sanitário acessível As dimensões do sanitário acessível e do boxe sanitário acessível devem garantir o posicionamento das peças sanitárias e os seguintes parâmetros de acessibilidade:

(...) f) quando a porta instalada for do tipo de eixo vertical, ela deve abrir para o lado externo do sanitário ou boxe e possuir um puxador horizontal no lado interno do ambiente, medindo no mínimo 0,40 m de comprimento, afastamento de no máximo 40 mm e diâmetro entre 25 mm e 35 mm, conforme a Figura 86;

Portanto, considerando o ambiente ginásio poliesportivo, ou seja, um local de prática esportiva a única alternativa que contempla corretamente é: *"1,00 m e abertura para o lado externo."*

Recurso indeferido. Mantém-se o gabarito.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	33	46	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Com base nas informações disponíveis no enunciado, pode-se afirmar que a norma responsável por trazer dispostos sobre faixas em calçadas (passeios) é a NBR 9050.

Deste modo, considerando a reprodução da norma, verifica-se:

"6.12.1 Inclinação transversal A inclinação transversal da faixa livre (passeio) das calçadas ou das vias exclusivas de pedestres não pode ser superior a 3 %. Eventuais ajustes de soleira devem ser executados sempre dentro dos lotes; em calçadas existentes com mais de 2,00 m de largura, podem ser executados nas faixas de acesso (ver 6.12.3)

6.12.3 Dimensões mínimas da calçada

A largura da calçada pode ser dividida em três faixas de uso, conforme definido a seguir e demonstrado pela Figura 90:

a) faixa de serviço: serve para acomodar o mobiliário, os canteiros, as árvores e os postes de iluminação ou sinalização. Nas calçadas a serem construídas, recomenda-se reservar uma faixa de serviço com largura mínima de 0,70 m;

b) faixa livre ou passeio: destina-se exclusivamente à circulação de pedestres, deve ser livre de qualquer obstáculo, ter inclinação transversal até 3 %, ser contínua entre lotes e ter no mínimo 1,20 m de largura e 2,10 m de altura livre;

c) faixa de acesso: consiste no espaço de passagem da área pública para o lote. Esta faixa é possível apenas em calçadas com largura superior a 2,00 m. Serve para acomodar a rampa de acesso aos lotes lindeiros sob autorização do município para edificações já construídas."

Diante do exposto, fundamentado em norma técnica, a resposta correta é aquela que afirma: *"Faixa de serviço e faixa livre com, respectivamente, 70 cm e 1,30 m de largura; os ajustes de nível de piso para acesso à edificação deverão ser executados dentro do lote."*

Recurso indeferido. Mantém-se o gabarito.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
44	34	42	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão fundamenta-se na Lei Federal nº12187, de 29 de dezembro de 2009, que Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Sendo assim, em consulta a referida legislação, verifica-se em:

"Art. 6º: São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima:

(...)

VIII - o desenvolvimento de linhas de pesquisa por agências de fomento;

VII - as linhas de crédito e financiamento específicas de agentes financeiros públicos e privados;

XIV - as medidas de divulgação, educação e conscientização"

Como a questão solicita a EXCESSÃO, isto é, aquela alternativa que NÃO corresponde a um instrumento da PNMC é possível afirmar que está correta a alternativa "Estudo prévio de impacto ambiental.". Ademais, não há menção, em qualquer outro artigo ou inciso desta legislação, ao Estudo prévio de impacto ambiental. Logo, este não pode ser considerado como um dos instrumentos desta política.

Mantém-se o gabarito. Recurso indeferido.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
49	39	47	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nos termos da norma técnica ABNT NBR 9050, os corredores devem ser projetados considerando o fluxo de pessoas esperado para o local.

Há, no entanto, parâmetros mínimos a serem seguidos independente do número de pessoas. O parâmetro adotado pela NBR 9050 é a extensão do corredor.

Sendo assim, considerando que o enunciado explicita a extensão de 12 metros, em consulta a norma técnica, verifica-se:

"6.12.6. As larguras mínimas para corredores em edificações e equipamentos urbanos são:

a) 0,90 m para corredores de uso comum com extensão até 4,00 m;

b) 1,20 m para corredores de uso comum com extensão até 10,00 m; e 1,50 m para corredores com extensão superior a 10,00 m;

c) 1,50 m para corredores de uso público;

d) maior que 1,50 m para grandes fluxos de pessoas, conforme aplicação da equação apresentada em 6.12.6."

Está exposto, portanto, que para corredores de uso público - ou seja, Centro de Atendimento ao Cidadão, conforme situação hipotética de enunciado - o corredor deve possuir largura mínima de 1,50 m. Ainda, a largura mínima de 1,50 m é adotada para corredores com mais de 10 metros de extensão - a situação hipotética informa que o corredor possui 12 metros.

Logo, tanto por sua extensão, quanto pelo seu uso, a largura MÍNIMA deste corredor deve ser 1,50 m. Está correta a alternativa que afirma: *"Incorreta, pois a largura mínima deve ser de 1,50 m para corredores com extensão projetada."*

Recurso indeferido. Mantém-se o gabarito.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
3	8	6	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é A) I, II e III.

I. Correta.

O texto defende que a escola seja transformada em um “ambiente dinâmico de aprendizado”, articulado às necessidades da sociedade contemporânea. As propostas apresentadas procuram tornar a educação mais eficiente diante das demandas sociais, profissionais e culturais atuais.

II. Correta.

Ao afirmar que os docentes poderiam dedicar-se “profissionalmente a uma única instituição”, o texto sugere a diminuição da fragmentação da carga de trabalho do professor, além da ampliação de sua formação continuada e de sua atuação pedagógica.

III. Correta.

Embora não esteja explicitamente afirmado, é possível inferir que a escola de tempo integral assumiria um papel formativo mais amplo, sobretudo para alunos de classes economicamente desfavorecidas. Ao permanecerem mais tempo na escola — ambiente descrito como “seguro” e estruturado —, os estudantes receberiam acompanhamento educacional, social e formativo que complementa funções tradicionalmente atribuídas à família.

Fontes:

- FIORIN, J.L. Em busca do sentido: estudos discursivos. São Paulo, Contexto, 2022.
- KOCH, I.V. et ELIAS, V.M. Ler e Compreender: os sentidos do texto. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- FIORIN, J.L et SAVIOLI, F.P. Lições de Texto: leitura e redação. 4 ed. São Paulo: Ática, 2003.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
4	9	7	5

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a letra D, pois é a única em que não há marca de informalidade nem desvio em relação à norma-padrão.

Análise das alternativas

A)

“...especialmente aqueles de classes menos privilegiadas, em que ambos têm que trabalhar.”

Há dois problemas:

- "têm que trabalhar" apresenta uma construção de registro menos formal; em textos de maior monitoramento, prefere-se "têm de trabalhar".
- Além disso, o relativo "em que" é inadequado, pois retoma "classes menos privilegiadas", e não um lugar. Uma construção mais adequada seria: *"...especialmente aqueles pertencentes a classes menos privilegiadas, nas quais é comum que ambos trabalhem."*

B)

“A Constituição de 1988 acerta em cheio...”

A locução "acerta em cheio" é uma expressão idiomática típica da linguagem coloquial. Em um texto de caráter mais técnico ou acadêmico, seriam mais adequadas construções como:

- é precisa ao afirmar;
- acerta plenamente ao afirmar;
- é correta ao afirmar.

Portanto, há uma marca de informalidade.

C)

“...qualificações do corpo docente através de cursos...”

Embora muito frequente, o emprego de através de com o sentido de "por meio de" ainda é desaconselhado por muitas gramáticas e manuais de redação formal. O mais adequado seria:

- por meio de cursos;
- mediante cursos.

Assim, há um desvio em relação ao padrão culto mais rigoroso.

D)

“A solução passa pelas escolas, que devem ser transformadas em ambientes dinâmicos de aprendizado. Propomos cinco iniciativas. Implementadas criteriosamente, elas colocariam nossas escolas nos níveis internacionais...”

O trecho apresenta:

- vocabulário formal;
- sintaxe adequada;
- ausência de coloquialismos

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- ALMEIDA, N.M. Gramática Metódica da Língua Portuguesa. Edição especial. Rio de Janeiro: Ed. CDB, 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
6	1	4	7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é c)

A alternativa c) é a única em que há observância do paralelismo sintático, pois mantém estruturas equivalentes e coordenadas:

- “aperfeiçoamento e valorização” → dois substantivos em coordenação paralela
- “ampliar e aprofundar” → dois verbos no infinitivo em coordenação paralela

Além disso, cada segmento cumpre função sintática distinta (título e explicação), o que não exige repetição de estruturas entre eles, mas sim coerência interna — que é mantida.

Análise das demais alternativas

b) Há quebra de paralelismo por ausência de simetria na construção “como as instituições sociais e AS políticas... (faltou repetir o artigo, senão fica como sendo uma instituição apenas, mas com duas funções: social e política)

d) Faltou repetir a preposição “de” em “capazes de ler e DE compreender”...

a) Há quebra de paralelismo pela omissão da preposição “em”, que deveria ser repetida para manter a simetria (“em universidades e em outras instituições...”).

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- ALMEIDA, N.M. Gramática Metódica da Língua Portuguesa. Edição especial. Rio de Janeiro: Ed. CDB, 2025.
- VIANA, A.C.M (coord). Roteiro de Redação: lendo e argumentando. 1 ed. São Paulo: Scipione, 2006.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
7	2	5	4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a letra D.

Análise das alternativas

A) “[...] um papel mais amplo e efetivo na educação dos alunos.” – adjunto adverbial de lugar.

A expressão "na educação dos alunos" não indica um lugar físico, razão pela qual não pode ser classificada como adjunto adverbial de lugar. Seu valor semântico aproxima-se da ideia de âmbito de atuação — ou, em uma leitura possível, de finalidade —, indicando o contexto em que esse papel é exercido.

B) “A Constituição de 1988 acerta em cheio quando afirma...” – objeto indireto.

A locução "em cheio" exerce a função de adjunto adverbial de modo, indicando a maneira como a Constituição "acerta". Não se trata de objeto indireto.

C) “...as tarefas que os estudantes irão fazer...” – pronome relativo.

A questão solicita a identificação de uma função sintática, mas "pronome relativo" corresponde a uma classificação morfológica. Sintaticamente, o pronome que retoma o termo "tarefas" e exerce a função de objeto direto do verbo fazer (*fazer as tarefas*).

D) “...introduzir um sistema de avaliação [...] do aprendizado de cada aluno...” – complemento nominal.

A expressão "do aprendizado de cada aluno" completa o sentido do substantivo abstrato avaliação (*avaliação de quê?*). Trata-se, portanto, de complemento nominal.

Gabarito: D.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- ALMEIDA, N.M. Gramática Metódica da Língua Portuguesa. Edição especial. Rio de Janeiro: Ed. CDB, 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
8	3	10	3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A expressão "cada vez mais global" funciona como um modificador de "sociedade". A vírgula lhe confere um caráter explicativo, mas sua ausência não compromete a correção gramatical nem altera substancialmente o sentido: *...da sociedade, cada vez mais global*. *...da sociedade cada vez mais global*. Trata-se, portanto, de um caso em que o emprego da vírgula é facultativo, dependendo da ênfase pretendida pelo autor.

A) “Implementadas criteriosamente, elas colocariam nossas escolas nos níveis internacionais...”.

- A expressão corresponde a uma oração subordinada adverbial reduzida de particípio anteposta à oração principal.
- Nessa posição, a vírgula é obrigatória, pois separa a oração reduzida da oração principal.

Portanto, apenas B responde adequadamente à pergunta.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- ALMEIDA, N.M. Gramática Metódica da Língua Portuguesa. Edição especial. Rio de Janeiro: Ed. CDB, 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
9	4	8	2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é d).

No trecho "...com os estudantes adquirindo os conhecimentos e as habilidades necessárias..." a relação de sentido introduzida pela preposição "com" não é de modo, como afirma a alternativa.

Nesse contexto, a estrutura expressa ideia de: consequência, resultado, circunstância decorrente. Ou seja, o pleno desenvolvimento da pessoa ocorre tendo como consequência a aquisição de conhecimentos e habilidades pelos estudantes.

As demais opções a indicação é correta.

A) "no processo de ensino" → pode equivaler a durante o processo de ensino, exprimindo temporalidade.

B) "em ambientes dinâmicos de aprendizagem" → admite a leitura de finalidade, pois os ambientes são destinados à aprendizagem.

C) "ao fim do..." → temporalidade.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- ALMEIDA, N.M. Gramática Metódica da Língua Portuguesa. Edição especial. Rio de Janeiro: Ed. CDB, 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	12	11	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é b) I e II apenas.

Análise das afirmativas

I. Correta.

Os dois textos defendem a escola como espaço de convivência social e formação cidadã. No Texto II, isso aparece na ideia de preparação para a cidadania e para a vida em sociedade. No Texto III, a tirinha mostra explicitamente que a escola ensina a conviver com pessoas diferentes, ouvir e respeitar diferenças.

II. Correta.

Há relação de complementaridade entre os textos.

O Texto III ilustra, de maneira concreta e acessível, aspectos que aparecem de forma mais teórica e implícita no Texto II, especialmente a função social da escola para além dos conteúdos acadêmicos.

III. Incorreta.

No Texto III, é possível inferir uma valorização da escola em oposição indireta ao *homeschooling* ou à educação exclusivamente familiar. Contudo, a afirmativa menciona "os textos", e essa crítica não aparece no Texto II. Assim, a generalização torna a afirmativa incorreta.

Fontes:

- FIORIN, J.L. Em busca do sentido: estudos discursivos. São Paulo, Contexto, 2022.
- KOCH, I.V. et ELIAS, V.M. Ler e Compreender: os sentidos do texto. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- FIORIN, J.L et SAVIOLI, F.P. Lições de Texto: leitura e redação. 4 ed. São Paulo: Ática, 2003.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	19	18	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa C está correta porque o processo de formação e crescimento de Ji-Paraná está diretamente relacionado às políticas federais de ocupação da Amazônia durante as décadas de 1960 e 1970, especialmente por meio dos projetos de colonização conduzidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da abertura e pavimentação da BR-364. Essas ações estimularam intensos fluxos migratórios, principalmente de populações oriundas das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, contribuindo para a expansão urbana e econômica do município.

Quanto às demais questões:

A) **Incorreta.** O crescimento urbano de Ji-Paraná não teve origem na industrialização local. A expansão populacional e urbana ocorreu principalmente em função da colonização agrícola, da atividade madeireira, da pecuária e da melhoria da infraestrutura de transportes, especialmente a BR-364.

B) **Incorreta.** A emancipação política não eliminou nem reduziu significativamente os conflitos territoriais. A ocupação amazônica foi marcada por disputas fundiárias, conflitos pelo uso da terra e desafios relacionados à regularização fundiária.

D) **Incorreta.** Embora a emancipação político-administrativa tenha sido importante para a organização institucional do município, a consolidação urbana e econômica de Ji-Paraná dependeu fortemente dos investimentos em infraestrutura, dos fluxos migratórios e das políticas de integração regional que ocorreram antes e depois da emancipação.

Ji-Paraná desenvolveu-se inicialmente a partir do antigo povoado de Vila de Rondônia, localizado às margens do rio Machado. Seu crescimento foi impulsionado pelas políticas governamentais de integração da Amazônia ao restante do país, especialmente durante o regime militar. A melhoria da BR-364 transformou o município em um importante polo regional, favorecendo o comércio, os serviços e a expansão agropecuária, características que permanecem relevantes na dinâmica econômica local.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	39	32	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A sequência correta é V - V - F - F. Explica-se: As assertivas I e II estão corretas, portanto - V.

A assertiva III está F porque - nos anos 1960-1970, a profissão rompeu com o eurocentrismo e a influência norte-americana, politizado a práxis e tendo o marxismo como principal fonte para o movimento de reconceitualização.

A assertiva IV está F porque - A Constituição Brasileira de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, elevou os direitos sociais à categoria de garantias fundamentais (Artigo 6º), abrangendo a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, atualizados em 2015.

Portanto, recurso é considerado improcedente - Gabarito Mantido - A

Fontes:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- DORETO, Daniella T; SALVADOR, Anarita S; SCHEIFLER, Anderson B. Questão social, direitos humanos e diversidade. 1. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2018. 1 recurso online (0 p.). ISBN 9788595027619.
- NERI, Felipe Silva. Serviço Social na América Latina: Identidade e o legado histórico do movimento de reconceitualização. Disponível em https://cfess.org.br/cbas2025-assets/pdf/625-1261162_13_08_2025_12-16-05_7381_v4.pdf Acesso em 21 jul 2026
- RIO GRANDE DO SUL. O Serviço Social Brasileiro no período Doutrinário Católico. Disponível em <https://lume-re-demonstracao.ufgrs.br/servico/pesc.php> Acesso em 21 jul 2026

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	32	36	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No pedido de revisão, questiona-se a alternativa C, no entanto, o enunciado da questão solicita os desafios do Serviço Social. De acordo com Iamamoto - a flexibilização, terceirização e novas tecnologias, que aumentam a polivalência profissional de fato geram precarização do trabalho - isso é um desafio real na contemporaneidade.

Entre as alternativas, A - B e C apresentam desafios reais no cotidiano profissional.

Contudo, ter ou não um cargo de confiança e assessoria política, que tornam o salário mais interessante do que os demais da categoria é uma escolha de aceite (ou não) em determinadas gestões. Nem todo Assistente Social (ou servidor público com outro cargo) é convidado a exercer um cargo de chefia/assessoramento. Portanto, não é um desafio profissional comum ao cotidiano do exercício profissional.

Portanto, recurso é considerado improcedente - Gabarito Mantido - D

Fontes:

- BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de (Orgs.). Assessoria, Consultoria e Serviço Social. Cortez editora: São Paulo, 2010.
- IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na cena contemporânea. Disponível em <https://abepss.org.br/arquivos/anexos/o-servico-social-na-cena-contemporanea-201608060403123057450.pdf> Acesso em 21 jul 2026
- IAMAMOTO, Marilda Villela. As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. Disponível em <https://www.kufunda.net/publicdocs/texto-As-Dimens%C3%B5es-%C3%89tico-pol%C3%ADticas-e-Te%C3%B3rico-metodol%C3%B3gicas-no-Servi%C3%A7o.pdf> Acesso em 21 jul 2026
- RIO GRANDE DO SUL. CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço social e a saúde do trabalhador: atuação no benefício por incapacidade. Disponível em https://www.cfess.org.br/arquivos/slide_angelaferner.pdf Acesso em 21 jul 2026

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	33	37	35

Recurso Procedente. Gabarito alterado.

Conforme Resolução CFESS nº 273/1993 , a existência de atribuições privativas dispensa a necessidade de troca de informações inviabiliza o trabalho integrado e isola o Serviço Social em uma prática fragmentada e corporativista.

Além disso, a Resolução CFESS nº 557/2009, que dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntas e outros documentos produzidos em equipes multiprofissionais, reconhece expressamente a possibilidade e a importância da atuação integrada entre profissionais, preservando, contudo, a autonomia técnica de cada categoria. A produção de documentos técnicos pelo assistente social exige conhecimento da realidade social, das políticas públicas, da rede de proteção e dos elementos produzidos no processo de trabalho da equipe, preservando-se a autonomia técnica e as atribuições privativas da profissão.

Portanto, recurso é considerado procedente - Gabarito Alterado da letra C para D

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Equipes multiprofissionais na APS. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/acoes-interprofissionais/emulti> Acesso em 21 jul 2026
- BRASIL, BRASÍLIA. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Brasília: CFESS, 2010.
- MARANHÃO. UNASUS - Elementos constitutivos da rede. Disponível em <https://repocursos.unasus.ufma.br/redes-atencao-saude-2018/modulo1/ebook/24.html> Acesso em 21 jul 2026

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
1	5	2	7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa D é a única que descreve com precisão a estrutura de regência do substantivo abstrato "encontro". Em construções que envolvem substantivos que denotam ação ou relação (substantivos deverbais ou relacionais), a gramática de regência nominal estabelece que os termos que completam o sentido do nome são complementos nominais. No título em análise: "Estatuto do Paciente: o encontro do cuidado na saúde com a ética, a dignidade e a humanização", o "encontro" exige o elemento que se encontra (*o cuidado* – regência de "de/do") e exige o elemento com o qual se encontra (*a ética, a dignidade e a humanização* – regência de "com"). Ambos os termos ("do cuidado" e "com a ética...") exercem a função de completar o sentido substantivado da ação, sendo, portanto, complementos regidos pelo nome. A variação apontada pelo recorrente ("encontro de", "encontro entre") não invalida a regência apresentada no texto original; pelo contrário, apenas confirma que o substantivo "encontro" é um nome de natureza relacional que demanda complementação para sua validade sintática. A alternativa C é descartada por erro terminológico (o uso do termo "especificativo" para um segmento isolado por dois-pontos), enquanto a alternativa D descreve o fenômeno da regência nominal de forma coerente com o texto e com a norma gramatical. A questão apresenta, portanto, um único gabarito correto.

Fontes:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
5	1	4	3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa A é a única em que o acento grave indicador de crase é provocado por regência verbal. O verbo "sobrepôr" (utilizado na forma pronominal "sobrepunha-se") é um verbo transitivo indireto que exige, obrigatoriamente, a preposição "a". Sendo o termo regido "escuta" um substantivo feminino acompanhado do artigo definido "a", a fusão é necessária e ocorre estritamente por determinação do verbo.

As demais alternativas apresentam justificativas distintas:

Nas alternativas B e C, a crase decorre de regência nominal, visto que "respeito" e "fiel" são, respectivamente, um substantivo e um adjetivo que exigem a preposição "a".

Na alternativa D, a crase ocorre devido à estrutura paralela de adjunto adverbial de lugar/limite (da... à...), não havendo verbo regente no período que determine o uso do acento grave.

O enunciado é claro, preciso e está em total conformidade com a terminologia gramatical. A identificação do termo regente como verbo é o critério técnico solicitado, o qual foi cumprido com perfeição na alternativa A.

Fontes:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
7	3	8	2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão em tela é claro ao solicitar a análise da relação do termo no contexto " “[...] ampliando a adesão terapêutica, ao passo em que previne conflitos e fortalece vínculos [...]” (4º§). Em momento algum o item propõe a análise de correção gramatical, regência ou sintaxe da estrutura. Portanto, a suposta incorreção gramatical da locução é impertinente ao objeto da avaliação. A relação é de valor semântico de um operador argumentativo, definido pelo seu funcionamento lógico no período por ser um fato linguístico. Assim, a expressão estabelece uma relação de concomitância entre as ações. A inteligibilidade do texto é plena. O domínio da norma-padrão é essencial, mas ressalta-se que leitura e interpretação extrapolam sentidos de textos produzidos, inclusive aqueles que contêm variações linguísticas ou estilísticas aceitas na escrita contemporânea.

Fontes:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos: teoria e 815 questões comentadas. Série Concursos. 15. ed. Niterói: Impetus, 2014. 519p.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006. 216p.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
20	20	20	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra D. No contexto do município de Ji-Paraná, as igrejas são lugares para além da função principal – rezar –, são ambientes religiosos que documentam o passado, espaços culturais e sociais que demarcam a identidade. Nas igrejas, os fiéis encontram mais que o fervor religioso, recebem conjuntamente, assistência emocional, espiritual e, por vezes, material. A concepção de cultura e o entendimento das normas ligadas ao meio religioso são complexas e heterogêneas, mas substanciais para entender a progressiva dinâmica social que se materializa entre os indivíduos. Por meio da religiosidade, as pessoas se reconhecem, identificam-se com simbologias comuns, incorporadas em costumes e tradições que remetem a um modo de vida singular. A relação estabelecida entre religiosidade e identidade cultural está implícita na existência do grupo. Assim, a igreja, enquanto instituição, é um elemento presente no cotidiano dos habitantes do referido município, atuando também como recurso para delimitações políticas, sociais e econômicas. No entanto é incorreto afirmar que pela sua característica cosmopolita, formada por uma diversidade étnica peculiar no país, a opção foi a realização de festas baseadas no sincretismo religioso. O sincretismo refere-se à fusão de diferentes doutrinas, ritos e crenças, formando uma nova expressão espiritual. Existe sim uma diversidade de festejos e crenças religiosas, não a fusão dessas crenças. Afirmar também que “ As festas religiosas de cunho evangélico são mais relevantes no município e adjacências, por uma questão numérica.” É um equívoco, pois nenhuma festa ou religião é mais relevante que outra, e finalmente, afirmar que “as práticas religiosas dos povos originários que habitam a região foram anexadas ao calendário religiosos local” incide novamente em um equívoco, pois isso não ocorreu. A única alternativa plausível é que “a festa do padroeiro São João Bosco, bem como cultos e outros ritos constituem elementos significativos na memória dos fiéis e ajudam a compor sua identidade.

Fontes:

- <https://www.correiobraziliense.com.br/cbradar/uma-das-cidades-mais-completas-da-regiao-norte-com-ensino-tecnico-e-vida-organizada/>
- <https://www.diocesedejiparana.org.br/noticias-det.php?cod=2503>

- PLURA, Revista de Estudos de Religião, ISSN 2179-0019, vol. 7, nº 1, 2016, p. 342-371.
- ARENDT, H. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense, 1997
- PLURA, Revista de Estudos de Religião, ISSN 2179-0019, vol. 7, nº 1, 2016, p. 342-371. _____. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1995.
- HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.
- MISSÃO NOVAS TRIBOS DO BRASIL. Nisto cremos. Disponível em: <http://novastribosdobrasil.org.br/quem-somos/nisto-cremos>. Acesso em: maio . 2026.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	27	21	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda o processo legislativo previsto na Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Inicialmente, algumas das razões recursais buscam justificar pedidos de anulação e/ou alteração de gabarito mediante a extrapolação e citação de leis diversas, como regras do processo legislativo federal previstas na Constituição da República, ou mesmo da “prática administrativa”. Tais alegações não merecem guarida, visto que o enunciado foi claro e expresso ao informar que a questão deveria ser solucionada à luz do texto vigente da legislação municipal. A análise desta está estritamente restrita à legislação municipal expressamente mencionada no comando do item, sendo inviável a aplicação de parâmetros externos em detrimento do texto legal local vigente.

Passando ao mérito, as razões recursais não merecem prosperar.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

I. A elaboração, a redação, a alteração e a consolidação de leis no âmbito municipal devem ocorrer em conformidade com o disposto em lei complementar federal, além de observar a própria Lei Orgânica e o Regimento Interno da Câmara Municipal.

II. Ressalvada disposição constitucional em contrário, as deliberações realizadas no âmbito das Comissões da Câmara Municipal devem ser tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

III. Na ocorrência de rejeição de um projeto de lei, a matéria nele contida pode ser objeto de nova discussão e votação dentro da mesma sessão legislativa, caso haja proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

- Julgamento: Todos os itens são corretos. Eles reproduzem fielmente as normas do processo legislativo de Ji-Paraná.

O item I baseia-se no art. 23, § 1º: "A elaboração, redação, alteração e consolidação de leis dar-se-á na conformidade da lei complementar federal, desta Lei Orgânica e Regimento Interno."

O item II baseia-se no art. 23, § 2º: "Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações da Câmara Municipal e de suas Comissões, serão tomadas por maioria absoluta de seus membros."

No que concerne ao argumento específico de que a afirmativa II estaria juridicamente incorreta por fixar o quórum de maioria absoluta para as deliberações das comissões, o inconformismo decorre de falta de observação da literalidade da lei local. O legislador orgânico de Ji-Paraná adotou uma opção político-administrativa própria e autônoma em seu artigo 23, § 2º, estabelecendo textualmente que: "Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações da Câmara Municipal e de suas Comissões, serão tomadas por maioria absoluta de seus membros."

Dessa forma, a afirmativa II não apresenta erro, ambiguidade ou indução ao equívoco; trata-se de transcrição fiel, literal e exata da norma do município exigida pelo instrumento convocatório do certame. Exigir que o candidato respondesse com base no modelo geral da Constituição Federal representaria violar o comando do próprio enunciado, que restringiu a análise aos preceitos da Lei Orgânica Municipal. Inexiste, portanto, qualquer vício de formulação capaz de macular o item.

O item III baseia-se no art. 23, § 4º: "A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de discussão e votação na mesma Sessão Legislativa mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara."

No que tange ao inconformismo sobre a redação da assertiva III, que aponta uma suposta incoerência ao citar "objeto de nova discussão e votação" em vez de "objeto de novo projeto", cumpre evidenciar que a banca examinadora não incorreu em ampliação ou interpretação extensiva. A redação do item constitui transcrição literal do artigo 23, § 4º da própria Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO, que dita textualmente: "A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de discussão e votação na mesma Sessão Legislativa mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara."

Dessa forma, verifica-se que o legislador orgânico municipal adotou dicção própria e específica para o rito local. Exigir que a banca examinadora alterasse a redação da assertiva configuraria violação à própria literalidade da legislação municipal exigida pelo edital. Portanto, o item encontra-se perfeito e estritamente amparado na norma local.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- JI-PARANÁ (Município). [Câmara Municipal]. Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná. Ji-Paraná: Câmara Municipal, 28 mar. 1990. Disponível em: <https://www.jiparana.ro.leg.br/leis/lei-organica-municipal/lei-organica-do-municipio.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2026.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	29	26	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda as normas do processo legislativo e das atribuições dos Poderes contidas na Lei Orgânica. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Inicialmente, algumas das razões recursais buscam justificar pedidos de anulação e/ou alteração de gabarito mediante a extrapolação e citação de leis diversas ou mesmo da "prática administrativa". Tais alegações não merecem guarida, visto que o enunciado foi claro e expresso ao informar que a questão deveria ser solucionada à luz do texto vigente da legislação municipal.

No tocante ao argumento principal das razões recursais, que aponta uma suposta inconsistência jurídica na alternativa considerada correta sob a alegação de que a proibição de emendas não estaria expressa na legislação local, constata-se que não procede.

Diferentemente do sustentado nas razões funcionais do recurso, a vedação de emendas ao projeto de lei delegada está expressa, literal e taxativamente prevista no Artigo 29, § 2º da própria Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO, cujo teor dita: "A delegação do Prefeito terá forma de Decreto Legislativo da Câmara Municipal, esta a fará em votação única, vedada qualquer emenda." Portanto, a redação da alternativa não inventou restrição ou extrapolou o comando normativo; ao contrário, limitou-se a transcrever a exata e rigorosa limitação imposta pelo legislador originário municipal.

Passando ao mérito, as razões recursais não merecem prosperar.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

A) O prefeito municipal possui a prerrogativa de vetar, por motivo de inconstitucionalidade ou interesse público, tanto os projetos de lei quanto os decretos legislativos e as resoluções aprovadas pela Câmara.

- Julgamento: Incorreto. Art. 28, "caput" e § 1º. "O projeto de lei aprovado será enviado ao Prefeito que, aquiescendo, o sancionará. § 1º Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á..." O poder de veto incide sobre projetos de lei (ordinárias ou complementares), não alcançando decretos legislativos ou resoluções, que são atos de competência da Câmara.

B) Na hipótese de o prefeito solicitar a delegação para elaborar leis, a autorização da Câmara Municipal deve ocorrer por meio de Decreto Legislativo, sendo vedada a apresentação de emendas ao texto durante a votação.

- Julgamento: Correto. Art. 29, § 2º. "A delegação do Prefeito terá forma de Decreto Legislativo da Câmara Municipal, esta a fará em votação única, vedada qualquer emenda."

C) A deflagração do processo Legislativo para a criação da Guarda Municipal, bem como a fixação de seu efetivo, pode ser realizada por proposta de qualquer Comissão da Câmara Municipal ou pelo Chefe do Executivo.

- Julgamento: Incorreto. Art. 25, § 1º, inciso I. "São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que: I – crie a Guarda Municipal, fixem e modifiquem seu efetivo e forma de comando."

D) O instrumento da lei delegada é admitido para a organização de matérias que versem sobre planos plurianuais e orçamentos, bem como as reservadas às leis complementares, desde que o pedido de delegação seja aprovado por maioria absoluta.

- Julgamento: Incorreto. Art. 29, § 1º. "Não será objeto de delegação os atos de competência exclusiva da Câmara Municipal, a matéria reservada a lei complementar, nem a legislação sobre planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos."

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- JI-PARANÁ (Município). [Câmara Municipal]. Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná. Ji-Paraná: Câmara Municipal, 28 mar. 1990. Disponível em: <https://www.jiparana.ro.leg.br/leis/lei-organica-municipal/lei-organica-do-municipio.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2026.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	42	31	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

RECURSO IMPROCEDENTE. Não procede a solicitação de anulação da questão. A alternativa marcada como correta foi elaborada com base em bibliografia de referência amplamente utilizada no ensino de Microbiologia, reproduzindo o conteúdo descrito em FUNKE, G. J.; TORTORA, G. J.; CASE, C. L.; BAIR III, W. B.; WEBER, D. R. *Microbiologia*. 14. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2024, na qual consta expressamente que: "*O Mycobacterium tuberculosis, por exemplo, está associado a doenças dos pulmões, da pele, dos ossos e dos órgãos internos.*" Dessa forma, a assertiva encontra respaldo direto em literatura científica de referência adotada para a elaboração da questão. Quanto à alegação de que a alternativa confundiria o agente etiológico com a doença, tal interpretação não procede. A redação afirma que "*Mycobacterium tuberculosis* está associado a doenças dos pulmões, da pele, dos ossos e dos órgãos internos", não afirmando que a bactéria seja a doença. O emprego da expressão "está associado" estabelece corretamente a relação entre o microrganismo e os diferentes quadros clínicos que pode ocasionar, estando em conformidade com a literatura utilizada. Também não procede a alegação de que as formas extrapulmonares seriam atribuídas exclusivamente a outras espécies do gênero *Mycobacterium*. Embora outras microbactérias possam causar infecções extrapulmonares, é amplamente reconhecido que *Mycobacterium tuberculosis* também pode acometer diversos órgãos e tecidos além do pulmão, sendo responsável por apresentações extrapulmonares da tuberculose. Assim, a alternativa não contém generalização incorreta, tampouco exclui a participação de outras espécies do gênero em manifestações semelhantes. Por fim, o enunciado contextualiza os bacilos álcool-ácido resistentes mencionando tanto suas características laboratoriais quanto fatores relacionados à capacidade de causar doenças. Nesse contexto, a alternativa do gabarito aborda corretamente um aspecto microbiológico referente ao principal representante desse grupo, enquanto as demais alternativas apresentam erros conceituais evidentes relacionados aos métodos de identificação, à composição da parede celular ou às características biológicas das microbactérias. Dessa forma, a questão apresenta apenas uma alternativa correta, permanecendo o gabarito inalterado.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	44	35	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso não procede, pois parte de uma interpretação equivocada do gabarito preliminar. A afirmativa II ("*Acinetobacter baumannii* é um patógeno oportunista e pode apresentar resistência a múltiplas classes de antimicrobianos") foi considerada correta pela banca examinadora e integra a alternativa indicada como gabarito (I, II, IV e V). Assim, os argumentos apresentados pelo candidato, fundamentados na literatura que descreve *Acinetobacter*

baumannii como importante patógeno oportunista frequentemente associado à multirresistência aos antimicrobianos, corroboram a alternativa adotada pela banca, não havendo qualquer divergência entre o gabarito preliminar e o conhecimento científico consolidado. Afirma-se ainda que a questão foi elaborada utilizando as seguintes referências: PROCOP, Gary W. Diagnóstico Microbiológico - Texto e Atlas, 7ª edição . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. ISBN 9788527734516 e FUNKE, Gerard J. Tortora, Christine L. Case, Warner B. Bair III, Derek Weber, Berdell R. Microbiologia . 14. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2024. ISBN 9786558822585. Dessa forma, não existe exclusão da afirmativa II do conjunto de proposições corretas, razão pela qual não há fundamento para alteração do gabarito ou anulação da questão. Assim ocorre a manutenção do gabarito.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	47	38	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Professor: Emílio Santana de Abreu

A alternativa referente ao teste de coombs foi elaborada para ser incorreta e, justamente por isso, contém erros conceituais que a tornam incompatível com os fundamentos da imunologia. De fato, o teste de Coombs emprega antiglobulina humana produzida em outra espécie animal, caracterizando anticorpos heterólogos, e sua finalidade é detectar imunoglobulinas e/ou componentes do complemento aderidos à superfície dos eritrócitos, e não antígenos eritrocitários propriamente ditos. Dessa forma, as imprecisões apontadas pelo candidato apenas confirmam a incorreção da alternativa, não constituindo fundamento para anulação da questão. Por sua vez, a alternativa referente a aglutinação de antígenos permanece correta, em conformidade com a bibliografia utilizada para elaboração da questão (COICO, Ricardo; SUNSHINE, Geoffrey. *Imunologia*. 6. ed. Guanabara Koogan, 2010), que descreve que as reações de aglutinação dependem de uma proporção adequada entre antígenos e anticorpos para que ocorra a formação de ligações cruzadas. Esse princípio permite a utilização de testes de aglutinação para determinação do título de anticorpos específicos em amostras biológicas, por meio de diluições seriadas, constituindo importante aplicação laboratorial. Assim ocorre a manutenção do gabarito.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	48	36	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não procedem as alegações apresentadas nos recursos. A afirmativa II encontra respaldo em literatura técnico-científica da área de Medicina Laboratorial. Conforme descrito por ANDRIOLO, Adagmar. *Manual da Residência de Medicina Laboratorial*. Barueri: Manole, 2019, “na metodologia do ELISA, os antígenos são adsorvidos a uma fase sólida e, após a ligação dos anticorpos presentes na amostra, adiciona-se um complexo formado por um anticorpo anti-imunoglobulina humana ligado a uma enzima. Em seguida, a adição do substrato específico promove uma reação enzimática com desenvolvimento de coloração, cuja intensidade é proporcional à concentração dos anticorpos presentes na amostra”. Portanto, a afirmativa "ELISA é um imunoensaio de fase sólida no qual uma enzima é ligada à anti-imunoglobulina. A quantificação é alcançada pela avaliação colorimétrica após a adição de um substrato que muda de cor em resposta à atividade enzimática." descreve corretamente um dos formatos clássicos do ensaio imunoenzimático, amplamente utilizado na rotina laboratorial para pesquisa de anticorpos. A existência de outras modalidades de ELISA, como os formatos direto, sanduíche e competitivo, não torna a afirmativa incorreta. A questão não afirma que esse seja o único formato existente nem que todas as modalidades apresentem exatamente a mesma configuração metodológica; apenas descreve corretamente um princípio de funcionamento amplamente empregado e consolidado na literatura especializada. As demais afirmativas permanecem corretamente classificadas. A afirmativa III é incorreta porque, na reação de fixação do complemento, a ausência de hemólise indica resultado positivo para a presença do complexo antígeno-anticorpo, enquanto a hemólise caracteriza resultado negativo. A afirmativa V também é incorreta, uma vez que um resultado reagente em teste rápido para HIV deve ser interpretado conforme os algoritmos diagnósticos

vigentes, não sendo a afirmativa apresentada cientificamente correta. Dessa forma, permanecem corretas apenas as afirmativas I, II e IV, com manutenção do gabarito da questão.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	31	42	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não procede a alegação de incongruência entre o enunciado e a alternativa considerada correta. O caso clínico apresentado tem como finalidade contextualizar a situação de investigação diagnóstica de meningite por meio da análise do líquido cefalorraquidiano (LCR). Em seguida, o comando da questão solicita que o candidato assinale a afirmativa correta “considerando os conhecimentos sobre a análise citológica do líquido cefalorraquidiano”, não restringindo a avaliação exclusivamente a parâmetros citológicos ou bioquímicos. A alternativa que descreve corretamente as características do LCR em condições de normalidade, que constituem parte da análise laboratorial rotineira do líquido cefalorraquidiano e representam etapa indispensável da sua avaliação. As demais alternativas apresentam incorreções técnicas: uma alternativa afirma, equivocadamente, que a coleta deve obrigatoriamente ser realizada em tubo contendo EDTA; outra alternativa descreve incorretamente o local preferencial para realização da punção líquórica; e a outra alternativa atribui ao quadro de meningite um predomínio absoluto de eosinófilos, achado incompatível com o perfil citológico esperado na condição clínica apresentada. Dessa forma, o enunciado mantém coerência com o objetivo da questão, contextualizando a investigação do LCR, enquanto a alternativa do gabarito permanece como a única afirmativa correta. Não há vício de elaboração que justifique a anulação da questão.

Fonte:

- LEITE, Samantha B.; CAVAGNOLLI, Gabriela; VIEIRA, Ana DC; e outros. Fluidos biológicos. Porto Alegre: SAGAH, 2019. ISBN 9788533500730.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
44	35	43	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não procedem as alegações apresentadas nos recursos. A questão foi elaborada com base na obra HOFFBRAND, A. V.; MOSS, P. A. H. *Fundamentos em Hematologia*. 7. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2018, cujas informações foram reproduzidas nas afirmativas da questão. A afirmativa III encontra respaldo direto na bibliografia utilizada, que descreve expressamente que “proteína C e proteína S são inibidores dos cofatores de coagulação V e VIII”. Embora a literatura especializada possa detalhar que a proteína C ativada, em associação com a proteína S, promove a inativação das formas ativadas dos fatores V e VIII (Va e VIIIa), tal aprofundamento não invalida a redação adotada pela referência bibliográfica utilizada para elaboração da questão, a qual apresenta corretamente o papel fisiológico dessas proteínas como reguladoras da coagulação. Também não procede a alegação de vício na afirmativa IV. A descrição dos fatores avaliados pelo tempo de protrombina (TP) corresponde exatamente ao texto da obra de referência, que informa que “o TP avalia os fatores VII, X, V, protrombina (II) e fibrinogênio”. A ausência da designação numérica “(I)” após o fibrinogênio não configura erro conceitual nem compromete a clareza da assertiva, uma vez que a nomenclatura utilizada é amplamente aceita na literatura hematológica. Quanto à afirmativa V, sua incorreção é intencional e constitui justamente o objeto de avaliação da questão. O tempo de tromboplastina parcial ativada (TTPA) não avalia a plasmina, além de a afirmativa omitir fatores importantes da via intrínseca, razão pela qual ela é corretamente classificada como falsa. O fato de uma afirmativa incorreta apresentar mais de um erro conceitual não caracteriza vício de elaboração nem compromete a objetividade da questão. Da mesma forma, a afirmativa II permanece incorreta, pois as plaquetas são fragmentos citoplasmáticos derivados dos megacariócitos da medula óssea, sob estímulo da trombopoetina, e não fragmentos de células denominadas trombopoetina. Também não procede a alegação de que eventuais imperfeições de redação ou pontuação comprometeriam a validade da questão. Ainda que se considere a existência de pequeno ajuste formal na construção sintática da afirmativa V, tal circunstância não altera seu conteúdo

técnico nem interfere na identificação de sua incorreção. A assertiva permanece cientificamente falsa por apresentar erros conceituais independentes da redação, razão pela qual não há prejuízo à compreensão da questão nem fundamento para sua anulação. Assim, permanecem corretas apenas as afirmativas I, III e IV, com manutenção do gabarito da questão.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
46	37	45	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não procede a alegação de imprecisão técnico-científica da alternativa considerada correta. A alternativa considerada como correta está em conformidade com a bibliografia utilizada para elaboração da questão. Conforme FERREIRA, Marcelo U. *Parasitologia Contemporânea*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020, “durante a fase pulmonar da infecção por *Ascaris lumbricoides* pode ocorrer a síndrome de Löeffler, quadro clínico autolimitado decorrente da migração larvária pulmonar”. A mesma referência descreve que “esse quadro caracteriza-se por manifestações respiratórias associadas à eosinofilia, ocorrendo aproximadamente entre 10 e 14 dias após a infecção”. A redação da alternativa afirma que o paciente pode apresentar tosse e sintomas respiratórios, caracterizando a síndrome de Löeffler. Em nenhum momento a assertiva afirma que tais manifestações, isoladamente, constituem todos os critérios diagnósticos da síndrome ou esgotam sua descrição clínica. A alternativa apresenta uma informação correta e compatível com a literatura, sem excluir a existência de outros achados, como a eosinofilia, que também integra esse quadro clínico. Além disso, o objetivo da questão é identificar a única afirmativa correta entre as alternativas apresentadas, e não descrever todas as manifestações clínicas da síndrome. As demais alternativas apresentam erros conceituais inequívocos relacionados ao ciclo biológico, às formas evolutivas e às características morfológicas dos parasitos citados, permanecendo a alternativa divulgada no gabarito como a única cientificamente correta. Dessa forma, a questão não apresenta vício de elaboração ou imprecisão que justifique sua anulação, e permanecendo com manutenção do gabarito.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
48	38	50	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não procedem as alegações apresentadas nos recursos. A alternativa apresentada como correta foi elaborada com base na bibliografia de referência utilizada na construção da questão, conforme descrito em MOTTA, Valter. *Bioquímica Clínica para o Laboratório: Princípios e Interpretações*. 5. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2009, que afirma que “a albumina exerce importante função na regulação osmótica, contribuindo com aproximadamente 75% a 80% do efeito osmótico do plasma, sendo um dos principais fatores responsáveis pela distribuição adequada de água entre os compartimentos intra e extracelular”. A mesma referência descreve que, “em determinadas enfermidades, a redução dos níveis de albumina promove o deslocamento de água do compartimento intravascular para os tecidos, ocasionando edema”. Embora parte da literatura utilize os termos pressão coloidosmótica ou pressão oncótica para enfatizar a participação das proteínas plasmáticas nesse fenômeno, a expressão pressão osmótica plasmática empregada na alternativa é compatível com a bibliografia adotada e não caracteriza erro conceitual, uma vez que a pressão oncótica representa um componente da pressão osmótica total do plasma decorrente das proteínas plasmáticas, especialmente da albumina. Também não procede a alegação de que a alternativa referente a ureia e creatinina seria correta. Conforme a mesma obra utilizada para elaboração da questão, “a ureia sofre influência do metabolismo proteico, da ingestão de proteínas, do estado de hidratação e de outras condições clínicas”. Entretanto, o livro afirma expressamente que “a produção da creatinina não é influenciada pelo metabolismo proteico”, sendo considerada excelente marcador da função renal. Dessa forma, ao afirmar que ureia e creatinina apresentam como limitação a influência do metabolismo proteico em seus resultados, a alternativa generaliza uma característica que não se aplica à

creatinina, tornando-a incorreta. Quanto ao outro recurso, o enunciado apenas contextualiza alguns dos principais exames bioquímicos utilizados na rotina laboratorial (ureia, creatinina, bilirrubinas e proteínas plasmáticas) e solicita que o candidato assinale a afirmativa correta sobre o tema. Não há, em seu comando, qualquer determinação de que a alternativa correta deva abordar simultaneamente todos os analitos mencionados. Trata-se de uma contextualização temática, sendo plenamente compatível que cada alternativa explore um dos exames citados. As demais alternativas apresentam incorreções técnicas evidentes: uma alternativa atribui à ureia ao catabolismo das purinas, quando esse processo origina o ácido úrico; a outra alternativa, inverte os conceitos de bilirrubina direta e indireta. Dessa forma, a alternativa divulgada no gabarito permanece como a única afirmativa integralmente correta, mantendo-se o gabarito da questão.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	41	48	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não procedem as alegações apresentadas nos recursos. A alternativa apresentada como correta foi elaborada com base em bibliografia de referência utilizada na construção da questão, conforme descrito em MARSHALL, William J. *Bioquímica Clínica: Aspectos Clínicos e Metabólicos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016, na qual consta expressamente que: *"O colesterol (tanto de origem alimentar como biliar) é absorvido no jejuno superior facilitado por uma proteína transportadora específica, a Niemann-Pick C1-like 1 (NPC1L1)."* A redação da alternativa corresponde ao conteúdo científico apresentado pela obra de referência, assim o colesterol alimentar proveniente da dieta é absorvido por esse mecanismo, apresentando uma informação correta. A alegação de que a expressão "jejuno superior" não seria a nomenclatura preferencial em alguns tratados de anatomia não torna a assertiva incorreta. Trata-se de uma expressão empregada pela própria referência bibliográfica utilizada para elaboração da questão, sendo compreendida como a porção proximal do jejuno. A existência de diferentes formas de descrição anatômica em outras obras não invalida uma terminologia adotada em literatura científica reconhecida, tampouco caracteriza erro conceitual. Também não procede a argumentação de que a alternativa deveria mencionar obrigatoriamente o colesterol biliar. O fato de a NPC1L1 participar da absorção tanto do colesterol alimentar quanto do colesterol de origem biliar não torna falsa a afirmação de que ela participa da absorção do colesterol alimentar. A alternativa não afirma exclusividade, apenas descreve corretamente um dos substratos fisiológicos transportados por essa proteína. Quanto às demais alternativas, todas apresentam incorreções técnicas inequívocas. Uma alternativa atribui ao VLDL a apolipoproteína principal dos quilomícrons (apo B-48) e ainda lhe confere a função de transporte reverso de colesterol, desempenhada predominantemente pela HDL. A outra alternativa atribui aos quilomícrons a apo B-100 como principal componente proteico, quando a principal apolipoproteína dessa lipoproteína é a apo B-48, conforme a mesma referência bibliográfica utilizada na elaboração da questão. Por sua vez, a outra alternativa afirma incorretamente que mutações no gene da lipoproteína lipase (LPL) não causam quilomicronemia familiar, contrariando o conhecimento consolidado da bioquímica clínica. Dessa forma, a questão apresenta apenas uma alternativa correta, integralmente respaldada pela bibliografia adotada na elaboração do certame, inexistindo fundamento técnico que justifique sua anulação ou alteração do gabarito.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
1	4	3	5

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o fragmento textual apresentado, assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “**D**) Segundo o autor, o conceito de consciência coletiva é construído a partir de um conjunto de crenças e sentimentos que abarcam membros de uma sociedade, demonstrando conexões entre indivíduos pertencentes a gerações diferentes.” foi adequadamente indicada como correta. O autor define a consciência coletiva como um conjunto de crenças e sentimentos compartilhados pelos membros de uma sociedade e afirma que ela permanece ao longo do tempo, ligando diferentes gerações. Observe dois trechos:

"O conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado." Além disso: "Ela não muda a cada geração, mas liga umas às outras as gerações sucessivas." Ou seja, a consciência coletiva estabelece uma continuidade entre diferentes gerações. A alternativa “**A**) As mudanças que acompanham o desenvolvimento de uma sociedade, assim como a consciência pertencente a esse grupo, podem ser observadas de acordo com o surgimento das novas gerações.” não pode ser indicada como correta. O problema está na expressão: "as mudanças... podem ser observadas de acordo com o surgimento das novas gerações." O texto afirma o contrário, Durkheim escreve: "Ela não muda a cada geração." Ou seja, a consciência coletiva não depende do aparecimento de novas gerações, pois ela permanece e estabelece continuidade entre elas. A alternativa atribui ao texto uma ideia de mudança geracional que o autor nega. A alternativa “**B**) Em detrimento do conceito de consciência coletiva, segundo o autor, já ultrapassado, há uma nova perspectiva que enfatiza os tipos individuais e suas realizações que contribuem para um resultado maior.” não pode ser indicada como correta. O texto não afirma que a consciência coletiva seja um conceito ultrapassado. Ao contrário, Durkheim apresenta a consciência coletiva como um conceito fundamental da sociedade. Além disso, a alternativa afirma que haveria "uma nova perspectiva que enfatiza os tipos individuais." Nada disso aparece no fragmento. O texto apenas distingue: consciência coletiva; consciências individuais. Ele não diz que uma substitui a outra. Pelo contrário, afirma: "Ela é bem diferente das consciências particulares." Ou seja, são conceitos distintos, não concorrentes. A alternativa “**C**) A expressão “consciência coletiva” é empregada pelo autor para denominar uma ampla reunião de possibilidades distintas que envolvem crenças e sentimentos comuns a cada membro de uma sociedade.” não pode ser indicada como correta. O erro está na expressão: "possibilidades distintas". Durkheim diz exatamente o contrário, ele define consciência coletiva como "o conjunto das crenças e dos sentimentos comuns". Portanto, trata-se daquilo que é compartilhado, comum aos membros da sociedade. Não é uma reunião de possibilidades diferentes ou distintas. A alternativa altera completamente o sentido do conceito. Além disso, o texto fala em "média dos membros de uma mesma sociedade" e não em crenças particulares de cada indivíduo.

Fontes:

- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2019. KOCH, Ingedore Villaça. O texto e a construção dos sentidos. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coesão textual. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
3	1	2	4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Observe o fragmento a seguir: “Ela é, pois, bem diferente das consciências particulares, conquanto só seja realizada nos indivíduos.” Sobre a estrutura e a composição desse pensamento, assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “**D**) Ocorre a atribuição de um sentido concessivo ao período; ou seja, contraditório à ação principal, porém incapaz de impedir sua ocorrência.” foi adequadamente indicada como correta. A conjunção

"conquanto" introduz uma oração subordinada adverbial concessiva, isto é, uma oração que expressa um fato que poderia contrariar a ideia da oração principal, mas não impede sua realização. O período: "Ela é, pois, bem diferente das consciências particulares, conquanto só seja realizada nos indivíduos." Podemos dividi-lo em: Oração principal: Ela é, pois, bem diferente das consciências particulares. Oração subordinada: conquanto só seja realizada nos indivíduos. A conjunção "conquanto" é uma conjunção subordinativa concessiva. Ela equivale a: embora; ainda que; mesmo que; conquanto. Podemos reescrever: "Ela é bem diferente das consciências particulares, embora só seja realizada nos indivíduos." O sentido permanece o mesmo. Uma oração concessiva apresenta um fato que aparentemente contraria a oração principal, mas não impede sua realização. Observe: "A consciência coletiva é diferente das consciências individuais." Mesmo assim, "ela só pode existir por meio dos indivíduos." Essas duas ideias coexistem. A segunda poderia parecer contrariar a primeira, mas não a invalida. É exatamente a relação de concessão. A alternativa **"A)** No início da estrutura, apresenta-se uma justificativa composta pelo termo "pois", cujo sentido equivale a "por que". Não pode ser indicada como correta. Ela está errada por dois motivos. O "pois" não tem valor de justificativa. No trecho: "Ela é, pois, bem diferente das consciências particulares..." o "pois" aparece entre vírgulas, depois do verbo (é, pois,). Nessa posição, ele tem valor conclusivo ou de retomada, equivalente a: portanto; logo; assim; então. O autor está concluindo uma ideia a partir do que foi explicado anteriormente. Podemos reescrever: "Ela é, portanto, bem diferente das consciências particulares." ou "Ela é, assim, bem diferente das consciências particulares." O sentido permanece praticamente o mesmo. "Pois" não equivale a "por que". A alternativa afirma que "pois" = por que, mas isso também é falso. Dependendo da posição na frase, "pois" pode assumir valores diferentes: Depois do verbo, entre vírgulas = conclusão. Está chovendo; vamos, pois, ficar em casa. (= portanto). Antes do verbo = explicação/causa. Não saia, pois está chovendo. (= porque) No texto de Durkheim, ocorre o primeiro caso. A alternativa **"B)** O verbo "seja" apresenta-se flexionado no modo indicativo, demonstrando a construção de uma hipótese não realizável." não pode ser indicada como correta. "Seja" não está no modo indicativo. O verbo "ser" está no presente do subjuntivo. Conjugação: Indicativo: é; Subjuntivo: seja. O subjuntivo aqui não expressa hipótese irrealizável. O subjuntivo aparece porque a conjunção "conquanto" exige esse modo verbal. Nesse contexto, "conquanto" significa embora, introduzindo uma oração concessiva. A ideia não é de hipótese, mas de concessão. Podemos parafrasear: Ela é diferente das consciências particulares, embora só seja realizada nos indivíduos. Perceba que não há hipótese; há um fato admitido que não impede outro fato. A alternativa **"C)** A possibilidade de substituição do termo "conquanto" por "porquanto" é adequada, considerando-se o contexto apresentado." não pode ser indicada como correta. Essas palavras têm sentidos diferentes. Conquanto = embora (concessão). "Conquanto estivesse cansado, continuou." = "Embora estivesse cansado...". Já porquanto = porque, visto que (causa) "Saiu, porquanto estava cansado." = "Saiu porque estava cansado." Se fizermos a troca: "Ela é diferente das consciências particulares, porquanto só seja realizada nos indivíduos." A frase fica incorreta por dois motivos: muda o sentido (de concessão para causa); porquanto normalmente pede verbo no indicativo, não no subjuntivo.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coesão textual. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
4	2	5	1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Considerando o efeito de sentido produzido pelo emprego dos vocábulos no contexto apresentado, é correto afirmar que, em relação às ocorrências do vocábulo "ela":", a alternativa **"B)** É possível reconhecer que há um único referente com que todas as ocorrências estabelecem relação." foi adequadamente indicada como correta. Em todas as ocorrências do pronome "ela", há o mesmo referente: a consciência coletiva (ou consciência comum). Vejamos o texto: "O conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria; podemos chamá-lo de consciência coletiva ou comum." A partir desse momento, o autor passa a empregar o pronome "ela" para evitar a repetição da

expressão "consciência coletiva ou comum". Observe: "Ela não tem por substrato um órgão único..." Ela = consciência coletiva. "...mas tem, ainda assim, características específicas..." Ela = consciência coletiva. "Ela não muda a cada geração..." Ela = consciência coletiva. "Ela é, pois, bem diferente das consciências particulares..." Ela = consciência coletiva. "Ela é o tipo psíquico da sociedade..." Ela = consciência coletiva. Em nenhum momento o referente muda. Correta porque todas as ocorrências retomam o mesmo substantivo: consciência coletiva (ou consciência comum). Esse fenômeno é chamado de coesão referencial por anáfora, em que um pronome retoma um termo anteriormente mencionado, evitando repetição desnecessária. A alternativa **"A)** Há diferentes referentes com os quais tal vocábulo estabelece relação." não pode ser indicada como correta. Não existem referentes diferentes. Embora apareçam outros substantivos femininos no texto ("sociedade", "gerações", "consciências particulares"), o pronome "ela" nunca passa a retomá-los. Sempre retoma consciência coletiva. A alternativa **"C)** Dentre os referentes que são substituídos pelo pronome "ela" estão: sociedade; crença; e coletividade." não pode ser indicada como correta. Essa alternativa apresenta referentes incorretos. O pronome não substitui: sociedade; crença; coletividade (essa palavra, inclusive, nem aparece como referente no texto). Ele substitui apenas "consciência coletiva". Além disso, "crenças" aparece no plural, enquanto o pronome está no singular. A alternativa **"D)** Há repetição proposital com o objetivo de enfatizar a importância da consciência coletiva como temática." não pode ser indicada como correta. Há um equívoco conceitual. Não ocorre repetição lexical de "consciência coletiva". O autor faz justamente o contrário: menciona o termo uma vez; depois utiliza o pronome "ela" para retomá-lo. Esse recurso é um mecanismo de coesão textual, cujo objetivo principal é evitar repetição excessiva e tornar o texto mais fluido. Embora o tema seja a consciência coletiva, a função do pronome não é enfatizar o tema, mas retomar o referente já apresentado.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coesão textual. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
5	3	4	2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "No trecho "Ela é o tipo psíquico da sociedade, tipo que tem suas propriedades, suas condições de existência, seu modo de desenvolvimento, do mesmo modo que os tipos individuais, muito embora de outra maneira.", é possível observar:", a alternativa **"A)** Duas situações distintas que apresentam características particulares." foi adequadamente indicada como correta. O trecho estabelece uma comparação entre duas realidades distintas, mostrando que ambas possuem características próprias, embora sejam comparáveis. 1ª situação: a consciência coletiva, definida como o "tipo psíquico da sociedade"; 2ª situação: os tipos individuais (as consciências particulares dos indivíduos). Durkheim afirma que ambas possuem: propriedades; condições de existência; modo de desenvolvimento. Entretanto, acrescenta a ressalva: "muito embora de outra maneira." Ou seja, elas compartilham a característica de possuir propriedades e formas de desenvolvimento, mas essas características se manifestam de maneiras diferentes. Correta porque o texto compara: o tipo psíquico da sociedade (consciência coletiva); os tipos individuais. Cada um possui características próprias. A expressão "de outra maneira" reforça justamente essa distinção. A alternativa **"B)** Uso de ambiguidade por meio da expressão "tipo psíquico da sociedade"." não pode ser indicada como correta. Não há ambiguidade. A expressão é definida no contexto. Nos parágrafos anteriores, o autor explica que: a consciência coletiva constitui uma realidade própria; ela representa o tipo psíquico da sociedade. Assim, "tipo psíquico da sociedade" refere-se à consciência coletiva. Ambiguidade ocorre quando uma expressão admite duas ou mais interpretações possíveis, o que não acontece aqui. A alternativa **"C)** Um processo em desenvolvimento em que o individual equivale ao coletivo." não pode ser indicada como correta. O texto afirma o contrário: "...do mesmo modo que os tipos individuais, muito embora de outra maneira." O autor não diz que o individual equivale ao coletivo. Ele afirma que ambos possuem formas de desenvolvimento, mas diferentes. Portanto: não há equivalência; há comparação seguida de diferenciação. A alternativa **"D)** Comparação de igualdade entre dois contextos sem que haja algum tipo de distinção." não pode ser indicada como correta. A segunda parte torna a alternativa falsa: "muito embora de outra

maneira." Essa oração introduz justamente uma distinção. Logo, não existe comparação sem distinção. Há: uma semelhança; seguida de uma ressalva que evidencia diferenças. Estrutura do raciocínio do trecho: O período pode ser esquematizado assim: A consciência coletiva possui: propriedades; condições de existência; modo de desenvolvimento. Assim como os tipos individuais... ..mas de maneira diferente. Esse é um recurso argumentativo comum em textos científicos: aproxima dois conceitos, depois mostra suas diferenças.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coesão textual. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
6	8	6	7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando a estrutura do texto em que a introdução, o desenvolvimento e a conclusão exercem papéis diferentes e se articulam com intuito de promover o encaminhamento textual para o alcance do propósito comunicativo, acerca da introdução, pode-se afirmar que:”, a alternativa “**B**) São apresentados o tema, assim como informações que contribuem para a sua compreensão.” foi adequadamente indicada como correta. Descreve a função da introdução em um texto dissertativo-argumentativo: apresentar o tema e fornecer informações iniciais que permitam ao leitor compreender o assunto que será desenvolvido ao longo do texto. Observe o primeiro parágrafo: “A propriedade intelectual está mais presente no nosso cotidiano do que parece. Ela está nas músicas que ouvimos, nos aplicativos que usamos, nas tecnologias que facilitam a nossa rotina e, de forma muito concreta, nos avanços que transformam a saúde. Em essência, trata-se de um conjunto de regras que reconhece o direito de proteger as ideias, criações e inovações...” A autora faz o que se espera de uma introdução: apresenta o tema (propriedade intelectual); contextualiza o assunto; explica, de forma geral, o conceito de propriedade intelectual; prepara o leitor para a discussão que será desenvolvida. A introdução tem a função de introduzir o tópico discursivo, orientar o leitor e fornecer informações necessárias para a progressão temática. A alternativa “**A**) É possível reconhecer que a narrativa apresentada indica estratégia argumentativa.” não pode ser indicada como correta. Essa alternativa confunde narração com exemplificação. No primeiro parágrafo não há narrativa. Uma narrativa exige elementos como: personagens; ações; sequência temporal; acontecimentos. Nada disso aparece. A autora apenas afirma: “Ela está nas músicas...” “nos aplicativos...” “nas tecnologias...” Esses são exemplos que ilustram onde a propriedade intelectual está presente. Logo, a estratégia utilizada é expositiva, e não narrativa. A alternativa “**C**) O período que dá início ao texto promove um debate a partir de uma premissa hipotética marcada pelo termo “parece...” não pode ser indicada como correta. O primeiro período é: “A propriedade intelectual está mais presente no nosso cotidiano do que parece.” O verbo “parece” não introduz hipótese. Ele expressa aparência ou percepção do senso comum. A ideia é: Muitas pessoas acreditam que a propriedade intelectual não faz parte do cotidiano. A autora contrapõe essa percepção dizendo que ela está muito mais presente do que normalmente se imagina. Não há hipótese (“se”, “caso”, “talvez”), mas uma quebra de expectativa. A alternativa “**D**) No 1º§, é possível reconhecer argumentos que sustentam as ideias e informações constituintes do título atribuído ao texto.” não pode ser indicada como correta. O primeiro parágrafo ainda não apresenta argumentos propriamente ditos. Ele apenas: apresenta o tema; define propriedade intelectual; contextualiza o assunto. Os argumentos aparecem nos parágrafos seguintes, quando a autora utiliza: dados estatísticos; pesquisas; exemplos; informações sobre investimentos; consequências econômicas. Esses elementos, sim, sustentam a tese. Portanto, o primeiro parágrafo exerce função predominantemente introdutória, e não argumentativa.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 18. ed. São Paulo: Ática, 2018.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
7	6	7	8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “Patente é um dos mecanismos legais para garantir esse direito de propriedade intelectual.” (2º§), quanto à estrutura linguística, pode-se observar que:”, a alternativa “C) Há constituição de um período composto em que há referência à finalidade associada à informação anterior.” foi adequadamente considerada correta. Analisa corretamente a estrutura sintática do período e a função da oração reduzida de infinitivo introduzida por “para garantir”, que expressa finalidade. O período: “Patente é um dos mecanismos legais para garantir esse direito de propriedade intelectual.” Estrutura sintática: Podemos dividir o período em duas partes: Oração principal: “Patente é um dos mecanismos legais”. Temos: sujeito: Patente; verbo de ligação: é; predicativo do sujeito: um dos mecanismos legais. Até aqui existe uma oração. Oração reduzida. Depois aparece: “para garantir esse direito de propriedade intelectual”. Aqui temos o verbo: “garantir” no infinitivo. Sempre que aparece um verbo no infinitivo formando outra estrutura oracional, temos outra oração. Essa oração indica: finalidade. Equivale a: “para que garanta esse direito...” ou “a fim de garantir esse direito...” Portanto, há duas orações. Logo: período composto. Temos: oração principal; oração subordinada reduzida de infinitivo que expressa finalidade: “para garantir esse direito...” A alternativa “A) Por haver um verbo de ligação, o período é caracterizado como período simples.” não pode ser indicada como correta. O erro está em afirmar: período simples. O critério para classificar um período não é o tipo de verbo. É o número de orações. Período simples: apenas um verbo (ou uma locução verbal). Período composto : duas ou mais orações. Aqui temos: “é”; “garantir”. São dois verbos. Logo existem duas orações. Período composto. O fato de “é” ser verbo de ligação não interfere nessa classificação. A alternativa “B) A finalidade introduzida pela conjunção destacada reproduz o conceito referido anteriormente.” não pode ser indicada como correta. O erro está em dizer: “reproduz o conceito”. A expressão “para garantir” não reproduz conceito algum. Ela informa a finalidade do mecanismo legal. Observe: Patente é um mecanismo legal. Para quê? para garantir esse direito. Portanto, “para” introduz finalidade. Não reproduz conceito. A alternativa “D) O termo “esse” estabelece referência com o período anterior, indicando coordenação entre períodos distintos.” não pode ser indicada como correta. Primeira parte está correta. O pronome demonstrativo “esse” retoma realmente uma informação anterior. Ele faz referência ao conceito de propriedade intelectual apresentado no primeiro parágrafo. Essa retomada é chamada de anáfora textual. Entretanto, a segunda parte está errada. A alternativa afirma: “indicando coordenação entre períodos distintos”. Isso não ocorre. O pronome “esse” não estabelece coordenação. Coordenação ocorre entre: orações; termos da oração; por meio de conjunções coordenativas. O pronome apenas retoma um referente anterior. É um mecanismo de coesão textual, não de coordenação.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 51. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
8	7	8	6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Informações que apresentam dados da realidade observável no texto, promovem, principalmente:”, a alternativa “A) Estratégia argumentativa.” foi adequadamente indicada como correta. No texto, as informações que apresentam dados da realidade observável são utilizadas como recursos para fortalecer a argumentação da autora, ou seja, funcionam como uma estratégia argumentativa. A autora utiliza informações verificáveis da realidade para dar credibilidade ao ponto de vista defendido. Exemplos: “Estima-se que apenas entre 7%

e 26% dos medicamentos que entram em fase inicial de testes chegam, de fato, ao mercado." "Segundo o estudo 'Patents and Innovation: An Empirical Study', cerca de 60% das novas descobertas não teriam sido desenvolvidas sem a existência de patentes." Esses dados não aparecem apenas para informar; eles têm uma função persuasiva: convencer o leitor de que a propriedade intelectual é importante para estimular a inovação na saúde. Na argumentação, apresentar dados, pesquisas, estatísticas e fatos reais é uma estratégia chamada de argumento baseado em evidências ou argumento de prova. A alternativa “B) Apresentação de conclusões.” não pode ser indicada como correta. Os dados apresentados não são conclusões. Uma conclusão é uma ideia que resulta da análise de informações anteriores. Exemplo de conclusão no texto: "Por isso, é importante que essas discussões avancem com base em critérios técnicos..." A expressão "por isso" introduz uma conclusão decorrente dos argumentos anteriores. Já os dados estatísticos apenas sustentam a conclusão. A alternativa “C) Elaboração de dados científicos.” não pode ser indicada como correta. O texto não produz ou elabora dados científicos. A autora apenas utiliza dados já existentes, como: pesquisas realizadas; estudos publicados; estimativas estatísticas. Ela não realizou experimentos, pesquisas ou levantamentos científicos. A diferença é: elaborar dados científicos indica produzir conhecimento novo por meio de pesquisa; usar dados científicos indica empregar informações já produzidas para fundamentar uma ideia. O texto faz a segunda opção. A alternativa “D) Apresentação de refutação argumentativa.” não pode ser indicada como correta. Refutação ocorre quando o autor apresenta uma ideia contrária e depois a contesta. Exemplo: "Alguns defendem que a propriedade intelectual dificulta o acesso à saúde; entretanto, estudos demonstram que ela estimula a inovação." Nesse caso haveria uma refutação. No texto, os dados não são usados para negar um argumento específico de um opositor, mas para comprovar a tese defendida pela autora.

Fontes:

- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Escrever e argumentar. São Paulo: Contexto, 2016.
- FIORIN, José Luiz. Argumentação. São Paulo: Contexto, 2015.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação: a nova retórica. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
9	14	13	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa A está correta porque as políticas públicas de saúde são resultado de processos históricos, políticos, sociais e econômicos. A organização dos sistemas de saúde reflete o modelo de Estado vigente, as relações de poder, os mecanismos de proteção social e as demandas da sociedade em cada período histórico. No Brasil, a Reforma Sanitária foi fortemente influenciada pelo processo de redemocratização, pelos movimentos sociais e pela defesa da saúde como direito de cidadania e dever do Estado, culminando na criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Análise das alternativas incorretas

A) A formulação das políticas de saúde relaciona-se às dinâmicas políticas, sociais e econômicas presentes em cada contexto histórico. Correta. A construção das políticas públicas de saúde é influenciada pelas transformações sociais, econômicas e políticas de cada sociedade. No caso brasileiro, a Reforma Sanitária e a criação do SUS decorreram de mudanças institucionais associadas à redemocratização, à mobilização social e à ampliação dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988.

B) A expansão da cobertura assistencial reduziu progressivamente a influência do setor privado na organização dos sistemas de saúde. Incorreta. A ampliação da cobertura pública não implicou redução progressiva da participação do setor privado. No Brasil, coexistem os sistemas público e privado, sendo que a própria Constituição Federal admite a participação complementar da iniciativa privada no SUS. Além disso, o setor de saúde suplementar permaneceu relevante após a criação do SUS, demonstrando que a expansão da cobertura pública não eliminou sua influência na organização do sistema de saúde.

C) A Reforma Sanitária brasileira teve como principal objetivo ampliar mecanismos de racionalização administrativa do sistema hospitalar. Incorreta. A racionalização administrativa representou uma consequência de mudanças organizacionais, mas não constituiu o objetivo central da Reforma Sanitária. O movimento defendia uma transformação ampla do sistema de saúde, baseada na universalização do acesso, integralidade da atenção, equidade, descentralização, participação social e reconhecimento da saúde como direito de cidadania.

D) A consolidação dos sistemas públicos de saúde ocorreu de maneira homogênea entre os diferentes modelos de Estado contemporâneos. Incorreta. Os sistemas públicos de saúde foram estruturados de formas distintas em cada país, conforme seus modelos de Estado, sistemas de proteção social, contexto econômico, organização política e trajetória histórica. Existem diferenças importantes entre modelos como o Beveridge, o Bismarck e os sistemas predominantemente privados, o que demonstra que a consolidação dos sistemas públicos não ocorreu de maneira homogênea.

Fontes:

- Tratado de Saúde Coletiva. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2012.
- Jairnilson Silva Paim. Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para a compreensão e crítica. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2008.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Arts. 196 a 200.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	15	9	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa B está correta porque reúne exclusivamente agravos que integram a Lista Nacional de Notificação Compulsória Imediata (em até 24 horas). Essas doenças apresentam elevado potencial de disseminação, gravidade clínica, risco de emergência em saúde pública ou necessidade de adoção imediata de medidas de investigação epidemiológica, bloqueio, vigilância de contatos e implementação de ações de controle.

A notificação imediata permite que as autoridades sanitárias desencadeiem rapidamente medidas de contenção e prevenção, reduzindo o risco de propagação e de ocorrência de surtos ou epidemias.

Análise das alternativas incorretas

A) Hanseníase; sífilis adquirida; tuberculose; e hepatite B.

Incorreta. Embora todas sejam doenças de notificação compulsória, elas não integram, em conjunto, a lista de notificação imediata. Esses agravos são, em regra, objeto de notificação semanal, permitindo o monitoramento contínuo de sua ocorrência e subsidiando as ações de vigilância epidemiológica e controle.

B) Botulismo; cólera; poliomielite por poliovírus selvagem; e febre amarela.

Correta. Todos os agravos relacionados exigem notificação compulsória imediata, em razão da elevada relevância para a saúde pública. A comunicação rápida permite investigação epidemiológica, confirmação diagnóstica, adoção de medidas de bloqueio, rastreamento de contatos e implementação das ações necessárias para interromper a cadeia de transmissão ou evitar a reintrodução de doenças eliminadas.

C) Leptospirose; dengue; acidente por animal peçonhento; e violência interpessoal.

Incorreta. A alternativa reúne agravos sujeitos a periodicidades distintas de notificação. Embora alguns eventos possam exigir notificação imediata em circunstâncias específicas ou conforme protocolos próprios, o conjunto apresentado não é composto exclusivamente por agravos de notificação compulsória imediata, tornando a alternativa incorreta.

D) HIV/AIDS; doença de Chagas crônica; toxoplasmose gestacional; e malária em área não endêmica.

Incorreta. Os agravos apresentados possuem diferentes critérios e fluxos de vigilância epidemiológica. HIV/AIDS, doença de Chagas crônica e toxoplasmose gestacional não são, em regra, agravos de notificação imediata. Além disso, a inclusão de um evento cuja notificação pode ocorrer em prazo distinto faz com que a alternativa deixe de atender ao comando da questão, que exige exclusivamente doenças de notificação imediata.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 10.175, de 23 de janeiro de 2026. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2026.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	13	12	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa D está correta porque expressa uma das características fundamentais da constituição epistemológica da Saúde Coletiva. A Saúde Coletiva consolidou-se como um campo interdisciplinar que integra diferentes matrizes teóricas — epidemiologia, ciências sociais e humanas em saúde e planejamento/gestão em saúde — para compreender a complexidade do processo saúde-doença. Essa diversidade de referenciais caracteriza sua natureza multiparadigmática, permitindo a análise dos fenômenos sanitários em suas dimensões biológicas, sociais, econômicas, culturais, políticas e históricas.

Análise das alternativas incorretas

A) A saúde coletiva consolidou-se sob paradigma teórico único e homogêneo.

Incorreta. A Saúde Coletiva desenvolveu-se justamente em oposição à ideia de um paradigma único. Sua constituição resulta da integração de diferentes referenciais teóricos e metodológicos provenientes da epidemiologia, das ciências sociais, da filosofia, da economia, da administração, da demografia e de outras áreas do conhecimento. Essa pluralidade é considerada uma característica estruturante do campo.

B) A crítica epistemológica da saúde coletiva rejeita completamente o conhecimento biomédico.

Incorreta. A Saúde Coletiva não rejeita o conhecimento biomédico. A crítica epistemológica dirige-se à insuficiência de uma abordagem exclusivamente biomédica para explicar os fenômenos de saúde e doença. O conhecimento biomédico continua sendo fundamental, porém é integrado a outros referenciais que permitem compreender os determinantes sociais, culturais, econômicos e políticos da saúde.

C) A incorporação das ciências sociais eliminou a utilização da epidemiologia no campo sanitário.

Incorreta. Ao contrário, a epidemiologia permanece como um dos pilares da Saúde Coletiva. O desenvolvimento do campo ocorreu pela articulação entre epidemiologia, ciências sociais e humanas e planejamento/gestão em saúde. A incorporação das ciências sociais ampliou a compreensão dos fenômenos sanitários, sem substituir ou eliminar a contribuição da epidemiologia.

D) A multiparadigmaticidade da saúde coletiva decorre da complexidade dos fenômenos sanitários e sociais.

Correta. A multiparadigmaticidade representa uma característica constitutiva da Saúde Coletiva. A complexidade dos fenômenos relacionados ao processo saúde-doença exige a utilização de diferentes referenciais teóricos e metodológicos, possibilitando abordagens complementares sobre os determinantes biológicos, sociais, econômicos, culturais e políticos da saúde.

Fontes:

- Tratado de Saúde Coletiva. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2012.
- Jairnilson Silva Paim. O que é o SUS. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2015.
- Maria Cecília de Souza Minayo. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2014.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	16	10	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa C está correta porque expressa a concepção contemporânea de territorialização adotada na Atenção Primária à Saúde e na Saúde Coletiva. O território não corresponde apenas a um espaço geográfico delimitado, mas constitui um espaço socialmente produzido, no qual se expressam as condições de vida, os determinantes sociais da saúde, as vulnerabilidades, os recursos comunitários e as formas de organização da população. A análise territorial subsidia o diagnóstico situacional, o planejamento das ações e a organização do cuidado de acordo com as necessidades locais.

Análise das alternativas incorretas

A) A territorialização destina-se prioritariamente à definição operacional das áreas de cobertura das equipes de saúde. Incorreta. A definição das áreas de abrangência das equipes constitui uma das aplicações da territorialização, porém não representa sua finalidade principal. A territorialização é um processo mais amplo, que envolve o conhecimento das características demográficas, epidemiológicas, sociais, econômicas, culturais e ambientais do território para subsidiar o planejamento e a organização das ações de saúde.

B) O território em saúde corresponde principalmente à divisão geográfica necessária para organização estatística dos serviços.

Incorreta. O conceito de território na Saúde Coletiva ultrapassa a dimensão cartográfica ou administrativa. Embora a delimitação geográfica seja importante para a organização dos serviços, o território é compreendido como um espaço dinâmico, construído pelas relações sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais que influenciam o processo saúde-doença.

C) A análise territorial permite reconhecer aspectos sociais, econômicos e culturais que interferem nas condições de saúde da população.

Correta. A territorialização possibilita identificar os determinantes sociais da saúde, os perfis epidemiológicos, as vulnerabilidades, os equipamentos sociais e os recursos existentes na comunidade. Essas informações orientam o planejamento das ações da Atenção Primária à Saúde, favorecendo intervenções mais adequadas às necessidades da população adscrita.

D) A utilização do território como instrumento de planejamento torna secundária a necessidade de integração entre diferentes setores sociais.

Incorreta. O uso do território como instrumento de planejamento reforça, e não reduz, a necessidade de atuação intersetorial. A compreensão dos determinantes sociais da saúde evidencia que muitos problemas sanitários dependem da articulação entre saúde, educação, assistência social, saneamento, habitação, meio ambiente e outros setores governamentais e da sociedade.

Fontes:

- Tratado de Saúde Coletiva. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.
- Território, Ambiente e Saúde. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	17	11	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa D está correta porque contempla a concepção contemporânea de promoção da saúde adotada pela Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde e incorporada à Política Nacional de Promoção da Saúde. A promoção da saúde ultrapassa a prevenção de doenças e busca criar condições que permitam às pessoas e comunidades ampliar o controle sobre os determinantes da saúde. Para isso, articula educação em saúde, fortalecimento da participação social, desenvolvimento de habilidades pessoais, criação de ambientes saudáveis e implementação de políticas públicas intersetoriais voltadas à melhoria da qualidade de vida.

Análise das alternativas incorretas

A) A promoção da saúde concentra-se na redução da incidência das doenças por meio da ampliação do acesso aos serviços assistenciais e diagnósticos.

Incorreta. A redução da incidência de doenças e a ampliação do acesso aos serviços de saúde são objetivos importantes das políticas sanitárias, porém essa descrição aproxima-se mais da lógica da assistência e da prevenção de doenças do que do conceito de promoção da saúde. A promoção da saúde possui abordagem mais ampla, atuando sobre os determinantes sociais, econômicos, culturais e ambientais da saúde.

B) As estratégias de promoção da saúde orientam-se pela identificação dos fatores de risco populacionais para definição das medidas preventivas mais adequadas.

Incorreta. A identificação de fatores de risco constitui ferramenta importante da epidemiologia e das ações de prevenção. Entretanto, a promoção da saúde não se limita à identificação de riscos e definição de medidas preventivas. Seu foco inclui fortalecimento da autonomia, participação social, equidade, intersetorialidade e melhoria das condições de vida da população.

C) A promoção da saúde prioriza a adoção de comportamentos saudáveis pelos indivíduos como estratégia central para redução dos agravos à saúde da população.

Incorreta. Embora o incentivo a hábitos saudáveis faça parte das ações de promoção da saúde, essa abordagem, isoladamente, caracteriza uma visão predominantemente comportamental. O conceito contemporâneo de promoção da saúde reconhece que os comportamentos individuais são influenciados pelos determinantes sociais, econômicos, culturais, ambientais e políticos, razão pela qual as intervenções também devem atuar sobre esses fatores.

D) As ações de promoção da saúde articulam intervenções educativas, fortalecimento comunitário e criação de condições favoráveis à melhoria da qualidade de vida.

Correta. Essa alternativa expressa adequadamente os princípios da promoção da saúde previstos na Carta de Ottawa e na Política Nacional de Promoção da Saúde. A promoção da saúde envolve educação em saúde, fortalecimento da participação comunitária, desenvolvimento de habilidades pessoais, criação de ambientes favoráveis e formulação de políticas públicas saudáveis, buscando melhorar as condições de vida e reduzir as iniquidades em saúde.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.
- Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. Carta de Ottawa. Ottawa: Organização Mundial da Saúde, 1986.
- BRASIL. Ministério da Saúde. As Cartas da Promoção da Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	9	16	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa D está correta porque expressa um dos fundamentos centrais das Redes de Atenção à Saúde (RAS): a organização integrada dos diferentes pontos de atenção por meio de fluxos assistenciais articulados, considerando a complementaridade de suas funções e garantindo a continuidade do cuidado.

Segundo a Rede de Atenção à Saúde (RAS), os serviços de saúde deixam de funcionar de forma isolada e passam a compor uma rede integrada, coordenada pela Atenção Primária à Saúde, na qual cada ponto de atenção exerce papel complementar conforme sua densidade tecnológica e sua competência assistencial. O objetivo é assegurar cuidado contínuo, integral e centrado nas necessidades dos usuários.

Análise das alternativas incorretas

A) A estruturação das redes de atenção orienta-se pela distribuição dos serviços conforme a complexidade tecnológica disponível em cada estabelecimento de saúde.

Incorreta. Embora a densidade tecnológica dos serviços seja considerada na organização das RAS, ela não constitui o princípio orientador da estruturação das redes. As Redes de Atenção à Saúde organizam-se a partir das necessidades de saúde da população, da integração entre os pontos de atenção e da coordenação do cuidado. A complexidade tecnológica representa uma característica dos serviços, mas não o elemento central que organiza a rede.

B) A coordenação entre os pontos de atenção ocorre por meio da articulação administrativa e da definição dos mecanismos regulatórios de acesso aos serviços especializados.

Incorreta. Os mecanismos regulatórios e administrativos são componentes importantes da organização das redes, porém não são suficientes para coordenar o cuidado. A coordenação nas RAS depende, sobretudo, da atuação da Atenção Primária à Saúde, da comunicação entre os profissionais, da continuidade assistencial, do compartilhamento de informações clínicas e da definição de fluxos assistenciais integrados. Dessa forma, a alternativa reduz a coordenação da rede a aspectos administrativos, desconsiderando sua dimensão clínica e assistencial.

C) A integração dos serviços em rede caracteriza-se pela agregação de unidades assistenciais com autonomia operacional para definição independente dos itinerários terapêuticos.

Incorreta. Nas Redes de Atenção à Saúde, os serviços mantêm autonomia administrativa e técnica em suas atividades, porém os itinerários terapêuticos não são definidos de maneira independente por cada unidade. Os fluxos assistenciais são pactuados, articulados e coordenados entre os diferentes pontos de atenção, garantindo continuidade do cuidado e evitando fragmentação da assistência.

D) A organização das redes assistenciais busca estruturar fluxos de atenção entre os serviços de saúde, considerando a complementaridade de suas funções no cuidado aos usuários.

Correta. A alternativa traduz adequadamente a lógica organizativa das Redes de Atenção à Saúde. As RAS estruturam-se por meio de fluxos assistenciais integrados entre serviços de diferentes densidades tecnológicas, articulando ações de promoção, prevenção, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos. Cada ponto da rede exerce função complementar, contribuindo para a integralidade e continuidade da atenção.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.
- Eugênio Vilaça Mendes. As Redes de Atenção à Saúde. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	10	17	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa D está correta porque contempla a concepção contemporânea de Vigilância em Saúde, entendida como um processo contínuo e sistemático de coleta, análise e disseminação de informações sobre eventos relacionados à saúde, articulando ações de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, vigilância em saúde ambiental, vigilância em saúde do trabalhador e análise da situação de saúde. Essas ações subsidiam o planejamento das intervenções, a organização da assistência e a atuação sobre os determinantes e condicionantes da saúde nos territórios.

Análise das alternativas incorretas

A) A vigilância em saúde articula análise da situação de saúde, monitoramento de riscos e organização das intervenções desenvolvidas nos territórios.

Incorreta. A alternativa apresenta elementos que integram a Vigilância em Saúde, porém a descrição é incompleta. A concepção contemporânea da Política Nacional de Vigilância em Saúde caracteriza-se pela integração de diferentes componentes (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador), aspecto que não é contemplado na alternativa. Assim, embora contenha afirmações verdadeiras, ela não expressa adequadamente a amplitude do conceito cobrado pelo enunciado.

B) As ações de vigilância em saúde envolvem acompanhamento dos agravos prioritários e avaliação dos indicadores utilizados na programação das ações assistenciais.

Incorreta. O acompanhamento de agravos e a análise de indicadores fazem parte das atribuições da Vigilância em Saúde, mas a alternativa restringe sua atuação a essas atividades. A Vigilância em Saúde também envolve identificação e monitoramento de riscos, vigilância de fatores determinantes e condicionantes, investigação de eventos, promoção da saúde e articulação intersetorial, não se limitando ao acompanhamento de agravos e indicadores.

C) A vigilância em saúde estrutura-se a partir da produção sistemática de informações epidemiológicas e da definição dos fluxos regulatórios entre os diferentes níveis de atenção.

Incorreta. A produção de informações epidemiológicas constitui uma atividade essencial da Vigilância em Saúde. Entretanto, a definição dos fluxos regulatórios entre os níveis de atenção é atribuição relacionada à organização da Rede de Atenção à Saúde e à regulação assistencial, não sendo elemento estruturante da Política Nacional de Vigilância em Saúde.

D) A vigilância em saúde integra processos de monitoramento epidemiológico, ambiental e sanitário, subsidiando a organização das práticas de cuidado e das intervenções sobre o território.

Correta. A alternativa traduz adequadamente a concepção da Política Nacional de Vigilância em Saúde ao destacar a integração entre diferentes componentes da vigilância e sua articulação com a organização das práticas assistenciais e das intervenções nos territórios. Essa integração fortalece o planejamento das ações e a resposta dos serviços às necessidades da população.

Fontes:

- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 588, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. 6. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	11	14	9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa A está correta porque traduz adequadamente os fundamentos da Clínica Ampliada. Essa proposta busca superar o modelo biomédico centrado na doença, valorizando a integração entre diferentes saberes profissionais, a interdisciplinaridade, o reconhecimento das singularidades dos usuários e sua participação ativa na construção do cuidado.

Na Clínica Ampliada, o cuidado é produzido de forma compartilhada entre profissionais, usuários e familiares, considerando aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais envolvidos no processo saúde-doença.

Análise das alternativas incorretas

A) A Clínica Ampliada propõe articulação entre diferentes saberes e valorização da participação dos sujeitos na produção do cuidado.

Correta. A Clínica Ampliada fundamenta-se na articulação interdisciplinar dos saberes e na participação ativa dos usuários na produção do cuidado. O modelo rompe com a lógica centrada exclusivamente na doença e reconhece o usuário como sujeito do processo terapêutico.

B) A incorporação das dimensões subjetivas no cuidado favorece a individualização das intervenções terapêuticas, priorizando a análise das experiências dos usuários no planejamento assistencial.

Incorreta. Embora a Clínica Ampliada valorize a subjetividade e as experiências dos usuários, a alternativa restringe a proposta à individualização das intervenções terapêuticas. A abordagem da Clínica Ampliada é mais abrangente, envolvendo também trabalho interdisciplinar, corresponsabilização, construção compartilhada do cuidado, participação do usuário e consideração dos determinantes sociais do processo saúde-doença.

C) A Clínica Ampliada propõe a elaboração do cuidado a partir da integração entre diferentes núcleos profissionais, mantendo a definição das condutas terapêuticas sob responsabilidade predominante da equipe técnica.

Incorreta. O erro está na expressão "mantendo a definição das condutas terapêuticas sob responsabilidade predominante da equipe técnica". A Clínica Ampliada propõe que as decisões terapêuticas sejam construídas de forma compartilhada, valorizando o protagonismo do usuário e a negociação entre os diferentes envolvidos no cuidado. A equipe técnica mantém responsabilidade profissional, mas não concentra unilateralmente a definição das condutas.

D) A construção da autonomia envolve ampliação da capacidade de análise e decisão dos usuários sobre questões relacionadas ao seu processo de saúde, preservando a responsabilidade compartilhada entre profissionais e usuários.

Incorreta. A alternativa descreve corretamente o conceito de co-construção da autonomia, porém o comando da questão aborda os fundamentos da Clínica Ampliada e da co-construção da autonomia. A alternativa limita-se a um dos componentes do enunciado e não contempla o princípio estruturante da Clínica Ampliada, que envolve a articulação de diferentes saberes e a produção compartilhada do cuidado. A alternativa A responde de forma mais completa ao comando proposto.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008.

- BRASIL. Ministério da Saúde. HumanizaSUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 4. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.
- Política Nacional de Humanização. Ministério da Saúde. Brasília, DF.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	12	15	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa A está correta porque expressa adequadamente o princípio da regionalização no Sistema Único de Saúde (SUS). A regionalização organiza as ações e os serviços de saúde em territórios definidos, considerando as necessidades de saúde da população, a articulação entre os diferentes níveis de atenção e a integração das Redes de Atenção à Saúde. Seu objetivo é garantir acesso oportuno, integralidade do cuidado e racionalidade na utilização dos recursos assistenciais, por meio da cooperação entre os entes federativos.

Análise das alternativas incorretas

A) A regionalização organiza os serviços de saúde a partir da articulação entre diferentes níveis assistenciais e das necessidades sanitárias dos territórios.

Correta. A regionalização constitui diretriz organizativa do SUS prevista na Constituição Federal, na Lei nº 8.080/1990 e regulamentada pelo Decreto nº 7.508/2011. Seu propósito é organizar a oferta de ações e serviços de saúde de forma integrada, considerando as necessidades epidemiológicas e assistenciais dos territórios e a articulação entre os diferentes pontos de atenção.

B) A descentralização orienta a execução das ações de saúde pelos entes federativos, cabendo aos municípios a coordenação das redes regionais de atenção à saúde.

Incorreta. O erro está em atribuir a coordenação das redes regionais de atenção exclusivamente aos municípios. A organização regional do SUS é resultado de um processo de governança interfederativa, envolvendo União, estados e municípios. A coordenação das Regiões de Saúde e das Redes de Atenção ocorre por meio de pactuação nas instâncias de governança regional, especialmente com relevante atuação das Secretarias Estaduais de Saúde e das Comissões Intergestores.

C) A regionalização estabelece a distribuição dos serviços segundo a complexidade tecnológica disponível, independentemente dos fluxos assistenciais pactuados entre os entes federativos.

Incorreta. O erro encontra-se na expressão "independentemente dos fluxos assistenciais pactuados entre os entes federativos". A organização regional dos serviços depende justamente da pactuação interfederativa, da definição de referências assistenciais e dos fluxos de acesso entre os diferentes pontos da rede. A complexidade tecnológica é considerada na organização da assistência, mas não substitui a necessidade de integração regional e pactuação entre gestores.

D) A descentralização amplia a autonomia dos entes federativos na gestão das ações de saúde, mantendo a definição dos fluxos assistenciais regionais sob responsabilidade exclusiva das secretarias estaduais de saúde.

Incorreta. A primeira parte da alternativa está de acordo com o princípio da descentralização. Contudo, o erro está na afirmação de que a definição dos fluxos assistenciais regionais seria de responsabilidade exclusiva das Secretarias Estaduais de Saúde. Conforme a Lei nº 8.080/1990 e o Decreto nº 7.508/2011, esses fluxos são definidos de forma compartilhada, mediante pactuação interfederativa nas Comissões Intergestores.

Fontes:

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.
- BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	19	18	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O desenvolvimento histórico de Ji-Paraná esteve diretamente associado à rede hidrográfica regional, especialmente aos rios que estruturaram fluxos de circulação, atividades extrativistas e ocupação populacional. O município consolidou-se em área estratégica. Sobre a hidrografia e a dinâmica territorial de Ji-Paraná, assinale a afirmativa correta.

A) O Rio Machado possui drenagem endorreica e deságua em depressões interiores da Amazônia Meridional. **Incorreta.** O Rio Machado (ou Rio Ji-Paraná) integra a rede hidrográfica da Bacia Amazônica, caracterizada por drenagem **exorreica**, ou seja, suas águas escoam em direção ao Oceano Atlântico por meio do sistema fluvial amazônico. Não há drenagem para depressões interiores.

B) Os principais cursos d'água municipais possuem regime intermitente, condicionado à escassez de precipitações anuais. **Incorreta.** A região apresenta clima tropical úmido, com elevados índices pluviométricos anuais. Os principais rios, incluindo o Machado e seus afluentes, possuem regime predominantemente **perene**, mantendo fluxo de água durante todo o ano, ainda que ocorram variações sazonais entre períodos chuvosos e menos chuvosos.

C) O município integra a bacia amazônica e apresenta drenagem vinculada ao Rio Machado, conhecido localmente como Rio Ji-Paraná. **Correta.** Ji-Paraná localiza-se na Bacia Amazônica. O Rio Machado, também denominado Rio Ji-Paraná, constitui um dos principais cursos d'água de Rondônia e desempenhou papel fundamental na ocupação territorial, no transporte fluvial, nas atividades extrativistas e na formação do núcleo urbano do município.

D) A hidrografia municipal está vinculada à bacia do Rio São Francisco, em razão da conexão hidroviária estabelecida com o Centro-Oeste brasileiro. **Incorreta.** O município está integralmente inserido na Bacia Amazônica. Não existe vinculação hidrográfica com a Bacia do Rio São Francisco, localizada predominantemente nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil.

Fonte:

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades e Estados: Ji-Paraná. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 6 jul. 2026.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil. Brasília: ANA, diversas edições.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	18	19	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O município de Ji-Paraná destaca-se como um dos principais centros urbanos do estado de Rondônia. Seu processo de crescimento urbano e as atividades econômicas contribuíram para a reorganização das atividades produtivas e para a consolidação de sua rede urbana. Considerando as características territoriais e urbanas de Ji-Paraná, assinale a afirmativa correta.

A) O município apresenta predomínio das atividades industriais pesadas como principal fator de organização do espaço urbano. **Incorreta.** Embora Ji-Paraná possua atividades industriais ligadas principalmente ao beneficiamento de produtos agropecuários e ao setor madeireiro, o município não se caracteriza pelo predomínio de indústrias pesadas. Sua organização urbana está mais relacionada às funções comerciais, de serviços e de apoio às atividades regionais.

B) A centralidade urbana de Ji-Paraná relaciona-se à oferta de comércio, a serviços e à articulação dos fluxos regionais de circulação. **Correta.** Ji-Paraná ocupa posição estratégica na porção central de Rondônia, exercendo influência regional por meio da oferta de serviços de saúde, educação, comércio e atividades administrativas. Sua localização ao longo da BR-364 favorece a circulação de pessoas, mercadorias e informações, fortalecendo sua centralidade na rede urbana rondoniense.

C) A dinâmica econômica municipal está associada à concentração predominante de atividades extrativistas e à exploração de petróleo. **Incorreta.** A economia de Ji-Paraná está fortemente vinculada ao setor de serviços, comércio, agropecuária e agroindústria. A exploração de petróleo não constitui atividade econômica relevante no município.

D) O crescimento urbano municipal ocorreu de forma independente dos eixos rodoviários e da expansão das atividades econômicas regionais. **Incorreta.** O desenvolvimento urbano de Ji-Paraná está diretamente relacionado à ocupação da Amazônia Ocidental, à abertura e consolidação da BR-364 e à expansão das atividades econômicas regionais, especialmente agropecuárias e comerciais.

Fontes:

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades e Estados: Ji-Paraná. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 6 jul. 2026.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Regiões de Influência das Cidades – REGIC 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- RONDÔNIA. Governo do Estado de Rondônia. Perfil Socioeconômico dos Municípios de Rondônia. Porto Velho: SEPOG, diversas edições.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	27	23	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da alternativa correta com fundamento nas disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO acerca das vedações ao exercício do mandato parlamentar. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois a alternativa C é a única plenamente compatível com o regime jurídico estabelecido pela Lei Orgânica Municipal.

A alternativa C está em plena conformidade com o inciso III e o § 3º do art. 16 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo estabelece que perderá o mandato o Vereador que deixar de comparecer, sem licença ou justificativa legal, a mais de um terço das sessões ordinárias da mesma sessão legislativa, prevendo, ainda, que, nessa hipótese, a perda do mandato será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação, assegurada ampla defesa. A assertiva reproduz fielmente a disciplina normativa, razão pela qual se mostra correta.

Diversamente, a alternativa A revela-se incompatível com a alínea a do inciso II do art. 15 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo veda ao Vereador, desde a posse, ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal, bem como exercer nela função remunerada. A assertiva, contudo, admite o exercício de função remunerada desde que a Vereadora não integre a direção da empresa, exceção que não encontra amparo na legislação.

A alternativa B igualmente não encontra respaldo na Lei Orgânica. Embora a hipótese de perda do mandato por fixação de residência e domicílio eleitoral fora do Município esteja prevista no inciso V do art. 16, o § 2º do mesmo artigo determina que, nessa situação, a perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal mediante voto aberto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa. A assertiva incorre em erro ao indicar como suficiente a maioria absoluta, em desacordo com o quórum expressamente previsto na norma.

A alternativa D também está incorreta, por contrariar a alínea b do inciso I do art. 15 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O referido dispositivo estabelece que é vedado ao Vereador, desde a expedição do diploma, aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os demissíveis *ad nutum*, nas entidades da Administração Pública indicadas na própria norma. A assertiva afirma exatamente o oposto ao considerar inexistente a vedação, tornando-se incompatível com o texto legal.

Ademais, não há qualquer vício capaz de comprometer a validade da alternativa considerada correta. A assertiva reproduz os elementos essenciais da hipótese normativa, sem alterar seu conteúdo ou lhe atribuir significado diverso daquele previsto na legislação. A mera ausência de transcrição integral do dispositivo legal não torna a proposição incorreta, uma vez que questões objetivas não exigem reprodução literal da norma, mas apenas fidelidade ao seu comando jurídico. Do mesmo modo, a previsão de que a perda do mandato poderá ser declarada de ofício pela Mesa da Câmara, assegurada ampla defesa, não implica supressão do devido processo legal nem inversão procedimental, pois a garantia da ampla defesa pressupõe, necessariamente, sua observância antes da prática do ato

decisório. Assim, inexistindo incompatibilidade entre a assertiva e a disciplina legal aplicável, tampouco prejuízo à objetividade da questão, não há fundamento jurídico que justifique a alteração do gabarito ou a anulação da questão.

Diante do exposto, verifica-se que somente a alternativa C observa corretamente as disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO, razão pela qual o gabarito oficial deve ser preservado, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	28	21	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão requer a identificação da alternativa incorreta a partir das regras previstas na Lei Municipal nº 1.405/2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos em Geral do Município de Ji-Paraná/RO, especificamente quanto aos institutos da readaptação, reversão e reintegração. Nesse sentido, o gabarito oficial deve ser mantido, uma vez que a alternativa B é a única que apresenta afirmação contrária ao disposto na legislação aplicável.

A alternativa B não está de acordo com o art. 18 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O dispositivo estabelece de forma expressa que não será admitida a reversão do servidor aposentado que já tenha alcançado a idade de setenta anos. A assertiva, contudo, considera possível a reversão de servidor aposentado por invalidez que ultrapassou essa idade, ainda que tenha sido constatada a inexistência dos fundamentos que deram origem à aposentadoria, hipótese expressamente afastada pela norma.

A alternativa A encontra respaldo no art. 13 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Conforme previsto no dispositivo, o servidor readaptado ou em processo de readaptação que seja considerado incapaz para o exercício do serviço público deverá ser aposentado por invalidez. Assim, a situação apresentada na assertiva está em conformidade com a legislação municipal.

A alternativa C também está correta, pois está de acordo com o art. 14 da Lei Municipal nº 1.405/2005. A norma prevê que a readaptação deve ocorrer em cargo com atribuições compatíveis, observando-se a habilitação do servidor, o nível de escolaridade exigido e a equivalência dos vencimentos. A assertiva apenas reproduz os critérios estabelecidos para o instituto.

A alternativa D, por sua vez, está em consonância com o § 2º do art. 19 do Estatuto. A disposição legal determina que, caso o cargo objeto da reintegração esteja ocupado, o servidor que o ocupa será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, podendo também ser aproveitado em outro cargo ou colocado em disponibilidade remunerada. Dessa forma, a alternativa apresenta corretamente as consequências jurídicas previstas para a hipótese.

Diante do exposto, constata-se que a alternativa B é a única incompatível com a Lei Municipal nº 1.405/2005, enquanto as demais encontram correspondência no texto normativo, motivo pelo qual o gabarito oficial deve ser mantido, não havendo fundamento jurídico para acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	29	22	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da alternativa correta com fundamento nas disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO relativas ao controle externo e à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois indica corretamente a alternativa D, única compatível com o regime jurídico estabelecido pela Lei Orgânica Municipal.

A alternativa D está em plena conformidade com o § 1º do art. 32 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo estabelece que, diante de indícios de despesas não programadas ou de subsídios não aprovados, a Comissão Permanente de Finanças poderá solicitar esclarecimentos à autoridade responsável e, caso estes

não sejam prestados ou sejam considerados insuficientes, solicitará ao Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, em caráter de urgência. A assertiva reproduz fielmente a disciplina normativa aplicável, razão pela qual se mostra correta.

Diversamente, a alternativa A revela-se incompatível com o § 3º do art. 31 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo determina que, apresentadas as contas, a Câmara Municipal as colocará, pelo prazo de sessenta dias, à disposição de qualquer munícipe para exame e apreciação, facultando-lhe questionar sua legitimidade. A assertiva, contudo, condiciona esse exame e questionamento à autorização prévia do Tribunal de Contas, exigência inexistente na legislação e incompatível com o texto legal.

A alternativa B igualmente não encontra amparo na Lei Orgânica. Nos termos do parágrafo único do art. 30, prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos, ou pelos quais o Município responda, bem como quem assuma obrigações de natureza pecuniária em nome deste. A assertiva incorre em erro ao excluir a pessoa física desse dever, contrariando expressamente a norma.

A alternativa C também está incorreta, por contrariar o § 2º do art. 33 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo confere legitimidade para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante a Comissão Permanente de Finanças da Câmara Municipal a qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato, na forma da lei. A assertiva, entretanto, restringe essa legitimidade ao cidadão representado por associação regularmente constituída, limitação que não encontra respaldo na legislação.

Diante do exposto, verifica-se que somente a alternativa D observa corretamente as disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO, razão pela qual o gabarito oficial deve ser preservado, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	30	26	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da alternativa correta com fundamento nas disposições da Lei Municipal nº 1.405/2005, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos em Geral do Município de Ji-Paraná/RO, especialmente quanto às regras aplicáveis às licenças e afastamentos funcionais. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois a alternativa B é a única que apresenta situação compatível com a legislação municipal.

A alternativa B está em plena conformidade com o § 1º do art. 120 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O dispositivo estabelece que o servidor candidato a cargo eletivo na localidade em que desempenha suas funções e que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização deverá ser afastado do exercício do cargo a partir do dia seguinte ao registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, permanecendo afastado até o décimo dia seguinte ao pleito. A assertiva reproduz corretamente a hipótese prevista na norma, razão pela qual se mostra correta.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o parágrafo único do art. 119 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. A norma prevê que, concluído o serviço militar, o servidor terá até trinta dias para reassumir o exercício do cargo, porém sem remuneração durante esse período. A assertiva, ao afirmar que o prazo seria concedido com remuneração, apresenta informação incompatível com a legislação.

A alternativa C também não encontra respaldo no Estatuto. Conforme dispõe o caput do art. 121 da Lei Municipal nº 1.405/2005, o servidor estável poderá, no interesse da Administração e mediante autorização, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com garantia da remuneração, para participar de curso de capacitação profissional ministrado por organismo oficial ou privado. A assertiva restringe indevidamente a possibilidade de afastamento aos cursos promovidos apenas por instituições oficiais, afastando hipótese expressamente admitida pela norma.

A alternativa D igualmente está incorreta, por contrariar o § 2º do art. 122 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O dispositivo estabelece que não será concedida nova licença para tratar de assuntos particulares antes de decorridos dois anos do término da licença anterior. A assertiva, contudo, prevê a possibilidade de concessão de nova licença após apenas um ano, reduzindo prazo expressamente estabelecido pela legislação.

Diante do exposto, verifica-se que somente a alternativa B observa corretamente as disposições da Lei Municipal nº 1.405/2005, enquanto as demais apresentam incompatibilidades com o texto normativo, razão pela qual o gabarito oficial deve ser preservado, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	21	24	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da alternativa que contempla apenas as assertivas compatíveis com as disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO acerca da exploração da atividade econômica pelo Município, da prestação de serviços públicos e do incentivo ao turismo. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois a alternativa A é a única que reúne exclusivamente proposições em conformidade com a legislação municipal.

A assertiva I está correta, pois reproduz o disposto no inciso IV do § 2º do art. 70 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O referido dispositivo estabelece que a exploração direta de atividade econômica pelo Município somente será admitida em caso de relevante interesse coletivo, na forma de lei complementar, devendo as empresas públicas e sociedades de economia mista observar, entre outras exigências, a adequação de suas atividades ao plano diretor, ao plano plurianual e às diretrizes orçamentárias.

A assertiva II está incorreta, uma vez que contraria o inciso I do art. 71 da Lei Orgânica Municipal. A norma determina que a prestação de serviços públicos municipais sob o regime de concessão ou permissão depende, obrigatoriamente, de prévio procedimento licitatório, sem prever exceção em razão da relevância social do serviço. Assim, a contratação direta narrada na assertiva não encontra respaldo na legislação.

A assertiva III também está em desacordo com a Lei Orgânica. Conforme prevê o inciso II do § 2º do art. 70, é expressamente vedada a concessão de privilégios fiscais às empresas públicas e sociedades de economia mista que não sejam extensivos ao setor privado. A hipótese descrita na assertiva afronta diretamente essa vedação ao admitir benefício tributário exclusivo para sociedade de economia mista.

Por sua vez, a assertiva IV está correta, por refletir fielmente o disposto no art. 73 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo estabelece que o Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, exatamente como descrito na proposição.

Não procede a alegação de ausência de precisão metodológica ou de dubiedade na questão. O enunciado estabelece de forma expressa que a análise deve ser realizada com fundamento nas disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná, delimitando claramente o parâmetro normativo aplicável. Além disso, a hipótese apresentada descreve, de maneira inequívoca, a criação de sociedade de economia mista para a exploração direta de atividade econômica de interesse coletivo, não havendo confusão com a prestação de serviço público. A justificativa atribuída à concessão do privilégio fiscal não altera a natureza jurídica da situação narrada, permanecendo aplicável a vedação expressamente prevista na Lei Orgânica quanto à concessão de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado. Inexiste, portanto, ambiguidade ou pluralidade de interpretações apta a comprometer a objetividade da questão ou a justificar sua anulação.

Diante desse quadro, verifica-se que apenas as assertivas I e IV estão de acordo com as disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO, enquanto as assertivas II e III contrariam expressamente o texto legal. Desse modo, a alternativa A é a única correta, razão pela qual o gabarito oficial deve ser mantido, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	22	25	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão requer a identificação da alternativa incorreta com fundamento nas disposições da Lei Municipal nº 1.405/2005, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos em Geral do Município de Ji-Paraná/RO. A resposta indicada no gabarito oficial deve ser mantida, pois a alternativa B é a única que apresenta conteúdo incompatível com a disciplina prevista no referido Estatuto.

A alternativa B diverge expressamente do § 1º do art. 30 da Lei Municipal nº 1.405/2005. De acordo com o dispositivo, o servidor empossado deverá entrar em exercício no prazo de trinta dias, contados da posse, sem possibilidade de prorrogação. A assertiva, entretanto, acrescenta a existência de uma prorrogação única por igual período, condicionada ao critério da Administração, hipótese que não possui qualquer previsão legal, tornando a alternativa incorreta.

Em sentido diverso, a alternativa A está em conformidade com o art. 44 do Estatuto dos Servidores Públicos. A norma estabelece que o servidor ocupante de cargo de provimento efetivo adquire estabilidade após trinta e seis meses de efetivo exercício, desde que aprovado no estágio probatório. A assertiva reproduz corretamente os requisitos previstos na legislação, razão pela qual não apresenta qualquer incorreção.

A alternativa C também está de acordo com a legislação em tela. Nos termos do art. 49 da Lei Municipal nº 1.405/2005, os servidores investidos em cargos de direção, chefia e assessoramento terão substitutos previamente indicados pela autoridade competente para os casos de afastamento ou impedimento legal por período igual ou superior a cinco dias. Embora a alternativa mencione apenas os cargos de chefia e assessoramento, a afirmação permanece compatível com a norma, pois descreve corretamente parte das hipóteses previstas no dispositivo legal, sem excluir as demais.

Por sua vez, a alternativa D encontra respaldo no art. 35 do Estatuto dos Servidores Públicos. O dispositivo veda a atribuição de funções estranhas ao cargo efetivo do servidor, ressalvadas as hipóteses de designação para o exercício de cargo ou função de confiança ou para integrar comissão ou grupo de trabalho. A assertiva reproduz fielmente o conteúdo da norma, motivo pelo qual está correta.

Diante do exposto, verifica-se que somente a alternativa B contraria as disposições da Lei Municipal nº 1.405/2005, razão pela qual o gabarito oficial deve ser mantido.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	24	30	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da sequência correta de julgamento das afirmativas com fundamento nas disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO acerca da competência tributária municipal, especialmente quanto à instituição de taxas, contribuições e impostos municipais. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois a alternativa C apresenta a sequência compatível com o texto normativo aplicável.

A primeira afirmativa está incorreta, pois contraria o inciso II do art. 45 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo estabelece expressamente que o Município poderá instituir taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou colocados à sua disposição. A afirmativa, ao negar essa possibilidade, apresenta conteúdo oposto ao previsto na legislação.

A segunda afirmativa está correta, conforme dispõe o § 3º do art. 45 da Lei Orgânica Municipal. A norma autoriza o Município a instituir contribuição cobrada de seus servidores para custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social. Assim, a proposição reproduz adequadamente a competência tributária prevista no texto legal.

A terceira afirmativa também está correta, em conformidade com o inciso I e o § 1º do art. 47 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo atribui ao Município competência para instituir imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, permitindo, nos termos da lei municipal, a progressividade do tributo como instrumento destinado a assegurar o cumprimento da função social da propriedade. A assertiva, portanto, está de acordo com a norma.

A quarta afirmativa está incorreta, pois contraria o § 4º do art. 47 da Lei Orgânica Municipal. Embora o Município possua competência para instituir imposto sobre serviços de qualquer natureza, a legislação estabelece que as alíquotas dos impostos previstos nos incisos III e IV do referido artigo não poderão ultrapassar o limite fixado em lei complementar da União. A afirmativa, ao afastar essa limitação, apresenta conteúdo incompatível com a norma.

Diante do exposto, verifica-se que a sequência correta é F, V, V, F, correspondente à alternativa C, razão pela qual o gabarito oficial deve ser preservado, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	23	27	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da alternativa correta com fundamento nas disposições da Lei Municipal nº 1.405/2005, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos em Geral do Município de Ji-Paraná/RO, acerca do regime disciplinar aplicável aos servidores públicos municipais. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois a alternativa D é a única plenamente compatível com a disciplina estabelecida pelo Estatuto.

A alternativa D está em plena conformidade com o art. 167 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O dispositivo estabelece que a penalidade de advertência terá seu registro cancelado após o decurso de três meses de efetivo exercício, desde que o servidor, nesse período, não pratique nova infração disciplinar. A assertiva reproduz fielmente a disciplina normativa, razão pela qual se mostra correta. Assim, a referência ao prazo de três meses está em absoluta conformidade com o texto legal, inexistindo previsão de prazo de três anos para o cancelamento do registro da penalidade de advertência. Dessa forma, não há vício material na assertiva nem fundamento para alteração do gabarito ou anulação da questão.

Diversamente, a alternativa A revela-se incompatível com o art. 171 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O referido dispositivo determina que será cassada a disponibilidade do servidor que houver praticado, quando em atividade, falta punível com demissão. A assertiva, contudo, afirma que a disponibilidade não poderá ser cassada nessa hipótese, contrariando expressamente o texto legal.

A alternativa B igualmente não encontra amparo no Estatuto dos Servidores Públicos. Nos termos do art. 172 da Lei Municipal nº 1.405/2005, configura abandono de cargo a ausência injustificada ao serviço por mais de trinta dias consecutivos. Já o art. 173 dispõe que a ausência injustificada por sessenta dias interpolados durante o ano civil caracteriza inassiduidade habitual, e não abandono de cargo. A assertiva, portanto, confunde institutos distintos disciplinados pela legislação.

A alternativa C também está incorreta, por contrariar os §§ 1º e 2º do art. 165 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O dispositivo estabelece que o servidor que, injustificadamente, recusar-se a submeter-se à inspeção médica determinada pela autoridade competente será punido com suspensão de até quinze dias, admitindo-se, quando houver conveniência para o serviço, a conversão da penalidade em multa. A assertiva, entretanto, prevê a aplicação de advertência e afasta a possibilidade de conversão da penalidade em multa, em manifesta desconformidade com a norma.

Diante do exposto, verifica-se que somente a alternativa D observa corretamente as disposições da Lei Municipal nº 1.405/2005, razão pela qual o gabarito oficial deve ser preservado, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	25	28	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da alternativa incorreta com base nas disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO acerca da elaboração da lei orçamentária anual, sua estrutura e as limitações relativas à utilização de recursos públicos. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois a alternativa A é a única que apresenta conteúdo incompatível com a legislação municipal.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o inciso II do § 5º do art. 55 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo estabelece que a lei orçamentária compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto. A assertiva, entretanto, amplia indevidamente a previsão normativa ao incluir empresas nas quais o Município possua maioria do capital social sem direito a voto, hipótese não contemplada pela norma, razão pela qual se mostra incorreta.

A alternativa B está correta, pois reproduz o disposto no inciso VIII do art. 57 da Lei Orgânica Municipal. A norma estabelece ser vedada a utilização, sem autorização legislativa específica, por maioria absoluta, de recursos do orçamento anual para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações ou fundos do Município. A assertiva apresenta adequadamente a restrição prevista no texto legal.

A alternativa C também encontra respaldo no § 7º do art. 55 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo determina que a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvando a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, nos termos da lei. A proposição reproduz corretamente a regra estabelecida pela legislação.

Por sua vez, a alternativa D está em conformidade com o § 6º do art. 56 da Lei Orgânica Municipal. A norma prevê que os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição da proposta de orçamento anual, permanecerem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados mediante créditos especiais ou suplementares, conforme o caso, desde que haja prévia e específica autorização legislativa. A assertiva apresenta corretamente a hipótese prevista.

Diante do exposto, verifica-se que somente a alternativa A contraria as disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO, enquanto as demais reproduzem corretamente o conteúdo normativo aplicável, razão pela qual o gabarito oficial deve ser preservado, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
30	26	29	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da alternativa correta com base nas disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO acerca do processo legislativo, especialmente no que se refere ao veto do Prefeito, à sanção tácita e às leis delegadas. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois indica corretamente a alternativa C, única compatível com o regime jurídico estabelecido pela Lei Orgânica Municipal.

A alternativa C está em plena conformidade com o § 6º do art. 28 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo estabelece que, esgotado o prazo de trinta dias sem deliberação sobre o veto, este será colocado na ordem do dia da sessão imediata, ficando sobrestadas as demais proposições até sua votação final. A assertiva reproduz fielmente a disciplina normativa aplicável, razão pela qual se mostra correta.

Diversamente, a alternativa A revela-se incompatível com o § 1º do art. 28 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O referido dispositivo determina que, ao vetar total ou parcialmente o projeto de lei, o Prefeito deverá comunicar os motivos do veto ao Presidente da Câmara no prazo de quarenta e oito horas. A assertiva, contudo, afirma

que essa comunicação deverá ocorrer no prazo de setenta e duas horas, prazo que não encontra respaldo na legislação, tornando a alternativa incorreta.

A alternativa B igualmente não encontra amparo na Lei Orgânica. Nos termos do § 3º do art. 28, decorrido o prazo de quinze dias sem manifestação do Prefeito, o seu silêncio importará em sanção. A assertiva, entretanto, afirma que a sanção automática não ocorre, dependendo de manifestação expressa do Chefe do Executivo, entendimento que contraria frontalmente a disciplina legal acerca da sanção tácita.

A alternativa D também está incorreta, por contrariar o § 1º do art. 29 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. Embora a delegação para elaboração de leis delegadas seja solicitada pelo Prefeito à Câmara Municipal, a própria Lei Orgânica estabelece expressamente que não poderão ser objeto de delegação as matérias reservadas à lei complementar. A assertiva afirma ser possível a delegação justamente para disciplinar matéria reservada à lei complementar, hipótese expressamente vedada pelo texto legal, razão pela qual se mostra incompatível com a norma.

Diante do exposto, verifica-se que somente a alternativa C observa corretamente as disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO, razão pela qual o gabarito oficial deve ser preservado, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	36	34	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação a esta questão, segue a justificativa para manter o gabarito.

Gabarito: B

B) O aumento de novos casos em determinado período refere-se à incidência da doença (alternativa correta).

Justificativa:

A incidência mede a ocorrência de casos novos de uma doença em uma população sob risco durante um período determinado. Como o enunciado informa que houve "aumento progressivo do número de novos casos" de hipertensão ao longo de um ano, o indicador epidemiológico adequado é a incidência.

Análise das alternativas incorretas

A) A prevalência corresponde ao número de óbitos por hipertensão em um território.

Justificativa:

A prevalência não mede óbitos. Ela corresponde ao total de casos existentes (novos e antigos) de uma doença em uma população em um determinado momento ou período. O número de óbitos é utilizado em indicadores de mortalidade, como coeficiente ou taxa de mortalidade, e não na prevalência.

C) O aumento da prevalência indica falha da assistência prestada pela Atenção Secundária.

Justificativa:

O aumento da prevalência, isoladamente, não permite concluir que houve falha na assistência. A prevalência pode aumentar por diversos motivos, como o aumento da incidência; além disso, a hipertensão arterial é acompanhada predominantemente pela Atenção Primária à Saúde, e não pela Atenção Secundária.

D) A incidência e a prevalência representam indicadores equivalentes para doenças crônicas.

Justificativa:

Incidência e prevalência são indicadores epidemiológicos distintos.

- Incidência: mede o risco de adoecimento por meio dos casos novos.
- Prevalência: mede a magnitude da doença na população por meio do total de casos existentes.

Nas doenças crônicas, como a hipertensão arterial, é comum observar alta prevalência, pois os indivíduos permanecem longos períodos vivendo com a doença. Isso, entretanto, não torna incidência e prevalência indicadores equivalentes.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	37	35	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado informa que a enfermeira delegou a administração de imunobiológicos a um técnico recém-admitido sem supervisão inicial adequada.

Embora a administração de vacinas seja atividade que pode ser executada pelo técnico de enfermagem, ela deve ocorrer sob orientação e supervisão do enfermeiro, especialmente quando se trata de profissional recém-integrado à equipe.

Ao deixar de realizar essa supervisão, a enfermeira descumpre dever legal e ético inerente ao exercício profissional.

A supervisão constitui atribuição privativa do enfermeiro, prevista na Lei nº 7.498/1986 (Lei do Exercício Profissional); Decreto nº 94.406/1987; Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e Normas técnicas do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Portanto, o dano decorre, no contexto descrito, da omissão da enfermeira quanto ao dever de supervisionar adequadamente a execução do procedimento.

Embora o técnico tenha administrado a vacina pela via incorreta, o enunciado não fornece elementos suficientes para caracterizar negligência de sua parte. A negligência pressupõe omissão de um dever de cuidado, isto é, deixar de agir quando havia obrigação de agir.

No caso apresentado, o técnico é descrito como recém-admitido, sem supervisão inicial adequada. O erro pode decorrer de treinamento insuficiente ou ausência de acompanhamento pelo enfermeiro responsável. Assim, não é possível concluir, apenas com as informações do enunciado, que houve negligência do técnico.

Inclusive, sob a perspectiva ética, o profissional recém-admitido deveria receber capacitação e supervisão antes de assumir a atividade de forma autônoma.

Se o enunciado dissesse que o técnico desrespeitou protocolo conhecido, apesar de treinamento e supervisão adequados, aí seria possível caracterizar negligência, imprudência ou imperícia conforme o caso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	39	32	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa D permanece correta. O enunciado descreve, de forma integrada, a execução do Processo de Enfermagem conforme a Resolução COFEN nº 736/2024, contemplando coleta de dados, diagnóstico, planejamento, implementação e a programação do acompanhamento clínico, por meio do agendamento de retorno para reavaliação. O Processo de Enfermagem constitui um método contínuo e dinâmico, cuja etapa de evolução pressupõe monitoramento e revisão do plano de cuidados ao longo da assistência. No contexto apresentado, o agendamento do retorno integra essa continuidade assistencial e evidencia a previsão da avaliação dos resultados das intervenções implementadas. Ademais, as demais alternativas apresentam incorreções conceituais evidentes, inexistindo outra opção compatível com a legislação vigente.

Justificativa das alternativas incorretas

A) A SAE corresponde ao registro em prontuário das ações executadas pelos técnicos de enfermagem.

Justificativa:

A Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) não se limita ao registro das ações executadas nem corresponde exclusivamente às atividades dos técnicos de enfermagem. Conforme a Resolução COFEN nº 736/2024, a SAE organiza o trabalho profissional da equipe de enfermagem por meio de seus componentes estruturantes (método, pessoal, instrumentos e recursos), criando as condições necessárias para a operacionalização do Processo de Enfermagem. Os registros em prontuário constituem apenas uma das responsabilidades decorrentes da assistência prestada.

B) Na Atenção Primária à Saúde (APS), o processo de enfermagem é realizado, se for necessário, conforme a demanda espontânea do serviço.

Justificativa:

A Resolução COFEN nº 736/2024 determina que o Processo de Enfermagem deve ser realizado de forma deliberada e sistemática em todos os ambientes onde ocorre o cuidado profissional de enfermagem, incluindo a Atenção Primária à Saúde. Sua aplicação não depende de demanda espontânea nem de avaliação subjetiva sobre sua necessidade, sendo obrigatória sempre que houver cuidado de enfermagem.

C) A consulta descrita contempla as etapas de coleta de dados e implementação, pois diagnósticos e planejamento são atribuições médicas compartilhadas.

Justificativa:

O diagnóstico de enfermagem e o planejamento de enfermagem são competências privativas do enfermeiro no âmbito do Processo de Enfermagem, conforme estabelece a Resolução COFEN nº 736/2024. O enunciado descreve expressamente que a enfermeira identificou um diagnóstico de enfermagem, estabeleceu metas assistenciais e organizou o plano de cuidados, evidenciando que essas etapas foram corretamente executadas pela própria profissional de enfermagem. Portanto, não se tratam de atribuições médicas compartilhadas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	40	33	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está bem construída, apresenta situação compatível com a prática da Atenção Primária à Saúde (APS) e exige do candidato a compreensão do processo do cuidar em enfermagem, fundamentado nos princípios da integralidade, humanização, vínculo, autonomia e educação em saúde. O enunciado é coerente com a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), a Política Nacional de Humanização (PNH) e os princípios éticos da profissão.

O gabarito é a alternativa C : “O cuidado integral pressupõe reconhecimento das singularidades do usuário, construção compartilhada do plano terapêutico e utilização da escuta qualificada como instrumento assistencial”.

Justificativa:

O cuidado integral constitui um dos fundamentos da Atenção Primária à Saúde e da prática da enfermagem. A assistência deve reconhecer as necessidades singulares de cada pessoa, considerando aspectos clínicos, emocionais, familiares, sociais e culturais. A elaboração do plano terapêutico deve ocorrer de forma compartilhada entre profissional e usuário, favorecendo a corresponsabilização pelo cuidado. Além disso, a escuta qualificada representa importante tecnologia leve utilizada pela enfermagem para fortalecer o vínculo, identificar necessidades, promover acolhimento e qualificar a tomada de decisões clínicas. A alternativa está plenamente alinhada aos princípios da integralidade, humanização, autonomia e cuidado centrado na pessoa.

Alternativas incorretas:

A) O cuidado de enfermagem deve priorizar as necessidades clínicas identificadas, evitando interferência em aspectos subjetivos e sociais que possam comprometer a objetividade da assistência.

Justificativa

O cuidado de enfermagem na Atenção Primária à Saúde não se restringe às necessidades biológicas ou clínicas. A assistência deve considerar o indivíduo em sua integralidade, contemplando dimensões biológicas, psicológicas, sociais, culturais e familiares que influenciam o processo saúde-doença.

A enfermagem adota uma abordagem centrada na pessoa, reconhecendo que fatores subjetivos, condições de vida, crenças, valores e contexto social interferem diretamente na adesão ao tratamento e nos resultados em saúde. Assim, excluir esses aspectos contraria os princípios da integralidade do cuidado e da humanização da assistência.

B) O processo do cuidar em enfermagem fundamenta-se na execução de procedimentos técnicos e na transmissão verticalizada de informações, visando aumentar a adesão terapêutica do usuário.

Justificativa

Embora a competência técnica seja componente essencial da prática profissional, o processo do cuidar em enfermagem ultrapassa a simples execução de procedimentos.

Na Atenção Primária, a educação em saúde ocorre por meio de comunicação dialógica, construção compartilhada do conhecimento e participação ativa do usuário nas decisões sobre seu cuidado. A transmissão unilateral ou verticalizada

de informações não favorece o protagonismo do paciente nem a autonomia, princípios fundamentais da prática contemporânea da enfermagem.

D) A autonomia do paciente é secundária no processo do cuidar, uma vez que a tomada de decisão deve ser centralizada no profissional de saúde para garantir segurança clínica.

Justificativa

A autonomia do usuário constitui princípio fundamental das práticas assistenciais na Atenção Primária à Saúde e está respaldada pelos princípios bioéticos e pelo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

O profissional deve fornecer informações claras, estimular a participação do paciente e construir conjuntamente o plano de cuidados, respeitando suas escolhas e valores. A tomada de decisão compartilhada fortalece a adesão ao tratamento e promove o autocuidado, não sendo compatível com um modelo paternalista centrado exclusivamente na decisão do profissional.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
41	46	44	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após análise, decide-se pelo indeferimento do recurso e pela manutenção do gabarito A (I, II e V). O enunciado exigia resposta segundo o Calendário de Vacinação para Pacientes Especiais, critério que foi adotado de forma explícita e uniforme pela banca na correção. Assim, a avaliação recaiu sobre as recomendações contidas no referido calendário técnico e não sobre a eventual disponibilidade de determinados imunobiológicos na rede pública (PNI) ou na rede privada. A distinção entre recomendação técnica e incorporação/fornecimento pelo PNI é relevante e não invalida o uso do calendário de pacientes especiais como referência de conhecimento exigido na prova. Ademais, a alternativa A reúne corretamente, segundo o calendário adotado, as indicações para vacinas pneumocócicas (VPC13 seguidas de VPP23 com intervalo recomendado), influenza anual e, quando indicada por critérios de risco, vacina contra VSR para adultos com comorbidades e idosos, enquanto as demais assertivas apresentam incorreções (por exemplo, a III descreve esquema de hepatite B como dose única, o que é inexato, e a IV atribui indicação de herpes-zóster a adolescentes/jovens fora das recomendações usuais). Não se constatou vício de enunciado nem duplo gabarito, uma vez que o referencial técnico a ser considerado foi claramente indicado e a alternativa A é a que melhor reflete esse referencial. Mantém-se, portanto, o gabarito A.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Manual dos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais (CRIE). 6ª ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/2024/manual-dos-centros-de-referencia-para-imunobiologicos-especiais-6a-edicao>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	47	45	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em resposta aos recursos apresentados, esclarecemos que a manutenção da alternativa D como correta é procedente. A Resolução Cofen nº 802/2026 exige curso presencial com carga horária mínima total de 40 horas (com composição mínima entre componentes teóricos/teórico-práticos e práticos) e prevê, como requisito para certificação, um número mínimo de dez inserções supervisionadas, além da possibilidade de ampliação desse número até que se ateste a aptidão do candidato; tal redação normativa prioriza a demonstração de competência sobre a mera contabilização de horas. A alegada “contradição” (ampliar dez para nove inserções) resulta de erro de leitura do recorrente e não de inexatidão no enunciado do item da prova, pois em nenhum momento a norma prevê redução do número mínimo; ao contrário, estabelece ampliação se a habilidade não for comprovada. As alternativas concorrentes apresentam divergências

substantivas em relação à composição da carga horária, à modalidade obrigatória presencial e ao critério de avaliação por competência (por exemplo, atribuindo inaptidão automática ou confundindo horas teóricas e práticas), o que as torna incompatíveis com o texto normativo vigente. Assim, não há ausência de alternativa correta nem ambiguidade que justifique anulação; o gabarito permanece alinhado à Resolução 802/2026.

Fonte:

- Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). Resolução COFEN nº 802, de 16 de janeiro de 2026. Atualiza o Anexo da Resolução COFEN nº 690, de 4 de fevereiro de 2022, que normatiza a atuação do Enfermeiro no Planejamento Familiar e Reprodutivo. Brasília: COFEN; 2026. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-690-2022/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	48	41	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em resposta aos recursos, mantemos a validade do gabarito (alternativa D). A Portaria GM/MS nº 5.738/2024 define o CECO como um ponto de convivência e reabilitação psicossocial complementar à RAPS, cujo papel é promover sociabilidade, reabilitação psicossocial e fortalecimento de vínculos comunitários, articulando-se com a rede local de atenção e políticas sociais; a alternativa D sintetiza esses elementos de forma fiel. As alegações de sobreposição com a alternativa B decorrem de leitura ampliativa: B caracteriza o CECO como uma unidade de atenção com supervisão clínica regular e ênfase em articulação prioritária com serviços especializados, o que transfere ao CECO funções de unidade clínica e matriciamento que a Portaria reserva a serviços da rede de saúde especializados; por isso B extrapola o conceito regulamentar. A alternativa A incorre em erro ao atribuir caráter clínico ao CECO, contrariando dispositivo que veda atuação como serviço clínico substitutivo; a alternativa C é incompatível por excluir articulação com a rede de atenção. Assim, não há ambiguidade decisiva nem mais de uma resposta correta: somente D reflete de modo integrado e compatível o desenho normativo do CECO.

Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 5.738, de 14 de novembro de 2024. Altera as Portarias de Consolidação MS nºs 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o Centro de Convivência -CECO da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS, no âmbito do Sistema Único de Saúde — SUS. Diário Oficial da União, 14 nov 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/> (texto integral da Portaria GM/MS nº 5.738/2024).
- Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN nº 678, de 30 de agosto de 2021. Aprova a atuação da equipe de Enfermagem em Saúde Mental e em Enfermagem Psiquiátrica. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-678-2021/>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
45	50	43	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise técnica ao conjunto de recursos apresentados, decide-se pelo indeferimento dos pedidos de alteração ou anulação, mantendo-se a alternativa D como gabarito definitivo. Fundamenta-se a decisão nos seguintes termos.

A alternativa D apresenta condutas integradas e hierarquizadas compatíveis com a priorização das ações de enfermagem na Atenção Primária: avaliação clínica e epidemiológica, estratificação de risco por comorbidades, implementação imediata de precauções respiratórias, coleta de amostra quando indicada por protocolo de vigilância, prescrição de antiviral condicionada a protocolo, e acompanhamento telefônico ativo. Essa formulação é técnica e operacionalmente coerente com o papel do enfermeiro na APS, que inclui triagem, tomada de medidas iniciais de proteção e seguimento ativo, especialmente em casos com conviventes vulneráveis e comorbidades.

1. Quanto à alegação de ilegalidade da prescrição pelo enfermeiro: a alternativa D condiciona explicitamente a prescrição ao termo “conforme protocolo”, o que alinha a prática ao disposto no art. 11, II, “c”, da Lei nº 7.498/1986 e

ao Decreto nº 94.406/1987 (prescrição em programas de saúde pública e rotinas aprovadas pela instituição). Assim, a alternativa não pressupõe prescrição autônoma fora de respaldo institucional ou legal, afastando a tese de conflito com o exercício profissional regulamentado.

2. Quanto à omissão, no enunciado, de informação sobre a existência de protocolo institucional: questões de prova podem legitimar alternativas condicionadas a protocolos mediante explicitização da condição (“conforme protocolo”), requisito presente na alternativa D. A ausência no enunciado da informação contrária (por exemplo, “não há protocolo”) não torna inválida a alternativa que explicita a condicionante; ao contrário, preserva a validade da resposta que incorpora o requisito legal e técnico.

3. Quanto à existência de mais de uma alternativa “técnica” (B, C ou A): embora B e C descrevam condutas parciais adequadas (orientação de isolamento, avaliação inicial, registro e retorno), nenhuma delas reúne de forma simultânea e prioritária os elementos de triagem/estratificação de risco, medidas imediatas de proteção, integração com vigilância (coleta quando indicada), possibilidade de tratamento oportuno condicionado a protocolo e seguimento ativo. A alternativa A limita-se ao encaminhamento médico e comunicação, sendo insuficiente para priorização imediata das ações de enfermagem que protejam paciente e conviventes. Portanto, D é a alternativa que melhor expressa a priorização das ações de enfermagem no caso apresentado.

4. Quanto ao argumento de que o acompanhamento telefônico ativo não seria medida prioritária: o seguimento proativo em pacientes de risco é prática recomendada para detecção precoce de agravamento e coordenação do cuidado na APS; sua inclusão na alternativa D reforça a dimensão de segurança do paciente e continuidade do cuidado, sem extrapolar diretrizes.

5. Quanto às alegações sobre coleta de amostra e indicação de antiviral: a alternativa D qualifica tais ações (coleta “quando indicado por protocolo”; prescrição “conforme protocolo”), refletindo a necessidade de operacionalizar decisões segundo critérios de vigilância e critérios clínicos, conforme orientações técnicas.

Diante do exposto, não se identificou vício de enunciado, pressuposição indevida ou duplo gabarito que justifique anulação ou alteração do item. A manutenção da alternativa D preserva objetividade, conformidade legal e adequação técnica às rotinas de APS.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem. Diário Oficial da União, 1986.
- BRASIL. Decreto nº 94.406, de 8 de junho de 1987. Regulamenta a Lei nº 7.498/1986. Diário Oficial da União, 1987.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento do Programa Nacional de Imunizações e Doenças Imunopreveníveis. Guia de Manejo e Tratamento de influenza 2023 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento do Programa Nacional de Imunizações e Doenças Imunopreveníveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2023. 58 p. : il. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes//guia_manejo_tratamento_influenza_2023.pdf
- BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem (COFEN). Resolução COFEN nº 801, de 14 de janeiro de 2026. Estabelece diretrizes para a prescrição de medicamentos pelo enfermeiro, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 22 jan. 2026. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-801-de-14-de-janeiro-de-2026/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
46	41	49	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise aos recursos que solicitam anulação ou mudança do gabarito da questão, mantemos a alternativa C como correta. A situação descreve um surto agudo em um grupo bem definido (turma de 30 alunos) em um período curto (últimas 24 horas), no qual 18 alunos apresentaram vômitos e diarreia. Nesses cenários, a medida epidemiológica apropriada para quantificar a magnitude do evento e subsidiar decisões locais é a taxa de ataque, que é uma forma de incidência cumulativa aplicada a coortes fechadas durante surtos. Calcula-se aqui como $18/30 = 60\%$, fornecendo uma estimativa direta e imediatamente útil para medidas de controle (investigação da fonte, isolamento, higienização, comunicação à vigilância).

A alternativa D menciona “incidência cumulativa entre os alunos da escola no período de vinte e quatro horas”. Embora conceitualmente a incidência cumulativa seja próxima à taxa de ataque, a redação de D altera a população de referência, passando da turma (grupo exposto e objeto do surto) para toda a escola. A pergunta pede quantificar a proporção “naquele surto” e subsidiar decisões locais, o que exige medida aplicada ao grupo afetado; portanto a alternativa D não responde adequadamente ao enunciado por utilizar denominação populacional imprópria. Incidência cumulativa é conceitualmente próxima, mas a alternativa específica “entre os alunos da escola” - população incorreta (deveria ser a turma afetada). Assim, não responde diretamente ao enunciado que pede medida para aquele surto/local. Portanto, a opção C é a mais apropriada. Em face do exposto, o gabarito deve permanecer como C.

Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Ações Estratégicas de Epidemiologia e Vigilância em Saúde e Ambiente. Guia de vigilância em saúde : volume 3 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento de Ações Estratégicas de Epidemiologia e Vigilância em Saúde e Ambiente. – 6. ed. rev. – Brasília : Ministério da Saúde, 2024. 3 v. : il Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_6edrev_v3.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
47	42	50	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A redação da alternativa D afirma que o ácido peracético é um método de baixa temperatura “indicado para alguns dispositivos termossensíveis” e ressalta a necessidade de controle de concentração, tempo de contato e compatibilidade de materiais. Essa formulação é condicional e compatível com a RDC ANVISA nº 15/2012, que exige observância das instruções do fabricante, validação do processo e controle de qualidade para o processamento de produtos para saúde; assim, não afirma uso universal do agente como esterilizante sem ressalvas. Além disso, a literatura técnica descreve o ácido peracético como agente com atividade esporicida que pode ser empregado em sistemas automatizados de baixa temperatura para determinados dispositivos termossensíveis quando validados e quando a compatibilidade do material é assegurada, enquanto as demais alternativas contêm afirmações objetivamente incorretas ou inexequíveis no contexto de serviços de saúde (por exemplo, restrições de aplicação do calor úmido a embalagens permeáveis, uso rotineiro de radiação em CME, e indicação do plasma como ideal para endoscópios com canais longos).

Portanto, a alternativa D está formulada de maneira tecnicamente compatível com a legislação e com a prática assistencial, porque limita a indicação a “alguns dispositivos termossensíveis” e ressalta a necessidade de controle e compatibilidade, exatamente as condicionantes previstas na RDC 15/2012.

Fonte:

- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 15, de 15 de março de 2012. Dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde e estabelece requisitos para o processamento de produtos para saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 mar. 2012.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
48	43	46	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Resolução COFEN nº 564/2017 orienta o enfermeiro a suspender procedimentos e atividades diante de risco iminente à segurança, formalizando por escrito a decisão ao gestor e comunicando o Conselho Regional de Enfermagem

(excluem-se apenas atos de urgência/emergência), procedimento que visa resguardar pacientes e profissionais de forma ética e normativa. Solicitar diretamente a interdição administrativa e informar a população (alternativa A) constitui medida administrativa e comunicacional de competência de órgãos gestores/controlar sanitário, não sendo a primeira ação normativa do enfermeiro perante risco imediato; ademais, comunicação pública sem coordenação pode gerar pânico e comprometer continuidade assistencial.

A eventual discrepância entre provas (branca x amarela) configura erro operacional na correção ou na disponibilização de gabaritos, mas não altera a fundamentação normativa que valida a alternativa D como correta. Portanto, indeferimos o pedido de revisão com alteração do gabarito.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
49	44	47	44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em apreciação aos recursos interpostos contra o gabarito da em tela, decide-se pelo indeferimento dos pedidos e pela manutenção da alternativa D como correta.

O enunciado solicitou a identificação da sequência e dos componentes essenciais do processo de auditoria e avaliação da qualidade assistencial em enfermagem na Atenção Primária. A alternativa D foi considerada a única que descreve, de forma completa, ordenada e operacionalmente aplicável, todas as etapas necessárias para que uma auditoria produza resultados efetivos: planejamento com definição de objetivos e indicadores, seleção de amostra e métodos, coleta e verificação de dados, comparação com padrões ou protocolos, análise de causas, implementação de plano de melhoria com responsáveis, prazos e indicadores, e feedback seguido de reavaliação pós-intervenção. Esse encadeamento reflete os princípios da auditoria participativa e do ciclo de melhoria contínua exigidos pelas normativas e manuais de auditoria em saúde, pois assegura diagnóstico robusto, identificação de causas raízes, responsabilização pela execução das ações e mensuração do impacto.

As alternativas apontadas nos recursos apresentam omissões e inadequações que as tornam incompletas para o propósito da questão: A) antecipa implementação corretiva sem diagnóstico sistemático; B) omite a etapa explícita de seleção de amostra/métodos e verificação de dados, e posiciona a comparação com protocolos em momento metodologicamente deficiente; C) enfatiza uma formalização administrativa (relatório e feedback administrativo) sem explicitar verificação de dados, análise causal estruturada, atribuição de responsabilidades e reavaliação organizada do plano de melhoria. Assim, embora contenham elementos válidos isoladamente, nenhuma delas reúne, na sequência e na completude exigidas pelo enunciado, todos os componentes essenciais de um processo de auditoria eficaz.

Por fim, a existência de diferentes modelos e terminologias para auditoria e melhoria da qualidade não compromete a objetividade do item, pois a banca adotou o critério técnico de exigir a cadeia completa de etapas imprescindíveis ao processo. Em face do exposto, não se comprovou vício de enunciado, duplo gabarito ou ambiguidade que justifique alteração ou anulação; mantém-se, portanto, a alternativa D como solução correta.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Padrões de qualidade do atendimento ao cidadão: manual técnico para implantação dos padrões de qualidade do atendimento ao cidadão. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Resolução COFEN n. 564, de 6 de dezembro de 2017: Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília: COFEN, 2017.
- PALADINI, E. Gestão da qualidade: teoria e prática. 5. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2024.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	45	48	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise do recurso, indeferem-se as alegações de ambiguidade e imprecisão e mantém-se a alternativa D como correta. A razão é que a distinção entre as alternativas é substantiva e não meramente semântica: a alternativa C

incorre em erro conceitual ao afirmar que “prevalência é o número total de novos casos ocorridos em um período”, o que confunde prevalência com incidência; prevalência refere-se ao total de casos (novos + antigos) em uma população num dado momento ou período, não apenas aos casos incidentes. Além disso, embora tanto C quanto D utilizem expressões como “período definido”, a alternativa D explicita corretamente prevalência como o número total de casos em um dado momento; risco (incidência acumulada) como a proporção de indivíduos suscetíveis que desenvolvem a doença em um período definido; e taxa de incidência (densidade de incidência) como os novos casos por unidade de tempo de observação (pessoa-tempo). Esses enunciados estão de acordo com a literatura epidemiológica consagrada e com a distinção operacional entre incidência acumulada (risco) e densidade de incidência (taxa por pessoa-tempo). A mera diferença de redação entre “período” e “período definido” não cria ambiguidade relevante: ambas as expressões indicam necessidade de delimitação temporal para cálculo do risco; a alternativa D, entretanto, é a única que posiciona corretamente prevalência, risco e taxa de incidência em seus respectivos papéis operacionais. Assim, não há problema semântico que justifique anulação, sendo preservada a objetividade do item ao manter D como resposta correta.

Fontes:

- ROUQUAYROL, M. Z.; GURGEL, M. Epidemiologia e saúde. 8. ed. São Paulo: MedBook, 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia de vigilância epidemiológica. 7. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 816 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Ações Estratégicas de Epidemiologia e Vigilância em Saúde e Ambiente. Guia de vigilância em saúde: volume 3 [recurso eletrônico]. 6. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

Cargo: Farmacêutico

BRANCA	VERDE
4	2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o efeito de sentido produzido pelo emprego dos vocábulos no contexto apresentado, é correto afirmar que, em relação às ocorrências do vocábulo “ela”:, a alternativa “B) É possível reconhecer que há um único referente com que todas as ocorrências estabelecem relação.” foi adequadamente indicada como correta. Em todas as ocorrências do pronome "ela", há o mesmo referente: a consciência coletiva (ou consciência comum). Vejamos o texto: "O conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria; podemos chamá-lo de consciência coletiva ou comum." A partir desse momento, o autor passa a empregar o pronome "ela" para evitar a repetição da expressão "consciência coletiva ou comum". Observe: “Ela não tem por substrato um órgão único...” Ela = consciência coletiva. “...mas tem, ainda assim, características específicas...” Ela = consciência coletiva. “Ela não muda a cada geração...” Ela = consciência coletiva. “Ela é, pois, bem diferente das consciências particulares...” Ela = consciência coletiva. “Ela é o tipo psíquico da sociedade...” Ela = consciência coletiva. Em nenhum momento o referente muda. Correta porque todas as ocorrências retomam o mesmo substantivo: consciência coletiva (ou consciência comum). Esse fenômeno é chamado de coesão referencial por anáfora, em que um pronome retoma um termo anteriormente mencionado, evitando repetição desnecessária. A alternativa “A) Há diferentes referentes com os quais tal vocábulo estabelece relação.” não pode ser indicada como correta. Não existem referentes diferentes. Embora apareçam outros substantivos femininos no texto ("sociedade", "gerações", "consciências particulares"), o pronome "ela" nunca passa a retomá-los. Sempre retoma consciência coletiva. A alternativa “C) Dentre os referentes que são substituídos pelo pronome “ela” estão: sociedade; crença; e coletividade.” não pode ser indicada como correta. Essa alternativa apresenta referentes incorretos. O pronome não substitui: sociedade; crença; coletividade (essa palavra, inclusive, nem aparece como referente no texto). Ele substitui apenas “consciência coletiva”. Além disso, "crenças" aparece no plural, enquanto o pronome está no singular. A alternativa “D) Há repetição proposital com o objetivo de enfatizar a

importância da consciência coletiva como temática.” não pode ser indicada como correta. Há um equívoco conceitual. Não ocorre repetição lexical de "consciência coletiva". O autor faz justamente o contrário: menciona o termo uma vez; depois utiliza o pronome "ela" para retomá-lo. Esse recurso é um mecanismo de coesão textual, cujo objetivo principal é evitar repetição excessiva e tornar o texto mais fluido. Embora o tema seja a consciência coletiva, a função do pronome não é enfatizar o tema, mas retomar o referente já apresentado.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coesão textual. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

BRANCA	VERDE
7	6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Em “Patente é um dos mecanismos legais para garantir esse direito de propriedade intelectual.” (2º§), quanto à estrutura linguística, pode-se observar que:”, a alternativa “**C**) Há constituição de um período composto em que há referência à finalidade associada à informação anterior.” foi adequadamente considerada correta. Analisa corretamente a estrutura sintática do período e a função da oração reduzida de infinitivo introduzida por "para garantir", que expressa finalidade. O período: "Patente é um dos mecanismos legais para garantir esse direito de propriedade intelectual." Estrutura sintática: Podemos dividir o período em duas partes: Oração principal: “Patente é um dos mecanismos legais”. Temos: sujeito: Patente; verbo de ligação: é; predicativo do sujeito: um dos mecanismos legais. Até aqui existe uma oração. Oração reduzida. Depois aparece: “para garantir esse direito de propriedade intelectual”. Aqui temos o verbo: “garantir” no infinitivo. Sempre que aparece um verbo no infinitivo formando outra estrutura oracional, temos outra oração. Essa oração indica: finalidade. Equivale a: “para que garanta esse direito...” ou “a fim de garantir esse direito...” Portanto, há duas orações. Logo: período composto. Temos: oração principal; oração subordinada reduzida de infinitivo que expressa finalidade: “para garantir esse direito...” A alternativa “**A**) Por haver um verbo de ligação, o período é caracterizado como período simples.” não pode ser indicada como correta. O erro está em afirmar: período simples. O critério para classificar um período não é o tipo de verbo. É o número de orações. Período simples: apenas um verbo (ou uma locução verbal). Período composto : duas ou mais orações. Aqui temos: “é”; “garantir”. São dois verbos. Logo existem duas orações. Período composto. O fato de “é” ser verbo de ligação não interfere nessa classificação. A alternativa “**B**) A finalidade introduzida pela conjunção destacada reproduz o conceito referido anteriormente.” não pode ser indicada como correta. O erro está em dizer: “reproduz o conceito”. A expressão “para garantir” não reproduz conceito algum. Ela informa a finalidade do mecanismo legal. Observe: Patente é um mecanismo legal. Para quê? para garantir esse direito. Portanto, "para" introduz finalidade. Não reproduz conceito. A alternativa “**D**) O termo “esse” estabelece referência com o período anterior, indicando coordenação entre períodos distintos.” não pode ser indicada como correta. Primeira parte está correta. O pronome demonstrativo “esse” retoma realmente uma informação anterior. Ele faz referência ao conceito de propriedade intelectual apresentado no primeiro parágrafo. Essa retomada é chamada de anáfora textual. Entretanto, a segunda parte está errada. A alternativa afirma: “indicando coordenação entre períodos distintos”. Isso não ocorre. O pronome “esse” não estabelece coordenação. Coordenação ocorre entre: orações; termos da oração; por meio de conjunções coordenativas. O pronome apenas retoma um referente anterior. É um mecanismo de coesão textual, não de coordenação.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 51. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

BRANCA	VERDE
10	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa B está correta porque reúne exclusivamente agravos que integram a Lista Nacional de Notificação Compulsória Imediata (em até 24 horas). Essas doenças apresentam elevado potencial de disseminação, gravidade clínica, risco de emergência em saúde pública ou necessidade de adoção imediata de medidas de investigação epidemiológica, bloqueio, vigilância de contatos e implementação de ações de controle.

A notificação imediata permite que as autoridades sanitárias desencadeiem rapidamente medidas de contenção e prevenção, reduzindo o risco de propagação e de ocorrência de surtos ou epidemias.

Análise das alternativas incorretas

A) Hanseníase; sífilis adquirida; tuberculose; e hepatite B.

Incorreta. Embora todas sejam doenças de notificação compulsória, elas não integram, em conjunto, a lista de notificação imediata. Esses agravos são, em regra, objeto de notificação semanal, permitindo o monitoramento contínuo de sua ocorrência e subsidiando as ações de vigilância epidemiológica e controle.

B) Botulismo; cólera; poliomielite por poliovírus selvagem; e febre amarela.

Correta. Todos os agravos relacionados exigem notificação compulsória imediata, em razão da elevada relevância para a saúde pública. A comunicação rápida permite investigação epidemiológica, confirmação diagnóstica, adoção de medidas de bloqueio, rastreamento de contatos e implementação das ações necessárias para interromper a cadeia de transmissão ou evitar a reintrodução de doenças eliminadas.

C) Leptospirose; dengue; acidente por animal peçonhento; e violência interpessoal.

Incorreta. A alternativa reúne agravos sujeitos a periodicidades distintas de notificação. Embora alguns eventos possam exigir notificação imediata em circunstâncias específicas ou conforme protocolos próprios, o conjunto apresentado não é composto exclusivamente por agravos de notificação compulsória imediata, tornando a alternativa incorreta.

D) HIV/AIDS; doença de Chagas crônica; toxoplasmose gestacional; e malária em área não endêmica.

Incorreta. Os agravos apresentados possuem diferentes critérios e fluxos de vigilância epidemiológica. HIV/AIDS, doença de Chagas crônica e toxoplasmose gestacional não são, em regra, agravos de notificação imediata. Além disso, a inclusão de um evento cuja notificação pode ocorrer em prazo distinto faz com que a alternativa deixe de atender ao comando da questão, que exige exclusivamente doenças de notificação imediata.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 10.175, de 23 de janeiro de 2026. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2026.

BRANCA	VERDE
15	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa D está correta porque contempla a concepção contemporânea de Vigilância em Saúde, entendida como um processo contínuo e sistemático de coleta, análise e disseminação de informações sobre eventos relacionados à saúde, articulando ações de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, vigilância em saúde ambiental, vigilância em saúde do trabalhador e análise da situação de saúde. Essas ações subsidiam o planejamento das intervenções, a organização da assistência e a atuação sobre os determinantes e condicionantes da saúde nos territórios.

Análise das alternativas incorretas

A) A vigilância em saúde articula análise da situação de saúde, monitoramento de riscos e organização das intervenções desenvolvidas nos territórios.

Incorreta. A alternativa apresenta elementos que integram a Vigilância em Saúde, porém a descrição é incompleta. A concepção contemporânea da Política Nacional de Vigilância em Saúde caracteriza-se pela integração de diferentes componentes (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador), aspecto que não é contemplado na alternativa. Assim, embora contenha afirmações verdadeiras, ela não expressa adequadamente a amplitude do conceito cobrado pelo enunciado.

B) As ações de vigilância em saúde envolvem acompanhamento dos agravos prioritários e avaliação dos indicadores utilizados na programação das ações assistenciais.

Incorreta. O acompanhamento de agravos e a análise de indicadores fazem parte das atribuições da Vigilância em Saúde, mas a alternativa restringe sua atuação a essas atividades. A Vigilância em Saúde também envolve identificação e monitoramento de riscos, vigilância de fatores determinantes e condicionantes, investigação de eventos, promoção da saúde e articulação intersetorial, não se limitando ao acompanhamento de agravos e indicadores.

C) A vigilância em saúde estrutura-se a partir da produção sistemática de informações epidemiológicas e da definição dos fluxos regulatórios entre os diferentes níveis de atenção.

Incorreta. A produção de informações epidemiológicas constitui uma atividade essencial da Vigilância em Saúde. Entretanto, a definição dos fluxos regulatórios entre os níveis de atenção é atribuição relacionada à organização da Rede de Atenção à Saúde e à regulação assistencial, não sendo elemento estruturante da Política Nacional de Vigilância em Saúde.

D) A vigilância em saúde integra processos de monitoramento epidemiológico, ambiental e sanitário, subsidiando a organização das práticas de cuidado e das intervenções sobre o território.

Correta. A alternativa traduz adequadamente a concepção da Política Nacional de Vigilância em Saúde ao destacar a integração entre diferentes componentes da vigilância e sua articulação com a organização das práticas assistenciais e das intervenções nos territórios. Essa integração fortalece o planejamento das ações e a resposta dos serviços às necessidades da população.

Fontes:

- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 588, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. 6. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

BRANCA	VERDE
16	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa A está correta porque traduz adequadamente os fundamentos da Clínica Ampliada. Essa proposta busca superar o modelo biomédico centrado na doença, valorizando a integração entre diferentes saberes profissionais, a interdisciplinaridade, o reconhecimento das singularidades dos usuários e sua participação ativa na construção do cuidado.

Na Clínica Ampliada, o cuidado é produzido de forma compartilhada entre profissionais, usuários e familiares, considerando aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais envolvidos no processo saúde-doença.

Análise das alternativas incorretas

A) A Clínica Ampliada propõe articulação entre diferentes saberes e valorização da participação dos sujeitos na produção do cuidado.

Correta. A Clínica Ampliada fundamenta-se na articulação interdisciplinar dos saberes e na participação ativa dos usuários na produção do cuidado. O modelo rompe com a lógica centrada exclusivamente na doença e reconhece o usuário como sujeito do processo terapêutico.

B) A incorporação das dimensões subjetivas no cuidado favorece a individualização das intervenções terapêuticas, priorizando a análise das experiências dos usuários no planejamento assistencial.

Incorreta. Embora a Clínica Ampliada valorize a subjetividade e as experiências dos usuários, a alternativa restringe a proposta à individualização das intervenções terapêuticas. A abordagem da Clínica Ampliada é mais abrangente,

envolvendo também trabalho interdisciplinar, corresponsabilização, construção compartilhada do cuidado, participação do usuário e consideração dos determinantes sociais do processo saúde-doença.

C) A Clínica Ampliada propõe a elaboração do cuidado a partir da integração entre diferentes núcleos profissionais, mantendo a definição das condutas terapêuticas sob responsabilidade predominante da equipe técnica.

Incorreta. O erro está na expressão "mantendo a definição das condutas terapêuticas sob responsabilidade predominante da equipe técnica". A Clínica Ampliada propõe que as decisões terapêuticas sejam construídas de forma compartilhada, valorizando o protagonismo do usuário e a negociação entre os diferentes envolvidos no cuidado. A equipe técnica mantém responsabilidade profissional, mas não concentra unilateralmente a definição das condutas.

D) A construção da autonomia envolve ampliação da capacidade de análise e decisão dos usuários sobre questões relacionadas ao seu processo de saúde, preservando a responsabilidade compartilhada entre profissionais e usuários.

Incorreta. A alternativa descreve corretamente o conceito de co-construção da autonomia, porém o comando da questão aborda os fundamentos da Clínica Ampliada e da co-construção da autonomia. A alternativa limita-se a um dos componentes do enunciado e não contempla o princípio estruturante da Clínica Ampliada, que envolve a articulação de diferentes saberes e a produção compartilhada do cuidado. A alternativa A responde de forma mais completa ao comando proposto.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. HumanizaSUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 4. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.
- Política Nacional de Humanização. Ministério da Saúde. Brasília, DF.

BRANCA	VERDE
21	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da alternativa correta com fundamento nas disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO acerca das vedações ao exercício do mandato parlamentar. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois a alternativa C é a única plenamente compatível com o regime jurídico estabelecido pela Lei Orgânica Municipal.

A alternativa C está em plena conformidade com o inciso III e o § 3º do art. 16 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo estabelece que perderá o mandato o Vereador que deixar de comparecer, sem licença ou justificativa legal, a mais de um terço das sessões ordinárias da mesma sessão legislativa, prevendo, ainda, que, nessa hipótese, a perda do mandato será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação, assegurada ampla defesa. A assertiva reproduz fielmente a disciplina normativa, razão pela qual se mostra correta.

Diversamente, a alternativa A revela-se incompatível com a alínea a do inciso II do art. 15 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo veda ao Vereador, desde a posse, ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal, bem como exercer nela função remunerada. A assertiva, contudo, admite o exercício de função remunerada desde que a Vereadora não integre a direção da empresa, exceção que não encontra amparo na legislação.

A alternativa B igualmente não encontra respaldo na Lei Orgânica. Embora a hipótese de perda do mandato por fixação de residência e domicílio eleitoral fora do Município esteja prevista no inciso V do art. 16, o § 2º do mesmo artigo determina que, nessa situação, a perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal mediante voto aberto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa. A assertiva incorre em erro ao indicar como suficiente a maioria absoluta, em desacordo com o quórum expressamente previsto na norma.

A alternativa D também está incorreta, por contrariar a alínea b do inciso I do art. 15 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O referido dispositivo estabelece que é vedado ao Vereador, desde a expedição do diploma, aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os demissíveis *ad nutum*, nas entidades da Administração Pública indicadas na própria norma. A assertiva afirma exatamente o oposto ao considerar inexistente a vedação, tornando-se incompatível com o texto legal.

Não procede a alegação de imprecisão técnica. A alternativa descreve corretamente a hipótese de perda do mandato e preserva o procedimento previsto na Lei Orgânica ao consignar expressamente que a declaração será realizada pela Mesa da Câmara, assegurada ampla defesa. Não há simplificação indevida nem afronta ao princípio da simetria constitucional, uma vez que a assertiva não afasta qualquer etapa procedimental ou garantia legal, limitando-se a reproduzir, de forma compatível, o conteúdo normativo exigido para a resolução da questão.

Diante do exposto, verifica-se que somente a alternativa C observa corretamente as disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO, razão pela qual o gabarito oficial deve ser preservado, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE
24	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da alternativa correta com fundamento nas disposições da Lei Municipal nº 1.405/2005, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos em Geral do Município de Ji-Paraná/RO, especialmente quanto às regras aplicáveis às licenças e afastamentos funcionais. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois a alternativa B é a única que apresenta situação compatível com a legislação municipal.

A alternativa B está em plena conformidade com o § 1º do art. 120 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O dispositivo estabelece que o servidor candidato a cargo eletivo na localidade em que desempenha suas funções e que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização deverá ser afastado do exercício do cargo a partir do dia seguinte ao registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, permanecendo afastado até o décimo dia seguinte ao pleito. A assertiva reproduz corretamente a hipótese prevista na norma, razão pela qual se mostra correta.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o parágrafo único do art. 119 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. A norma prevê que, concluído o serviço militar, o servidor terá até trinta dias para reassumir o exercício do cargo, porém sem remuneração durante esse período. A assertiva, ao afirmar que o prazo seria concedido com remuneração, apresenta informação incompatível com a legislação.

A alternativa C também não encontra respaldo no Estatuto. Conforme dispõe o caput do art. 121 da Lei Municipal nº 1.405/2005, o servidor estável poderá, no interesse da Administração e mediante autorização, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com garantia da remuneração, para participar de curso de capacitação profissional ministrado por organismo oficial ou privado. A assertiva restringe indevidamente a possibilidade de afastamento aos cursos promovidos apenas por instituições oficiais, afastando hipótese expressamente admitida pela norma.

A alternativa D igualmente está incorreta, por contrariar o § 2º do art. 122 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O dispositivo estabelece que não será concedida nova licença para tratar de assuntos particulares antes de decorridos dois anos do término da licença anterior. A assertiva, contudo, prevê a possibilidade de concessão de nova licença após apenas um ano, reduzindo prazo expressamente estabelecido pela legislação.

Diante do exposto, verifica-se que somente a alternativa B observa corretamente as disposições da Lei Municipal nº 1.405/2005, enquanto as demais apresentam incompatibilidades com o texto normativo, razão pela qual o gabarito oficial deve ser preservado, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE
30	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da alternativa correta com base nas disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO acerca do processo legislativo, especialmente no que se refere ao veto do Prefeito, à sanção tácita e às leis delegadas. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois indica corretamente a alternativa C, única compatível com o regime jurídico estabelecido pela Lei Orgânica Municipal.

A alternativa C está em plena conformidade com o § 6º do art. 28 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo estabelece que, esgotado o prazo de trinta dias sem deliberação sobre o veto, este será colocado na ordem do dia da sessão imediata, ficando sobrestadas as demais proposições até sua votação final. A assertiva reproduz fielmente a disciplina normativa aplicável, razão pela qual se mostra correta.

Diversamente, a alternativa A revela-se incompatível com o § 1º do art. 28 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O referido dispositivo determina que, ao vetar total ou parcialmente o projeto de lei, o Prefeito deverá comunicar os motivos do veto ao Presidente da Câmara no prazo de quarenta e oito horas. A assertiva, contudo, afirma que essa comunicação deverá ocorrer no prazo de setenta e duas horas, prazo que não encontra respaldo na legislação, tornando a alternativa incorreta.

A alternativa B igualmente não encontra amparo na Lei Orgânica. Nos termos do § 3º do art. 28, decorrido o prazo de quinze dias sem manifestação do Prefeito, o seu silêncio importará em sanção. A assertiva, entretanto, afirma que a sanção automática não ocorre, dependendo de manifestação expressa do Chefe do Executivo, entendimento que contraria frontalmente a disciplina legal acerca da sanção tácita.

A alternativa D também está incorreta, por contrariar o § 1º do art. 29 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. Embora a delegação para elaboração de leis delegadas seja solicitada pelo Prefeito à Câmara Municipal, a própria Lei Orgânica estabelece expressamente que não poderão ser objeto de delegação as matérias reservadas à lei complementar. A assertiva afirma ser possível a delegação justamente para disciplinar matéria reservada à lei complementar, hipótese expressamente vedada pelo texto legal, razão pela qual se mostra incompatível com a norma.

Diante do exposto, verifica-se que somente a alternativa C observa corretamente as disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO, razão pela qual o gabarito oficial deve ser preservado, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE
31	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisa-se a conduta exigida diante da apresentação de receita de nitrofurantoína 100 mg em farmácia pública municipal, à luz da legislação sanitária vigente para antimicrobianos.

A dispensação de antimicrobianos é regulamentada pela RDC Anvisa nº 471/2021, que é a norma atualmente em vigor. A nitrofurantoína está enquadrada como antimicrobiano de uso sob prescrição, conforme relação da IN Anvisa nº 360/2025 (item 86). Portanto, aplicam-se a ela os requisitos específicos dessa resolução, e não regras gerais ou normas revogadas.

Quanto à validade da receita, o art. 7º da RDC 471/2021 estabelece o prazo de 10 (dez) dias para dispensação em todo o território nacional. A receita em questão foi emitida há 9 (nove) dias, estando, portanto, dentro do prazo. Dessa forma, está descartada qualquer alegação de recusa por vencimento, bem como a menção ao prazo de 72 horas, que não se aplica a esta classe terapêutica.

Sobre o procedimento de retenção e registro, o art. 10 da referida RDC é suficientemente claro: a dispensação ocorre com a retenção da segunda via e devolução da primeira via ao paciente. No ato do aviamento, o farmacêutico deve registrar, em ambas as vias, a data da dispensação, a quantidade aviada, o número do lote do medicamento e a sua rubrica. Esses são os requisitos operacionais que devem constar na rotina do serviço de farmácia.

Ao avaliar as alternativas, verifica-se o seguinte:

- Alternativa A: Descreve exatamente o fluxo previsto no art. 10 – dispensar o medicamento, reter a segunda via e realizar os registros nas duas vias. É a conduta correta.
- Alternativa B: Incorreta, pois propõe o arquivamento da primeira via e a devolução da segunda sem os registros de atendimento, invertendo o procedimento legal.
- Alternativa C: Incorreta, pois fundamenta a recusa no prazo de 72 horas, que não tem respaldo na RDC 471/2021 para antimicrobianos.
- Alternativa D: Incorreta, pois equipara o rito da prescrição de antimicrobianos ao de psicotrópicos, que possuem disciplina própria e não se confundem com a norma citada.

Cabe ainda destacar que a invocação da revogada RDC 20/2011 não possui fundamento válido, uma vez que foi expressamente substituída pela RDC 471/2021. Da mesma forma, a menção à RDC 724/2022 é descabida, já que essa normativa trata de padrões microbiológicos para alimentos, não tendo qualquer interface com a dispensação de medicamentos em farmácias.

Diante do exposto, a questão apresenta uma única opção em conformidade com a legislação e com a prática farmacêutica institucional.

Assim, considerando os fundamentos técnicos e normativos, mantenho o gabarito oficial e INDEFIRO o presente recurso.

BRANCA	VERDE
39	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado informa expressamente que se trata de medicamento da Lista C1 utilizado como antiparkinsoniano, prescrito em Receita de Controle Especial em duas vias, sem rasuras e com os dados obrigatórios. A posologia indicada é de um comprimido a cada doze horas, correspondendo a dois comprimidos ao dia. Assim, a quantidade total de trezentos e sessenta comprimidos corresponde a cento e oitenta dias de tratamento, isto é, aproximadamente seis meses.

Nos termos do art. 59 da Portaria SVS/MS nº 344/1998, a regra geral para medicamentos das listas C1 e C5, em formas farmacêuticas não injetáveis, é a limitação da quantidade ao tratamento correspondente a, no máximo, sessenta dias. Todavia, o parágrafo único do mesmo dispositivo estabelece regra específica para substâncias ou medicamentos antiparkinsonianos e anticonvulsivantes, admitindo quantidade limitada a até seis meses de tratamento.

Também não procede a alegação de necessidade de justificativa clínica anexa. O art. 60 da Portaria SVS/MS nº 344/1998 exige justificativa apenas quando a prescrição exceder as quantidades previstas nos arts. 57 e 59. No caso descrito, a quantidade prescrita não ultrapassa o limite específico aplicável aos medicamentos antiparkinsonianos da Lista C1, pois corresponde a até seis meses de tratamento.

A ausência de identificação do princípio ativo não compromete a objetividade da questão, uma vez que o próprio enunciado já delimitou os elementos normativos necessários à resolução: medicamento da Lista C1 e uso como antiparkinsoniano. Desse modo, há uma única alternativa correta, qual seja, a alternativa D.

Recurso indeferido.

BRANCA	VERDE
44	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta uma situação de coorte municipal, com quinhentos usuários expostos a determinado fator e mil usuários não expostos. Entre os expostos, ocorreram sessenta casos; entre os não expostos, ocorreram quarenta casos. O enunciado solicita a interpretação da incidência acumulada e da associação causal para fins de fração atribuível populacional.

Inicialmente, calcula-se a incidência acumulada entre os expostos:

$I_e = 60 / 500 = 0,12$, ou seja, 12%.

Em seguida, calcula-se a incidência acumulada entre os não expostos:

$I_o = 40 / 1000 = 0,04$, ou seja, 4%.

O risco relativo corresponde à razão entre a incidência no grupo exposto e a incidência no grupo não exposto:

$RR = I_e / I_o = 0,12 / 0,04 = 3,0$.

Portanto, o risco do desfecho entre os expostos foi três vezes o risco observado entre os não expostos.

Para a fração atribuível populacional, deve-se considerar a incidência acumulada na população total da coorte. No caso, ocorreram cem casos em mil e quinhentos usuários acompanhados:

$I_t = 100 / 1500 = 0,0667$, ou seja, aproximadamente 6,67%.

A fração atribuível populacional é calculada pela seguinte expressão:

$$FAP = (It - I0) / It.$$

Aplicando-se os valores do enunciado:

$$FAP = (0,0667 - 0,04) / 0,0667 \approx 0,40.$$

Assim, assumida a relação causal entre exposição e desfecho, aproximadamente 40% dos casos na população acompanhada seriam atribuíveis à exposição.

A alternativa D expressa corretamente os dois resultados: risco relativo igual a 3,0 e fração atribuível populacional de aproximadamente 40%.

Não procede a alegação de ambiguidade pela ausência da expressão “na população” dentro da alternativa. O próprio enunciado informa expressamente que a medida a ser interpretada é a fração atribuível populacional. Em questões objetivas, a alternativa deve ser lida em conjunto com o comando do enunciado, e não de forma isolada. Desse modo, quando a alternativa D menciona que “cerca de 40% dos casos seriam atribuíveis à exposição”, tal afirmação está vinculada ao indicador previamente delimitado no enunciado, isto é, à fração atribuível populacional.

Também não procede a tentativa de aplicar a fração atribuível entre os expostos ao caso apresentado. A fração atribuível entre os expostos, calculada por $FAE = (RR - 1) / RR$, resultaria em aproximadamente 66,7%. Contudo, esse não foi o indicador solicitado no enunciado. A questão mencionou expressamente a fração atribuível populacional, que possui denominador e interpretação distintos da fração atribuível entre os expostos.

A fração atribuível entre os expostos responde à proporção de casos entre os indivíduos expostos atribuível à exposição. Já a fração atribuível populacional responde à proporção de casos na população total atribuível à exposição, assumida a causalidade. Como o enunciado delimitou expressamente a fração atribuível populacional, o uso da FAE não é adequado para afastar o gabarito.

Também não há fundamento para considerar correta a alternativa C. Embora ela apresente corretamente o risco relativo igual a 3,0, o percentual de 8% não corresponde à fração atribuível populacional. Esse valor decorre da diferença absoluta entre as incidências dos expostos e dos não expostos: $12\% - 4\% = 8$ pontos percentuais. Trata-se de medida distinta, relacionada ao excesso absoluto de risco, e não à proporção de casos atribuíveis à exposição na população.

A alternativa B também não pode ser considerada correta, pois indica risco relativo de 1,5, valor incompatível com os dados do enunciado. Ainda que o percentual de aproximadamente 67% possa ser obtido pela fórmula da fração atribuível entre os expostos, esse não é o indicador solicitado na questão, e o risco relativo apresentado na alternativa está incorreto.

A alternativa A, por sua vez, apresenta risco relativo de 0,5, igualmente incompatível com as incidências calculadas.

Dessa forma, a questão contém todos os dados necessários para a resolução objetiva, diferencia adequadamente os indicadores epidemiológicos envolvidos e apresenta uma única alternativa correta, qual seja, a alternativa D.

Recurso indeferido.

Cargo: Fiscal Sanitário

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
1	6	2	5

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando da questão é estritamente pontual e delimitado, direcionando a análise do candidato a um trecho específico do texto e a um tipo específico de relação lógica: *“No 2º§ do texto há uma relação de causa e efeito imediato. Nesse sentido, assinale a afirmativa que apresenta corretamente a relação de causa e efeito final descrita pelo autor.”* Portanto, o comando exige o reconhecimento da relação de causalidade textual direta e inequívoca construída pelo autor no 2º parágrafo. Assim, a alternativa que atende ao comando da questão é *“ O fato de a população buscar o serviço de saúde na vigência de sintomas é a causa que gera, como consequência, o prejuízo na eficácia dos tratamentos”*.

O texto estabelece uma linha de causalidade clara: o comportamento de associar o cuidado apenas aos sintomas (Causa 1) gera a redução da busca por acompanhamento regular (Consequência 1 / Causa 2). Por sua vez, esse comportamento de menor busca e atraso (Causa 2) gera o impacto direto (Consequência Final) na detecção precoce e na efetividade dos tratamentos. Portanto, o comportamento reativo é a origem do prejuízo nos resultados clínicos. Assim, a alternativa correta é: “O fato de a população buscar o serviço de saúde na vigência de sintomas é a causa que gera, como consequência, o prejuízo na eficácia dos tratamentos”.

As demais alternativas são incorretas como descritas a seguir:

A detecção precoce de doenças atua como a causa determinante para que as pessoas modifiquem seu comportamento reativo. O texto aponta que o comportamento atual *atrapalha* a detecção precoce. A detecção precoce não é descrita aqui como uma causa motivadora de mudança, mas como algo que está sendo prejudicado.

A redução da busca por acompanhamento regular é a causa direta de a população associar a saúde apenas à presença de sintomas. Houve uma inversão lógica dos termos. Associar a saúde aos sintomas é a *causa* que gera a redução da busca, e não a consequência dela.

A ineficácia dos tratamentos é a causa primária que leva a população a manifestar medo e desconfiança diante dos exames preventivos. Embora o texto mencione medo e relatos negativos no sexto parágrafo, essa alternativa cria um nexos causal inédito e incorreto, afirmando que os tratamentos são ineficazes por si sós e que isso gera medo. O texto diz que a eficácia é reduzida *por causa* do atraso na busca.

Fontes:

- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos: teoria e 815 questões comentadas. Série Concursos. 15. ed. Niterói: Impetus, 2014. 519p.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006. 216p.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
4	9	3	8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando da questão diz: "Do ponto de vista da sintaxe e da classificação das orações no período composto, analise as afirmativas sobre as ocorrências das orações introduzidas pela palavra 'que'. Das opções de respostas disponíveis, a alternativa D está correta: “O Dr. Vinicius Rodrigues destaca que o acompanhamento individualizado é essencial [...]” (5º§) – Introduz uma oração subordinada substantiva, ligando o verbo ao seu complemento. Sintaticamente, o verbo *destacar* atua como transitivo direto (*quem destaca, destaca algo*). A palavra "que" é uma conjunção integrante, responsável por introduzir uma oração subordinada substantiva objetiva direta, que funciona exatamente como o complemento verbal (objeto direto) exigido pelo verbo da oração principal.

As demais opções de resposta estão incorretas:

A) “A prevenção exige uma mudança de lógica, em que o cuidado passa a ser contínuo [...]” (3º§) – Introduz uma oração subordinada adverbial locativa. A oração “*em que o cuidado passa a ser contínuo*” é uma oração subordinada adjetiva (introduzida pelo pronome relativo "que" = *na qual*), não existindo a classificação de "adverbial locativa".

B) “Entre os principais fatores que dificultam a prevenção estão o medo de diagnósticos, [...]” (6º§) – Introduz uma oração subordinada adjetiva com valor explicativo. A oração “*que dificultam a prevenção*” é uma oração subordinada adjetiva restritiva (delimita os "fatores" e não vem isolada por vírgulas), e não *explicativa*.

C) “[...] mas de estratégias educativas que aproximem a população dos serviços de saúde.” (7º§) – Introduz uma oração subordinada substantiva que retoma o sujeito da oração principal. A oração “*que aproximem a população*[...]” é introduzida por pronome relativo referente ao substantivo "estratégias", tratando-se de oração subordinada adjetiva, e não *substantiva*.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.

- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006. 216p

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
8	4	6	2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão tem como base o seguinte trecho: “[...] fatores como acesso à informação, nível de escolaridade e disponibilidade de serviços influenciam diretamente a adesão da população às práticas preventivas.” (3º§). Conforme solicitado no comando, a reescrita correta em conformidade com as regras de concordância verbal e nominal da norma-padrão é “ Se o núcleo do sujeito for deslocado para depois do verbo, a concordância permanece correta em “Influenciam diretamente a adesão da população às práticas preventivas fatores como acesso à informação, nível de escolaridade e disponibilidade de serviços”. A inversão da ordem na oração (colocar o sujeito composto posposto ao verbo) não altera a regra geral de concordância quando o verbo se refere ao sujeito como um todo. O verbo “Influenciam” continua concordando perfeitamente em número (plural) com o núcleo do sujeito “fatores”.

As demais alternativas estão incorretas:

Caso a estrutura do trecho fosse alterada, a concordância estaria correta em: “O acesso à informação, o nível de escolaridade e a disponibilidade de serviços influencia diretamente a adesão da população...”, visto que o verbo concorda com o núcleo do sujeito. Ao retirar a palavra “fatores” e listar os elementos diretamente (“O acesso..., o nível... e a disponibilidade...”), cria-se um sujeito composto com núcleos ligados pela conjunção “e”. Como o sujeito está anteposto ao verbo, este deve ir obrigatoriamente para o plural (“influenciam”).

Se o termo “fatores” fosse substituído por “um conjunto”, o trecho deveria ser reescrito como: “um conjunto como acesso à informação, nível de escolaridade e disponibilidade de serviços influenciam...” Quando o sujeito é um substantivo coletivo ou uma expressão que indica totalidade no singular (um conjunto, um grupo, um bloco), o verbo deve obrigatoriamente concordar no singular.

Modificando-se a ordem dos termos, a sintaxe padrão é preservada em: “É influenciado diretamente, por fatores como acesso à informação e nível de escolaridade, a adesão da população”. O sujeito paciente da estrutura é “a adesão da população” (termo feminino e singular). Portanto, a locução verbal deveria concordar com ele: “É influenciada diretamente [...] a adesão...”.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
9	5	7	1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No excerto “O Dr. Vinicius Rodrigues destaca que o acompanhamento individualizado é essencial, já que as necessidades variam de acordo com idade, histórico e condições de cada pessoa.”, o verbo “destacar” é transitivo direto, ligando-se a seu complemento sem auxílio de preposição. Assim, a oração que o acompanhamento individualizado é essencial é o objeto direto. O verbo variar é intransitivo, pois tem sentido completo, com isso, não necessita de complemento. Assim, a alternativa correta é O verbo “variar” é intransitivo seguido de locução prepositiva de conformidade. A estrutura “de acordo com” não é uma exigência obrigatória da raiz do verbo (ele não exige essa preposição para fazer sentido). Trata-se de uma locução conjuntiva/prepositiva de conformidade que introduz um Adjunto Adverbial de Conformidade (indicando o critério ou a base sob a qual ocorre a variação). Assim, a alternativa correta é “O verbo ‘variar’ é intransitivo seguido de locução prepositiva de conformidade.” No contexto, o verbo *variar*

possui sentido pleno (*mudar, oscilar, diversificar-se*), dispensando complemento verbal obrigatório (objeto). Classifica-se, pois, como verbo intransitivo (V.I.). A estrutura *"de acordo com"* é uma locução prepositiva de valor conformativo, responsável por introduzir um termo circunstancial (adjunto adverbial de conformidade) que expressa o critério ou parâmetro da variação.

A Alternativa D sustenta a seguinte afirmação: *"O termo 'destacar' é um verbo transitivo indireto; portanto, liga-se diretamente ao seu complemento por meio de preposição."* A referida alternativa é duplamente incorreta e conceitualmente contraditória, o que afasta de plano a tese de "dupla interpretação". No excerto *"O Dr. Vinicius Rodrigues destaca [que o acompanhamento individualizado é essencial]"*, o verbo *destacar* é transitivo direto (V.T.D.), pois rege uma oração subordinada substantiva objetiva direta sem preposição regente. A alternativa afirma que o verbo é *"transitivo indireto"* e, na mesma frase, declara que ele *"liga-se diretamente [...] por meio de preposição"*. Trata-se de uma contradição lógica insanável, visto que ligações diretas dispensam preposição, ao passo que verbos transitivos indiretos exigem obrigatoriamente preposição regente.

Fontes:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.
- SACCONI, Luiz Antonio. Nossa gramática completa Sacconi: teoria e prática. 31. ed. São Paulo: Nova Geração Gram. 2011. 592p.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	12	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alegação de ambiguidade quanto ao emprego da expressão "acumulado do 5º e do 6º mês" não encontra respaldo na redação da questão.

O enunciado solicita expressamente "o número total de crianças vacinadas que a equipe tem como meta atender no acumulado do 5º e do 6º mês". Nesse contexto, a expressão "acumulado do 5º e do 6º mês" refere-se, de forma inequívoca, ao total correspondente à soma dos valores desses dois meses, e não ao acumulado histórico da campanha desde seu início ou desde o início da progressão geométrica.

Em problemas de Progressões Aritméticas e Geométricas, é comum que expressões como "total", "acumulado" ou "soma" sejam utilizadas para indicar a soma dos termos explicitamente mencionados no comando da questão. Como o enunciado delimita objetivamente os meses considerados — 5º e 6º meses —, não há fundamento para incluir o 4º mês ou os meses anteriores no cálculo solicitado.

A resolução correta é:

- PA (1º ao 4º mês): 120, 160, 200 e 240;
- PG a partir do 4º mês: 240, 360 e 540;
- Total solicitado (5º e 6º meses):
 $360 + 540 = 900$. $360 + 540 = 900$. $360 + 540 = 900$.

Logo, o gabarito oficial está correto.

A interpretação apresentada pelo recorrente decorre da atribuição de um significado específico ao termo "acumulado", próprio de determinados contextos de análise estatística ou epidemiológica. Contudo, a questão é de Matemática, abordando progressões numéricas, e delimita claramente quais termos devem ser considerados na resposta. A eventual utilização do termo "acumulado" em outras áreas do conhecimento não altera o sentido estabelecido pelo próprio enunciado.

Dessa forma, não se verifica qualquer vício de redação, dupla interpretação ou inconsistência capaz de comprometer a objetividade da questão, razão pela qual o recurso deve ser indeferido, mantendo-se o gabarito oficial.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	13	10	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado apresenta informações suficientes, objetivas e matematicamente consistentes para a resolução da questão, não havendo ambiguidade capaz de comprometer a identificação da alternativa correta.

Inicialmente, o problema estabelece que o reservatório possui formato de paralelepípedo retângulo, com base retangular, comprimento excedendo a largura em 1 metro, altura fixada em 2 metros e área total das seis faces internas (incluindo fundo e tampa) igual a 52 m². Essas condições determinam univocamente as dimensões do sólido.

Seja x a largura da base. Então:

- comprimento = $x + 1$;
- altura = 2.

A área total é dada por:

$$2[x(x + 1) + 2(x + 1) + 2x] = 52,$$

o que conduz à equação

$$x^2 + 5x - 24 = 0,$$

cujas únicas soluções positivas são $x = 3$ e $x = -8$. Assim, as dimensões do reservatório são:

- largura = 3 m;
- comprimento = 4 m;
- altura = 2 m.

Consequentemente, o volume é:

$$V = 3 \cdot 4 \cdot 2 = 24 \text{ m}^3,$$

correspondente à alternativa correta no gabarito oficial.

No que se refere à alegação de que a expressão "volume máximo" caracterizaria necessariamente um problema de otimização, tal entendimento não procede. No contexto da questão, a expressão é empregada no sentido de capacidade máxima de armazenamento do reservatório. Como as dimensões do sólido são completamente determinadas pelas condições impostas, existe apenas um reservatório que satisfaz o enunciado e, consequentemente, uma única capacidade de armazenamento. O uso da expressão "máximo" não altera o procedimento matemático exigido nem induz a múltiplas interpretações ou respostas distintas.

Também não procede a alegação de ambiguidade quanto à natureza do reservatório ou à consideração da tampa no cálculo da área. O enunciado é expresso ao afirmar que a área corresponde às "seis faces internas do reservatório (incluindo fundo e tampa)", eliminando qualquer dúvida sobre quais superfícies devem ser consideradas. A referência ao reservatório tem caráter meramente contextual, sendo o objeto matemático claramente definido como um paralelepípedo retângulo fechado, razão pela qual não cabe importar conceitos construtivos específicos da engenharia que contrariem as condições expressamente estabelecidas pela própria questão.

Dessa forma, não há incompatibilidade entre a descrição do problema e o modelo geométrico adotado, tampouco existe imprecisão capaz de gerar interpretações igualmente válidas ou comprometer a objetividade da avaliação.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	11	12	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso não merece acolhimento, uma vez que a alegação de incompatibilidade entre o modelo matemático e o fenômeno descrito não compromete a resolução da questão nem a identificação da alternativa correta.

A função apresentada no enunciado,

$I(t) = -t^2 + 24t + 25, 0 \leq t \leq 30$, constitui um modelo matemático utilizado para representar a evolução da incidência diária durante o período analisado. Em modelagem matemática aplicada, é comum que funções representem adequadamente apenas parte do comportamento do fenômeno real, não sendo exigido que todos os valores assumidos pela função possuam interpretação física em todo o domínio considerado.

No caso da questão, os itens solicitados são:

- o número de novos casos registrados no 20º dia; e
- o dia em que a incidência se tornou nula.

Efetuando os cálculos:

$$I(20) = -(20)^2 + 24 \cdot 20 + 25 = 105,$$
 e resolvendo

$-t^2 + 24t + 25 = 0$, obtêm-se as raízes $t = -1$ e $t = 25$. Considerando o domínio estabelecido ($0 \leq t \leq 30$), conclui-se que a incidência se torna nula no 25º dia.

Portanto, o gabarito oficial está correto.

A circunstância de a função assumir valores negativos para $t > 25$ não interfere na resolução proposta, pois esses valores apenas indicam que o modelo extrapola a realidade física após o instante em que a incidência atinge zero. Em problemas de modelagem, é frequente que a interpretação física da função seja limitada ao intervalo em que seus resultados são compatíveis com o fenômeno estudado. Nesse contexto, a própria determinação do instante em que a incidência se torna nula evidencia o limite de aplicabilidade prática do modelo.

Além disso, o enunciado não solicita a interpretação dos valores da função após o 25º dia, tampouco exige qualquer conclusão baseada nessa região do domínio. Assim, a existência de valores negativos após a raiz positiva não gera ambiguidade, não impede a resolução da questão e não compromete a identificação da alternativa correta.

Dessa forma, não há vício de redação, inconsistência matemática ou ambiguidade que justifique a anulação da questão.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	17	14	16

Recurso Procedente. Gabarito alterado da letra D para letra C.

Analisando os argumentos apresentados, identificou-se um erro na divulgação do gabarito.

O enunciado ilustra que, deve ser acrescido no estoque inicial o lote recebido, representado pela potência $A2^A3$, e em seguida, reduzido pela quantidade representada em $A4$. Portanto, a fórmula correta é: $A1 + A2^A3 - A4$.

Dessa forma, o gabarito deverá ser alterado para a letra D para a letra C

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	14	17	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analizando os argumentos, considero improcedente, o enunciado não se limita a perguntar a plataforma que oferecia compras durante 2025 e sim qual rede social passou a permitir naquele ano, compras integradas a vídeos e transmissões ao vivo.

Oficialmente, o Kwai Shop foi lançado no Brasil em 30 de Outubro de 2024. Em contrapartida, o TikTok Shop chegou ao Brasil em 8 de Maio de 2025, com compras realizadas diretamente por vídeos e transmissões ao vivo, sem saída do aplicativo.

Dessa forma, não existe duplicidade de resposta correta, preservando assim a alternativa C) TikTok.

Fonte:

- <https://newsroom.tiktok.com/tiktok-shop-chega-ao-brasil?lang=pt-BR>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	15	16	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analizando os argumentos, o recurso é improcedente. Embora o enunciado apresente as características gerais de phishing, ele delimita expressamente a modalidade específica ao mencionar ataque direcionado a alvo predefinido e mensagem altamente personalizada, elementos característicos do spear phishing.

A alternativa B) Phishing identifica apenas o gênero, enquanto a alternativa D) Spear Phishing corresponde precisando à espécie descrita. A questão está coerente com o conteúdo programático de segurança da informação previsto em edital, por abordar uma tática utilizada para obtenção de credenciais, comprometimento de sistemas e disseminação de malware.

Portanto, considero o recurso improcedente.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	19	18	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

D) Correta. Os dados do IBGE indicam que os setores de comércio e serviços representam a maior parcela da economia de Ji-Paraná, respondendo por mais de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) municipal. Essa característica é comum em cidades que exercem funções de centralidade regional, oferecendo serviços públicos, comércio especializado, instituições de ensino, saúde e apoio às atividades agropecuárias dos municípios vizinhos. A posição estratégica de Ji-Paraná na BR-364 contribuiu para sua consolidação como importante centro urbano e econômico da região central de Rondônia.

A) Incorreta. Não há evidências de que Ji-Paraná tenha desenvolvido uma indústria pesada de alta tecnologia capaz de superar os setores de comércio e serviços. Além disso, a BR-364 promoveu a integração econômica regional e estadual, ampliando os fluxos de mercadorias, pessoas e serviços, e não o isolamento econômico do município.

B) Incorreta. A mineração não constitui a principal base econômica de Ji-Paraná. A economia municipal apresenta forte participação da agropecuária, da agroindústria, do comércio e dos serviços. Não ocorreu substituição da pecuária bovina pela mineração de ouro e diamantes.

C) Incorreta. Embora a agropecuária possua grande relevância econômica, especialmente pela pecuária bovina, pela produção de café e cacau, os dados demonstram que o setor terciário é o principal responsável pela geração de riqueza municipal. Além disso, o extrativismo da borracha não representa atualmente o principal fator impulsionador da agropecuária local.

Fontes:

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e Estados: Ji-Paraná (RO). Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/ji-parana/panorama>. Acesso em: 19 jul. 2026.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html>. Acesso em: 19 jul. 2026.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção Agrícola Municipal (PAM). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html>. Acesso em: 19 jul. 2026.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html>. Acesso em: 19 jul. 2026.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
20	20	20	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra B. Vários ciclos econômicos fizeram parte do desenvolvimento regional, mas, na atualidade, predomina o agropecuário, com destaque para a cafeicultura e bovinocultura (gado leiteiro e de corte) entre outros produtos e um setor industrial nascente. O primeiro ciclo econômico ocorreu com as descobertas de ouro no rio Corumbiara, afluente da margem direita do rio Guaporé, a partir de 1744; nessa mesma época houve também o período das drogas do sertão, mas o primeiro grande ciclo econômico foi o da borracha. Este ciclo dividiu-se em dois. O primeiro teve início por volta de 1877, quando uma grande leva de nordestinos migrou para o vale do Madeira e seus afluentes: rio Machado ou Ji-Paraná, Mamoré, Guaporé e Jamari e o segundo ciclo teve início em 1942, ocasião da Segunda Guerra Mundial. No período do Primeiro Ciclo de Extração de Látex foi construída a maior obra da história da Amazonas, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, hoje Museu Histórico. O Primeiro Ciclo de Extração de Látex, (borracha) começou a decair a partir de 1912 e, em 1918, já estava em pleno declínio, não pela falta do produto, mas pelo preço praticado no mercado internacional, principalmente no continente Asiático, mas precisamente na Malásia. A retomada da demanda de extração de látex, seiva da árvore seringueira, nativa da Amazônia, ocorreu em decorrência da Segunda Guerra Mundial, isto porque os seringais da Malásia foram ocupados por tropas japonesas. Naquele período, as atenções do mundo convergiram para a produção do látex na Amazônia. O próprio governo brasileiro (Getúlio Vargas), convocou trabalhadores para trabalharem na extração de látex. Foi neste período que surgiu o soldado da borracha. Os vales amazônicos foram novamente ocupados. Em 1952, ocorreu a descoberta de existência de estanho, que foi importante para a economia regional de Porto Velho, surgindo aí o ciclo da extração da cassiterita, que também divide-se em dois períodos: o primeiro período foi o da garimpagem manual, que durou até 31 de março de 1971, quando foi proibida pelo Governo Federal; a partir dessa data, iniciou-se o período da garimpagem mecanizada. Ainda na década de 50, do século XX, existiram os garimpos de diamante no rio Machado, nas proximidades de Vila Rondônia, atualmente cidade de Ji-Paraná, e Pimenta Bueno, que tiveram pouca durabilidade. O atual ciclo econômico de Rondônia iniciou-se na década de 70, do século XX, com a chegada de migrantes oriundos, principalmente, das regiões Sul e Sudeste do Brasil, cuja maioria era proveniente dos estados do Paraná, Espírito Santo e Minas Gerais, começando assim o plantio de lavoura de café e a formação de pastagem. Nesse mesmo período, deu-se início às instalações de indústrias madeireiras que, do final da década de 70 e durante a de 80, do século XX, eram responsáveis absolutas pela geração de empregos, renda e ainda hoje são de suma importância para a economia do Estado. Em 1971, a CEPLAC Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira, respaldada em estudos que apontavam a viabilidade da lavoura cacaueira na região, deu incentivo ao plantio nas localidades de Ouro Preto, Jaru e Ariquemes. Em 1976, foi implantado

o programa PROCACAU, que incentivou ainda mais o plantio da lavoura, chegando a 54.000 hectares, em seis mil pequenas propriedades rurais. Paralelamente a esse acontecimento, as lavouras de café e a criação de rebanho bovino se desenvolveram por uma vasta região, mas, no início dos anos 1990, os cafeicultores rondonienses enfrentaram outro problema, o baixo preço na saca do café, que, às vezes, não compensava nem colher. Muitos foram os que, cortaram os cafezais e substituíram as áreas por pastagens. A partir de 1997, os preços voltaram a subir e chegou, em 1999, a R\$ 150,00. Novamente ocorreram novas plantações, porém, o preço da saca começou a cair a partir do ano de 2000, e em 2001 chegou a R\$ 25,00, voltando a ser desestimulado. Na atualidade, Rondônia é o 5º maior estado brasileiro na produção de café. O rebanho bovino sempre continuou crescendo e é predominante em todo o Estado, formando uma grande bacia leiteira, com destaque para a região de Ouro Preto, Jaru e Ji-Paraná. Outros investimentos já começam a florescer, na economia regional, são plantações de pupunha (palmito, piscicultura), e o cultivo de soja e arroz, em áreas mecanizadas, no sul do Estado. Rondônia é um Estado de vocação agropecuária, o solo rondoniense produz, não só os já citados produtos, mas uma diversidade de cereais, frutos, verduras e legumes.

Fontes:

- <https://www.rondoniagora.com/geral/rondonia-completa-43-anos-de-criacao-com-historia-marcada-por-ciclos-economicos-e-luta-politica>
- <https://www.instagram.com/reels/DUchgbvDUy2/>
- Educação. (2004) Ji-Paraná e sua história. Ji-Paraná: Certa Comunicação Editora, jan.
- <https://rondoniaemsala.blogspot.com/2011/09/aspectos-economicos-de-ro.html>
- NEVES, A. A caminho de Ji-Paraná. Brasília: Gráfica e Editora Regional, 1985.
- <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/ji-parana/historico>
- MONTE-MOR, R. L. M. Espaço e planejamento urbano: considerações sobre o caso de Rondônia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980. (Tese de Doutorado - pdf). NEVES, A. A caminho de Ji-Paraná. Brasília: Gráfica e Editora Regional, 1985. Acesso em 24/05/2026.
- PAULA, J. M. Nossa Terra em Outras Terras: os descendentes de escravos na Zona da Mata Rondoniense. Manaus: UFAM/PPGSCA, 2017 (Tese de Doutorado). Acesso em 24/05/2026.
- PAULA, J. M.; DOURADO, G. Depois das andanças, a terra: os pequenos proprietários rurais no entorno da Reserva Biológica do Jaru em Rondônia. In: PINHEIRO, Z.; BARBOSA, J.; SANTOS, A.M. (orgs.) Tradições inventadas. Porto Velho: Temática Editora, 2017. Acesso em 24/05/2026.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ. História. Disponível em: <http://www.jiparana.ro.gov.br/>. Acesso em 24/05/2026.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	23	24	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

não há razões para anulação da questão ou alteração do gabarito, pelos seguintes motivos.

A questão exige a aplicação direta das disposições constantes dos arts. 163 e 164 da Lei Municipal nº 1.405/2005, os quais estabelecem os critérios para a imposição de penalidades disciplinares e a competência das autoridades administrativas para sua aplicação. No caso apresentado, o enunciado informa expressamente que foi proposta a aplicação da penalidade de suspensão pelo período de 20 (vinte) dias. Diante desse dado objetivo, a alternativa apontada como correta observa fielmente a distribuição de competências prevista no estatuto dos servidores municipais, segundo a qual a aplicação de penalidade de suspensão superior a 15 (quinze) dias compete às autoridades indicadas no art. 164, inciso I, da Lei Municipal nº 1.405/2005. Não procede a alegação de que a alternativa que trata da fundamentação do ato administrativo deveria ser considerada correta. Embora a motivação dos atos administrativos constitua requisito indispensável à validade da sanção disciplinar, a assertiva correspondente não reproduz o conteúdo normativo da legislação aplicável ao afirmar que o ato sancionador poderia omitir a causa da penalidade, desde que houvesse indicação do fundamento legal. Todavia, o parágrafo único do art. 163 da Lei Municipal nº 1.405/2005 dispõe expressamente que o ato de imposição da penalidade deverá mencionar, sempre, tanto o fundamento legal quanto a causa da sanção disciplinar. Dessa forma, não se admite a supressão de qualquer desses elementos. Dessa forma,

verifica-se que a questão foi elaborada em conformidade com a Lei Municipal nº 1.405/2005, havendo apenas uma alternativa compatível com o ordenamento jurídico, razão pela qual não há fundamento para a anulação da questão nem para a alteração do gabarito preliminar.

Portanto, o recurso dever ser indeferido, mantendo-se a questão e o seu gabarito.

Cargo: Fisioterapeuta

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	10	17	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa D está correta porque contempla a concepção contemporânea de Vigilância em Saúde, entendida como um processo contínuo e sistemático de coleta, análise e disseminação de informações sobre eventos relacionados à saúde, articulando ações de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, vigilância em saúde ambiental, vigilância em saúde do trabalhador e análise da situação de saúde. Essas ações subsidiam o planejamento das intervenções, a organização da assistência e a atuação sobre os determinantes e condicionantes da saúde nos territórios.

Análise das alternativas incorretas

A) A vigilância em saúde articula análise da situação de saúde, monitoramento de riscos e organização das intervenções desenvolvidas nos territórios.

Incorreta. A alternativa apresenta elementos que integram a Vigilância em Saúde, porém a descrição é incompleta. A concepção contemporânea da Política Nacional de Vigilância em Saúde caracteriza-se pela integração de diferentes componentes (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador), aspecto que não é contemplado na alternativa. Assim, embora contenha afirmações verdadeiras, ela não expressa adequadamente a amplitude do conceito cobrado pelo enunciado.

B) As ações de vigilância em saúde envolvem acompanhamento dos agravos prioritários e avaliação dos indicadores utilizados na programação das ações assistenciais.

Incorreta. O acompanhamento de agravos e a análise de indicadores fazem parte das atribuições da Vigilância em Saúde, mas a alternativa restringe sua atuação a essas atividades. A Vigilância em Saúde também envolve identificação e monitoramento de riscos, vigilância de fatores determinantes e condicionantes, investigação de eventos, promoção da saúde e articulação intersetorial, não se limitando ao acompanhamento de agravos e indicadores.

C) A vigilância em saúde estrutura-se a partir da produção sistemática de informações epidemiológicas e da definição dos fluxos regulatórios entre os diferentes níveis de atenção.

Incorreta. A produção de informações epidemiológicas constitui uma atividade essencial da Vigilância em Saúde. Entretanto, a definição dos fluxos regulatórios entre os níveis de atenção é atribuição relacionada à organização da Rede de Atenção à Saúde e à regulação assistencial, não sendo elemento estruturante da Política Nacional de Vigilância em Saúde.

D) A vigilância em saúde integra processos de monitoramento epidemiológico, ambiental e sanitário, subsidiando a organização das práticas de cuidado e das intervenções sobre o território.

Correta. A alternativa traduz adequadamente a concepção da Política Nacional de Vigilância em Saúde ao destacar a integração entre diferentes componentes da vigilância e sua articulação com a organização das práticas assistenciais e das intervenções nos territórios. Essa integração fortalece o planejamento das ações e a resposta dos serviços às necessidades da população.

Fontes:

- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 588, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. 6. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	11	14	9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa A está correta porque traduz adequadamente os fundamentos da Clínica Ampliada. Essa proposta busca superar o modelo biomédico centrado na doença, valorizando a integração entre diferentes saberes profissionais, a interdisciplinaridade, o reconhecimento das singularidades dos usuários e sua participação ativa na construção do cuidado.

Na Clínica Ampliada, o cuidado é produzido de forma compartilhada entre profissionais, usuários e familiares, considerando aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais envolvidos no processo saúde-doença.

Análise das alternativas incorretas

A) A Clínica Ampliada propõe articulação entre diferentes saberes e valorização da participação dos sujeitos na produção do cuidado.

Correta. A Clínica Ampliada fundamenta-se na articulação interdisciplinar dos saberes e na participação ativa dos usuários na produção do cuidado. O modelo rompe com a lógica centrada exclusivamente na doença e reconhece o usuário como sujeito do processo terapêutico.

B) A incorporação das dimensões subjetivas no cuidado favorece a individualização das intervenções terapêuticas, priorizando a análise das experiências dos usuários no planejamento assistencial.

Incorreta. Embora a Clínica Ampliada valorize a subjetividade e as experiências dos usuários, a alternativa restringe a proposta à individualização das intervenções terapêuticas. A abordagem da Clínica Ampliada é mais abrangente, envolvendo também trabalho interdisciplinar, corresponsabilização, construção compartilhada do cuidado, participação do usuário e consideração dos determinantes sociais do processo saúde-doença.

C) A Clínica Ampliada propõe a elaboração do cuidado a partir da integração entre diferentes núcleos profissionais, mantendo a definição das condutas terapêuticas sob responsabilidade predominante da equipe técnica.

Incorreta. O erro está na expressão "mantendo a definição das condutas terapêuticas sob responsabilidade predominante da equipe técnica". A Clínica Ampliada propõe que as decisões terapêuticas sejam construídas de forma compartilhada, valorizando o protagonismo do usuário e a negociação entre os diferentes envolvidos no cuidado. A equipe técnica mantém responsabilidade profissional, mas não concentra unilateralmente a definição das condutas.

D) A construção da autonomia envolve ampliação da capacidade de análise e decisão dos usuários sobre questões relacionadas ao seu processo de saúde, preservando a responsabilidade compartilhada entre profissionais e usuários.

Incorreta. A alternativa descreve corretamente o conceito de co-construção da autonomia, porém o comando da questão aborda os fundamentos da Clínica Ampliada e da co-construção da autonomia. A alternativa limita-se a um dos componentes do enunciado e não contempla o princípio estruturante da Clínica Ampliada, que envolve a articulação de diferentes saberes e a produção compartilhada do cuidado. A alternativa A responde de forma mais completa ao comando proposto.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. HumanizaSUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 4. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.
- Política Nacional de Humanização. Ministério da Saúde. Brasília, DF.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	19	18	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O desenvolvimento histórico de Ji-Paraná esteve diretamente associado à rede hidrográfica regional, especialmente aos rios que estruturaram fluxos de circulação, atividades extrativistas e ocupação populacional. O município consolidou-se em área estratégica. Sobre a hidrografia e a dinâmica territorial de Ji-Paraná, assinale a afirmativa correta.

A) O Rio Machado possui drenagem endorreica e deságua em depressões interiores da Amazônia Meridional. **Incorreta.** O Rio Machado (ou Rio Ji-Paraná) integra a rede hidrográfica da Bacia Amazônica, caracterizada por drenagem **exorreica**, ou seja, suas águas escoam em direção ao Oceano Atlântico por meio do sistema fluvial amazônico. Não há drenagem para depressões interiores.

B) Os principais cursos d'água municipais possuem regime intermitente, condicionado à escassez de precipitações anuais. **Incorreta.** A região apresenta clima tropical úmido, com elevados índices pluviométricos anuais. Os principais rios, incluindo o Machado e seus afluentes, possuem regime predominantemente **perene**, mantendo fluxo de água durante todo o ano, ainda que ocorram variações sazonais entre períodos chuvosos e menos chuvosos.

C) O município integra a bacia amazônica e apresenta drenagem vinculada ao Rio Machado, conhecido localmente como Rio Ji-Paraná. **Correta.** Ji-Paraná localiza-se na Bacia Amazônica. O Rio Machado, também denominado Rio Ji-Paraná, constitui um dos principais cursos d'água de Rondônia e desempenhou papel fundamental na ocupação territorial, no transporte fluvial, nas atividades extrativistas e na formação do núcleo urbano do município.

D) A hidrografia municipal está vinculada à bacia do Rio São Francisco, em razão da conexão hidroviária estabelecida com o Centro-Oeste brasileiro. **Incorreta.** O município está integralmente inserido na Bacia Amazônica. Não existe vinculação hidrográfica com a Bacia do Rio São Francisco, localizada predominantemente nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil.

Fontes:

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades e Estados: Ji-Paraná. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 6 jul. 2026.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil. Brasília: ANA, diversas edições.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	27	23	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da alternativa correta com fundamento nas disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO acerca das vedações ao exercício do mandato parlamentar. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois a alternativa C é a única plenamente compatível com o regime jurídico estabelecido pela Lei Orgânica Municipal.

A alternativa C está em plena conformidade com o inciso III e o § 3º do art. 16 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo estabelece que perderá o mandato o Vereador que deixar de comparecer, sem licença ou justificativa legal, a mais de um terço das sessões ordinárias da mesma sessão legislativa, prevendo, ainda, que, nessa hipótese, a perda do mandato será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação, assegurada ampla defesa. A assertiva reproduz fielmente a disciplina normativa, razão pela qual se mostra correta.

Diversamente, a alternativa A revela-se incompatível com a alínea a do inciso II do art. 15 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo veda ao Vereador, desde a posse, ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal, bem como exercer nela função remunerada. A assertiva, contudo, admite o exercício de função remunerada desde que a Vereadora não integre a direção da empresa, exceção que não encontra amparo na legislação.

A alternativa B igualmente não encontra respaldo na Lei Orgânica. Embora a hipótese de perda do mandato por fixação de residência e domicílio eleitoral fora do Município esteja prevista no inciso V do art. 16, o § 2º do mesmo artigo determina que, nessa situação, a perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal mediante voto aberto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa. A assertiva incorre em erro ao indicar como suficiente a maioria absoluta, em desacordo com o quórum expressamente previsto na norma.

A alternativa D também está incorreta, por contrariar a alínea b do inciso I do art. 15 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O referido dispositivo estabelece que é vedado ao Vereador, desde a expedição do diploma, aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os demissíveis *ad nutum*, nas entidades da Administração Pública indicadas na própria norma. A assertiva afirma exatamente o oposto ao considerar inexistente a vedação, tornando-se incompatível com o texto legal.

Não procede a alegação de imprecisão técnica. A alternativa descreve corretamente a hipótese de perda do mandato e preserva o procedimento previsto na Lei Orgânica ao consignar expressamente que a declaração será realizada pela Mesa da Câmara, assegurada ampla defesa. Não há simplificação indevida nem afronta ao princípio da simetria constitucional, uma vez que a assertiva não afasta qualquer etapa procedimental ou garantia legal, limitando-se a reproduzir, de forma compatível, o conteúdo normativo exigido para a resolução da questão.

Diante do exposto, verifica-se que somente a alternativa C observa corretamente as disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO, razão pela qual o gabarito oficial deve ser preservado, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	28	21	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão requer a identificação da alternativa incorreta a partir das regras previstas na Lei Municipal nº 1.405/2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos em Geral do Município de Ji-Paraná/RO, especificamente quanto aos institutos da readaptação, reversão e reintegração. Nesse sentido, o gabarito oficial deve ser mantido, uma vez que a alternativa B é a única que apresenta afirmação contrária ao disposto na legislação aplicável.

A alternativa B não está de acordo com o art. 18 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O dispositivo estabelece de forma expressa que não será admitida a reversão do servidor aposentado que já tenha alcançado a idade de setenta anos. A assertiva, contudo, considera possível a reversão de servidor aposentado por invalidez que ultrapassou essa idade, ainda que tenha sido constatada a inexistência dos fundamentos que deram origem à aposentadoria, hipótese expressamente afastada pela norma.

A alternativa A encontra respaldo no art. 13 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Conforme previsto no dispositivo, o servidor readaptado ou em processo de readaptação que seja considerado incapaz para o exercício do serviço público deverá ser aposentado por invalidez. Assim, a situação apresentada na assertiva está em conformidade com a legislação municipal.

A alternativa C também está correta, pois está de acordo com o art. 14 da Lei Municipal nº 1.405/2005. A norma prevê que a readaptação deve ocorrer em cargo com atribuições compatíveis, observando-se a habilitação do servidor, o nível de escolaridade exigido e a equivalência dos vencimentos. A assertiva apenas reproduz os critérios estabelecidos para o instituto.

A alternativa D, por sua vez, está em consonância com o § 2º do art. 19 do Estatuto. A disposição legal determina que, caso o cargo objeto da reintegração esteja ocupado, o servidor que o ocupa será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, podendo também ser aproveitado em outro cargo ou colocado em disponibilidade remunerada. Dessa forma, a alternativa apresenta corretamente as consequências jurídicas previstas para a hipótese.

Diante do exposto, constata-se que a alternativa B é a única incompatível com a Lei Municipal nº 1.405/2005, enquanto as demais encontram correspondência no texto normativo, motivo pelo qual o gabarito oficial deve ser mantido, não havendo fundamento jurídico para acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	30	26	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da alternativa correta com fundamento nas disposições da Lei Municipal nº 1.405/2005, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos em Geral do Município de Ji-Paraná/RO, especialmente quanto às regras aplicáveis às licenças e afastamentos funcionais. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois a alternativa B é a única que apresenta situação compatível com a legislação municipal.

A alternativa B está em plena conformidade com o § 1º do art. 120 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O dispositivo estabelece que o servidor candidato a cargo eletivo na localidade em que desempenha suas funções e que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização deverá ser afastado do exercício do cargo a partir do dia seguinte ao registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, permanecendo afastado até o décimo dia seguinte ao pleito. A assertiva reproduz corretamente a hipótese prevista na norma, razão pela qual se mostra correta.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o parágrafo único do art. 119 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. A norma prevê que, concluído o serviço militar, o servidor terá até trinta dias para reassumir o exercício do cargo, porém sem remuneração durante esse período. A assertiva, ao afirmar que o prazo seria concedido com remuneração, apresenta informação incompatível com a legislação.

A alternativa C também não encontra respaldo no Estatuto. Conforme dispõe o caput do art. 121 da Lei Municipal nº 1.405/2005, o servidor estável poderá, no interesse da Administração e mediante autorização, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com garantia da remuneração, para participar de curso de capacitação profissional ministrado por organismo oficial ou privado. A assertiva restringe indevidamente a possibilidade de afastamento aos cursos promovidos apenas por instituições oficiais, afastando hipótese expressamente admitida pela norma.

A alternativa D igualmente está incorreta, por contrariar o § 2º do art. 122 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O dispositivo estabelece que não será concedida nova licença para tratar de assuntos particulares antes de decorridos dois anos do término da licença anterior. A assertiva, contudo, prevê a possibilidade de concessão de nova licença após apenas um ano, reduzindo prazo expressamente estabelecido pela legislação.

Diante do exposto, verifica-se que somente a alternativa B observa corretamente as disposições da Lei Municipal nº 1.405/2005, enquanto as demais apresentam incompatibilidades com o texto normativo, razão pela qual o gabarito oficial deve ser preservado, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	21	24	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da alternativa que contempla apenas as assertivas compatíveis com as disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO acerca da exploração da atividade econômica pelo Município, da prestação de serviços públicos e do incentivo ao turismo. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois a alternativa A é a única que reúne exclusivamente proposições em conformidade com a legislação municipal.

A assertiva I está correta, pois reproduz o disposto no inciso IV do § 2º do art. 70 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O referido dispositivo estabelece que a exploração direta de atividade econômica pelo Município somente será admitida em caso de relevante interesse coletivo, na forma de lei complementar, devendo as empresas públicas e sociedades de economia mista observar, entre outras exigências, a adequação de suas atividades ao plano diretor, ao plano plurianual e às diretrizes orçamentárias.

A assertiva II está incorreta, uma vez que contraria o inciso I do art. 71 da Lei Orgânica Municipal. A norma determina que a prestação de serviços públicos municipais sob o regime de concessão ou permissão depende,

obrigatoriamente, de prévio procedimento licitatório, sem prever exceção em razão da relevância social do serviço. Assim, a contratação direta narrada na assertiva não encontra respaldo na legislação.

A assertiva **III** também está em desacordo com a Lei Orgânica. Conforme prevê o inciso II do § 2º do art. 70, é expressamente vedada a concessão de privilégios fiscais às empresas públicas e sociedades de economia mista que não sejam extensivos ao setor privado. A hipótese descrita na assertiva afronta diretamente essa vedação ao admitir benefício tributário exclusivo para sociedade de economia mista.

Por sua vez, a assertiva **IV** está correta, por refletir fielmente o disposto no art. 73 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo estabelece que o Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, exatamente como descrito na proposição.

Não procede a alegação de ausência de precisão metodológica ou de dubiedade na questão. O enunciado estabelece de forma expressa que a análise deve ser realizada com fundamento nas disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná, delimitando claramente o parâmetro normativo aplicável. Além disso, a hipótese apresentada descreve, de maneira inequívoca, a criação de sociedade de economia mista para a exploração direta de atividade econômica de interesse coletivo, não havendo confusão com a prestação de serviço público. A justificativa atribuída à concessão do privilégio fiscal não altera a natureza jurídica da situação narrada, permanecendo aplicável a vedação expressamente prevista na Lei Orgânica quanto à concessão de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado. Inexiste, portanto, ambiguidade ou pluralidade de interpretações apta a comprometer a objetividade da questão ou a justificar sua anulação.

Diante desse quadro, verifica-se que apenas as assertivas **I** e **IV** estão de acordo com as disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO, enquanto as assertivas **II** e **III** contrariam expressamente o texto legal. Desse modo, a alternativa **A** é a única correta, razão pela qual o gabarito oficial deve ser mantido, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	22	25	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão requer a identificação da alternativa incorreta com fundamento nas disposições da Lei Municipal nº 1.405/2005, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos em Geral do Município de Ji-Paraná/RO. A resposta indicada no gabarito oficial deve ser mantida, pois a alternativa B é a única que apresenta conteúdo incompatível com a disciplina prevista no referido Estatuto.

A alternativa B diverge expressamente do § 1º do art. 30 da Lei Municipal nº 1.405/2005. De acordo com o dispositivo, o servidor empossado deverá entrar em exercício no prazo de trinta dias, contados da posse, sem possibilidade de prorrogação. A assertiva, entretanto, acrescenta a existência de uma prorrogação única por igual período, condicionada ao critério da Administração, hipótese que não possui qualquer previsão legal, tornando a alternativa incorreta.

Em sentido diverso, a alternativa A está em conformidade com o art. 44 do Estatuto dos Servidores Públicos. A norma estabelece que o servidor ocupante de cargo de provimento efetivo adquire estabilidade após trinta e seis meses de efetivo exercício, desde que aprovado no estágio probatório. A assertiva reproduz corretamente os requisitos previstos na legislação, razão pela qual não apresenta qualquer incorreção.

A alternativa C também está de acordo com a legislação em tela. Nos termos do art. 49 da Lei Municipal nº 1.405/2005, os servidores investidos em cargos de direção, chefia e assessoramento terão substitutos previamente indicados pela autoridade competente para os casos de afastamento ou impedimento legal por período igual ou superior a cinco dias. Embora a alternativa mencione apenas os cargos de chefia e assessoramento, a afirmação permanece compatível com a norma, pois descreve corretamente parte das hipóteses previstas no dispositivo legal, sem excluir as demais.

Por sua vez, a alternativa D encontra respaldo no art. 35 do Estatuto dos Servidores Públicos. O dispositivo veda a atribuição de funções estranhas ao cargo efetivo do servidor, ressalvadas as hipóteses de designação para o exercício de cargo ou função de confiança ou para integrar comissão ou grupo de trabalho. A assertiva reproduz fielmente o conteúdo da norma, motivo pelo qual está correta.

Diante do exposto, verifica-se que somente a alternativa B contraria as disposições da Lei Municipal nº 1.405/2005, razão pela qual o gabarito oficial deve ser mantido.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	24	30	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da sequência correta de julgamento das afirmativas com fundamento nas disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO acerca da competência tributária municipal, especialmente quanto à instituição de taxas, contribuições e impostos municipais. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois a alternativa C apresenta a sequência compatível com o texto normativo aplicável.

Não procede a alegação de falta de objetividade da questão. As assertivas foram elaboradas com base em disposições expressas da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO, permitindo a identificação da alternativa correta a partir do texto normativo aplicável.

A primeira afirmativa está incorreta, pois contraria o inciso II do art. 45 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo estabelece expressamente que o Município poderá instituir taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou colocados à sua disposição. A afirmativa, ao negar essa possibilidade, apresenta conteúdo oposto ao previsto na legislação.

A segunda afirmativa está correta, conforme dispõe o § 3º do art. 45 da Lei Orgânica Municipal. A norma autoriza o Município a instituir contribuição cobrada de seus servidores para custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social. Assim, a proposição reproduz adequadamente a competência tributária prevista no texto legal.

A terceira afirmativa também está correta, em conformidade com o inciso I e o § 1º do art. 47 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo atribui ao Município competência para instituir imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, permitindo, nos termos da lei municipal, a progressividade do tributo como instrumento destinado a assegurar o cumprimento da função social da propriedade. A assertiva, portanto, está de acordo com a norma.

A quarta afirmativa está incorreta, pois contraria o § 4º do art. 47 da Lei Orgânica Municipal. Embora o Município possua competência para instituir imposto sobre serviços de qualquer natureza, a legislação estabelece que as alíquotas dos impostos previstos nos incisos III e IV do referido artigo não poderão ultrapassar o limite fixado em lei complementar da União. A afirmativa, ao afastar essa limitação, apresenta conteúdo incompatível com a norma.

Diante do exposto, verifica-se que a sequência correta é F, V, V, F, correspondente à alternativa C, razão pela qual o gabarito oficial deve ser preservado, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	23	27	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da alternativa correta com fundamento nas disposições da Lei Municipal nº 1.405/2005, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos em Geral do Município de Ji-Paraná/RO, acerca do regime disciplinar aplicável aos servidores públicos municipais. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois a alternativa D é a única plenamente compatível com a disciplina estabelecida pelo Estatuto.

A alternativa D está em plena conformidade com o art. 167 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O dispositivo estabelece que a penalidade de advertência terá seu registro cancelado após o decurso de três meses de efetivo exercício, desde que o servidor, nesse período, não pratique nova infração disciplinar. A assertiva reproduz fielmente a disciplina normativa, razão pela qual se mostra correta.

Diversamente, a alternativa A revela-se incompatível com o art. 171 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O referido dispositivo determina que será cassada a disponibilidade do servidor que houver praticado, quando em atividade, falta

punível com demissão. A assertiva, contudo, afirma que a disponibilidade não poderá ser cassada nessa hipótese, contrariando expressamente o texto legal.

A alternativa B igualmente não encontra amparo no Estatuto dos Servidores Públicos. Nos termos do art. 172 da Lei Municipal nº 1.405/2005, configura abandono de cargo a ausência injustificada ao serviço por mais de trinta dias consecutivos. Já o art. 173 dispõe que a ausência injustificada por sessenta dias interpolados durante o ano civil caracteriza inassiduidade habitual, e não abandono de cargo. A assertiva, portanto, confunde institutos distintos disciplinados pela legislação.

A alternativa C também está incorreta, por contrariar os §§ 1º e 2º do art. 165 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O dispositivo estabelece que o servidor que, injustificadamente, recusar-se a submeter-se à inspeção médica determinada pela autoridade competente será punido com suspensão de até quinze dias, admitindo-se, quando houver conveniência para o serviço, a conversão da penalidade em multa. A assertiva, entretanto, prevê a aplicação de advertência e afasta a possibilidade de conversão da penalidade em multa, em manifesta desconformidade com a norma.

Diante do exposto, verifica-se que somente a alternativa D observa corretamente as disposições da Lei Municipal nº 1.405/2005, razão pela qual o gabarito oficial deve ser preservado, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	37	33	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado solicita a principal aplicação da estimulação elétrica neuromuscular no contexto da reabilitação musculoesquelética.

A alternativa que descreve a aplicação com finalidade de facilitar o recrutamento de unidades motoras em situações de inibição neuromuscular, contribuindo para a recuperação do controle muscular, corresponde à principal indicação fisiológica da estimulação elétrica neuromuscular na reabilitação musculoesquelética.

A alternativa recorrida, que propõe a utilização como estratégia complementar ao exercício ativo em programas de reabilitação funcional, com objetivo de manutenção da massa muscular, descreve um benefício terapêutico e uma forma de utilização da técnica, porém não representa sua principal aplicação fisiológica, conforme solicitado pelo comando da questão.

Assim, permanece o gabarito divulgado.

Fonte:

- BARBOSA, R. I.; DURIGAN, J. L. Q. *Agentes eletrofísicos na fisioterapia traumato-ortopédica*. Porto Alegre: Artmed, 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	38	31	44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso é improcedente, uma vez que a alternativa C é a única que contempla os princípios dos modelos contemporâneos de controle motor e da aprendizagem motora aplicados à reabilitação de indivíduos após acidente vascular cerebral.

O enunciado destaca que o paciente apresenta atraso na ativação muscular proximal e dificuldade na realização de ajustes posturais antecipatórios durante tarefas funcionais. Nesse contexto, as evidências atuais sustentam que a intervenção fisioterapêutica deve ser baseada em treino funcional orientado à tarefa, com prática em diferentes contextos e adaptação às demandas ambientais, favorecendo a reorganização motora, a transferência do aprendizado e a recuperação da funcionalidade.

A alternativa D descreve a realização de atividades de controle postural em condições estáveis, priorizando a manutenção do equilíbrio sem perturbações externas. Embora exercícios em ambiente estável possam ser utilizados em

fases iniciais de alguns programas de reabilitação, essa alternativa não contempla o enfoque proposto pelos modelos contemporâneos de controle motor, que priorizam tarefas funcionais, variabilidade da prática, especificidade da tarefa e adaptação às demandas ambientais. Dessa forma, representa uma estratégia parcial e insuficiente para responder ao comando da questão, que solicita a conduta mais adequada.

Assim, não há duplicidade de respostas corretas, permanecendo a alternativa C como única opção que melhor atende aos pressupostos atuais da reabilitação neurofuncional.

Fontes:

- LUVIZUTTO, G. J.; SOUZA, L. A. P. S. *Reabilitação neurofuncional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2022.
- O'SULLIVAN, S. B.; SCHMITZ, T. J. *Fisioterapia: avaliação e tratamento*. 5. ed. São Paulo: Manole, 2010.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	40	36	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado contextualiza o atendimento em visita domiciliar realizada pela equipe de Saúde da Família, solicitando a conduta mais adequada nesse cenário de atuação.

A alternativa que propõe orientações domiciliares com foco na funcionalidade e adaptação do ambiente está em consonância com as atribuições do fisioterapeuta na Atenção Primária à Saúde, priorizando a recuperação da funcionalidade, a promoção da independência e a prevenção de novos agravos no contexto domiciliar.

A alternativa que propõe intervenção com foco em desempenho muscular segmentar contempla apenas um dos possíveis componentes da reabilitação, sem abordar a funcionalidade e as adaptações ambientais, que constituem o foco do atendimento domiciliar descrito no enunciado.

Da mesma forma, o encaminhamento para atenção especializada não representa a conduta mais adequada, uma vez que o caso não descreve sinais de complicação, intercorrências ou critérios que justifiquem, de imediato, a transferência do cuidado para outro nível de atenção.

A ausência de informações como tempo de fratura, tratamento realizado ou fase pós-operatória não compromete a objetividade da questão, pois esses dados não são necessários para identificar a atuação fisioterapêutica esperada no contexto da Atenção Primária e da visita domiciliar.

Dessa forma, permanece o gabarito divulgado.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 out. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Ministério da Saúde.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	31	37	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado descreve um paciente em fase intermediária de reabilitação com amplitude de movimento preservada, porém com instabilidade durante atividades funcionais, e solicita a conduta mais adequada para a progressão do tratamento.

A alternativa B é a única que contempla a progressão funcional por meio de exercícios em cadeia cinética fechada associados a desafios proprioceptivos e integração em tarefas funcionais, compatíveis com o quadro clínico apresentado.

As alternativas C e D descrevem estratégias que podem compor programas de reabilitação do ligamento cruzado anterior, porém não atendem de forma mais específica ao principal déficit descrito no enunciado — a instabilidade funcional durante apoio unipodal e mudanças de direção.

A possibilidade de utilização de outras técnicas em diferentes momentos da reabilitação não caracteriza duplicidade de resposta, permanecendo a alternativa B como a única que responde integralmente ao comando da questão.

Fontes:

- BARBOSA, R. I.; SILVA, M. *Fisioterapia traumato-ortopédica*. Porto Alegre: Artmed, 2021.
- NEUMANN, D. A. *Cinesiologia do aparelho musculoesquelético: fundamentos para reabilitação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
48	43	45	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A assertiva I está incorreta porque afirma que o fisioterapeuta pode compartilhar informações clínicas "conforme julgamento profissional", sem estabelecer os limites éticos e legais previstos no Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia.

O compartilhamento de informações clínicas não decorre exclusivamente do julgamento do profissional, devendo observar o dever de confidencialidade, o interesse assistencial, as hipóteses previstas em lei e os princípios éticos que regem o exercício profissional.

As assertivas II e III estão de acordo com o Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia, razão pela qual permanece o gabarito divulgado.

Fonte:

- CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (COFFITO). Resolução nº 424, de 8 de julho de 2013. Aprova o Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3187>.

Cargo: Instrutor de Atividade em Artesanato

BRANCA
36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recurso interposto contra o gabarito da questão, que aborda os critérios para a formalização profissional por meio da Carteira Nacional do Artesão. A concorrente argumenta que a Alternativa C está incorreta devido ao prazo de validade do documento e defende a exatidão técnica da Alternativa D, solicitando a alteração do gabarito ou a anulação da questão.

Após análise técnica do caderno de prova e das normativas vigentes que regem o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) e o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), a Banca Examinadora esclarece os seguintes pontos:

1. Sobre a Alternativa C: Verifica-se que a afirmação de que o documento possui validade de "dois anos" está, de fato em desacordo com as diretrizes nacionais vigentes que estabelecem prazos distintos, invalidando a referida opção como resposta correta.
2. Sobre a Alternativa D: A assertiva estabelece que "a obtenção da Carteira Nacional do Artesão demanda que o interessado apresente uma peça pronta e elabore outra perante um avaliador, de modo a demonstrar o domínio integral dos processos". Tal descrição corresponde fielmente ao teste de habilidade técnica exigido pelas Coordenações Estaduais para a concessão do registro no SICAB, sendo o procedimento padrão para comprovar a autoria e a técnica declarada pelo artesão.

3. Confronto com o Gabarito Oficial: Ao consultar o documento do gabarito oficial, especificamente para o cargo de Instrutor de Atividade em Artesanato, constata-se que a alternativa apontada como correta pela Banca Examinadora é justamente a Alternativa D, pleiteada como correta pela candidata.

Dessa forma, considerando que a argumentação da candidata corrobora a correção técnica da alternativa já constante no gabarito oficial, não há necessidade de alteração ou anulação. A questão apresenta uma única resposta juridicamente e tecnicamente correta, que atende aos requisitos do edital.

Pelo exposto, a decisão da Banca é pela manutenção do gabarito na Alternativa D.

Fontes:

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Base Conceitual do Artesanato Brasileiro. Brasília: PAB, 2012.
- BRASIL. Lei nº 13.180, de 22 de outubro de 2015. Dispõe sobre a profissão de artesão.
- BRASIL. Obter Carteira Nacional do Artesão (Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro - SICAB). Disponível em: gov.br, 2025.
- BRASIL. Cadastramento Único dos Artesãos do Brasil — Empresas & Negócios. Disponível em: gov.br, 2021.

BRANCA
39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recurso interposto contra o gabarito da questão, no qual a candidata solicita a alteração da resposta para a alternativa A. A recorrente argumenta que o enunciado descreve o uso de "agulha oca especial" e a criação de "texturas volumosas", alegando que tais características definem a técnica do Ponto Russo.

Após análise detalhada do caderno de prova, a Banca Examinadora constata que a argumentação apresentada é incoerente, conforme os seguintes pontos:

1. Incoerência de Premissa: A candidata fundamenta seu recurso citando descrições técnicas que não constam no enunciado da questão. Os termos "texturas volumosas" e "agulha oca especial" fazem parte do texto da Alternativa A, e não do comando da questão.
2. Conteúdo do Enunciado: O enunciado real da questão 39 descreve um procedimento que "utiliza um suporte de apoio para a fixação do desenho, cuja estrutura do bordado é construída com pontos de laçada para permitir a abertura posterior de vãos na trama". Esta descrição é exclusiva da técnica de bordado Richelieu (Alternativa C), que utiliza o ponto caseado e o recorte posterior do tecido.
3. Conclusão Técnica: Uma vez que o recurso se baseia em uma leitura equivocada do comando da prova, confundindo o enunciado com uma das opções de resposta, a argumentação apresenta-se manifestamente incoerente com o material oficial do certame.

Dessa forma, nos termos das diretrizes de julgamento de recursos, a manifestação é considerada prejudicada por incoerência argumentativa.

Pelo exposto, a decisão da Banca é pela manutenção do gabarito na Alternativa C.

Fontes:

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Base Conceitual do Artesanato Brasileiro. Brasília: PAB, 2012.

BRANCA
40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de recurso interposto contra o gabarito preliminar da questão, que trata da avaliação de segurança e riscos à saúde no planejamento de oficinas com práticas de reutilização. A candidata solicita a anulação da questão, argumentando que a Alternativa B seria conceitualmente inconsistente por supostamente sugerir o manuseio de materiais perigosos (eletrônicos e químicos) em ambientes pedagógicos.

Após análise técnica do caderno de prova e das normas de segurança, a Banca Examinadora apresenta os seguintes esclarecimentos:

1. Definição Lexical de "Segregação": A argumentação da concorrente baseia-se em uma interpretação equivocada do termo utilizado na questão. De acordo com dicionários oficiais da língua portuguesa brasileira (como o Michaelis e o Houaiss), a palavra segregação significa o "ato ou efeito de separar(-se); separação, isolamento ou afastamento". No contexto técnico de biossegurança e gestão de resíduos, segregar é a ação fundamental de isolar materiais perigosos dos demais, impedindo que itens nocivos sejam misturados a insumos seguros.
2. Exatidão Técnica da Alternativa B: Ao afirmar que "Para a reutilização de insumos é necessária a segregação de equipamentos eletrônicos e de embalagens de produtos químicos, devido ao risco de contaminação", a alternativa estabelece que esses materiais devem ser afastados e separados do processo produtivo. O objetivo dessa separação isolada é justamente evitar que os riscos de contaminação citados atinjam os participantes da oficina. Portanto, a alternativa não "chancela" o uso de metais pesados, mas exige a sua identificação e isolamento preventivo como parte do protocolo de segurança. Conformidade com o Gabarito: Conforme o documento do gabarito oficial, a resposta correta para a questão do cargo de Instrutor de Atividade em Artesanato é a Alternativa B.

Dessa forma, resta demonstrado que a alternativa é tecnicamente precisa ao exigir que o instrutor saiba separar (segregar) insumos de risco para proteger a saúde dos usuários.

Pelo exposto, a decisão da Banca é pela manutenção do gabarito na Alternativa B.

Fontes:

- Dicionários Oficiais de Língua Portuguesa (Informação externa).
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Base Conceitual do Artesanato Brasileiro. Brasília: PAB, 2012. BRASIL. Lei nº 13.180, de 22 de outubro de 2015. Dispõe sobre a profissão de artesão.

Cargo: Médico Anestesista

BRANCA

9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é d).

No trecho "...com os estudantes adquirindo os conhecimentos e as habilidades necessárias..." a relação de sentido introduzida pela preposição "com" não é de modo, como afirma a alternativa.

Nesse contexto, a estrutura expressa ideia de: consequência, resultado, circunstância decorrente. Ou seja, o pleno desenvolvimento da pessoa ocorre tendo como consequência a aquisição de conhecimentos e habilidades pelos estudantes.

As demais opções a indicação é correta.

A) "no processo de ensino" → pode equivaler a durante o processo de ensino, exprimindo temporalidade.

B) "em ambientes dinâmicos de aprendizagem" → admite a leitura de finalidade, pois os ambientes são destinados à aprendizagem.

C) "ao fim do..." → temporalidade.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- ALMEIDA, N.M. Gramática Metódica da Língua Portuguesa. Edição especial. Rio de Janeiro: Ed. CDB, 2025.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Mantém-se o gabarito preliminar.

O recurso incorre em uma leitura reducionista da proposição debatida. A literatura médica não afirma que o lactato sérico seja inútil enquanto marcador de hipoperfusão tecidual em termos gerais — o que se sustenta, e que fundamenta a manutenção do gabarito, é que o lactato não possui acurácia suficiente para diagnóstico ou exclusão de isquemia mesentérica aguda (IMA) na fase inicial, apresentando baixa sensibilidade e especificidade nesse estágio, elevando-se tipicamente apenas quando já há necrose transmural estabelecida — momento em que a “janela terapêutica” já está comprometida. Diretrizes de referência (WSES, AGA) são explícitas ao afirmar que um lactato normal não exclui o diagnóstico, e que a decisão de investigação por imagem não deve ser postergada à espera de sua elevação.

Assim, no contexto proposto pelo enunciado — dor abdominal desproporcional ao exame físico em paciente com FA, ainda em fase inicial — o achado semiológico central (dor desproporcional) já é suficiente e mais precoce que o lactato para indicar a suspeita diagnóstica e a solicitação urgente de angiotomografia. A alternativa, portanto, está correta ao situar corretamente o papel limitado do lactato nesse momento específico do raciocínio clínico, sem que isso represente negação de sua utilidade prognóstica tardia — questão distinta da avaliada no enunciado.

Indefere-se, portanto, o pedido de alteração do gabarito.

Fontes:

- Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular (SBACV). Diretrizes em Isquemia Mesentérica Aguda.
- Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB). Diretrizes de Abdome Agudo Vascular.
- World Society of Emergency Surgery (WSES). Guidelines for acute mesenteric ischemia.

Cargo: Médico Cirurgião Geral

BRANCA	VERDE
6	1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é c)

A alternativa c) é a única em que há observância do paralelismo sintático, pois mantém estruturas equivalentes e coordenadas:

- “aperfeiçoamento e valorização” → dois substantivos em coordenação paralela
- “ampliar e aprofundar” → dois verbos no infinitivo em coordenação paralela

Além disso, cada segmento cumpre função sintática distinta (título e explicação), o que não exige repetição de estruturas entre eles, mas sim coerência interna — que é mantida.

Análise das demais alternativas

b) Há quebra de paralelismo por ausência de simetria na construção “como as instituições sociais e AS políticas...” (faltou repetir o artigo, senão fica como sendo uma instituição apenas, mas com duas funções: social e política)

d) Faltou repetir a preposição “de” em “capazes de ler e DE compreender”...

a) Há quebra de paralelismo pela omissão da preposição “em”, que deveria ser repetida para manter a simetria (“em universidades e em outras instituições...”).

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- ALMEIDA, N.M. Gramática Metódica da Língua Portuguesa. Edição especial. Rio de Janeiro: Ed. CDB, 2025.

- VIANA, A.C.M (coord). Roteiro de Redação: lendo e argumentando. 1 ed. São Paulo: Scipione, 2006.

BRANCA	VERDE
12	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito aponta letra A, e é essa a resposta.

Uso do verbo “ter” em vez do “haver”, para indicar existência.

No Texto III aparece a construção “E tem quem não ache isso importante!”

Nesse caso, o verbo “ter” foi empregado com sentido de existência, uso característico da linguagem coloquial. Pela norma-padrão mais tradicional, o mais adequado seria:

“E há quem não ache isso importante!”

Não há probelma na opção C, o uso de "a gente" em lugar de "nós" não é erro gramatical.

Fonte:

- BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- ALMEIDA, N.M. Gramática Metódica da Língua Portuguesa. Edição especial. Rio de Janeiro: Ed. CDB, 2025.

BRANCA	VERDE
13	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Gabarito C: A ocupação e consolidação territorial de Ji-Paraná resultaram de um processo articulado por políticas de ocupação amazônica e fortalecimento da conectividade regional por meio da infraestrutura viária.

A formação territorial e o crescimento de Ji-Paraná estão diretamente relacionados às políticas federais de ocupação da Amazônia durante a segunda metade do século XX, especialmente aquelas implementadas pelos governos militares. Programas de colonização, incentivos à migração e a abertura da BR-364 favoreceram a integração regional, o aumento dos fluxos populacionais e a expansão das atividades econômicas. Nesse contexto, a infraestrutura viária desempenhou papel fundamental na consolidação do município como importante centro urbano da região central de Rondônia.

A) **Incorreta.** O crescimento urbano de Ji-Paraná não ocorreu em decorrência da consolidação prévia de um setor industrial local. Pelo contrário, a expansão urbana esteve fortemente associada à abertura e pavimentação da BR-364, aos projetos de colonização e aos fluxos migratórios direcionados à Amazônia. A industrialização local ocorreu posteriormente e em escala limitada, vinculada principalmente ao beneficiamento de produtos agropecuários.

B) **Incorreta.** A emancipação política não eliminou nem reduziu de forma automática os conflitos relacionados ao uso e ocupação do território. O processo de ocupação de Rondônia foi marcado por disputas fundiárias, desmatamento, expansão da fronteira agrícola e tensões envolvendo diferentes agentes sociais, como migrantes, posseiros, fazendeiros e populações tradicionais.

D) **Incorreta.** A emancipação político-administrativa de Ji-Paraná, ocorrida em 1977, representou um marco importante, mas não foi o principal fator responsável pela consolidação urbana e econômica do município. Os fluxos migratórios, os projetos de colonização agrícola e a infraestrutura de transportes, especialmente a BR-364, tiveram papel decisivo na estruturação territorial e econômica da cidade.

Fontes:

- BECKER, Bertha K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- MELLO, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*. 3. ed. São Paulo: EdUSP, 2018.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. 7. ed. Campinas: Papirus, 2005.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados: Ji-Paraná (RO)**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: [IBGE – Ji-Paraná](#). Acesso em: 19 jul. 2026.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Formação socioeconômica da Amazônia Ocidental e ocupação de Rondônia*. Belo Horizonte: FJP, 2016.
- SILVA, Ricardo Gilson da Costa. *Rondônia: território e sociedade*. Porto Velho: EDUFRO, 2010.

BRANCA	VERDE
25	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento recursal baseia-se na alegação de que haveria duas alternativas com conteúdo tecnicamente correto, gerando dubiedade objetiva. Contudo, da análise do enunciado e das alternativas efetivamente apresentadas nesta versão da prova, verifica-se que apenas o gabarito atribui corretamente ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) a função de registro e acompanhamento de doenças e agravos de notificação compulsória. As demais alternativas incorrem em trocas de atribuições entre os sistemas (SIM, e-SUS APS) ou em afirmação genérica incompatível com a finalidade epidemiológica desses sistemas, não havendo, portanto, sobreposição de conteúdos corretos que comprometa a objetividade da questão.

Dessa forma, permanece hígido o gabarito preliminar, não se configurando a dubiedade alegada nem violação aos princípios da segurança jurídica, isonomia ou objetividade.

Fontes:

- Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) — Guia de Vigilância em Saúde.
- Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) — DATASUS.
- Ministério da Saúde. e-SUS Atenção Primária (e-SUS APS) — Manual do Sistema.

BRANCA	VERDE
29	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Mantém-se o gabarito preliminar.

O recurso incorre em uma leitura reducionista da proposição debatida. A literatura médica não afirma que o lactato sérico seja inútil enquanto marcador de hipoperfusão tecidual em termos gerais — o que se sustenta, e que fundamenta a manutenção do gabarito, é que o lactato não possui acurácia suficiente para diagnóstico ou exclusão de isquemia mesentérica aguda (IMA) na fase inicial, apresentando baixa sensibilidade e especificidade nesse estágio, elevando-se tipicamente apenas quando já há necrose transmural estabelecida — momento em que a “janela terapêutica” já está comprometida. Diretrizes de referência (WSES, AGA) são explícitas ao afirmar que um lactato normal não exclui o diagnóstico, e que a decisão de investigação por imagem não deve ser postergada à espera de sua elevação.

Assim, no contexto proposto pelo enunciado — dor abdominal desproporcional ao exame físico em paciente com FA, ainda em fase inicial — o achado semiológico central (dor desproporcional) já é suficiente e mais precoce que o lactato para indicar a suspeita diagnóstica e a solicitação urgente de angiotomografia. A alternativa, portanto, está correta ao situar corretamente o papel limitado do lactato nesse momento específico do raciocínio clínico, sem que isso represente negação de sua utilidade prognóstica tardia — questão distinta da avaliada no enunciado.

Indefere-se, portanto, o pedido de alteração do gabarito.

Fontes:

- Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular (SBACV). Diretrizes em Isquemia Mesentérica Aguda.
- Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB). Diretrizes de Abdome Agudo Vascular.
- World Society of Emergency Surgery (WSES). Guidelines for acute mesenteric ischemia.

BRANCA	VERDE
46	42

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Após análise detalhada, constatamos que a redação da alternativa considerada correta ("Pelo menos sessenta minutos antes da incisão cutânea") não reflete com precisão as recomendações técnicas vigentes. As diretrizes nacionais e internacionais (ASHP/IDSA/WHO/CDC) orientam a administração da cefazolina dentro dos 60 minutos antes da incisão, permitindo sua aplicação em qualquer momento desse intervalo.

A expressão utilizada na questão pode induzir interpretação equivocada, sugerindo administração em momento anterior ao recomendado, o que compromete a eficácia da antibioticoprofilaxia. Diante disso, DEFERIMOS O RECURSO e a Questão será ANULADA.

Cargo: Médico Clínico Geral - 20h

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
3	1	2	4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Observe o fragmento a seguir: "Ela é, pois, bem diferente das consciências particulares, conquanto só seja realizada nos indivíduos." Sobre a estrutura e a composição desse pensamento, assinale a afirmativa correta.", a alternativa **"D)** Ocorre a atribuição de um sentido concessivo ao período; ou seja, contraditório à ação principal, porém incapaz de impedir sua ocorrência." foi adequadamente indicada como correta. A conjunção "conquanto" introduz uma oração subordinada adverbial concessiva, isto é, uma oração que expressa um fato que poderia contrariar a ideia da oração principal, mas não impede sua realização. O período: "Ela é, pois, bem diferente das consciências particulares, conquanto só seja realizada nos indivíduos." Podemos dividi-lo em: Oração principal: Ela é, pois, bem diferente das consciências particulares. Oração subordinada: conquanto só seja realizada nos indivíduos. A conjunção "conquanto" é uma conjunção subordinativa concessiva. Ela equivale a: embora; ainda que; mesmo que; conquanto. Podemos reescrever: "Ela é bem diferente das consciências particulares, embora só seja realizada nos indivíduos." O sentido permanece o mesmo. Uma oração concessiva apresenta um fato que aparentemente contraria a oração principal, mas não impede sua realização. Observe: "A consciência coletiva é diferente das consciências individuais." Mesmo assim, "ela só pode existir por meio dos indivíduos." Essas duas ideias coexistem. A segunda poderia parecer contrariar a primeira, mas não a invalida. É exatamente a relação de concessão. A alternativa **"A)** No início da estrutura, apresenta-se uma justificativa composta pelo termo "pois", cujo sentido equivale a "por que". não pode ser indicada como correta. Ela está errada por dois motivos. O "pois" não tem valor de justificativa. No trecho: "Ela é, pois, bem diferente das consciências particulares..." o "pois" aparece entre vírgulas, depois do verbo (é, pois,). Nessa posição, ele tem valor conclusivo ou de retomada, equivalente a: portanto; logo; assim; então. O autor está concluindo uma ideia a partir do que foi explicado anteriormente. Podemos reescrever: "Ela é, portanto, bem diferente das consciências particulares." ou "Ela é, assim, bem diferente das consciências particulares." O sentido permanece praticamente o mesmo. "Pois" não equivale a "por que". A alternativa afirma que "pois" = por que, mas isso também é falso. Dependendo da posição na frase, "pois" pode assumir valores diferentes: Depois do verbo, entre vírgulas = conclusão. Está chovendo; vamos, pois, ficar em casa. (= portanto). Antes do verbo = explicação/causa. Não saia, pois está chovendo. (= porque) No texto de Durkheim, ocorre o primeiro caso. A alternativa **"B)** O verbo "seja" apresenta-se flexionado no modo indicativo, demonstrando a construção de uma hipótese não realizável." não pode ser indicada como correta. "Seja" não está no modo indicativo. O verbo "ser" está no presente do subjuntivo. Conjugação: Indicativo: é; Subjuntivo: seja. O subjuntivo aqui não expressa hipótese irrealizável. O subjuntivo aparece porque a conjunção "conquanto" exige esse modo verbal. Nesse contexto, "conquanto" significa embora, introduzindo uma

oração concessiva. A ideia não é de hipótese, mas de concessão. Podemos parafrasear: Ela é diferente das consciências particulares, embora só seja realizada nos indivíduos. Perceba que não há hipótese; há um fato admitido que não impede outro fato. A alternativa “**C**) A possibilidade de substituição do termo “conquanto” por “porquanto” é adequada, considerando-se o contexto apresentado.” não pode ser indicada como correta. Essas palavras têm sentidos diferentes. Conquanto = embora (concessão). “Conquanto estivesse cansado, continuou.” = “Embora estivesse cansado...”. Já porquanto = porque, visto que (causa)

“Saiu, porquanto estava cansado.” = “Saiu porque estava cansado.” Se fizermos a troca: “Ela é diferente das consciências particulares, porquanto só seja realizada nos indivíduos.” A frase fica incorreta por dois motivos: muda o sentido (de concessão para causa); porquanto normalmente pede verbo no indicativo, não no subjuntivo.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coesão textual. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
4	2	5	2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o efeito de sentido produzido pelo emprego dos vocábulos no contexto apresentado, é correto afirmar que, em relação às ocorrências do vocábulo “ela”:, a alternativa “**B**) É possível reconhecer que há um único referente com que todas as ocorrências estabelecem relação.” foi adequadamente indicada como correta. Em todas as ocorrências do pronome “ela”, há o mesmo referente: a consciência coletiva (ou consciência comum). Vejamos o texto: “O conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria; podemos chamá-lo de consciência coletiva ou comum.” A partir desse momento, o autor passa a empregar o pronome “ela” para evitar a repetição da expressão “consciência coletiva ou comum”. Observe: “Ela não tem por substrato um órgão único...” Ela = consciência coletiva. “...mas tem, ainda assim, características específicas...” Ela = consciência coletiva. “Ela não muda a cada geração...” Ela = consciência coletiva. “Ela é, pois, bem diferente das consciências particulares...” Ela = consciência coletiva. “Ela é o tipo psíquico da sociedade...” Ela = consciência coletiva. Em nenhum momento o referente muda. Correta porque todas as ocorrências retomam o mesmo substantivo: consciência coletiva (ou consciência comum). Esse fenômeno é chamado de coesão referencial por anáfora, em que um pronome retoma um termo anteriormente mencionado, evitando repetição desnecessária. A alternativa “**A**) Há diferentes referentes com os quais tal vocábulo estabelece relação.” não pode ser indicada como correta. Não existem referentes diferentes. Embora apareçam outros substantivos femininos no texto (“sociedade”, “gerações”, “consciências particulares”), o pronome “ela” nunca passa a retomá-los. Sempre retoma consciência coletiva. A alternativa “**C**) Dentre os referentes que são substituídos pelo pronome “ela” estão: sociedade; crença; e coletividade.” não pode ser indicada como correta. Essa alternativa apresenta referentes incorretos. O pronome não substitui: sociedade; crença; coletividade (essa palavra, inclusive, nem aparece como referente no texto). Ele substitui apenas “consciência coletiva”. Além disso, “crenças” aparece no plural, enquanto o pronome está no singular. A alternativa “**D**) Há repetição proposital com o objetivo de enfatizar a importância da consciência coletiva como temática.” não pode ser indicada como correta. Há um equívoco conceitual. Não ocorre repetição lexical de “consciência coletiva”. O autor faz justamente o contrário: menciona o termo uma vez; depois utiliza o pronome “ela” para retomá-lo. Esse recurso é um mecanismo de coesão textual, cujo objetivo principal é evitar repetição excessiva e tornar o texto mais fluido. Embora o tema seja a consciência coletiva, a função do pronome não é enfatizar o tema, mas retomar o referente já apresentado.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coesão textual. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

- KOCH, Ingedore Villça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
5	3	4	1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “No trecho “Ela é o tipo psíquico da sociedade, tipo que tem suas propriedades, suas condições de existência, seu modo de desenvolvimento, do mesmo modo que os tipos individuais, muito embora de outra maneira.”, é possível observar:”, a alternativa “**A**) Duas situações distintas que apresentam características particulares.” foi adequadamente indicada como correta. O trecho estabelece uma comparação entre duas realidades distintas, mostrando que ambas possuem características próprias, embora sejam comparáveis. 1ª situação: a consciência coletiva, definida como o “tipo psíquico da sociedade”; 2ª situação: os tipos individuais (as consciências particulares dos indivíduos). Durkheim afirma que ambas possuem: propriedades; condições de existência; modo de desenvolvimento. Entretanto, acrescenta a ressalva: “muito embora de outra maneira.” Ou seja, elas compartilham a característica de possuir propriedades e formas de desenvolvimento, mas essas características se manifestam de maneiras diferentes. Correta porque o texto compara: o tipo psíquico da sociedade (consciência coletiva); os tipos individuais. Cada um possui características próprias. A expressão “de outra maneira” reforça justamente essa distinção. A alternativa “**B**) Uso de ambiguidade por meio da expressão “tipo psíquico da sociedade.” não pode ser indicada como correta. Não há ambiguidade. A expressão é definida no contexto. Nos parágrafos anteriores, o autor explica que: a consciência coletiva constitui uma realidade própria; ela representa o tipo psíquico da sociedade. Assim, “tipo psíquico da sociedade” refere-se à consciência coletiva. Ambiguidade ocorre quando uma expressão admite duas ou mais interpretações possíveis, o que não acontece aqui. A alternativa “**C**) Um processo em desenvolvimento em que o individual equivale ao coletivo.” não pode ser indicada como correta. O texto afirma o contrário: “...do mesmo modo que os tipos individuais, muito embora de outra maneira.” O autor não diz que o individual equivale ao coletivo. Ele afirma que ambos possuem formas de desenvolvimento, mas diferentes. Portanto: não há equivalência; há comparação seguida de diferenciação. A alternativa “**D**) Comparação de igualdade entre dois contextos sem que haja algum tipo de distinção.” não pode ser indicada como correta. A segunda parte torna a alternativa falsa: “muito embora de outra maneira.” Essa oração introduz justamente uma distinção. Logo, não existe comparação sem distinção. Há: uma semelhança; seguida de uma ressalva que evidencia diferenças. Estrutura do raciocínio do trecho: O período pode ser esquematizado assim: A consciência coletiva possui: propriedades; condições de existência; modo de desenvolvimento. Assim como os tipos individuais... ..mas de maneira diferente. Esse é um recurso argumentativo comum em textos científicos: aproxima dois conceitos, depois mostra suas diferenças.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- KOCH, Ingedore Villça. A coesão textual. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- KOCH, Ingedore Villça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
6	8	8	9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando a estrutura do texto em que a introdução, o desenvolvimento e a conclusão exercem papéis diferentes e se articulam com intuito de promover o encaminhamento textual para o alcance do propósito comunicativo, acerca da introdução, pode-se afirmar que:”, a alternativa “**B**) São apresentados o tema, assim como informações que contribuem para a sua compreensão.” foi adequadamente indicada como correta.

Descreve a função da introdução em um texto dissertativo-argumentativo: apresentar o tema e fornecer informações iniciais que permitam ao leitor compreender o assunto que será desenvolvido ao longo do texto. Observe o primeiro parágrafo: "A propriedade intelectual está mais presente no nosso cotidiano do que parece. Ela está nas músicas que ouvimos, nos aplicativos que usamos, nas tecnologias que facilitam a nossa rotina e, de forma muito concreta, nos avanços que transformam a saúde. Em essência, trata-se de um conjunto de regras que reconhece o direito de proteger as ideias, criações e inovações..." A autora faz o que se espera de uma introdução: apresenta o tema (propriedade intelectual); contextualiza o assunto; explica, de forma geral, o conceito de propriedade intelectual; prepara o leitor para a discussão que será desenvolvida. A introdução tem a função de introduzir o tópico discursivo, orientar o leitor e fornecer informações necessárias para a progressão temática. A alternativa **"A)** É possível reconhecer que a narrativa apresentada indica estratégia argumentativa." não pode ser indicada como correta. Essa alternativa confunde narração com exemplificação. No primeiro parágrafo não há narrativa. Uma narrativa exige elementos como: personagens; ações; sequência temporal; acontecimentos. Nada disso aparece. A autora apenas afirma: "Ela está nas músicas..." "nos aplicativos..." "nas tecnologias..." Esses são exemplos que ilustram onde a propriedade intelectual está presente. Logo, a estratégia utilizada é expositiva, e não narrativa. A alternativa **"C)** O período que dá início ao texto promove um debate a partir de uma premissa hipotética marcada pelo termo "parece..." não pode ser indicada como correta. O primeiro período é: "A propriedade intelectual está mais presente no nosso cotidiano do que parece." O verbo "parece" não introduz hipótese. Ele expressa aparência ou percepção do senso comum. A ideia é: Muitas pessoas acreditam que a propriedade intelectual não faz parte do cotidiano. A autora contrapõe essa percepção dizendo que ela está muito mais presente do que normalmente se imagina. Não há hipótese ("se", "caso", "talvez"), mas uma quebra de expectativa. A alternativa **"D)** No 1º§, é possível reconhecer argumentos que sustentam as ideias e informações constituintes do título atribuído ao texto." não pode ser indicada como correta. O primeiro parágrafo ainda não apresenta argumentos propriamente ditos. Ele apenas: apresenta o tema; define propriedade intelectual; contextualiza o assunto. Os argumentos aparecem nos parágrafos seguintes, quando a autora utiliza: dados estatísticos; pesquisas; exemplos; informações sobre investimentos; consequências econômicas. Esses elementos, sim, sustentam a tese. Portanto, o primeiro parágrafo exerce função predominantemente introdutória, e não argumentativa.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 18. ed. São Paulo: Ática, 2018.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
7	9	6	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Em "Patente é um dos mecanismos legais para garantir esse direito de propriedade intelectual." (2º§), quanto à estrutura linguística, pode-se observar que:", a alternativa **"C)** Há constituição de um período composto em que há referência à finalidade associada à informação anterior." foi adequadamente considerada correta. Analisa corretamente a estrutura sintática do período e a função da oração reduzida de infinitivo introduzida por "para garantir", que expressa finalidade. O período: "Patente é um dos mecanismos legais para garantir esse direito de propriedade intelectual." Estrutura sintática: Podemos dividir o período em duas partes: Oração principal: "Patente é um dos mecanismos legais". Temos: sujeito: Patente; verbo de ligação: é; predicativo do sujeito: um dos mecanismos legais. Até aqui existe uma oração. Oração reduzida. Depois aparece: "para garantir esse direito de propriedade intelectual". Aqui temos o verbo: "garantir" no infinitivo. Sempre que aparece um verbo no infinitivo formando outra estrutura oracional, temos outra oração. Essa oração indica: finalidade. Equivale a: "para que garanta esse direito..." ou "a fim de garantir esse direito..." Portanto, há duas orações. Logo: período composto. Temos: oração principal; oração subordinada reduzida de infinitivo que expressa finalidade: "para garantir esse direito..." A alternativa **"A)** Por haver um verbo de ligação, o período é caracterizado como período simples." não pode ser indicada como correta. O erro está em afirmar: período simples. O critério para classificar um período não é o tipo de verbo. É o número de orações. Período simples: apenas um verbo (ou uma locução verbal). Período composto : duas ou mais

orações. Aqui temos: “é”; “garantir”. São dois verbos. Logo existem duas orações. Período composto. O fato de “é” ser verbo de ligação não interfere nessa classificação. A alternativa “B) A finalidade introduzida pela conjunção destacada reproduz o conceito referido anteriormente.” não pode ser indicada como correta. O erro está em dizer: “reproduz o conceito”. A expressão “para garantir” não reproduz conceito algum. Ela informa a finalidade do mecanismo legal. Observe: Patente é um mecanismo legal. Para quê? para garantir esse direito. Portanto, “para” introduz finalidade. Não reproduz conceito. A alternativa “D) O termo “esse” estabelece referência com o período anterior, indicando coordenação entre períodos distintos.” não pode ser indicada como correta. Primeira parte está correta. O pronome demonstrativo “esse” retoma realmente uma informação anterior. Ele faz referência ao conceito de propriedade intelectual apresentado no primeiro parágrafo. Essa retomada é chamada de anáfora textual. Entretanto, a segunda parte está errada. A alternativa afirma: “indicando coordenação entre períodos distintos”. Isso não ocorre. O pronome “esse” não estabelece coordenação. Coordenação ocorre entre: orações; termos da oração; por meio de conjunções coordenativas. O pronome apenas retoma um referente anterior. É um mecanismo de coesão textual, não de coordenação.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 51. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
9	6	10	7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “No trecho “Esses números ajudam a dimensionar o quanto o sistema de propriedade intelectual está diretamente ligado à geração de novas terapias que podem mudar o curso da doença e a vida das pessoas.” (4º§), quanto ao termo destacado, pode-se afirmar que:”, a alternativa “C) Em “à” é possível observar fenômeno linguístico que une duas classes de palavras morfologicamente distintas.” foi adequadamente indicada como correta. O termo “à” apresenta a ocorrência de crase, que é a fusão de: preposição “a” (exigida pelo termo “ligado”: ligado a algo); artigo definido feminino “a” (que acompanha o substantivo “geração”). Assim: a + a = à. Há, portanto, a união de duas classes gramaticais diferentes: preposição; artigo. Exemplo: ligado a + a geração → ligado à geração. A alternativa “A) Classificam-se morfologicamente de forma equivalente.” não pode ser indicada como correta. Não são equivalentes porque os termos destacados têm classificações diferentes. Veja: “a” em “ajudam a dimensionar”: preposição (indica relação entre o verbo “ajudam” e o verbo no infinitivo “dimensionar”); “o” em “o quanto”: artigo/pronome com valor de elemento substantivador (acompanha a expressão “quanto”); “o” em “o sistema”: artigo definido masculino; “à” em “à geração”: contração de preposição + artigo; “a” em “a vida”: artigo definido feminino. Portanto, não possuem a mesma classificação. A alternativa “B) Todos possuem classificações morfológicas diferentes, sendo um tipo de classificação para cada um deles.” não pode ser indicada como correta. Também está incorreta porque nem todos apresentam uma classificação única e diferente. Há repetição de classe: a vida: artigo definido feminino; o sistema: artigo definido masculino. Além disso, os termos não possuem “um tipo de classificação para cada um”; alguns exercem funções semelhantes. A alternativa “D) A segunda ocorrência do termo destacado “o” poderia ser substituída por “ao”; elevando-se, assim, o nível de formalidade da linguagem utilizada.” não pode ser indicada como correta. A segunda ocorrência de “o” é: “o sistema de propriedade intelectual”. Se substituirmos por “ao”, teremos: “o quanto ao sistema de propriedade intelectual...” A estrutura fica inadequada. Além disso, a troca de “o” por “ao” não tem relação com maior ou menor formalidade. São formas diferentes usadas conforme a função sintática: o = artigo definido; ao = contração de preposição “a” + artigo “o”.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	7	9	8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “De acordo com a estrutura e o conteúdo textual apresentados, pode-se afirmar que:”, a alternativa “**D**) É possível reconhecer que a subjetividade textual está presente na elaboração do texto como elemento construtor da perspectiva apresentada.” foi adequadamente indicada como correta. Embora o texto tenha caráter argumentativo-expositivo, o autor não se limita a apresentar fatos. Ele defende um ponto de vista sobre a importância da propriedade intelectual e procura convencer o leitor por meio de argumentos, dados estatísticos e avaliações. Essa presença da opinião do autor caracteriza a subjetividade. Embora o texto apresente informações técnicas, ele também expressa avaliações e juízos de valor do autor. Observe alguns trechos: “É justamente nesse contexto que um sistema de propriedade intelectual sólido se mostra essencial.” A palavra “essencial” revela uma avaliação do autor. Outro exemplo: “Esse é um ponto central.” Aqui o autor destaca aquilo que considera mais importante. Mais adiante: “Também é fundamental reconhecer...” O adjetivo fundamental também expressa julgamento. E ainda: “Por isso, é importante que essas discussões avancem...” Novamente há uma recomendação. Esses elementos demonstram que o texto não é apenas informativo; ele busca persuadir o leitor acerca da importância da propriedade intelectual. Portanto, há subjetividade como recurso argumentativo. A alternativa “**A**) A paragrafação apresentada remete à enumeração típica dos textos de caráter instrutivo.” não pode ser indicada como correta. Essa afirmação não corresponde ao texto. Textos instrutivos apresentam, normalmente: passos; procedimentos; sequência de ações; orientações. Exemplos: receitas; manuais; instruções de uso. No texto, os parágrafos desenvolvem uma argumentação, abordando: conceito; explicação; exemplificação; consequências; defesa de uma tese. Não há enumeração de procedimentos. A alternativa “**B**) Trata-se de um texto predominantemente objetivo, que utiliza uma linguagem clara e acessível ao público-alvo.” não pode ser considerada correta. A alternativa parece correta à primeira vista, mas o problema está na palavra: predominantemente objetivo. O texto realmente utiliza linguagem relativamente clara. Entretanto, ele não é predominantemente objetivo. Ele apresenta: opinião; avaliação; defesa de uma tese; tentativa de convencimento. Isso caracteriza um texto argumentativo. Expressões como: “é essencial”; “é importante”; “é fundamental”; “esse é um ponto central” mostram a presença do posicionamento do autor. Assim, a objetividade não predomina. A alternativa “**C**) Indica-se como público-alvo determinado grupo de intelectuais, cujo tema faz parte de suas atividades cotidianas.” não pode ser considerada correta. O texto não foi escrito apenas para especialistas. Observe como ele começa: “A propriedade intelectual está mais presente no nosso cotidiano do que parece.” Logo depois: “Ela está nas músicas que ouvimos, nos aplicativos que usamos...” O autor aproxima o tema do cotidiano do leitor comum. Além disso, explica conceitos básicos: “Patente é um dos mecanismos legais...” Se o texto fosse destinado exclusivamente a especialistas, provavelmente não haveria essa explicação inicial. Portanto, o público-alvo é bastante amplo, não apenas intelectuais.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 18. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	17	25	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa D está correta porque expressa a concepção contemporânea da Política Nacional de Vigilância em Saúde, instituída pela Resolução CNS nº 588/2018. A Vigilância em Saúde compreende um processo contínuo e sistemático de coleta, análise e interpretação de informações sobre eventos relacionados à saúde, integrando ações de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, vigilância em saúde ambiental, vigilância em saúde do trabalhador e análise da situação de saúde. Essas ações subsidiam o planejamento, a organização do cuidado e as intervenções sobre os determinantes e condicionantes da saúde nos territórios.

Análise das alternativas

A) A vigilância em saúde articula análise da situação de saúde, monitoramento de riscos e organização das intervenções desenvolvidas nos territórios.

Incorreta. A alternativa apresenta atividades que fazem parte da Vigilância em Saúde, porém não contempla a característica essencial da concepção contemporânea, que é a integração dos diferentes componentes da vigilância. A definição fica restrita a algumas funções e não traduz o caráter abrangente previsto na Política Nacional de Vigilância em Saúde.

B) As ações de vigilância em saúde envolvem acompanhamento dos agravos prioritários e avaliação dos indicadores utilizados na programação das ações assistenciais.

Incorreta. O acompanhamento de agravos e a análise de indicadores são atividades desenvolvidas pela Vigilância em Saúde. Entretanto, a alternativa restringe seu campo de atuação, deixando de contemplar funções igualmente essenciais, como vigilância de fatores de risco, investigação epidemiológica, monitoramento ambiental, vigilância sanitária, saúde do trabalhador e análise da situação de saúde.

C) A vigilância em saúde estrutura-se a partir da produção sistemática de informações epidemiológicas e da definição dos fluxos regulatórios entre os diferentes níveis de atenção.

Incorreta. A produção sistemática de informações epidemiológicas constitui um dos pilares da Vigilância em Saúde. Contudo, a definição dos fluxos regulatórios entre os níveis de atenção integra a organização da Rede de Atenção à Saúde e os processos de regulação assistencial, não sendo elemento estruturante da Vigilância em Saúde segundo a PNVS.

D) A vigilância em saúde integra processos de monitoramento epidemiológico, ambiental e sanitário, subsidiando a organização das práticas de cuidado e das intervenções sobre o território.

Correta. A alternativa sintetiza adequadamente a concepção contemporânea da Vigilância em Saúde ao destacar a integração entre seus diversos componentes e sua articulação com a organização do cuidado e das intervenções territoriais. Essa abordagem amplia o papel da vigilância para além da investigação de doenças, incorporando ações voltadas à promoção da saúde, prevenção de agravos e enfrentamento dos determinantes sociais da saúde.

Fontes:

- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 588, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. 6. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	18	22	16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa A está correta porque contempla um dos fundamentos centrais da Clínica Ampliada: a articulação entre diferentes saberes profissionais e a participação ativa dos usuários na produção do cuidado. A Clínica Ampliada propõe superar o modelo biomédico centrado exclusivamente na doença, reconhecendo a complexidade do processo saúde-doença e valorizando a construção compartilhada das estratégias terapêuticas entre equipe, usuário e família.

Análise das alternativas

A) A Clínica Ampliada propõe articulação entre diferentes saberes e valorização da participação dos sujeitos na produção do cuidado.

Correta. A Clínica Ampliada fundamenta-se na interdisciplinaridade, na integração entre diferentes campos e núcleos de saber, na corresponsabilização dos profissionais e na participação ativa dos usuários na construção do cuidado. Esses elementos constituem princípios estruturantes da Política Nacional de Humanização.

B) A incorporação das dimensões subjetivas no cuidado favorece a individualização das intervenções terapêuticas, priorizando a análise das experiências dos usuários no planejamento assistencial.

Incorreta. Embora a Clínica Ampliada reconheça a importância das dimensões subjetivas e das experiências dos usuários, a alternativa reduz essa abordagem à individualização das intervenções terapêuticas. O modelo propõe uma visão ampliada do cuidado, integrando dimensões biológicas, psicológicas, sociais, familiares e territoriais, além do trabalho interdisciplinar e da construção compartilhada dos projetos terapêuticos.

C) A Clínica Ampliada propõe a elaboração do cuidado a partir da integração entre diferentes núcleos profissionais, mantendo a definição das condutas terapêuticas sob responsabilidade predominante da equipe técnica.

Incorreta. A integração entre diferentes profissionais é um princípio da Clínica Ampliada. Entretanto, o erro da alternativa está na afirmação de que a definição das condutas permanece sob responsabilidade predominante da equipe técnica. A proposta da Clínica Ampliada pressupõe negociação e compartilhamento das decisões terapêuticas, reconhecendo o usuário como sujeito ativo do cuidado.

D) A construção da autonomia envolve ampliação da capacidade de análise e decisão dos usuários sobre questões relacionadas ao seu processo de saúde, preservando a responsabilidade compartilhada entre profissionais e usuários.

Incorreta. A alternativa descreve corretamente o conceito de co-construção da autonomia. Entretanto, o comando solicita os fundamentos da Clínica Ampliada e da co-construção da autonomia. A letra D aborda apenas um dos eixos do enunciado, enquanto a alternativa A contempla diretamente um fundamento estruturante da Clínica Ampliada, respondendo de forma mais adequada ao objeto principal da questão.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. HumanizaSUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 4. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	19	23	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa A está correta porque expressa adequadamente o conceito de regionalização previsto na Sistema Único de Saúde. A regionalização constitui uma diretriz organizativa do SUS que visa integrar ações e serviços de saúde em um território, considerando as necessidades da população e a articulação entre os diferentes níveis de atenção. Essa

organização busca garantir integralidade do cuidado, racionalidade na utilização dos recursos e acesso oportuno aos serviços, conforme estabelecido na Lei nº 8.080/1990 e regulamentado pelo Decreto nº 7.508/2011.

Análise das alternativas

A) A regionalização organiza os serviços de saúde a partir da articulação entre diferentes níveis assistenciais e das necessidades sanitárias dos territórios.

Correta. A regionalização organiza as ações e os serviços de saúde em Regiões de Saúde, considerando critérios epidemiológicos, demográficos, geográficos e assistenciais. Essa organização pressupõe integração entre os diferentes níveis de atenção e cooperação entre os entes federativos para atender às necessidades de saúde da população.

B) A descentralização orienta a execução das ações de saúde pelos entes federativos, cabendo aos municípios a coordenação das redes regionais de atenção à saúde.

Incorreta. A descentralização realmente distribui competências entre União, estados e municípios. Entretanto, a coordenação das Redes Regionais de Atenção à Saúde não é atribuição exclusiva dos municípios. A organização regional ocorre por meio de governança interfederativa, envolvendo estados e municípios, com pactuação nas Comissões Intergestores. Assim, a segunda parte da alternativa contraria a legislação do SUS.

C) A regionalização estabelece a distribuição dos serviços segundo a complexidade tecnológica disponível, independentemente dos fluxos assistenciais pactuados entre os entes federativos.

Incorreta. A regionalização considera a complexidade tecnológica dos serviços para sua organização. Contudo, o erro está na expressão "independentemente dos fluxos assistenciais pactuados entre os entes federativos". A organização regional depende justamente da pactuação interfederativa e da definição de fluxos assistenciais entre os diversos pontos da Rede de Atenção à Saúde.

D) A descentralização amplia a autonomia dos entes federativos na gestão das ações de saúde, mantendo a definição dos fluxos assistenciais regionais sob responsabilidade exclusiva das secretarias estaduais de saúde.

Incorreta. A descentralização realmente amplia a autonomia dos entes federativos. Entretanto, a definição dos fluxos assistenciais regionais não é responsabilidade exclusiva das Secretarias Estaduais de Saúde. O planejamento regional e a organização das Redes de Atenção decorrem de processos de pactuação entre União, estados e municípios, especialmente nas Comissões Intergestores Bipartite (CIB) e na Comissão Intergestores Regional (CIR).

Fontes:

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Arts. 196 a 200.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.
- BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
25	20	24	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa D está correta porque expressa adequadamente o modelo de participação social instituído no Sistema Único de Saúde (SUS). Os Conselhos de Saúde e as Conferências de Saúde são mecanismos institucionais de controle social previstos na Lei nº 8.142/1990. Esses espaços possibilitam a participação da sociedade na formulação, acompanhamento, fiscalização e avaliação das políticas públicas de saúde, contribuindo para a democratização da gestão do SUS. Ao mesmo tempo, constituem arenas de negociação e disputa entre diferentes interesses sociais, característica inerente aos processos democráticos de formulação de políticas públicas.

Análise das alternativas

A) A consolidação da participação social no SUS deslocou progressivamente as decisões estratégicas do sistema sanitário para instâncias exclusivamente comunitárias de gestão territorial.

Incorreta. A participação social ampliou a influência da sociedade na formulação e no acompanhamento das políticas públicas, mas não transferiu as decisões estratégicas para instâncias exclusivamente comunitárias. A gestão do SUS permanece sob responsabilidade compartilhada dos entes federativos, cabendo aos Conselhos de Saúde exercer funções deliberativas, fiscalizadoras e de acompanhamento dentro das competências previstas em lei.

B) A institucionalização do controle social no SUS produziu homogeneização dos processos decisórios entre os diferentes entes federativos, reduzindo conflitos relacionados à gestão das políticas sanitárias.

Incorreta. A criação dos mecanismos de controle social não eliminou nem homogeneizou os processos decisórios. A gestão do SUS é descentralizada e envolve diferentes atores políticos e institucionais, sendo natural a existência de conflitos, negociações e pactuações entre gestores, trabalhadores, prestadores de serviços e usuários.

C) Os mecanismos participativos do SUS caracterizam-se pela autonomia plena em relação às estruturas estatais, atuando independentemente das diretrizes administrativas e orçamentárias da gestão pública.

Incorreta. Os Conselhos e as Conferências de Saúde possuem autonomia para exercer suas competências legais, porém integram a estrutura institucional do SUS e atuam dentro do ordenamento jurídico e das normas que regem a administração pública. Suas deliberações devem observar as competências dos gestores, a legislação vigente e as disponibilidades orçamentárias.

D) Conselhos e conferências de saúde integram dispositivos institucionais de participação social cuja atuação relaciona-se tanto à democratização da gestão quanto às disputas políticas presentes no campo sanitário.

Correta. Os Conselhos e as Conferências de Saúde constituem instrumentos de participação social e controle social previstos na Lei nº 8.142/1990. Além de ampliarem a participação democrática na gestão do SUS, esses espaços representam ambientes de debate, negociação e construção de consensos entre diferentes segmentos sociais, refletindo a pluralidade de interesses existente no campo das políticas públicas de saúde.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012. Aprova as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2012.
- Tratado de Saúde Coletiva. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2012.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	30	36	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita a identificação da associação correta entre a classe farmacológica e sua principal característica de ação, adotando a classificação farmacológica clássica e amplamente consolidada na literatura. Nesse contexto, os beta-lactâmicos são reconhecidos como agentes bactericidas que atuam por inibição da síntese da parede celular bacteriana. As exceções farmacodinâmicas mencionadas no recurso, como atividade bactericida eventual de macrolídeos ou redução da atividade bactericida de beta-lactâmicos em situações específicas, não alteram a classificação predominante dessas classes nem invalidam a resposta esperada em questões conceituais. Tais particularidades dependem de fatores microbiológicos e clínicos específicos e não afastam os conceitos gerais adotados pela farmacologia. Ademais, as demais alternativas apresentam erros objetivos quanto ao mecanismo de ação e/ou ao efeito predominante das respectivas classes farmacológicas.

Dessa forma, mantém-se o gabarito da alternativa.

Fontes:

- Goodman & Gilman's The Pharmacological Basis of Therapeutics.
- Katzung & Trevor's Basic & Clinical Pharmacology.
- Rang & Dale's Pharmacology.

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Programa de Gerenciamento do Uso de Antimicrobianos em Serviços de Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa>
- Brasil. Ministério da Saúde. Diretrizes para uso racional de antimicrobianos. Disponível em: <https://www.gov.br/saude>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	31	37	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita a identificação da associação correta de acordo com a Sociedade Brasileira de Urologia (SBU), não fazendo referência a fluxos assistenciais específicos da Atenção Primária ou a protocolos de regulação do SUS. Nesse contexto, a tomografia computadorizada sem contraste é reconhecida pela SBU como o método de escolha para o diagnóstico da litíase urinária, por apresentar maior sensibilidade e especificidade, independentemente da composição do cálculo.

Os argumentos relativos à utilização inicial da ultrassonografia em determinados níveis de atenção ou em situações específicas de disponibilidade de recursos dizem respeito à organização da assistência, e não à acurácia diagnóstica do método. Tais aspectos não alteram a correção da alternativa indicada.

Dessa forma, a questão apresenta apenas uma alternativa correta, inexistindo ambiguidade ou insuficiência de informações que justifique sua anulação.

Mantém-se o gabarito.

Fontes:

- Sociedade Brasileira de Urologia. Diretrizes de Urolitíase.
- European Association of Urology. EAU Guidelines on Urolithiasis.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	32	38	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O quadro clínico apresentado é típico de intoxicação por opioides, caracterizado pela tríade clássica composta por rebaixamento do nível de consciência, miose puntiforme e depressão respiratória. Embora benzodiazepínicos possam causar depressão do sistema nervoso central, não produzem tipicamente miose puntiforme nem depressão respiratória significativa quando utilizados isoladamente, razão pela qual o conjunto de sinais descrito direciona de forma inequívoca para intoxicação por opioides.

Ademais, o emprego do verbo "sugere" é tecnicamente adequado na prática clínica, uma vez que o diagnóstico inicial em medicina é baseado em hipóteses diagnósticas fundamentadas nos achados clínicos. Em situações de emergência, o tratamento da intoxicação por opioides não deve ser retardado para confirmação laboratorial, sendo indicada a administração imediata de naloxona diante de quadro clínico compatível.

Dessa forma, a questão apresenta apenas uma alternativa correta, não havendo ambiguidade que justifique sua anulação.

Mantém-se o gabarito.

Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde. Manual de Toxicologia Clínica.
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Toxicologia e manejo de intoxicações.
- Goldfrank's Toxicologic Emergencies.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
44	49	42	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após análise do recurso interposto, não assiste razão aos candidatos.

A questão solicitava expressamente que a resposta fosse dada de acordo com as recomendações sobre metas pressóricas da Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial – 2025. Na referida diretriz, no capítulo “Início de tratamento e metas terapêuticas”, consta, de forma objetiva, a seguinte recomendação: “Recomenda-se a meta de PA < 130/80 mmHg para os pacientes com HA independentemente de o risco CV ser baixo, moderado ou alto”, com força de recomendação forte e certeza da evidência alta.

Portanto, a alternativa considerada correta reproduz o conteúdo da diretriz indicada no próprio enunciado, não havendo incompatibilidade entre o gabarito e a referência bibliográfica adotada.

A alegação de que as metas pressóricas devem ser individualizadas não invalida a alternativa. A própria diretriz também prevê que, em pacientes que não tolerem a meta de PA < 130/80 mmHg, a pressão arterial deve ser reduzida até o menor valor tolerado. Trata-se, entretanto, de ressalva relacionada à tolerabilidade clínica, fragilidade ou situações específicas, o que não foi descrito no caso apresentado. O enunciado descreve paciente de 58 anos, hipertenso, com PA de 146 × 94 mmHg, sem diabetes mellitus, doença renal crônica ou doença cardiovascular conhecida, e não informa fragilidade, hipotensão ortostática, idade muito avançada ou intolerância terapêutica que justificasse afastar a meta geral estabelecida pela diretriz.

Além disso, a questão não solicitava o cálculo do risco cardiovascular para definição do início do tratamento, mas sim a meta pressórica recomendada conforme a Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial – 2025. Assim, as alternativas que indicavam metas de 140 × 90 mmHg ou 135 × 85 mmHg não correspondem à recomendação expressa da diretriz para pacientes com hipertensão arterial.

Dessa forma, mantém-se o gabarito oficial.

Conclusão: recurso improcedente. Mantido o gabarito: alternativa D.

Fonte:

- Brandão AA, Rodrigues CIS, Bortolotto LA, Armstrong AC, Mulinari RA, Feitosa ADM, et al. Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial - 2025. Arq Bras Cardiol. 2025;122(9):e20250624.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
45	50	47	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicitava expressamente que a análise fosse feita de acordo com as recomendações da Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial – 2025. A alternativa apontada como correta contempla as afirmativas I, II e III, as quais estão em conformidade com o texto da diretriz indicada no próprio enunciado.

Quanto à afirmativa I, a Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial – 2025 recomenda classificar como pré-hipertensão valores de pressão arterial sistólica entre 120 e 139 mmHg ou pressão arterial diastólica entre 80 e 89 mmHg no consultório, com o objetivo de identificar precocemente indivíduos em risco e incentivar medidas não medicamentosas para prevenir a progressão para hipertensão arterial. Portanto, embora outros documentos possam utilizar terminologias distintas, como “pressão arterial elevada”, a questão indicou expressamente a diretriz adotada como referência, afastando ambiguidade terminológica.

A afirmativa II também reproduz a recomendação da diretriz, segundo a qual o diagnóstico de hipertensão arterial deve ser feito quando a pressão arterial no consultório for ≥ 140 e/ou 90 mmHg, em duas ocasiões diferentes, com classificação em estágios 1, 2 e 3 conforme o maior valor de pressão sistólica ou diastólica.

A afirmativa III igualmente está correta. A Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial – 2025 recomenda utilizar equipamento automático de braço com o objetivo de reduzir erros e facilitar a obtenção da medida da pressão arterial, atribuindo a essa recomendação força forte e certeza de evidência moderada.

A alegação de que equipamentos automáticos possuem limitações em situações específicas não torna a afirmativa incorreta. O item não afirma que o equipamento automático deve ser usado de forma exclusiva, nem afasta a necessidade de técnica adequada, calibração, validação do aparelho ou julgamento clínico em situações particulares. A afirmativa apenas apresenta a recomendação geral da diretriz, exatamente no contexto de medida da pressão arterial, diagnóstico e classificação.

Além disso, o argumento de que, na Atenção Primária à Saúde, o método auscultatório manual seria obrigatoriamente o padrão não procede como fundamento para invalidar o item. A própria diretriz, ao tratar das recomendações aplicáveis ao cuidado de pessoas com hipertensão arterial na Atenção Primária/SUS, também recomenda a utilização de equipamento automático de braço com o objetivo de reduzir erros e facilitar a obtenção da medida da pressão arterial. Dessa forma, as três afirmativas estão corretas, inexistindo duplicidade de interpretação ou incompatibilidade com a bibliografia indicada.

Conclusão: recurso improcedente. Mantido o gabarito: alternativa A — I, II e III.

Fonte:

- Brandão AA, Rodrigues CIS, Bortolotto LA, Armstrong AC, Mulinari RA, Feitosa ADM, et al. Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial - 2025. Arq Bras Cardiol. 2025;122(9):e20250624.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
48	43	50	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após análise do recurso interposto, não assiste razão ao candidato.

A questão apresenta paciente adulto, com infecção por *Helicobacter pylori* confirmada por biópsia gástrica e teste respiratório positivo, sem alergia medicamentosa relevante e sem tratamento prévio para *H. pylori*. O comando da questão solicita, expressamente, o esquema terapêutico de primeira linha segundo o V Consenso Brasileiro sobre *Helicobacter pylori*.

A alternativa considerada correta indica terapia quádrupla com inibidor da bomba de prótons, bismuto, tetraciclina e metronidazol, por 10 a 14 dias, esquema compatível com a recomendação adotada, em razão das maiores taxas de erradicação e do cenário de crescente resistência à claritromicina.

O argumento recursal sustenta que a escolha terapêutica poderia depender de fatores locais, como resistência antimicrobiana e disponibilidade de bismuto. Contudo, tais ponderações não tornam a questão ambígua, pois as demais alternativas apresentadas não configuram esquemas adequados de primeira linha no contexto descrito. A terapia dupla com amoxicilina e IBP por 7 dias não corresponde ao esquema recomendado; esquemas baseados em quinolonas não são primeira linha; e claritromicina isolada não é tratamento erradicador aceitável.

Além disso, o enunciado não descreve alergia, tratamento prévio, contraindicação ao uso de bismuto, indisponibilidade medicamentosa ou qualquer outro elemento que justificasse afastar o esquema quádruplo proposto. Em questões objetivas, a análise deve se ater aos dados fornecidos no enunciado, não sendo adequado presumir limitações regionais, indisponibilidade de fármacos ou padrões locais de resistência não informados.

Dessa forma, existe uma única alternativa correta entre as opções apresentadas, correspondente ao esquema quádruplo com IBP, bismuto, tetraciclina e metronidazol por 10 a 14 dias.

Conclusão: recurso improcedente. Mantido o gabarito oficial.

Fonte:

- V Consenso Brasileiro sobre *Helicobacter pylori*

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	45	49	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após análise do recurso interposto, não assiste razão ao candidato.

O enunciado apresenta paciente com quadro clínico sugestivo de TEP, com dispneia súbita, dor torácica pleurítica, taquicardia, hipóxia, pós-operatório recente de cirurgia ortopédica de quadril e mobilidade reduzida. Além disso, a paciente encontra-se hemodinamicamente estável, com pressão arterial de 110 × 70 mmHg. Nesse contexto, o exame de escolha para confirmação diagnóstica é a angiotomografia de artérias pulmonares / angiotomografia de tórax com contraste, por sua elevada acurácia diagnóstica e ampla disponibilidade clínica.

A alternativa considerada correta não afirma que a angiotomografia seja exame universal e obrigatório em todos os cenários, mas sim que é o exame de imagem de escolha em paciente com suspeita clínica intermediária a alta e estabilidade hemodinâmica, exatamente como descrito no caso. O recurso menciona situações como insuficiência renal aguda, alergia ao contraste iodado ou contraindicação ao contraste; contudo, tais condições não constam no enunciado. Não se pode presumir contraindicação não descrita para modificar a resposta do item.

A cintilografia pulmonar de ventilação/perfusão pode ser alternativa válida em cenários específicos, especialmente quando há contraindicação à angiotomografia por contraste iodado ou quando se busca reduzir exposição à radiação em populações particulares. Entretanto, no caso apresentado, não há relato de contraindicação ao contraste, gestação, insuficiência renal, alergia ou outra limitação à realização da angiotomografia. Assim, a alternativa que afirma que a cintilografia V/Q seria “indicada para os casos como o da paciente” não corresponde à melhor resposta para o cenário clínico descrito.

Da mesma forma, embora a angiografia pulmonar tenha sido historicamente considerada padrão-ouro, trata-se de exame invasivo, atualmente não utilizado como primeira escolha para confirmação diagnóstica rotineira do TEP. O ecocardiograma transtorácico, por sua vez, pode auxiliar na avaliação de repercussão hemodinâmica e disfunção ventricular direita, especialmente em pacientes instáveis, mas não é o exame de escolha para confirmação diagnóstica inicial em paciente estável.

As diretrizes da European Society of Cardiology indicam que, em pacientes com alta probabilidade clínica de TEP, a angioTC de tórax deve ser realizada como teste inicial. A mesma fonte ressalta que a cintilografia V/Q possui papel alternativo, mas pode ser inconclusiva, enquanto a angiografia pulmonar, apesar de padrão-ouro histórico, é invasiva.

Ainda, a diretriz AHA/ACC/ACCP/ACEP/CHEST/SCAI/SHM/SIR/SVM/SVN de 2026, contempla uma abordagem baseada em estratificação clínica e gravidade, sem afastar a angiotomografia como exame de referência quando não há contraindicação. O próprio comentário do item elaborado registra que a cintilografia pulmonar é reservada para situações específicas, como contraindicação ao contraste, e que a angiotomografia é o exame de escolha para diagnóstico de TEP em pacientes com risco intermediário a alto.

Portanto, não há duplicidade de resposta. As exceções mencionadas pelo candidato não se aplicam ao caso descrito, pois dependem de dados clínicos não apresentados no enunciado.

Conclusão: Recurso improcedente. Mantido o gabarito oficial.

Fonte:

- Creager MA, Barnes GD, Giri J, et al. 2026 AHA/ACC/ACCP/ACEP/CHEST/SCAI/SHM/SIR/SVM/SVN Guideline for the Evaluation and Management of Acute Pulmonary Embolism in Adults. Circulation. 2026.

Cargo: Médico Clínico Geral - 40h

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
1	7	2	9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa D é a única que descreve com precisão a estrutura de regência do substantivo abstrato "encontro". Em construções que envolvem substantivos que denotam ação ou relação (substantivos deverbiais ou relacionais), a gramática de regência nominal estabelece que os termos que completam o sentido do nome são complementos nominais. No título em análise: "Estatuto do Paciente: o encontro do cuidado na saúde com a ética, a dignidade e a humanização", o "encontro" exige o elemento que se encontra (*o cuidado* – regência de "de/do") e exige o elemento com o qual se encontra (*a ética, a dignidade e a humanização* – regência de "com"). Ambos os termos ("do cuidado" e

"com a ética...") exercem a função de completar o sentido substantivado da ação, sendo, portanto, complementos regidos pelo nome. A variação apontada pelo recorrente ("encontro de", "encontro entre") não invalida a regência apresentada no texto original; pelo contrário, apenas confirma que o substantivo "encontro" é um nome de natureza relacional que demanda complementação para sua validade sintática. A alternativa C é descartada por erro terminológico (o uso do termo "especificativo" para um segmento isolado por dois-pontos), enquanto a alternativa D descreve o fenômeno da regência nominal de forma coerente com o texto e com a norma gramatical. A questão apresenta, portanto, um único gabarito correto.

Fontes:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
2	8	1	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A locução adverbial "tão somente" estabelece um valor de restrição ou exclusividade. No contexto em que está inserida, ela reforça a ideia de que o tratamento do paciente não pode se limitar à visão puramente técnica ("objeto de condutas técnicas"). O advérbio "exclusivamente" cumpre exatamente a mesma função semântica de limitar o espectro da consideração do paciente, sem causar qualquer prejuízo à correção gramatical ou ao sentido original do período. Assim, a alternativa correta é "Caso a expressão "tão somente" fosse substituída pelo advérbio "exclusivamente", o sentido restritivo seria mantido, e a estrutura argumentativa do período permaneceria inalterada, pois a carga semântica de exclusão é preservada.

As demais alternativas são incorretas como se justifica a seguir:

A) Introduz uma ideia de concessão, indicando que, apesar das condutas técnicas serem soberanas, a autonomia do paciente deve ser tolerada. A expressão "tão somente" (que equivale a "apenas", "somente") não possui valor concessivo. O texto não indica que a vontade do paciente é algo a ser "tolerado", mas sim um direito que deve ser respeitado e que deve orientar o cuidado, contrapondo-se à visão técnica limitada.

B) A substituição de "tão somente" por "consequentemente" preserva o nexo lógico do período, visto que a expressão original denota uma relação de causa e efeito. "Consequentemente" é um conectivo de valor conclusivo/causal. A expressão original "tão somente" é um advérbio de exclusão/restrrição. A substituição alteraria completamente o sentido lógico da frase, destruindo o argumento do texto.

D) O segmento "não deve ser considerado, tão somente, como [...]" sinaliza que a dimensão técnica do cuidado deve ser integralmente substituída por critérios subjetivos e emocionais. O texto não propõe a substituição da técnica pela subjetividade, mas sim a **ampliação** do modelo assistencial. O uso de "tão somente" indica que a dimensão técnica não deve ser a *única* considerada, e não que ela deva ser descartada ou substituída integralmente.

Fontes:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos: teoria e 815 questões comentadas. Série Concursos. 15. ed. Niterói: Impetus, 2014. 519p.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
3	9	6	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Quando um conectivo conclusivo, como "portanto", é inserido no meio da oração (em posição intercalada ou deslocada), ele interrompe a fluidez sintática entre o sujeito e o predicado. Segundo a gramática normativa (incluindo

as obras citadas pelo próprio recorrente, como a de Bechara e a de Cunha & Cintra), a vírgula é o sinal de pontuação prescrito para marcar esse deslocamento, funcionando como sinal de isolamento de termo explicativo ou conclusivo. A ausência de vírgulas em uma conjunção conclusiva deslocada constitui, inequivocamente, erro de pontuação. Portanto, a afirmação de que seu isolamento é obrigatório é correta e reflete o padrão de escrita culta exigido pelo certame. O operador argumentativo "portanto" é, por excelência, uma conjunção coordenativa conclusiva. No trecho em análise, ele estabelece a relação de conclusão do raciocínio desenvolvido anteriormente no parágrafo. Como o termo encontra-se intercalado entre o sujeito ("A lei federal em tela") e o predicado ("legítima..."), seu isolamento por vírgulas é uma exigência da pontuação da norma-padrão para termos explicativos ou conclusivos que interrompem o fluxo da oração principal. Assim, uma vez deslocado o conectivo, a vírgula é o recurso obrigatório para evitar o erro sintático de *hiperbato* mal pontuado. A alternativa B é a única que descreve com precisão absoluta tanto a natureza do conectivo (conclusivo) quanto a regra sintática aplicada ao contexto (isolamento obrigatório em posição deslocada).

Fontes:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p. BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
5	11	4	7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa A é a única em que o acento grave indicador de crase é provocado por regência verbal. O verbo "sobrepôr" (utilizado na forma pronominal "sobrepunha-se") é um verbo transitivo indireto que exige, obrigatoriamente, a preposição "a". Sendo o termo regido "escuta" um substantivo feminino acompanhado do artigo definido "a", a fusão é necessária e ocorre estritamente por determinação do verbo.

As demais alternativas apresentam justificativas distintas:

Nas alternativas B e C, a crase decorre de regência nominal, visto que "respeito" e "fiel" são, respectivamente, um substantivo e um adjetivo que exigem a preposição "a".

Na alternativa D, a crase ocorre devido à estrutura paralela de adjunto adverbial de lugar/limite (da... à...), não havendo verbo regente no período que determine o uso do acento grave.

O enunciado é claro, preciso e está em total conformidade com a terminologia gramatical. A identificação do termo regente como verbo é o critério técnico solicitado, o qual foi cumprido com perfeição na alternativa A.

Fontes:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
6	12	5	8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No contexto de provas de concursos públicos brasileiros, entende-se por norma-padrão o conjunto de preceitos estabelecidos pela gramática normativa tradicional (a gramática normativa de uso público). Assim, a classificação do "que" como conjunção integrante em orações subordinadas substantivas é um dos pilares da gramática normativa brasileira, presente em todas as obras de referência que balizam os concursos públicos (incluindo as de Bechara e Cunha & Cintra, citadas pelo próprio recorrente). Não há que se falar em "falta de uniformidade doutrinária" no que tange à gramática normativa de provas. A nomenclatura utilizada na alternativa A é a única que está em conformidade

com o programa de língua portuguesa. A questão é, portanto, objetiva: exige que o candidato identifique a função gramatical conforme a tradição normativa exigida. A conjunção integrante ("que") introduz orações que exercem funções típicas de substantivos (sujeito, objeto direto, complemento nominal, etc.). Na alternativa A, o termo introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta, funcionando como o elemento de ligação que integra a oração subordinada à oração principal. Nas alternativas B, C e D, o "que" exerce a função de pronome relativo, pois retoma um substantivo antecedente e pode ser substituído por "o qual" ou suas flexões, funcionando como sujeito ou objeto dentro da oração que inicia.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa: atualizada pelo novo acordo ortográfico. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672p.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.
- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
7	2	9	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão em tela é claro ao solicitar a análise da relação do termo no contexto " “[...] ampliando a adesão terapêutica, ao passo em que previne conflitos e fortalece vínculos [...]” (4º§). Em momento algum o item propõe a análise de correção gramatical, regência ou sintaxe da estrutura. Portanto, a suposta incorreção gramatical da locução é impertinente ao objeto da avaliação. A relação é de valor semântico de um operador argumentativo, definido pelo seu funcionamento lógico no período por ser um fato linguístico. Assim, a expressão estabelece uma relação de concomitância entre as ações. A inteligibilidade do texto é plena. O domínio da norma-padrão é essencial, mas ressalta-se que leitura e interpretação extrapolam sentidos de textos produzidos, inclusive aqueles que contêm variações linguísticas ou estilísticas aceitas na escrita contemporânea.

Fontes:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- AQUINO, Renato. Interpretação de Textos: teoria e 815 questões comentadas. Série Concursos. 15. ed. Niterói: Impetus, 2014. 519p.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006. 216p.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa: novo acordo ortográfico. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010. 696p.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
9	3	7	5

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão tem como base o seguinte trecho: A lei que tratamos neste artigo, logo, densifica parâmetros objetivos para profissionais [1] e instituições [2] e prevê mecanismos de fiscalização, [...]”

Análise do [1]: "...para profissionais [1] e instituições". O conectivo [1] liga dois substantivos que exercem a mesma função sintática: objetos indiretos (ou complementos nominais, a depender da análise do termo regente "para") da preposição "para". Trata-se de uma coordenação entre termos dentro de uma mesma oração.

Análise do [2]: "...[a lei] densifica [...] [2] e prevê [...]". O conectivo [2] liga dois verbos ("densifica" e "prevê") que possuem o mesmo sujeito ("A lei"). Trata-se de uma coordenação entre orações (período composto por coordenação).

O conectivo "e" apresenta comportamentos distintos conforme o nível sintático em que atua. No primeiro caso ([1]), ocorre uma coordenação de termos (substantivos) que exercem a mesma função sintática no interior do sintagma preposicionado. No segundo caso ([2]), ocorre uma coordenação de orações (predicados), onde o conectivo une dois verbos transitivos diretos que compartilham o mesmo sujeito ("A lei"), mantendo a relação de adição entre as ações. A alternativa B é a única que descreve com precisão essa diferenciação sintática.

O fato de o primeiro conectivo unir substantivos que completam o sentido de "parâmetros" (objeto da ação) e o segundo unir ações (predicados) é uma constatação da estrutura sintática do período. A coordenação de termos sintáticos (sejam sujeitos, objetos, adjuntos ou complementos) é matéria de sintaxe. Não há imprecisão conceitual na assertiva B; ela descreve exatamente a função sintática de cada ocorrência do conectivo no texto analisado.

Fontes:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	5	12	2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em tela avalia o conhecimento quanto às regras de concordância nominal e verbal. Conforme o gabarito divulgado, a alternativa B é a correta: Na transposição do trecho "A comunicação efetiva na medicina passa a ser tratada [...]" (4º§) para a voz passiva sintética com o pronome apassivador "se", a concordância correta para o plural seria "Passam-se a tratar as comunicações efetivas na medicina [...]". O enunciado determina a transposição do trecho original, que é "A comunicação efetiva na medicina passa a ser tratada..." A estrutura verbal do original é uma locução verbal aspectual: passar a + infinitivo. Assim, ao fazer o plural, obtém-se: "As comunicações efetivas passam a ser tratadas". Na passagem para a passiva sintética, preserva-se a locução: Passam-se a tratar as comunicações efetivas na medicina. Essa construção é reconhecida pela gramática normativa. Nas locuções verbais em que o verbo principal é transitivo direto, o pronome apassivador liga-se ao verbo auxiliar ou ao primeiro verbo da locução, permanecendo o sujeito paciente ("as comunicações efetivas"), com o qual ocorre a concordância verbal. O candidato apenas propõe outra redação: "Tratam-se as comunicações efetivas..." que elimina a locução "passar a". Entretanto, isso não corresponde à transposição fiel do período, pois altera seu valor aspectual ("passar a" indica início ou mudança de estado).

As demais alternativas estão incorretas com justifica-se a seguir:

A) No período "A lei federal em tela, portanto, legitima perguntas sobre higiene [...]" (4º§), se o substantivo "lei" fosse flexionado no plural, a palavra "federal" deveria permanecer no singular por representar uma categoria de lei. Ao flexionar o sujeito ("A lei federal" para "As leis federais"), todos os termos que com ele estabelecem concordância nominal devem ser flexionados. O adjetivo "federal", que qualifica o substantivo "lei", obrigatoriamente deve ir para o plural (*As leis federais*), não havendo qualquer regra gramatical que permita a manutenção do singular sob a justificativa de "representar uma categoria".

C) Se o fragmento "uma legislação só revela sua grandeza [...]" (9º§) fosse reescrito com uma expressão partitiva, resultando em "A maioria dos artigos da nova legislação revelam sua grandeza [...]", a concordância estaria incorreta, pois o verbo deve concordar rigidamente no singular com o núcleo gramatical "maioria". A regra de concordância com expressões partitivas (como "a maioria de", "grande parte de") seguidas de substantivo no plural permite a dupla concordância: o verbo pode concordar com o núcleo do partitivo (singular) ou com o termo especificado (plural). Portanto, a frase "A maioria dos artigos da nova legislação revelam sua grandeza" está correta, e não incorreta. A afirmação de que a concordância deve ser "rigidamente no singular" ignora a permissividade da norma culta para esse caso.

D) Caso o trecho "[...] estruturam práticas mais confiáveis, transparentes, modernas e humanizadas." (3º§) fosse alterado pela inserção de um substantivo masculino, resultando em "[...] estruturam processos e práticas mais

humanizadas”, a frase estaria incorreta, pois o adjetivo posposto a dois substantivos de gêneros diferentes deve ir, obrigatoriamente, para o masculino plural. A gramática normativa (como Celso Cunha e Lindley Cintra) é clara: quando o adjetivo está posposto a substantivos de gêneros diferentes, a concordância pode ser: com o substantivo mais próximo (concordância atrativa): "processos e práticas humanizadas" e com o conjunto dos substantivos (masculino plural): "processos e práticas humanizados".

Fontes:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.
- SACCONI, Luiz Antonio. Nossa gramática completa Sacconi: teoria e prática. 31. ed. São Paulo: Nova Geração Gram. 2011. 592p.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	6	11	3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é: “A recente promulgação da lei federal 15.378/2026...” O termo “recente” é um adjetivo de dois gêneros que modifica diretamente o substantivo feminino singular “promulgação”. O termo “recente” é classificado morfológicamente como um adjetivo uniforme (ou de dois gêneros), pois possui uma única forma tanto para o masculino quanto para o feminino (ex: fato recente / lei recente). Sintaticamente, ele atua como um adjunto adnominal que modifica e qualifica diretamente o substantivo feminino singular “promulgação”.

As demais alternativas estão incorretas:

A) Em “A lei que tratamos neste artigo, logo, densifica parâmetros objetivos [...]” (6º§), o vocábulo “logo” é classificado, no contexto, como um advérbio de tempo. No trecho “A lei que tratamos neste artigo, logo, densifica...”, o vocábulo “logo” funciona como uma conjunção coordenativa conclusiva (sinônimo de "portanto" ou "por conseguinte"), e não como um advérbio de tempo (como seria em "Ele chegará logo").

C) Em “[...] não inaugura a proteção no meio clínico e terapêutico no Brasil, mas a sistematiza, [...]” (8º§), o vocábulo “a” é um artigo que antecede o substantivo “sistematiza”, estabelecendo a concordância no singular. Neste trecho, o vocábulo “a” não é um artigo, mas um pronome pessoal oblíquo átono (equivalente a "ela", referindo-se à "proteção"). O termo "sistematiza" é um verbo, e não um substantivo; pronomes não antecedem substantivos com função de artigo.

D) Em “Estatuto do Paciente: o encontro do cuidado na saúde com a ética, a dignidade e a humanização” (título), a palavra “cuidado” atua contextualmente como um adjetivo de base nominal, cuja função é caracterizar o substantivo antecedente “encontro”. Na expressão “encontro do cuidado”, o termo “cuidado” é um substantivo (deverbal, derivado do verbo cuidar). Ele não atua como adjetivo, mas sim como o elemento que complementa o sentido do substantivo abstrato "encontro".

Fontes:

- CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. Ensino Médio Integrado. Reformulada 3. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 584p. (Conforme acordo ortográfico).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	14	13	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A economia de Ji-Paraná apresenta estrutura diversificada. Historicamente, a ocupação econômica do município esteve associada ao extrativismo vegetal e à expansão da fronteira agrícola amazônica.

A) A economia de Ji-Paraná é a terceira maior do estado, constituindo um polo de investimentos no norte do país, ficando atrás apenas de Porto Velho e Ariquemes. **Incorreta**, pois a afirmação apresenta um problema factual. Ji-Paraná figura entre os principais centros econômicos de Rondônia, porém não é correto afirmar que seja a terceira maior economia do estado, atrás de Porto Velho e Ariquemes. Dados das Contas Regionais mostram que Ji-Paraná ocupa posição de destaque, frequentemente aparecendo como a **segunda maior economia municipal** em indicadores de PIB e valor adicionado, à frente de Ariquemes.

B) A dinâmica econômica municipal articula produção agropecuária, comércio regional e atividades industriais relacionadas ao processamento de produtos do campo. Correta. A economia de Ji-Paraná caracteriza-se pela integração entre a produção agropecuária, o comércio regional e a agroindústria, especialmente as atividades de beneficiamento e transformação de produtos do campo. O município consolidou-se como um importante polo regional de comércio e serviços, atendendo grande parte da região central de Rondônia, ao mesmo tempo em que agrega valor à produção agropecuária por meio das atividades industriais.

C) O município tem a indústria como a força motriz, abrangendo o processamento de produtos alimentícios, indústrias de confecções e indústrias de transformação. **Incorreta**. A indústria possui importância para o município, especialmente nos segmentos de alimentos, laticínios e transformação de produtos agropecuários. Entretanto, **não constitui a força motriz da economia municipal**. Ji-Paraná destaca-se como centro regional de comércio e prestação de serviços, apoiado por uma base agropecuária diversificada.

D) A economia municipal tem predominância, respectivamente, do agronegócio, das indústrias de alimentos, das indústrias de confecções e de transformação e de comércio e serviços. **Incorreta**. A alternativa inverte a hierarquia dos setores econômicos. Incorreta. Embora o agronegócio seja fundamental para a economia local, o setor de comércio e serviços é o principal responsável pela geração de renda municipal, seguido pelas atividades agropecuárias e industriais associadas ao beneficiamento da produção regional. Dessa forma, a sequência apresentada não corresponde à estrutura econômica de Ji-Paraná.

Fontes:

- GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local da Pecuária de Leite da Região de Ji-Paraná. Porto Velho: Governo do Estado de Rondônia.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ. Plano Diretor Participativo de Ji-Paraná. Ji-Paraná: Prefeitura Municipal.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	15	15	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra D. No contexto do município de Ji-Paraná, as igrejas são lugares para além da função principal – rezar –, são ambientes religiosos que documentam o passado, espaços culturais e sociais que demarcam a identidade. Nas igrejas, os fiéis encontram mais que o fervor religioso, recebem conjuntamente, assistência emocional, espiritual e, por vezes, material. A concepção de cultura e o entendimento das normas ligadas ao meio religioso são complexas e heterogêneas, mas substanciais para entender a progressiva dinâmica social que se materializa entre os indivíduos. Por meio da religiosidade, as pessoas se reconhecem, identificam-se com simbologias comuns, incorporadas em costumes e tradições que remetem a um modo de vida singular. A relação estabelecida entre religiosidade e identidade cultural está implícita na existência do grupo. Assim, a igreja, enquanto instituição, é um elemento presente no cotidiano dos habitantes do referido município, atuando também como recurso para delimitações políticas, sociais e econômicas. No entanto é incorreto afirmar que pela sua característica cosmopolita, formada por uma diversidade étnica peculiar no país, a opção foi a realização de festas baseadas no sincretismo religioso. O sincretismo refere-se à fusão de diferentes doutrinas, ritos e crenças, formando uma nova expressão espiritual. Existe sim uma diversidade de festejos e crenças religiosas, não a fusão dessas crenças. Afirmar também que “As festas religiosas de cunho evangélico são mais relevantes no município e adjacências, por uma questão numérica.” É um equívoco, pois nenhuma festa ou religião é mais relevante que outra, e finalmente, afirmar que “as práticas religiosas dos povos originários que habitam a região foram anexadas ao calendário religiosos local” incide novamente em um equívoco, pois isso não ocorreu. A única alternativa plausível é que “a festa do padroeiro São João Bosco, bem como cultos e outros ritos constituem elementos significativos na memória dos fiéis e ajudam a compor sua identidade.

Fontes:

- <https://www.correiobraziliense.com.br/cbradar/uma-das-cidades-mais-completas-da-regiao-norte-com-ensino-tecnico-e-vida-organizada/>
- <https://www.diocesedejiparana.org.br/noticias-det.php?cod=2503>
- PLURA, Revista de Estudos de Religião, ISSN 2179-0019, vol. 7, nº 1, 2016, p. 342-371.
- ARENDT, H. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense, 1997
- PLURA, Revista de Estudos de Religião, ISSN 2179-0019, vol. 7, nº 1, 2016, p. 342-371. _____. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1995.
- HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.
- MISSÃO NOVAS TRIBOS DO BRASIL. Nisto cremos. Disponível em: <http://novastribosdobrasil.org.br/quem-somos/nisto-cremos>. Acesso em: maio . 2026.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	24	17	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após análise do recurso interposto, não assiste razão ao candidato.

A questão solicitava expressamente: “De acordo com a Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde, esses Conselhos são definidos como”. A alternativa correta, no caderno Tipo 1 – Branca, é a D, que define os Conselhos de Saúde como órgãos colegiados, deliberativos e permanentes do Sistema Único de Saúde, em cada esfera de governo, com composição paritária de usuários em relação aos demais segmentos.

Não há erro técnico-jurídico no enunciado. Embora a Lei nº 8.142/1990 seja o marco legal originário da participação da comunidade na gestão do SUS e disponha sobre os Conselhos de Saúde, a Resolução CNS nº 453/2012 regulamenta e detalha as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento desses Conselhos. A própria Resolução nº 453/2012 afirma que os Conselhos de Saúde são instâncias colegiadas, deliberativas e permanentes do SUS e menciona a composição paritária de usuários em relação ao conjunto dos demais segmentos representados.

Assim, a referência à Resolução CNS nº 453/2012 é adequada, pois a questão não nega a existência da Lei nº 8.142/1990 nem afirma que a Resolução seja a fonte originária exclusiva da matéria. O comando apenas delimita a norma a ser utilizada para responder ao item, o que é plenamente compatível com o conteúdo cobrado.

A existência de fundamento legal anterior na Lei nº 8.142/1990 não invalida a cobrança pela Resolução CNS nº 453/2012, pois ambas são normas convergentes e complementares. A Lei nº 8.142/1990 estabelece que o Conselho de Saúde possui caráter permanente e deliberativo, bem como prevê a representação paritária dos usuários em relação ao conjunto dos demais segmentos; a Resolução nº 453/2012, por sua vez, sistematiza e detalha essas diretrizes para o funcionamento dos Conselhos de Saúde.

Dessa forma, não há imprecisão capaz de comprometer a objetividade da questão. Há uma única alternativa correta, correspondente ao gabarito preliminar.

Conclusão: recurso improcedente. Mantido o gabarito oficial.

Fonte:

- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	25	16	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após análise do recurso interposto, não assiste razão ao candidato.

A Questão solicita a distribuição das vagas entre os segmentos dos Conselhos de Saúde, segundo a Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde. A alternativa indicada como correta apresenta a seguinte composição: 50%

de entidades e movimentos representativos de usuários; 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde; e 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos. Tal redação está de acordo com a Quarta Diretriz da Resolução CNS nº 453/2012, segundo a qual as vagas dos Conselhos de Saúde devem ser distribuídas de forma paritária, garantindo metade das vagas ao segmento dos usuários e a outra metade aos demais segmentos, na proporção de 25% para trabalhadores da saúde e 25% para governo e prestadores de serviços privados conveniados ou sem fins lucrativos.

A alegação de que a alternativa simplifica a norma não procede. O comando da questão exigia a identificação da distribuição percentual das vagas entre os segmentos, e não a transcrição integral de todo o dispositivo normativo. A alternativa correta preserva precisamente o conteúdo essencial da norma: a paridade dos usuários em relação ao conjunto dos demais segmentos e a divisão da metade restante entre trabalhadores da saúde, governo e prestadores.

Também não há ambiguidade ou prejuízo à objetividade do item, pois as demais alternativas apresentam percentuais incompatíveis com a Resolução nº 453/2012, como divisão em terços, proporção 40/30/30 ou divisão igualitária em quatro partes de 25%, todas em desacordo com a regra de paridade prevista para os Conselhos de Saúde.

Portanto, a alternativa considerada correta está adequada à norma indicada no enunciado, inexistindo erro material ou técnico que justifique anulação.

Conclusão: recurso improcedente. Mantido o gabarito oficial.

Fonte:

- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012. Aprova diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde. Brasília, DF, 2012.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	21	20	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após análise do recurso interposto, não assiste razão ao candidato.

A Questão 18 da prova de Médico Clínico Geral – 40h pergunta quais são as condições obrigatórias para que o município receba recursos do Fundo Nacional de Saúde de forma regular e automática, na modalidade fundo a fundo. O próprio enunciado delimita a referência normativa ao afirmar que a Lei Federal nº 8.142/1990 estabelece tais requisitos. A alternativa correta reproduz os requisitos previstos no art. 4º da referida lei: Fundo de Saúde; Conselho de Saúde; Plano de Saúde; Relatórios de Gestão; contrapartida de recursos no respectivo orçamento; e Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários.

O recurso sustenta que normas posteriores, como a Lei Complementar nº 141/2012 e a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017, teriam alterado a disciplina do financiamento do SUS. Entretanto, isso não invalida o item, pois a questão não exigia análise ampla de todo o regime contemporâneo de financiamento federal da saúde, nem perguntava sobre blocos de financiamento, regras operacionais de execução, prestação de contas ou modalidades específicas disciplinadas em normas infralegais posteriores. O comando foi objetivo: identificar as condições obrigatórias previstas na Lei nº 8.142/1990 para a transferência regular e automática de recursos.

A alternativa correta contempla integralmente os seis incisos do art. 4º da Lei nº 8.142/1990, sem omissões que possam gerar incompletude. As demais alternativas trazem órgãos, documentos e instrumentos alheios ao rol legal exigido para a transferência fundo a fundo do SUS.

A Lei Complementar nº 141/2012 não revoga esses requisitos do art. 4º da Lei nº 8.142/1990; ela regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal e trata, entre outros pontos, dos valores mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde, critérios de rateio, fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde. A Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017, por sua vez, consolida normas sobre financiamento e transferência de recursos federais para ações e serviços de saúde do SUS, mas não torna incorreta a cobrança do rol legal expressamente previsto na Lei nº 8.142/1990.

Portanto, não há ambiguidade ou ausência de delimitação normativa. A questão delimitou expressamente a lei de referência e a alternativa correta corresponde ao rol legal exigido.

Conclusão: recurso improcedente. Mantido o gabarito oficial.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

- BRASIL. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	18	19	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após análise dos recursos interpostos, não assiste razão aos candidatos.

A Questão da prova de Médico Clínico Geral – 40h solicita, de forma objetiva, o foco das ações do Nível 1 do Modelo de Atenção às Condições Crônicas (MACC) adotado pelo Ministério da Saúde. No caderno de prova, a alternativa correta é aquela que indica: “População total de uma rede de atenção à saúde, com ênfase nos macrodeterminantes e nas ações intersetoriais de promoção da saúde.”

Não há ausência de referencial ou ambiguidade suficiente para anulação. O próprio enunciado delimita o referencial ao mencionar o modelo adotado pelo Ministério da Saúde em suas diretrizes para o cuidado das pessoas com doenças crônicas.

No MACC, o Nível 1 corresponde à atuação sobre a população total, com ações de promoção da saúde e intervenção sobre determinantes sociais mais amplos/intermediários. Já os grupos estratificados por fatores de risco proximais, como sedentarismo e tabagismo, correspondem ao Nível 2, voltado à prevenção em subpopulações com fatores de risco modificáveis. Essa distinção consta expressamente no espelho: a alternativa relacionada aos fatores de risco proximais é incorreta porque “corresponde ao Nível 2”, enquanto o Nível 1 opera com a população total da rede e ações intersetoriais de promoção da saúde.

A literatura de referência sobre o MACC também diferencia as intervenções promocionais do Nível 1 das intervenções preventivas do Nível 2, além dos níveis 3, 4 e 5 voltados à gestão clínica das condições crônicas estabelecidas.

Assim, a alternativa D, defendida em um dos recursos, não é a melhor resposta, pois descreve o Nível 2 do MACC, e não o Nível 1. Tampouco há duplicidade entre as alternativas B e D: uma se refere à população total e ações intersetoriais de promoção da saúde; a outra, a grupos com fatores de risco proximais e modificação comportamental, categoria própria do nível subsequente.

Conclusão: recursos improcedentes. Mantido o gabarito oficial.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes para o cuidado das pessoas com doenças crônicas nas redes de atenção à saúde e nas linhas de cuidado prioritárias. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	16	24	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após análise dos recursos interpostos, não assiste razão aos candidatos.

A Questão da prova de Médico Clínico Geral – 40h apresenta um surto localizado de síndrome exantemática em creche municipal e solicita o indicador a ser priorizado para mensurar, em intervalo temporal curto e definido, a ocorrência de novos casos e o risco de adoecimento entre crianças suscetíveis. A alternativa correta é a A, que define o coeficiente de incidência como a relação entre o número de casos novos e a população exposta ao risco de adoecimento no período delimitado.

O argumento recursal sustenta que a velocidade de propagação poderia ser avaliada por curva epidêmica, taxa de ataque ou número reprodutivo. Todavia, o item não solicitava modelagem matemática da transmissão, cálculo de número reprodutivo ou descrição gráfica da curva epidêmica. Solicitava, entre as alternativas disponíveis, o cálculo epidemiológico capaz de expressar risco de adoecimento em população sob risco durante um período definido.

Nesse contexto, o coeficiente de incidência é o indicador adequado, pois mede a frequência de casos novos em uma população suscetível ao longo de determinado intervalo de tempo, permitindo estimar o risco de ocorrência do agravo e acompanhar sua dinâmica temporal. O próprio espelho da questão registra que a incidência “expressa o risco de

ocorrência de novos casos em uma população sob risco em um período de tempo, sendo essencial para medir a velocidade de surtos”.

A taxa de ataque, citada nos recursos, não invalida a alternativa A. Em surtos em populações fechadas, como creches, a taxa de ataque é classicamente compreendida como uma forma de incidência cumulativa aplicada a um período delimitado. Assim, ainda que fosse uma nomenclatura mais específica em certos contextos de investigação de surtos, ela não estava entre as alternativas; e, conceitualmente, pertence ao campo das medidas de incidência, não ao da prevalência.

As alternativas que mencionam prevalência pontual estão incorretas, pois a prevalência expressa o estoque de casos existentes em um momento específico, sendo útil para estimar carga de doença e planejamento de recursos, mas não para medir o risco de uma criança sadia contrair a enfermidade em período curto e definido. Também são incorretas as alternativas que trocam os conceitos, atribuindo casos novos à prevalência ou estoque de casos à incidência.

Portanto, há uma única alternativa correta entre as opções apresentadas.

Conclusão: recursos improcedentes Mantido o gabarito oficial.

Fonte:

- Guia de Vigilância em Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. – 5. ed. rev. e atual. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
23	17	25	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após análise dos recursos interpostos, não assiste razão aos candidatos.

A Questão da prova de Médico Clínico Geral – 40h solicitava expressamente a identificação da definição correta do princípio da problematização no âmbito da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS — PNEPS-SUS. A alternativa apontada como correta foi a A, que afirma: “Implica a existência de relações dialógicas e propõe a construção de práticas em saúde alicerçadas na leitura e na análise crítica da realidade.”

Essa redação corresponde à definição normativa do princípio da problematização, conforme indicado no espelho da questão, com fundamento na Portaria nº 2.761/2013 do Ministério da Saúde. A alternativa A apresenta a definição literal do princípio da problematização, cujo foco está na leitura e análise crítica da realidade para transformação das práticas de saúde.

A alegação de que a alternativa C também estaria correta não procede. A alternativa C descreve outro princípio da PNEPS-SUS, relacionado aos processos comunicacionais e pedagógicos entre pessoas e grupos de diferentes saberes, culturas e inserções sociais, na perspectiva de compreender e transformar coletivamente as ações de saúde. Trata-se de princípio correlato dentro da Educação Popular em Saúde, mas não é a definição específica de problematização solicitada no comando da questão.

A existência de relação conceitual entre diálogo, construção compartilhada do conhecimento e problematização não implica equivalência entre os princípios. A própria PNEPS-SUS os organiza como princípios distintos, cada um com definição própria. Em prova objetiva, deve-se responder ao comando específico do item; neste caso, o comando não perguntou sobre os fundamentos gerais da Educação Popular em Saúde, mas sim sobre o princípio da problematização. Dessa forma, não há duplicidade de respostas. A alternativa A responde diretamente ao comando da questão; a alternativa C, embora traga conteúdo compatível com a Educação Popular em Saúde, refere-se a outro princípio operativo e, portanto, não constitui resposta correta para o item.

Conclusão: Recursos improcedentes. Mantido o gabarito oficial.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2013. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde — PNEPS-SUS.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	38	27	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmação de que, no cenário de choque cardiogênico, o cateterismo cardíaco esquerdo e a angiografia coronária são essenciais para definição diagnóstica e manejo terapêutico está inadequada pelo caráter absoluto da expressão.

Na suspeita de miocardite fulminante, especialmente em paciente jovem, previamente hígido, com quadro pós-viral, disfunção ventricular aguda, elevação de troponina e marcadores inflamatórios, a investigação deve priorizar métodos como ecocardiografia, exames laboratoriais, eletrocardiograma, ressonância magnética cardíaca quando viável e, em casos selecionados, biópsia endomiocárdica.

A angiografia coronária pode ser necessária para excluir síndrome coronariana aguda, principalmente em pacientes com fatores de risco, dor torácica típica ou alterações eletrocardiográficas sugestivas de isquemia. Porém, ela não é essencial em todos os casos para definir o diagnóstico de miocardite fulminante.

Justificativa das demais alternativas

A) Correta.

Os achados ecocardiográficos da miocardite podem variar conforme o estágio da doença e a forma de apresentação clínica. Na miocardite fulminante, podem ocorrer disfunção ventricular importante, alterações segmentares ou globais, alteração de espessura miocárdica por edema e diferentes graus de comprometimento hemodinâmico.

C) Correta.

A ecocardiografia é ferramenta central na avaliação inicial, especialmente porque muitos pacientes com miocardite fulminante estão instáveis, em choque cardiogênico, sob suporte vasoativo ou ventilatório, o que dificulta a realização imediata de ressonância magnética cardíaca. Além disso, o eco permite avaliar função ventricular, dimensões cavitárias, derrame pericárdico, pressão pulmonar e necessidade de suporte circulatório.

D) Correta.

Na miocardite fulminante, é descrita a presença de disfunção ventricular importante com cavidades ventriculares não significativamente dilatadas e aumento da espessura miocárdica, geralmente relacionado ao edema inflamatório agudo. Esse padrão ajuda a diferenciar a miocardite fulminante de cardiomiopatias dilatadas crônicas, nas quais há dilatação ventricular mais evidente.

Fonte:

- JATENE, Ieda Biscegli et al. Tratado de Cardiologia SOCESP. 5. ed. Santana de Parnaíba: Manole, 2022. v. 2. Capítulo sobre miocardites e miocardite fulminante.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	39	26	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O ácido tranexâmico não possui evidências consistentes de redução da mortalidade por sangramento gastrointestinal. O grande estudo HALT-IT, publicado no The Lancet, avaliou pacientes com sangramento gastrointestinal agudo e mostrou que o tranexâmico não reduziu morte por sangramento gastrointestinal. Além disso, associou-se a maior risco de eventos tromboembólicos venosos e convulsões.

Portanto, a alternativa B está incorreta ao afirmar benefício consistente em mortalidade.

Justificativa das demais alternativas

A) Correta.

O uso de ácido tranexâmico em hemorragia digestiva foi associado, no HALT-IT, a aumento de eventos tromboembólicos venosos e convulsões.

C) Correta.

O sistema over-the-scope clip (OTSC) tem sido associado a melhores resultados hemostáticos em hemorragia digestiva alta não varicosa, com redução de ressangramento em comparação às terapias endoscópicas convencionais. Estudos e metanálises demonstram menor taxa de ressangramento e melhor eficácia clínica em lesões de alto risco.

D) Correta.

Em pacientes com hemorragia digestiva alta e síndrome coronariana aguda recente, a endoscopia precoce demonstrou maior taxa de controle do sangramento, menor ressangramento precoce e menor necessidade transfusional, embora o perfil de risco cardiovascular deva ser cuidadosamente ponderado

Fontes:

- JATENE, Ieda Biscegli et al. Tratado de cardiologia SOCESP. 5. ed. Santana de Parnaíba: Manole, 2022. v. 2.
- HALT-IT TRIAL COLLABORATORS. Effects of a high-dose 24-h infusion of tranexamic acid on death and thromboembolic events in patients with acute gastrointestinal bleeding: an international randomised, double-blind, placebo-controlled trial. The Lancet, London, v. 395, n. 10241, p. 1927-1936, 2020.
- CHAN, Francis K. L. et al. Management of patients on antithrombotic agents undergoing emergency and elective endoscopy. Gut, London, v. 67, n. 3, p. 405-417, 2018.
- SCHMIDT, Alexander et al. Over-the-scope clips are more effective than standard endoscopic therapy for patients with recurrent bleeding of peptic ulcers. Gastroenterology, Philadelphia, v. 155, n. 3, p. 674-686, 2018.
- LIN, Hsuan-Chao et al. Safety and efficacy of early endoscopy for acute upper gastrointestinal bleeding in patients with acute coronary syndrome. Scientific Reports, London, v. 12, artigo 6605, 2022.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	40	30	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A síndrome cardiorenal tipo 2 corresponde à situação em que uma doença cardíaca crônica, como a insuficiência cardíaca crônica com fração de ejeção reduzida, leva progressivamente à disfunção renal crônica.

No caso descrito, o paciente apresenta insuficiência cardíaca crônica e evolui ambulatorialmente com piora persistente da função renal, queda gradual da taxa de filtração glomerular e albuminúria, sem fatores agudos evidentes como sepse, hipovolemia ou nefrotoxicidade recente. Esse padrão caracteriza uma interação crônica coração-rim, na qual a disfunção cardíaca sustentada contribui para doença renal crônica.

Portanto, a classificação correta é síndrome cardiorenal tipo 2.

Justificativa das alternativas incorretas

A) Síndrome Cardiorenal tipo 1 — incorreta.

A síndrome cardiorenal tipo 1 ocorre quando há disfunção cardíaca aguda levando a lesão renal aguda, como em insuficiência cardíaca aguda, choque cardiogênico ou descompensação aguda com piora rápida da função renal. O caso descreve evolução crônica e progressiva.

C) Síndrome Renocárdica tipo 3 — incorreta.

A síndrome renocárdica tipo 3 ocorre quando uma lesão renal aguda provoca disfunção cardíaca aguda, como sobrecarga volêmica, distúrbios eletrolíticos ou uremia desencadeando arritmias, edema agudo de pulmão ou insuficiência cardíaca aguda. No caso, o evento inicial é cardíaco crônico.

D) Síndrome Renocárdica tipo 4 — incorreta.

A síndrome renocárdica tipo 4 ocorre quando a doença renal crônica primária contribui para doença cardíaca crônica, como hipertrofia ventricular esquerda, doença arterial coronariana, insuficiência cardíaca ou arritmias. No enunciado, a relação proposta é inversa: a insuficiência cardíaca crônica está contribuindo para a disfunção renal progressiva.

Fonte:

- JATENE, Ieda Biscegli et al. Tratado de cardiologia SOCESP. 5. ed. Santana de Parnaíba: Manole, 2022. v. 2.
- MCCULLOUGH, Peter A. et al. Cardiorenal syndromes: report from the consensus conference of the Acute Dialysis Quality Initiative. European Heart Journal, Oxford, v. 31, n. 6, p. 703-711, 2010.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	34	31	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A dispneia crônica e progressiva é considerada o principal sintoma da Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC). Caracteristicamente, apresenta instalação insidiosa, piora gradual ao longo dos anos e é inicialmente desencadeada por esforços, tornando-se progressivamente mais limitante à medida que a doença evolui. Trata-se do sintoma que mais impacta a capacidade funcional, a qualidade de vida e o prognóstico dos pacientes.

Embora a tosse crônica e a expectoração sejam manifestações frequentes, especialmente nos pacientes com fenótipo bronquite crônica, a dispneia constitui o sintoma predominante e o principal motivo de limitação funcional, sendo considerada a manifestação clínica cardinal da DPOC pelas principais diretrizes internacionais.

Análise das alternativas incorretas

A) Febre vespertina.

Incorreta. A febre não faz parte da apresentação clínica habitual da DPOC estável. Sua presença deve levantar suspeita de exacerbação infecciosa ou de outros diagnósticos diferenciais, como pneumonia ou tuberculose.

B) Tosse seca ou produtiva.

Incorreta. A tosse crônica, geralmente produtiva, é um sintoma frequente da DPOC, sobretudo no fenótipo bronquite crônica. Entretanto, não constitui o principal sintoma da doença, sendo a dispneia progressiva a manifestação clínica predominante e de maior relevância funcional.

C) Perda de peso e anorexia.

Incorreta. Perda ponderal e anorexia podem ocorrer em fases avançadas da DPOC, especialmente em pacientes com enfisema grave e caquexia pulmonar, estando associadas a pior prognóstico. Contudo, não representam o principal sintoma da doença.

Fontes:

- Global Initiative for Chronic Obstructive Lung Disease. Global Strategy for the Diagnosis, Management, and Prevention of Chronic Obstructive Pulmonary Disease – 2026 Report.
- Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. Recomendações para o manejo da Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica.
- Harrison's Principles of Internal Medicine. 22. ed. New York: McGraw-Hill Education, 2024.
- Tratado de Pneumologia e Tisiologia. 3. ed. Barueri: Manole.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
30	35	34	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O hipotireoidismo subclínico é definido pela presença de TSH elevado com T4 livre dentro da faixa de normalidade. A indicação de tratamento com levotiroxina deve ser individualizada, considerando idade, nível de TSH, sintomas, presença de anticorpos antitireoidianos, risco cardiovascular e gestação.

A recomendação mais consistente nas principais diretrizes é:

TSH $\geq$ 10 mU/mL: tratamento geralmente indicado, sobretudo em pacientes com menos de 65–70 anos, devido ao maior risco de progressão para hipotireoidismo franco e às possíveis repercussões cardiovasculares e metabólicas. TSH entre o limite superior da normalidade e 10 mU/mL: a decisão deve ser individualizada, considerando sintomas, positividade do anti-TPO, bócio, gestação ou planejamento gestacional, dislipidemia e risco cardiovascular.

Análise das alternativas

A) Com menos de 65 anos e TSH $>$ 10 mU/mL. Correta.

Esta é a indicação clássica e mais amplamente aceita para início de levotiroxina em pacientes com hipotireoidismo subclínico.

B) Gestantes com TSH entre 4,5 mU/mL e 9,9 mU/mL.

Embora a gestação reduza o limiar para tratamento, não se trata de indicação universal. A conduta depende do trimestre gestacional, dos valores de referência específicos da gestação e, principalmente, da presença de anticorpos anti-TPO. Assim, a alternativa está excessivamente generalizada.

C) Com anti-TPO negativo e TSH entre 4,5 mU/mL e 9,9 mU/mL.

Na ausência de sintomas, anticorpos positivos ou outros fatores de risco, a conduta habitual é acompanhamento clínico e laboratorial, não tratamento imediato.

D) Com menos de 65 anos e TSH > 7 mU/mL associado a alto risco cardiovascular.

Embora o risco cardiovascular possa influenciar a decisão terapêutica, não existe recomendação habitual baseada especificamente em TSH > 7 mU/mL. O ponto de corte com maior respaldo nas diretrizes permanece TSH ≥ 10 mU/mL.

Fontes:

- American Thyroid Association. Guidelines for the Treatment of Hypothyroidism.
- European Thyroid Association. Guidelines on Management of Subclinical Hypothyroidism.
- Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia. Diretrizes para diagnóstico e tratamento das doenças da tireoide.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	36	35	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A embolia pulmonar (EP) é uma importante causa de morbimortalidade cardiovascular, sendo decorrente, na maioria dos casos, da migração de trombos oriundos da trombose venosa profunda dos membros inferiores. Embora a radiografia de tórax possua baixa sensibilidade e especificidade para o diagnóstico da EP, alguns achados clássicos podem estar presentes e contribuir para a suspeição diagnóstica.

O sinal da bailarina não corresponde a um sinal radiográfico clássico da embolia pulmonar, não fazendo parte dos achados descritos nas principais diretrizes e obras de referência em pneumologia, radiologia e medicina de emergência. Dessa forma, trata-se da alternativa incorreta e, portanto, da resposta da questão.

Análise das alternativas incorretas

A) Sinal de Palla.

Incorreta. O sinal de Palla é um achado radiográfico clássico da embolia pulmonar e caracteriza-se pelo aumento do calibre da artéria pulmonar descendente direita, refletindo distensão vascular proximal ao trombo. Apesar de pouco frequente, é considerado um dos sinais clássicos descritos na literatura.

C) Sinal de Westermark.

Incorreta. O sinal de Westermark consiste em área focal de hipertransparência pulmonar decorrente da redução da perfusão distal ao êmbolo (oligemia regional). É um dos achados radiográficos clássicos da embolia pulmonar, embora apresente baixa sensibilidade.

D) Corcova de Hampton.

Incorreta. A corcova de Hampton corresponde a uma opacidade periférica em formato de cunha, com base pleural, representando infarto pulmonar hemorrágico secundário à embolia pulmonar. Também é considerada um dos sinais radiográficos clássicos da doença.

Fontes:

- Harrison's Principles of Internal Medicine. 22. ed. New York: McGraw-Hill Education, 2024.
- European Society of Cardiology. 2024 ESC Guidelines for the management of acute pulmonary embolism.
- American College of Radiology. Appropriateness Criteria® – Suspected Pulmonary Embolism.
- Grainger & Allison's Diagnostic Radiology. 8. ed. Elsevier, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	37	28	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa C é a resposta correta porque o anticorpo contra peptídeos citrulinados cíclicos, conhecido como anti-CCP, não corresponde a um anticorpo antifosfolípide classicamente associado à Síndrome do Anticorpo Antifosfolípideo (SAF).

O anti-CCP é um autoanticorpo relacionado principalmente à artrite reumatoide, com importância diagnóstica e prognóstica nessa doença, sobretudo por sua associação com formas erosivas e maior especificidade em relação ao fator reumatoide.

Na SAF, os principais anticorpos laboratoriais utilizados nos critérios classificatórios são:

Anticoagulante lúpico;

Anticorpo anticardiolipina IgG ou IgM;

Anticorpo anti-beta2-glicoproteína I IgG ou IgM.

Esses anticorpos devem ser detectados em pelo menos duas ocasiões, com intervalo mínimo de 12 semanas, para evitar diagnóstico baseado em positividade transitória.

Justificativa das alternativas incorretas

A) Ensaio de anticoagulante lúpico — incorreta.

O anticoagulante lúpico é um dos principais marcadores laboratoriais da SAF. Apesar do nome, ele se associa clinicamente a maior risco de trombose, e não a tendência hemorrágica.

B) Anticorpo anticardiolipina (IgG ou IgM) — incorreta.

O anticorpo anticardiolipina, nas classes IgG ou IgM, faz parte dos anticorpos classicamente associados à SAF e integra os critérios laboratoriais da síndrome quando presente em títulos significativos e de forma persistente.

D) Anticorpo anti-beta2-glicoproteína I (IgG ou IgM) — incorreta.

O anti-beta2-glicoproteína I, nas classes IgG ou IgM, também é um dos anticorpos antifosfolípidos clássicos da SAF, com relevância diagnóstica e associação com eventos trombóticos e morbidade obstétrica.

Fontes:

- MIYAKIS, Stylianos et al. International consensus statement on an update of the classification criteria for definite antiphospholipid syndrome (APS). Journal of Thrombosis and Haemostasis, Oxford, v. 4, n. 2, p. 295-306, 2006.
- ARINGER, Martin et al. 2019 European League Against Rheumatism/American College of Rheumatology classification criteria for systemic lupus erythematosus. Annals of the Rheumatic Diseases, London, v. 78, n. 9, p. 1151-1159, 2019.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	26	29	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A paciente apresenta hepatite B crônica em uso de entecavir, com carga viral persistentemente indetectável, afastando falha terapêutica ou replicação viral ativa. Entretanto, evolui com elevação importante das aminotransferases, hiperbilirrubinemia e aumento discreto das imunoglobulinas séricas, conjunto de achados que sugere fortemente um processo imunomediado, especialmente hepatite autoimune. Nesses casos, o diagnóstico diferencial deve incluir pesquisa de autoanticorpos (ANA, ASMA, anti-LKM1, entre outros) e, quando indicada, biópsia hepática para confirmação. O Tratado ressalta que pacientes com hepatite B podem apresentar outras causas de lesão hepática durante o seguimento, devendo a atividade inflamatória ser interpretada em conjunto com a carga viral. A persistência de HBV-DNA indetectável torna improvável que a exacerbação seja decorrente da infecção viral em atividade.

Análise das alternativas

A) Hepatite autoimune. Correta.

A associação entre aumento expressivo das aminotransferases, hiperbilirrubinemia, hipergamaglobulinemia e manutenção da supressão virológica caracteriza um quadro compatível com hepatite autoimune, importante diagnóstico diferencial em pacientes com hepatite B crônica adequadamente controlada.

B) Resistência ao Entecavir. Incorreta.

A resistência ao entecavir costuma manifestar-se por rebote virológico, com reaparecimento ou aumento do HBV-DNA. No caso apresentado, a carga viral permanece indetectável, tornando essa hipótese pouco provável. O entecavir apresenta elevada potência antiviral e baixa taxa de resistência em pacientes virgens de tratamento.

C) Reativação do vírus da hepatite B. Incorreta.

A reativação viral caracteriza-se pelo aumento da replicação do HBV, habitualmente acompanhado de elevação do HBV-DNA. A manutenção de carga viral indetectável praticamente exclui esse diagnóstico no contexto descrito.

D) Hepatite medicamentosa induzida. Incorreta.

Embora sempre deva integrar o diagnóstico diferencial de elevação de enzimas hepáticas, o enunciado não descreve introdução recente de fármacos potencialmente hepatotóxicos, e o discreto aumento das imunoglobulinas favorece mecanismo autoimune. Além disso, o entecavir apresenta bom perfil de segurança hepática, sendo reconhecido por sua elevada eficácia antiviral.

Fonte:

- ZATERKA, Schlioma; EISIG, Jaime Natan (eds.). Tratado de Gastroenterologia: da Graduação à Pós-Graduação. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2016. Capítulo 94 – Hepatite B.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	28	33	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O aumento do hematócrito associado à queda progressiva da contagem de plaquetas constitui um dos principais indicadores laboratoriais de extravasamento plasmático, evento fisiopatológico central da dengue grave. Esse achado sugere aumento da permeabilidade capilar, hemoconcentração e maior risco de evolução para choque, hemorragias e disfunção orgânica, devendo motivar monitorização intensiva e reposição volêmica adequada.

Segundo o Ministério da Saúde e a World Health Organization, a elevação progressiva do hematócrito acompanhada de trombocitopenia é um importante marcador de gravidade e de necessidade de reavaliação clínica frequente.

Análise das alternativas incorretas

A) Icterícia e hepatomegalia leve.

Incorreta. A hepatomegalia pode ocorrer na dengue, principalmente em crianças, e discreta elevação de bilirrubinas também pode ser observada. Entretanto, hepatomegalia leve e icterícia isoladas não constituem critérios clássicos de progressão para dengue grave. Comprometimento hepático grave caracteriza-se por insuficiência hepática importante e elevação expressiva das aminotransferases.

B) Aumento isolado da transaminase.

Incorreta. Elevação discreta ou moderada das aminotransferases é um achado frequente durante a infecção pelo vírus da dengue e, isoladamente, não caracteriza gravidade. Apenas elevações muito acentuadas (AST ou ALT ≥ 1.000 U/L), associadas a disfunção hepática, integram os critérios de comprometimento grave de órgãos.

C) Leucopenia persistente com neutrofilia.

Incorreta. A leucopenia é um achado laboratorial comum na dengue, geralmente acompanhada de linfocitose relativa ou linfócitos atípicos. Neutrofilia persistente não é marcador clássico de progressão para dengue grave, podendo inclusive sugerir infecção bacteriana secundária ou diagnóstico alternativo.

Fonte:

- Ministério da Saúde. Guia de Manejo Clínico da Dengue – Adulto e Criança. 6. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.
- World Health Organization. Dengue: Guidelines for Diagnosis, Treatment, Prevention and Control. Geneva: WHO.

- Pan American Health Organization. Comprehensive Guidelines for Prevention and Control of Dengue and Dengue Hemorrhagic Fever in the Americas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	29	40	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A cardiopatia chagásica crônica caracteriza-se por um processo inflamatório miocárdico persistente, no qual predominam infiltrado inflamatório mononuclear, especialmente linfocitário, associado à fibrose miocárdica difusa e progressiva. Essas alterações levam à destruição de cardiomiócitos, remodelamento ventricular, aneurisma apical, distúrbios de condução, arritmias ventriculares, insuficiência cardíaca e morte súbita.

A fibrose miocárdica constitui um dos principais substratos anatômicos para a ocorrência de reentrada elétrica e arritmias malignas, sendo considerada um dos achados anatomopatológicos mais característicos da doença.

Análise das alternativas incorretas

A) Deposição de amiloide.

Incorreta. A deposição de amiloide caracteriza as cardiomiopatias infiltrativas, especialmente a amiloidose cardíaca, não fazendo parte da fisiopatologia da cardiopatia chagásica crônica.

B) Necrose isquêmica difusa.

Incorreta. A necrose isquêmica é típica das síndromes coronarianas agudas decorrentes de obstrução arterial coronariana. Embora possa haver áreas focais de necrose relacionadas ao processo inflamatório, a lesão predominante na doença de Chagas é inflamatória e fibrótica, e não isquêmica difusa.

C) Inflamação neutrofílica focal.

Incorreta. O infiltrado inflamatório da fase crônica é predominantemente mononuclear, composto principalmente por linfócitos e macrófagos. O predomínio de neutrófilos é característico de processos infecciosos bacterianos agudos e não da cardiopatia chagásica crônica.

Fontes:

- Sociedade Brasileira de Cardiologia. Diretriz Brasileira sobre Diagnóstico e Tratamento da Doença de Chagas.
- Ministério da Saúde. Consenso Brasileiro em Doença de Chagas. Brasília: Ministério da Saúde.
- Bogliolo Patologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Robbins & Cotran Pathologic Basis of Disease. Elsevier, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	30	39	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A presença de transtorno bipolar não diagnosticado é uma das principais causas de aparente falha terapêutica dos Inibidores Seletivos da Recaptação de Serotonina (ISRS) em pacientes inicialmente tratados como portadores de transtorno depressivo maior. Nesses casos, os episódios depressivos correspondem à fase depressiva do transtorno bipolar, e a monoterapia com antidepressivos apresenta eficácia limitada, podendo ainda precipitar virada maníaca, hipomania, ciclagem rápida e instabilidade do humor.

Dessa forma, diante de resposta inadequada aos ISRS, é fundamental reavaliar o diagnóstico, investigando história de episódios de mania ou hipomania, antecedentes familiares de transtorno bipolar e outros indicadores clínicos dessa condição.

Análise das alternativas incorretas

A) Início precoce do tratamento.

Incorreta. O início precoce do tratamento antidepressivo está associado a melhor prognóstico, menor duração do episódio depressivo e maior probabilidade de remissão clínica, não constituindo fator relacionado à falha terapêutica.

B) Uso concomitante de psicoterapia.

Incorreta. A associação entre psicoterapia baseada em evidências, especialmente a terapia cognitivo-comportamental, e antidepressivos aumenta as taxas de resposta e remissão, além de reduzir o risco de recorrência. Portanto, representa estratégia terapêutica complementar, e não fator de refratariedade.

C) Presença de comorbidades ansiosas.

Incorreta. Os transtornos de ansiedade comórbidos podem estar associados a evolução mais lenta e maior gravidade clínica, porém muitos pacientes apresentam resposta satisfatória aos ISRS, que também constituem tratamento de primeira linha para diversos transtornos ansiosos. Embora possam dificultar a evolução clínica, não representam um fator tão fortemente associado à ausência de resposta quanto o transtorno bipolar não reconhecido.

Fontes:

- Kaplan & Sadock's Synopsis of Psychiatry. 12. ed. Philadelphia: Wolters Kluwer, 2021.
- Goodman & Gilman's The Pharmacological Basis of Therapeutics. New York: McGraw-Hill, 2023.
- American Psychiatric Association. Practice Guideline for the Treatment of Patients With Major Depressive Disorder.
- Canadian Network for Mood and Anxiety Treatments. Clinical Guidelines for the Management of Major Depressive Disorder and Bipolar Disorder.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	31	36	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A ressonância magnética (RM) das mamas é o método de imagem com maior sensibilidade para a detecção do câncer de mama, alcançando valores superiores a 90–95% em diversos estudos. Seu desempenho é pouco influenciado pela densidade mamária, o que a torna particularmente útil em mulheres com mamas densas, nas quais a sensibilidade da mamografia é reduzida pela maior quantidade de tecido fibroglandular.

A RM é indicada principalmente para rastreamento de mulheres com alto risco para câncer de mama (como portadoras de mutações em BRCA1/BRCA2 ou risco vitalício $\geq 20\%$), para avaliação da extensão da doença, pesquisa de tumor oculto e investigação de achados inconclusivos em métodos convencionais. Apesar de sua elevada sensibilidade, não substitui a mamografia no rastreamento populacional, devido ao maior custo, menor especificidade e maior número de resultados falso-positivos.

Análise das alternativas incorretas

A) Mamografia.

Incorreta. A mamografia permanece como o principal método de rastreamento populacional do câncer de mama e é o exame mais eficaz para detecção de microcalcificações. Entretanto, sua sensibilidade diminui significativamente em pacientes com mamas densas, podendo variar entre aproximadamente 50% e 65%, o que limita sua capacidade diagnóstica nesse grupo.

B) Ultrassonografia.

Incorreta. A ultrassonografia é importante método complementar, especialmente em pacientes com mamas densas, aumentando a detecção de lesões não visualizadas na mamografia. Contudo, apresenta sensibilidade inferior à da ressonância magnética e não é recomendada como método isolado de rastreamento na população geral.

D) Tomografia computadorizada.

Incorreta. A tomografia computadorizada não possui papel no rastreamento ou no diagnóstico inicial do câncer de mama. Seu uso restringe-se, principalmente, ao estadiamento de doença avançada e à investigação de metástases, não sendo indicada para avaliação primária de lesões mamárias.

Fontes:

- Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem. Recomendações para Rastreamento do Câncer de Mama no Brasil.
- American College of Radiology. ACR Appropriateness Criteria® – Breast Cancer Screening.

- National Comprehensive Cancer Network. Clinical Practice Guidelines in Oncology: Breast Cancer Screening and Diagnosis.
- Sociedade Brasileira de Mastologia. Recomendações para rastreamento e diagnóstico do câncer de mama.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
41	46	43	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em adulto jovem, previamente hígido, com pneumonia adquirida na comunidade de baixa gravidade e infiltrado lobar único, o agente etiológico mais provável é o *Streptococcus pneumoniae*. Para tratamento ambulatorial empírico, a amoxicilina é opção adequada e de espectro mais direcionado.

A alternativa C é apenas parcialmente plausível: *Mycoplasma pneumoniae* pode causar pneumonia em adultos jovens, mas tende a associar-se mais a apresentação atípica e infiltrado intersticial/difuso; além disso, a levofloxacina não é a escolha preferencial no quadro leve sem comorbidades, por ser excessivamente ampla.

As alternativas B e D não correspondem ao agente mais provável nem ao esquema inicial mais apropriado. Portanto, mantém-se o gabarito A, sem ambiguidade relevante.

Fonte:

- Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	47	44	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa afirma que reticulócitos elevados sugerem hemólise ou perda aguda de sangue, redação tecnicamente correta e compatível com a literatura hematológica. O emprego do verbo "sugerem" indica um achado que orienta o raciocínio diagnóstico, sem atribuir caráter exclusivo ou absoluto à reticulocitose.

Embora a reticulocitose possa ocorrer em outras situações clínicas, esse fato não invalida a assertiva, especialmente porque o comando da questão trata da diferenciação entre anemia da doença crônica e hemólise, contexto em que a resposta reticulocitária constitui importante marcador da atividade medular e auxilia na distinção entre anemias hipoproliferativas e hemolíticas.

As demais alternativas apresentam incorreções objetivas, uma vez que a anemia da doença crônica não cursa, em regra, com reticulocitose importante, e a hemólise cursa com elevação de LDH e bilirrubina indireta.

Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas: Anemia na Atenção Primária e Condições Associadas.
- Williams Hematology.
- Harrison's Principles of Internal Medicine.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	48	41	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicita a classificação clínica e a conduta inicial do paciente com quadro compatível com dengue, conforme os critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde. O paciente descrito apresenta quadro típico de dengue sem sinais de alarme, encontrando-se hemodinamicamente estável, sem sangramentos, sem dor abdominal, sem vômitos persistentes, sem sinais de extravasamento plasmático e com plaquetometria que não caracteriza gravidade. Nessa situação, a conduta recomendada é manejo ambulatorial, hidratação oral e orientação quanto aos sinais de alarme, conforme previsto no protocolo oficial.

Os argumentos referentes à necessidade de investigação para malária em áreas endêmicas não afastam a correção da alternativa indicada. A realização de exames para diagnóstico diferencial pode ser clinicamente pertinente em situações específicas, porém não altera a classificação clínica da dengue nem a conduta inicial preconizada para pacientes classificados como dengue sem sinais de alarme. Ademais, a questão não versa sobre investigação etiológica de síndrome febril aguda, mas sobre a classificação e o manejo da dengue.

Dessa forma, a questão apresenta apenas uma alternativa correta, inexistindo ambiguidade que justifique a anulação ou alteração do gabarito.

Mantém-se o gabarito.

Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde. Dengue: diagnóstico e manejo clínico – adulto e criança. 6ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.
- World Health Organization. Dengue: Guidelines for Diagnosis, Treatment, Prevention and Control (2009).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
44	49	42	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está expressamente fundamentada no Manual de Apoio à Implementação do Teste DNA-HPV para Gestores do Sistema Único de Saúde (INCA, 2025), conforme indicado no gabarito comentado. Nesse documento, está previsto que todas as mulheres com resultado positivo para HPV 16 e/ou 18 devem ser encaminhadas para colposcopia, tornando correta a alternativa indicada.

Os argumentos apresentados baseiam-se em recomendações gerais da OMS ou em estratégias futuras de implementação, as quais não afastam a aplicação da diretriz adotada como referência da questão. Da mesma forma, a alternativa relativa à autocoleta permanece incorreta, pois o documento de referência estabelece que, na implantação do programa no SUS, a coleta deve ser realizada por profissionais de saúde na Atenção Primária.

Por fim, a alternativa que afirma redução da necessidade de colposcopias também contraria o Manual do INCA, que prevê aumento da demanda por colposcopias na fase inicial da implementação do rastreamento com teste de DNA-HPV, em razão da maior sensibilidade do método.

Dessa forma, a questão apresenta apenas uma alternativa correta.

Mantém-se o gabarito.

Fonte:

- Instituto Nacional de Câncer (INCA). Manual de apoio à implementação do teste DNA-HPV para gestores do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: INCA, 2025

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
45	50	48	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão não utiliza a expressão “urgência relativa” em seu enunciado ou nas alternativas, portanto não há prejuízo à objetividade da avaliação por esse aspecto. O conteúdo avaliado refere-se à conduta inicial diante de paciente com dispepsia e sinais de alarme.

O paciente apresenta fatores que indicam investigação de doença orgânica, como idade de 58 anos, perda ponderal e saciedade precoce, sendo recomendada a realização de endoscopia digestiva alta para avaliação diagnóstica. As demais alternativas propõem condutas inadequadas diante da presença desses achados, como tratamento empírico isolado ou ausência de investigação.

Mantém-se o gabarito.

Fontes:

- American College of Gastroenterology. ACG Clinical Guideline: Diagnosis and Management of Dyspepsia.
- Federação Brasileira de Gastroenterologia. Diretrizes para manejo da dispepsia.
- European Society of Gastrointestinal Endoscopy. Guidelines on upper gastrointestinal endoscopy.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
47	42	50	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito está de acordo com as recomendações atuais para manejo de pacientes com transtorno depressivo maior e doença cardiovascular, nas quais os inibidores seletivos da recaptação de serotonina (ISRS) são considerados opções preferenciais devido ao melhor perfil de segurança cardiovascular quando comparados a outras classes, destacando-se a sertralina pela experiência clínica acumulada e menor potencial de interações medicamentosas clinicamente relevantes.

A alternativa não afirma ausência absoluta de interações ou exclusividade terapêutica, mas descreve características que justificam sua escolha como opção inicial no cenário clínico apresentado. A existência de outras opções terapêuticas dentro da mesma classe não torna a alternativa incorreta.

As demais alternativas apresentam informações inadequadas quanto ao perfil cardiovascular dos medicamentos citados.

Dessa forma, a questão apresenta apenas uma alternativa correta.

Mantém-se o gabarito.

Fontes:

- Associação Brasileira de Psiquiatria. Diretrizes Clínicas para Transtorno Depressivo Maior.
- Brasil. Ministério da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas – Transtornos Depressivos.
- American Psychiatric Association. Practice Guideline for the Treatment of Patients With Major Depressive Disorder.
- Glassman AH et al. Sertraline Treatment of Major Depression in Patients With Acute MI or Unstable Angina (SADHART Trial). JAMA.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
48	43	45	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em pacientes com coinfeção HIV/tuberculose e CD4 < 50 células/mm³, as diretrizes recomendam início da TARV em até 2 semanas após o início do tratamento da tuberculose, pois há redução significativa da mortalidade com início precoce. O principal risco associado é a síndrome inflamatória da reconstituição imune (IRIS), porém o benefício supera o risco nesse grupo. O atraso sistemático da TARV aumenta mortalidade em pacientes profundamente imunossuprimidos. O início tardio (≥8 semanas) é reservado para pacientes com CD4 mais elevado ou situações específicas como tuberculose meníngea, onde a decisão deve ser individualizada.

Embora o PCDT brasileiro vigente recomende que a TARV seja iniciada em até sete dias após o início do tratamento da tuberculose — ressalvada a tuberculose meníngea —, tal atualização não torna incorreta a alternativa D.

A expressão “nas primeiras duas semanas” contempla o início precoce da TARV e é compatível com recomendações consolidadas para pacientes com CD4 inferior a 50 células/mm³, grupo no qual a antecipação do tratamento reduz a mortalidade. O prazo de até sete dias representa uma orientação ainda mais célere, inserida nesse intervalo.

Assim, eventual diferença entre diretrizes quanto ao limite temporal mais específico não gera ambiguidade, pois não conduz a outra alternativa correta. No caso apresentado, sem acometimento do sistema nervoso central e com CD4 de 42 células/mm³, a alternativa D é inequivocamente a que melhor se ajusta à conduta indicada.

Mantém-se, portanto, o gabarito D.

Fonte:

- Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV e Coinfecção TB-HIV (atualização vigente)

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	45	47	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O quadro clínico descrito apresenta características clássicas de osteoartrite das mãos, incluindo acometimento das articulações interfalângicas distais, aumento ósseo nodular compatível com nódulos de Heberden, rigidez matinal de curta duração e ausência de manifestações inflamatórias sistêmicas.

Embora a osteoartrite erosiva seja uma apresentação possível da osteoartrite das mãos, seu diagnóstico depende de achados específicos, especialmente alterações radiográficas características, além de manifestações inflamatórias mais evidentes, não descritas no caso apresentado.

A questão solicita o diagnóstico mais provável diante dos achados clínicos fornecidos, não sendo necessária a exclusão de todas as variantes possíveis da doença.

Dessa forma, permanece apenas uma alternativa compatível com o quadro descrito.

Mantém-se o gabarito.

Fontes:

- Sociedade Brasileira de Reumatologia. Recomendações para diagnóstico e tratamento da osteoartrite.
- American College of Rheumatology. Guideline for the Management of Osteoarthritis of the Hand, Hip, and Knee.
- European Alliance of Associations for Rheumatology. Recommendations for the diagnosis and management of hand osteoarthritis. Annals of the Rheumatic Diseases.

BRANCA

2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é c) O letramento é o que se espera, minimamente, do estudante ao fim da educação básica. O segundo parágrafo apresenta habilidades básicas esperadas dos alunos ao concluírem o ensino médio: compreender instituições sociais, ler documentos do cotidiano profissional, dominar matemática elementar e reconhecer o valor da ciência. Essas competências estão relacionadas ao conceito de letramento, entendido como a capacidade de usar conhecimentos de leitura, escrita e matemática em situações sociais reais.

Justificativa das demais alternativas

a) “O acesso ao Ensino Superior deve ser democrático, ou seja, garantido a todos.”

Incorreta porque o texto afirma apenas que “uma parcela significativa” deve continuar os estudos no ensino superior. Em nenhum momento defende acesso universal ou democrático para todos.

d) “Linguagens, Matemática e Ciências Naturais são as disciplinas mais importantes da educação básica.”

Incorreta porque o texto menciona competências nessas áreas, mas não estabelece hierarquia entre disciplinas nem afirma que sejam “as mais importantes”.

b) “A escola precisa, urgentemente, aproximar seus conteúdos da realidade dos alunos.”

Embora essa ideia possa ser associada ao texto de forma indireta, ela não é a principal inferência do segundo parágrafo. O trecho enfatiza competências básicas esperadas ao final da educação básica, não uma crítica explícita ao distanciamento entre conteúdo escolar e realidade dos estudantes.

Fontes:

- FIORIN, J.L. Em busca do sentido: estudos discursivos. São Paulo, Contexto, 2022.
- KOCH, I.V. et ELIAS, V.M. Ler e Compreender: os sentidos do texto. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- FIORIN, J.L et SAVIOLI, F.P. Lições de Texto: leitura e redação. 4 ed. São Paulo: Ática, 2003.

BRANCA

3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é A) I, II e III.

I. Correta.

O texto defende que a escola seja transformada em um “ambiente dinâmico de aprendizado”, articulado às necessidades da sociedade contemporânea. As propostas apresentadas procuram tornar a educação mais eficiente diante das demandas sociais, profissionais e culturais atuais.

II. Correta.

Ao afirmar que os docentes poderiam dedicar-se “profissionalmente a uma única instituição”, o texto sugere a diminuição da fragmentação da carga de trabalho do professor, além da ampliação de sua formação continuada e de sua atuação pedagógica.

III. Correta.

Embora não esteja explicitamente afirmado, é possível inferir que a escola de tempo integral assumiria um papel formativo mais amplo, sobretudo para alunos de classes economicamente desfavorecidas. Ao permanecerem mais tempo na escola — ambiente descrito como “seguro” e estruturado —, os estudantes receberiam acompanhamento educacional, social e formativo que complementa funções tradicionalmente atribuídas à família.

Fontes:

- FIORIN, J.L. Em busca do sentido: estudos discursivos. São Paulo, Contexto, 2022.

- KOCH, I.V. et ELIAS, V.M. Ler e Compreender: os sentidos do texto. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- FIORIN, J.L et SAVIOLI, F.P. Lições de Texto: leitura e redação. 4 ed. São Paulo: Ática, 2003.

BRANCA

4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a letra D, pois é a única em que não há marca de informalidade nem desvio em relação à norma-padrão.

Análise das alternativas

A)

“...especialmente aqueles de classes menos privilegiadas, em que ambos têm que trabalhar.”

Há dois problemas:

- "têm que trabalhar" apresenta uma construção de registro menos formal; em textos de maior monitoramento, prefere-se "têm de trabalhar".
- Além disso, o relativo "em que" é inadequado, pois retoma "classes menos privilegiadas", e não um lugar. Uma construção mais adequada seria: *"...especialmente aqueles pertencentes a classes menos privilegiadas, nas quais é comum que ambos trabalhem."*

B)

“A Constituição de 1988 acerta em cheio...”

A locução "acerta em cheio" é uma expressão idiomática típica da linguagem coloquial. Em um texto de caráter mais técnico ou acadêmico, seriam mais adequadas construções como:

- é precisa ao afirmar;
- acerta plenamente ao afirmar;
- é correta ao afirmar.

Portanto, há uma marca de informalidade.

C)

“...qualificações do corpo docente através de cursos...”

Embora muito frequente, o emprego de através de com o sentido de "por meio de" ainda é desaconselhado por muitas gramáticas e manuais de redação formal. O mais adequado seria:

- por meio de cursos;
- mediante cursos.

Assim, há um desvio em relação ao padrão culto mais rigoroso.

D)

“A solução passa pelas escolas, que devem ser transformadas em ambientes dinâmicos de aprendizado. Propomos cinco iniciativas. Implementadas criteriosamente, elas colocariam nossas escolas nos níveis internacionais...”

O trecho apresenta:

- vocabulário formal;
- sintaxe adequada;
- ausência de coloquialismos

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- ALMEIDA, N.M. Gramática Metódica da Língua Portuguesa. Edição especial. Rio de Janeiro: Ed. CDB, 2025.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é c)

A alternativa c) é a única em que há observância do paralelismo sintático, pois mantém estruturas equivalentes e coordenadas:

- “aperfeiçoamento e valorização” → dois substantivos em coordenação paralela
- “ampliar e aprofundar” → dois verbos no infinitivo em coordenação paralela

Além disso, cada segmento cumpre função sintática distinta (título e explicação), o que não exige repetição de estruturas entre eles, mas sim coerência interna — que é mantida.

Análise das demais alternativas

b) Há quebra de paralelismo por ausência de simetria na construção “como as instituições sociais e AS políticas...” (faltou repetir o artigo, senão fica como sendo uma instituição apenas, mas com duas funções: social e política)

d) Faltou repetir a preposição “de” em “capazes de ler e DE compreender”...

a) Há quebra de paralelismo pela omissão da preposição “em”, que deveria ser repetida para manter a simetria (“em universidades e em outras instituições...”).

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- ALMEIDA, N.M. Gramática Metódica da Língua Portuguesa. Edição especial. Rio de Janeiro: Ed. CDB, 2025.
- VIANA, A.C.M (coord). Roteiro de Redação: lendo e argumentando. 1 ed. São Paulo: Scipione, 2006.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é d).

No trecho “...com os estudantes adquirindo os conhecimentos e as habilidades necessárias...” a relação de sentido introduzida pela preposição “com” não é de modo, como afirma a alternativa.

Nesse contexto, a estrutura expressa ideia de: consequência, resultado, circunstância decorrente. Ou seja, o pleno desenvolvimento da pessoa ocorre tendo como consequência a aquisição de conhecimentos e habilidades pelos estudantes.

As demais opções a indicação é correta.

A) "no processo de ensino" → pode equivaler a durante o processo de ensino, exprimindo temporalidade.

B) "em ambientes dinâmicos de aprendizagem" → admite a leitura de finalidade, pois os ambientes são destinados à aprendizagem.

C) "ao fim do..." → temporalidade.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- ALMEIDA, N.M. Gramática Metódica da Língua Portuguesa. Edição especial. Rio de Janeiro: Ed. CDB, 2025.

BRANCA

29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Mantém-se o gabarito preliminar.

O recurso incorre em uma leitura reducionista da proposição debatida. A literatura médica não afirma que o lactato sérico seja inútil enquanto marcador de hipoperfusão tecidual em termos gerais — o que se sustenta, e que fundamenta a manutenção do gabarito, é que o lactato não possui acurácia suficiente para diagnóstico ou exclusão de isquemia mesentérica aguda (IMA) na fase inicial, apresentando baixa sensibilidade e especificidade nesse estágio, elevando-se tipicamente apenas quando já há necrose transmural estabelecida — momento em que a “janela terapêutica” já está comprometida. Diretrizes de referência (WSES, AGA) são explícitas ao afirmar que um lactato normal não exclui o diagnóstico, e que a decisão de investigação por imagem não deve ser postergada à espera de sua elevação.

Assim, no contexto proposto pelo enunciado — dor abdominal desproporcional ao exame físico em paciente com FA, ainda em fase inicial — o achado semiológico central (dor desproporcional) já é suficiente e mais precoce que o lactato para indicar a suspeita diagnóstica e a solicitação urgente de angiotomografia. A alternativa, portanto, está correta ao situar corretamente o papel limitado do lactato nesse momento específico do raciocínio clínico, sem que isso represente negação de sua utilidade prognóstica tardia — questão distinta da avaliada no enunciado.

Indefere-se, portanto, o pedido de alteração do gabarito.

Fontes:

- Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular (SBACV). Diretrizes em Isquemia Mesentérica Aguda.
- Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB). Diretrizes de Abdome Agudo Vascular.
- World Society of Emergency Surgery (WSES). Guidelines for acute mesenteric ischemia.

Cargo: Médico Ginecologista/Obstetra

BRANCA

29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Mantém-se o gabarito preliminar.

O recurso incorre em uma leitura reducionista da proposição debatida. A literatura médica não afirma que o lactato sérico seja inútil enquanto marcador de hipoperfusão tecidual em termos gerais — o que se sustenta, e que fundamenta a manutenção do gabarito, é que o lactato não possui acurácia suficiente para diagnóstico ou exclusão de isquemia mesentérica aguda (IMA) na fase inicial, apresentando baixa sensibilidade e especificidade nesse estágio, elevando-se tipicamente apenas quando já há necrose transmural estabelecida — momento em que a “janela terapêutica” já está comprometida. Diretrizes de referência (WSES, AGA) são explícitas ao afirmar que um lactato normal não exclui o diagnóstico, e que a decisão de investigação por imagem não deve ser postergada à espera de sua elevação.

Assim, no contexto proposto pelo enunciado — dor abdominal desproporcional ao exame físico em paciente com FA, ainda em fase inicial — o achado semiológico central (dor desproporcional) já é suficiente e mais precoce que o lactato para indicar a suspeita diagnóstica e a solicitação urgente de angiotomografia. A alternativa, portanto, está correta ao situar corretamente o papel limitado do lactato nesse momento específico do raciocínio clínico, sem que isso represente negação de sua utilidade prognóstica tardia — questão distinta da avaliada no enunciado.

Indefere-se, portanto, o pedido de alteração do gabarito.

Fontes:

- Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular (SBACV). Diretrizes em Isquemia Mesentérica Aguda.
- Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB). Diretrizes de Abdome Agudo Vascular.
- World Society of Emergency Surgery (WSES). Guidelines for acute mesenteric ischemia.

BRANCA

46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Indefere-se o pedido de anulação da Questão.

Da análise do enunciado e das alternativas apresentadas nesta versão da prova, constata-se que apenas a alternativa A guarda conformidade com as Diretrizes Brasileiras para o Rastreamento do Câncer do Colo do Útero (2025), ao afastar a realização rotineira e simultânea da citologia com o teste de DNA-HPV oncogênico no modelo de rastreamento organizado. As demais alternativas contrariam pontos expressos das Diretrizes: a autocoleta é reconhecida como método válido de obtenção de amostra; o início do rastreamento está fixado aos 25 anos; e o teste de DNA-HPV é recomendado em mulheres acima de 60 anos sem exame prévio, e não o contrário. Não se verifica, portanto, sobreposição de conteúdos corretos entre alternativas capaz de comprometer a objetividade da questão.

Fontes:

- Ministério da Saúde. Diretrizes Brasileiras para o Rastreamento do Câncer do Colo do Útero – Parte I. 2025 (Portaria Conjunta SAES/SECTICS nº 13/2025).
- Instituto Nacional de Câncer (INCA). Aprovação das novas diretrizes nacionais para rastreamento do câncer do colo do útero. 2025.

BRANCA

47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Pedido de recurso indeferido.

É recomendada a repetição do teste de DNA-HPV oncogênico em intervalos de cinco anos, após resultado negativo. É recomendado, para cenários em que o teste de DNA-HPV oncogênico ainda não esteja disponível, manter o rastreamento utilizando-se a citologia trienal após dois resultados anuais consecutivos negativos. Mulheres gestantes que necessitam regularizar o rastreamento podem realizar o teste de DNA-HPV oncogênico durante o pré-natal. A coleta da amostra para esse teste é segura na gestação.

Fontes:

- Ministério da Saúde. Diretrizes Brasileiras para o Rastreamento do Câncer do Colo do Útero – Parte I. 2025.
- INCA. Aprovação das novas diretrizes nacionais para rastreamento do câncer do colo do útero. 2025.
- INCA. Diretrizes Brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero: volume1. 2025.

BRANCA

11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é b) I e II apenas.

Análise das afirmativas

I. Correta.

Os dois textos defendem a escola como espaço de convivência social e formação cidadã. No Texto II, isso aparece na ideia de preparação para a cidadania e para a vida em sociedade. No Texto III, a tirinha mostra explicitamente que a escola ensina a conviver com pessoas diferentes, ouvir e respeitar diferenças.

II. Correta.

Há relação de complementaridade entre os textos.

O Texto III ilustra, de maneira concreta e acessível, aspectos que aparecem de forma mais teórica e implícita no Texto II, especialmente a função social da escola para além dos conteúdos acadêmicos.

III. Incorreta.

No Texto III, é possível inferir uma valorização da escola em oposição indireta ao *homeschooling* ou à educação exclusivamente familiar. Contudo, a afirmativa menciona “os textos”, e essa crítica não aparece no Texto II. Assim, a generalização torna a afirmativa incorreta.

Fontes:

- FIORIN, J.L. Em busca do sentido: estudos discursivos. São Paulo, Contexto, 2022.
- KOCH, I.V. et ELIAS, V.M. Ler e Compreender: os sentidos do texto. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- FIORIN, J.L et SAVIOLI, F.P. Lições de Texto: leitura e redação. 4 ed. São Paulo: Ática, 2003.

BRANCA

29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Mantém-se o gabarito preliminar.

O recurso incorre em uma leitura reducionista da proposição debatida. A literatura médica não afirma que o lactato sérico seja inútil enquanto marcador de hipoperfusão tecidual em termos gerais — o que se sustenta, e que fundamenta a manutenção do gabarito, é que o lactato não possui acurácia suficiente para diagnóstico ou exclusão de isquemia mesentérica aguda (IMA) na fase inicial, apresentando baixa sensibilidade e especificidade nesse estágio, elevando-se tipicamente apenas quando já há necrose transmural estabelecida — momento em que a “janela terapêutica” já está comprometida. Diretrizes de referência (WSES, AGA) são explícitas ao afirmar que um lactato normal não exclui o diagnóstico, e que a decisão de investigação por imagem não deve ser postergada à espera de sua elevação.

Assim, no contexto proposto pelo enunciado — dor abdominal desproporcional ao exame físico em paciente com FA, ainda em fase inicial — o achado semiológico central (dor desproporcional) já é suficiente e mais precoce que o lactato para indicar a suspeita diagnóstica e a solicitação urgente de angiotomografia. A alternativa, portanto, está correta ao situar corretamente o papel limitado do lactato nesse momento específico do raciocínio clínico, sem que isso represente negação de sua utilidade prognóstica tardia — questão distinta da avaliada no enunciado.

Indefere-se, portanto, o pedido de alteração do gabarito.

Fontes:

- Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular (SBACV). Diretrizes em Isquemia Mesentérica Aguda.
- Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB). Diretrizes de Abdome Agudo Vascular.
- World Society of Emergency Surgery (WSES). Guidelines for acute mesenteric ischemia.

Cargo: Médico Pediatra

BRANCA	VERDE
3	9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é A) I, II e III.

I. Correta.

O texto defende que a escola seja transformada em um “ambiente dinâmico de aprendizado”, articulado às necessidades da sociedade contemporânea. As propostas apresentadas procuram tornar a educação mais eficiente diante das demandas sociais, profissionais e culturais atuais.

II. Correta.

Ao afirmar que os docentes poderiam dedicar-se “profissionalmente a uma única instituição”, o texto sugere a diminuição da fragmentação da carga de trabalho do professor, além da ampliação de sua formação continuada e de sua atuação pedagógica.

III. Correta.

Embora não esteja explicitamente afirmado, é possível inferir que a escola de tempo integral assumiria um papel formativo mais amplo, sobretudo para alunos de classes economicamente desfavorecidas. Ao permanecerem mais tempo na escola — ambiente descrito como “seguro” e estruturado —, os estudantes receberiam acompanhamento educacional, social e formativo que complementa funções tradicionalmente atribuídas à família.

Fontes:

- FIORIN, J.L. Em busca do sentido: estudos discursivos. São Paulo, Contexto, 2022.
- KOCH, I.V. et ELIAS, V.M. Ler e Compreender: os sentidos do texto. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- FIORIN, J.L et SAVIOLI, F.P. Lições de Texto: leitura e redação. 4 ed. São Paulo: Ática, 2003.

BRANCA	VERDE
11	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é b) I e II apenas.

Análise das afirmativas

I. Correta.

Os dois textos defendem a escola como espaço de convivência social e formação cidadã. No Texto II, isso aparece na ideia de preparação para a cidadania e para a vida em sociedade. No Texto III, a tirinha mostra explicitamente que a escola ensina a conviver com pessoas diferentes, ouvir e respeitar diferenças.

II. Correta.

Há relação de complementaridade entre os textos.

O Texto III ilustra, de maneira concreta e acessível, aspectos que aparecem de forma mais teórica e implícita no Texto II, especialmente a função social da escola para além dos conteúdos acadêmicos.

III. Incorreta.

No Texto III, é possível inferir uma valorização da escola em oposição indireta ao *homeschooling* ou à educação exclusivamente familiar. Contudo, a afirmativa menciona “os textos”, e essa crítica não aparece no Texto II. Assim, a generalização torna a afirmativa incorreta.

Fontes:

- FIORIN, J.L. Em busca do sentido: estudos discursivos. São Paulo, Contexto, 2022.
- KOCH, I.V. et ELIAS, V.M. Ler e Compreender: os sentidos do texto. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- FIORIN, J.L et SAVIOLI, F.P. Lições de Texto: leitura e redação. 4 ed. São Paulo: Ática, 2003.

BRANCA	VERDE
29	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Mantém-se o gabarito preliminar.

O recurso incorre em uma leitura reducionista da proposição debatida. A literatura médica não afirma que o lactato sérico seja inútil enquanto marcador de hipoperfusão tecidual em termos gerais — o que se sustenta, e que fundamenta a manutenção do gabarito, é que o lactato não possui acurácia suficiente para diagnóstico ou exclusão de isquemia mesentérica aguda (IMA) na fase inicial, apresentando baixa sensibilidade e especificidade nesse estágio, elevando-se tipicamente apenas quando já há necrose transmural estabelecida — momento em que a “janela terapêutica” já está comprometida. Diretrizes de referência (WSES, AGA) são explícitas ao afirmar que um lactato normal não exclui o diagnóstico, e que a decisão de investigação por imagem não deve ser postergada à espera de sua elevação.

Assim, no contexto proposto pelo enunciado — dor abdominal desproporcional ao exame físico em paciente com FA, ainda em fase inicial — o achado semiológico central (dor desproporcional) já é suficiente e mais precoce que o lactato para indicar a suspeita diagnóstica e a solicitação urgente de angiotomografia. A alternativa, portanto, está correta ao situar corretamente o papel limitado do lactato nesse momento específico do raciocínio clínico, sem que isso represente negação de sua utilidade prognóstica tardia — questão distinta da avaliada no enunciado.

Indefere-se, portanto, o pedido de alteração do gabarito.

Fontes:

- Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular (SBACV). Diretrizes em Isquemia Mesentérica Aguda.
- Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB). Diretrizes de Abdome Agudo Vascular.
- World Society of Emergency Surgery (WSES). Guidelines for acute mesenteric ischemia.

Cargo: Médico Psiquiatra

BRANCA	VERDE
2	8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é c) O letramento é o que se espera, minimamente, do estudante ao fim da educação básica.

O segundo parágrafo apresenta habilidades básicas esperadas dos alunos ao concluírem o ensino médio: compreender instituições sociais, ler documentos do cotidiano profissional, dominar matemática elementar e reconhecer o valor da ciência. Essas competências estão relacionadas ao conceito de letramento, entendido como a capacidade de usar conhecimentos de leitura, escrita e matemática em situações sociais reais.

Justificativa das demais alternativas

- a) “O acesso ao Ensino Superior deve ser democrático, ou seja, garantido a todos.”
Incorreta porque o texto afirma apenas que “uma parcela significativa” deve continuar os estudos no ensino superior. Em nenhum momento defende acesso universal ou democrático para todos.
- d) “Linguagens, Matemática e Ciências Naturais são as disciplinas mais importantes da educação básica.”
Incorreta porque o texto menciona competências nessas áreas, mas não estabelece hierarquia entre disciplinas nem afirma que sejam “as mais importantes”.
- b) “A escola precisa, urgentemente, aproximar seus conteúdos da realidade dos alunos.”
Embora essa ideia possa ser associada ao texto de forma indireta, ela não é a principal inferência do segundo parágrafo. O trecho enfatiza competências básicas esperadas ao final da educação básica, não uma crítica explícita ao distanciamento entre conteúdo escolar e realidade dos estudantes.

Fontes:

- FIORIN, J.L. Em busca do sentido: estudos discursivos. São Paulo, Contexto, 2022.
- KOCH, I.V. et ELIAS, V.M. Ler e Compreender: os sentidos do texto. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- FIORIN, J.L et SAVIOLI, F.P. Lições de Texto: leitura e redação. 4 ed. São Paulo: Ática, 2003.

BRANCA	VERDE
4	7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a letra D, pois é a única em que não há marca de informalidade nem desvio em relação à norma-padrão.

Análise das alternativas

A)

“...especialmente aqueles de classes menos privilegiadas, em que ambos têm que trabalhar.”

Há dois problemas:

- “têm que trabalhar” apresenta uma construção de registro menos formal; em textos de maior monitoramento, prefere-se “têm de trabalhar”.
- Além disso, o relativo “em que” é inadequado, pois retoma “classes menos privilegiadas”, e não um lugar. Uma construção mais adequada seria: “...especialmente aqueles pertencentes a classes menos privilegiadas, nas quais é comum que ambos trabalhem.”

B)

“A Constituição de 1988 acerta em cheio...”

A locução “acerta em cheio” é uma expressão idiomática típica da linguagem coloquial. Em um texto de caráter mais técnico ou acadêmico, seriam mais adequadas construções como:

- é precisa ao afirmar;
- acerta plenamente ao afirmar;
- é correta ao afirmar.

Portanto, há uma marca de informalidade.

C)

“...qualificações do corpo docente através de cursos...”

Embora muito frequente, o emprego de através de com o sentido de “por meio de” ainda é desaconselhado por muitas gramáticas e manuais de redação formal. O mais adequado seria:

- por meio de cursos;
- mediante cursos.

Assim, há um desvio em relação ao padrão culto mais rigoroso.

D)

“A solução passa pelas escolas, que devem ser transformadas em ambientes dinâmicos de aprendizado. Propomos cinco iniciativas. Implementadas criteriosamente, elas colocariam nossas escolas nos níveis internacionais...”

O trecho apresenta:

- vocabulário formal;

- sintaxe adequada;
- ausência de coloquialismos

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- ALMEIDA, N.M. Gramática Metódica da Língua Portuguesa. Edição especial. Rio de Janeiro: Ed. CDB, 2025.

BRANCA	VERDE
6	1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é c)

A alternativa c) é a única em que há observância do paralelismo sintático, pois mantém estruturas equivalentes e coordenadas:

- “aperfeiçoamento e valorização” → dois substantivos em coordenação paralela
- “ampliar e aprofundar” → dois verbos no infinitivo em coordenação paralela

Além disso, cada segmento cumpre função sintática distinta (título e explicação), o que não exige repetição de estruturas entre eles, mas sim coerência interna — que é mantida.

Análise das demais alternativas

b) Há quebra de paralelismo por ausência de simetria na construção “como as instituições sociais e AS políticas... (faltou repetir o artigo, senão fica como sendo uma instituição apenas, mas com duas funções: social e política)

d) Faltou repetir a preposição “de” em “capazes de ler e DE compreender”...

a) Há quebra de paralelismo pela omissão da preposição “em”, que deveria ser repetida para manter a simetria (“em universidades e em outras instituições...”).

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- ALMEIDA, N.M. Gramática Metódica da Língua Portuguesa. Edição especial. Rio de Janeiro: Ed. CDB, 2025.
- VIANA, A.C.M (coord). Roteiro de Redação: lendo e argumentando. 1 ed. São Paulo: Scipione, 2006.

BRANCA	VERDE
8	3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A expressão “cada vez mais global” funciona como um modificador de “sociedade”. A vírgula lhe confere um caráter explicativo, mas sua ausência não compromete a correção gramatical nem altera substancialmente o sentido:....*da sociedade, cada vez mais global....da sociedade cada vez mais global*. Trata-se, portanto, de um caso em que o emprego da vírgula é facultativo, dependendo da ênfase pretendida pelo autor.

A) “Implementadas criteriosamente, elas colocariam nossas escolas nos níveis internacionais...”.

- A expressão corresponde a uma oração subordinada adverbial reduzida de particípio anteposta à oração principal.
- Nessa posição, a vírgula é obrigatória, pois separa a oração reduzida da oração principal.

Portanto, apenas B responde adequadamente à pergunta.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- ALMEIDA, N.M. Gramática Metódica da Língua Portuguesa. Edição especial. Rio de Janeiro: Ed. CDB, 2025.

BRANCA	VERDE
9	4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é d).

No trecho “...com os estudantes adquirindo os conhecimentos e as habilidades necessárias...” a relação de sentido introduzida pela preposição “com” não é de modo, como afirma a alternativa.

Nesse contexto, a estrutura expressa ideia de: consequência, resultado, circunstância decorrente. Ou seja, o pleno desenvolvimento da pessoa ocorre tendo como consequência a aquisição de conhecimentos e habilidades pelos estudantes.

As demais opções a indicação é correta.

A) "no processo de ensino" → pode equivaler a durante o processo de ensino, exprimindo temporalidade.

B) "em ambientes dinâmicos de aprendizagem" → admite a leitura de finalidade, pois os ambientes são destinados à aprendizagem.

C) "ao fim do..." → temporalidade.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- ALMEIDA, N.M. Gramática Metódica da Língua Portuguesa. Edição especial. Rio de Janeiro: Ed. CDB, 2025.

BRANCA	VERDE
29	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Mantém-se o gabarito preliminar.

O recurso incorre em uma leitura reducionista da proposição debatida. A literatura médica não afirma que o lactato sérico seja inútil enquanto marcador de hipoperfusão tecidual em termos gerais — o que se sustenta, e que fundamenta a manutenção do gabarito, é que o lactato não possui acurácia suficiente para diagnóstico ou exclusão de isquemia mesentérica aguda (IMA) na fase inicial, apresentando baixa sensibilidade e especificidade nesse estágio, elevando-se tipicamente apenas quando já há necrose transmural estabelecida — momento em que a “janela terapêutica” já está comprometida. Diretrizes de referência (WSES, AGA) são explícitas ao afirmar que um lactato normal não exclui o diagnóstico, e que a decisão de investigação por imagem não deve ser postergada à espera de sua elevação.

Assim, no contexto proposto pelo enunciado — dor abdominal desproporcional ao exame físico em paciente com FA, ainda em fase inicial — o achado semiológico central (dor desproporcional) já é suficiente e mais precoce que o lactato para indicar a suspeita diagnóstica e a solicitação urgente de angiotomografia. A alternativa, portanto, está correta ao situar corretamente o papel limitado do lactato nesse momento específico do raciocínio clínico, sem que isso represente negação de sua utilidade prognóstica tardia — questão distinta da avaliada no enunciado.

Indefere-se, portanto, o pedido de alteração do gabarito.

Fontes:

- Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular (SBACV). Diretrizes em Isquemia Mesentérica Aguda.
- Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB). Diretrizes de Abdome Agudo Vascular.
- World Society of Emergency Surgery (WSES). Guidelines for acute mesenteric ischemia.

BRANCA	VERDE
42	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca examinadora, após análise das razões recursais, delibera pela manutenção do gabarito oficial na Alternativa C (Pregabalina), julgando o recurso improcedente com base nos seguintes fundamentos científicos e metodológicos:

1. A robustez de evidência em segunda linha (Monoterapia pós-falha de ISRS):

O enunciado da questão é categórico ao exigir uma medicação que apresente nível de evidência robusto e indicação formal em diretrizes clínicas como estratégia de segunda linha em monoterapia após a falha de dois tratamentos de primeira linha (ISRS).

- A Pregabalina é amplamente classificada pelas principais diretrizes mundiais (como a *World Federation of Societies of Biological Psychiatry - WFSBP* e a *British Association for Psychopharmacology - BAP*) como recomendação de Nível de Evidência 1 / Grau A (o mais alto nível de evidência científica) para o tratamento do TAG em monoterapia. Ela atua diretamente nos sintomas físicos descritos no caso clínico, como a tensão muscular crônica, por meio da modulação dos canais de cálcio dependentes de voltagem subunidade alfa-2-delta.

2. Diferenciação científica da Bupirona (Alternativa B):

A bupirona, embora mencionada na literatura, apresenta limitações que impedem sua classificação como equivalente à pregabalina no cenário proposto:

- Nível de Evidência Inferior: A maioria das diretrizes internacionais (incluindo as referências citadas pelo próprio recorrente, como a *WFSBP* de Bandelow et al.) classifica a bupirona com um nível de evidência ou grau de recomendação inferior ao da pregabalina (frequentemente categorizada como recomendação de segunda ou terceira linha devido à inconsistência de dados de eficácia em estudos placebo-controlados de grande escala).
- Ineficácia em sintomas somáticos proeminentes: A bupirona é um agonista parcial 5HT1a eficaz primariamente para os sintomas cognitivos/psíquicos da ansiedade, apresentando pouco ou nenhum efeito sobre os sintomas somáticos (como a tensão muscular crônica) descritos expressamente no caso clínico da paciente.
- Uso prioritário como potencialização (e não monoterapia de segunda linha pós-falha dupla): No cenário de refratariedade a tratamentos de primeira linha (dois ISRS), as diretrizes recomendam a bupirona predominantemente como estratégia de potencialização (*add-on*), e não como monoterapia de resgate.

3. Análise das referências bibliográficas:

- Stahl (2021): Destaca a pregabalina como um tratamento de primeira linha/segunda linha imediata de alta eficácia para os sintomas somáticos da ansiedade ("bloqueador de canais de cálcio"), enquanto posiciona a bupirona como um agente de eficácia clínica mais modesta e de início de ação lento.
- Diretrizes da WFSBP (Bandelow et al.): Elegem a pregabalina com nível máximo de evidência (Nível 1) para o TAG, superando a consistência dos dados disponíveis para a bupirona.

Portanto, diante do caso clínico apresentado (falha de dois ISRS + sintomas de tensão muscular crônica), a Pregabalina permanece como a única alternativa que preenche cumulativamente todos os requisitos de indicação formal, eficácia somática e nível robusto de evidência em monoterapia.

Decisão: Ratifica-se o gabarito original. Alternativa correta: C (Pregabalina).

BRANCA	VERDE
46	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca examinadora, após análise das razões recursais, delibera pela manutenção do gabarito oficial na Alternativa A (5-HT7), julgando o recurso improcedente com base nos seguintes fundamentos científicos:

- O papel singular e consensual do antagonismo 5-HT7 na cognição: Embora a vortioxetina possua um mecanismo de ação multimodal complexo (envolvendo múltiplos receptores como 5-HT1A, 5-HT1B, 5-HT1D, 5-HT3 e 5-HT7), a literatura neurofarmacológica é consensual e inequívoca ao apontar que o antagonismo direto do receptor 5-HT7 é o principal e mais robusto mediador dos seus efeitos pró-cognitivos específicos (como melhora do aprendizado, memória de trabalho e flexibilidade cognitiva).
 - O bloqueio dos receptores 5-HT7 resulta em um aumento na transmissão glutamatérgica nas vias corticais e hipocâmpais, além de promover a liberação de acetilcolina e noradrenalina no córtex pré-frontal — o exato mecanismo fisiológico subjacente à melhora da performance cognitiva descrita na literatura.
- Diferenciação farmacodinâmica dos outros receptores presentes nas alternativas: A questão foca estritamente nos receptores listados nas alternativas (5-HT7, 5-HT1A, 5-HT2A e 5-HT2C) e na ação direta da molécula:
 - 5-HT1A (Alternativa B): A vortioxetina atua como agonista total neste receptor. O agonismo 5-HT1A está primariamente ligado aos efeitos ansiolíticos e antidepressivos clássicos da droga, e não diretamente ao ganho cognitivo primário observado de forma isolada nas pesquisas clínicas.
 - 5-HT2A e 5-HT2C (Alternativas C e D): A vortioxetina não apresenta ação direta clinicamente relevante (afinidade farmacológica significativa) sobre estes subtipos de receptores. Eventuais modulações nesses sistemas ocorrem apenas de forma indireta e secundária (a jusante) devido ao bloqueio do SERT, o que desqualifica estas alternativas sob a ótica da ação farmacodinâmica direta do fármaco.
- Consenso Científico nas Referências de Excelência: A associação direta entre o antagonismo 5-HT7 da vortioxetina e seus benefícios cognitivos é amplamente consolidada no meio acadêmico e descrita nos principais tratados de psicofarmacologia:
 - Stahl (2021) - *Stahl's Essential Psychopharmacology* (5ª ed.): O autor descreve de forma explícita o mecanismo de ação da vortioxetina, destacando o antagonismo do receptor 5-HT7 como o componente-chave que promove a liberação de acetilcolina e norepinefrina, exercendo efeitos pró-cognitivos consistentes no Transtorno Depressivo Maior.
 - Schatzberg & Nemeroff (2017) - *The American Psychiatric Association Publishing Textbook of Psychopharmacology*: Corroborar que o perfil multimodal da vortioxetina, com destaque para a sua alta afinidade e antagonismo nos receptores 5-HT7, é o principal responsável pela modulação dos sistemas de neurotransmissão que regulam as funções executivas e cognitivas.

Portanto, não há subjetividade ou falta de consenso científico na questão. Dentre as opções apresentadas, o receptor 5-HT7 é o único que possui ação direta descrita (antagonismo) e robustamente documentada na literatura médica como o principal vetor da melhora cognitiva promovida pela vortioxetina.

Decisão: Ratifica-se o gabarito original. Alternativa correta: A (5-HT7).

BRANCA	VERDE
47	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca examinadora, após análise das razões recursais, delibera pela manutenção do gabarito oficial na Alternativa C, julgando o recurso improcedente com base nos seguintes fundamentos científicos e farmacológicos:

1. A ausência de eficácia do Aripiprazol na Depressão Bipolar Aguda (Monoterapia): O cerne da questão reside no fato de que o aripiprazol, apesar de ser um excelente agente para mania aguda, manutenção no TAB e potencialização na depressão unipolar, falhou consistentemente nos ensaios clínicos robustos para o tratamento da depressão bipolar aguda em monoterapia.
 - Os grandes estudos clínicos randomizados e controlados por placebo avaliando o aripiprazol em monoterapia para depressão bipolar não demonstraram superioridade estatisticamente significativa do fármaco em relação ao placebo nesta fase do transtorno.
2. Alinhamento Consensual com as Diretrizes do CANMAT (Yatham et al.): Diferente do alegado pelo recorrente, as diretrizes do *Canadian Network for Mood and Anxiety Treatments (CANMAT)* e da *International Society for Bipolar Disorders (ISBD)* — em suas atualizações consecutivas e consagradas — são claras, explícitas e categóricas ao desaconselhar ou rebaixar o aripiprazol para este cenário:
 - Depressão Bipolar Aguda (Monoterapia): O CANMAT classifica o aripiprazol em monoterapia como Não Recomendado (Recomendação de Linha de Apoio / Grupo de Evidência Negativa) para o tratamento agudo da depressão bipolar devido à falta de eficácia demonstrada em ensaios clínicos de fase III.
 - Enquanto fármacos como quetiapina, lurasidona e a associação olanzapina-fluoxetina figuram na Primeira Linha do CANMAT para depressão bipolar, o aripiprazol é formalmente excluído dessas recomendações principais para a fase depressiva aguda.
3. Validação das Demais Alternativas: As outras alternativas trazem cenários amplamente consolidados de eficácia e aprovação regulatória do aripiprazol pelas diretrizes CANMAT e internacionais:
 - Alternativa A (Mania/Mistos): Primeira linha (Nível 1 de evidência) no CANMAT para o tratamento de mania aguda e episódios mistos.
 - Alternativa B (Esquizofrenia): Indicação padrão-ouro tanto na fase aguda quanto na manutenção em adultos e adolescentes.
 - Alternativa D (Adjuvante no TDM): Primeira linha (Nível 1 de evidência) no CANMAT para potencialização em depressão unipolar refratária.

Portanto, mesmo sem especificar a edição da diretriz, o posicionamento do CANMAT sobre a ineficácia do aripiprazol em monoterapia para depressão bipolar aguda é um consenso histórico e científico mantido ao longo de todas as suas atualizações. Não há qualquer margem para ambiguidade ou subjetividade interpretativa na questão.

Decisão: Ratifica-se o gabarito original. Alternativa correta: C.

Cargo: Médico Ultrassonografista

BRANCA	VERDE
3	9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é A) I, II e III.

I. Correta.

O texto defende que a escola seja transformada em um “ambiente dinâmico de aprendizado”, articulado às necessidades da sociedade contemporânea. As propostas apresentadas procuram tornar a educação mais eficiente diante das demandas sociais, profissionais e culturais atuais.

II. Correta.

Ao afirmar que os docentes poderiam dedicar-se “profissionalmente a uma única instituição”, o texto sugere a diminuição da fragmentação da carga de trabalho do professor, além da ampliação de sua formação continuada e de sua atuação pedagógica.

III. Correta.

Embora não esteja explicitamente afirmado, é possível inferir que a escola de tempo integral assumiria um papel formativo mais amplo, sobretudo para alunos de classes economicamente desfavorecidas. Ao

permanecerem mais tempo na escola — ambiente descrito como “seguro” e estruturado —, os estudantes receberiam acompanhamento educacional, social e formativo que complementa funções tradicionalmente atribuídas à família.

Fontes:

- FIORIN, J.L. Em busca do sentido: estudos discursivos. São Paulo, Contexto, 2022.
- KOCH, I.V. et ELIAS, V.M. Ler e Compreender: os sentidos do texto. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- FIORIN, J.L et SAVIOLI, F.P. Lições de Texto: leitura e redação. 4 ed. São Paulo: Ática, 2003.

BRANCA	VERDE
5	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a letra B.

Análise das alternativas

A) “A transição demográfica das últimas décadas...” – populacional.

- Correta.
- O adjetivo demográfica refere-se à demografia, isto é, ao conjunto de características da população (crescimento, distribuição, estrutura etária etc.). Assim, populacional constitui um equivalente adequado no contexto.

B) “...sejam capazes de ler e compreender documentos...” – assimilam.

- Incorreta.
- No contexto, compreender significa entender, interpretar ou apreender o sentido de documentos como manuais e contratos.
- O verbo assimilar, embora possa significar "aprender" ou "incorporar um conhecimento", acrescenta a ideia de internalização ou absorção desse conhecimento. Não é, portanto, o equivalente mais preciso para o sentido de compreender empregado no trecho.

C) “...uma plataforma efetiva para o aprendizado.” – eficiente.

- Correta.
- Nesse contexto, efetiva significa que produz os resultados esperados, isto é, eficaz ou eficiente.

D) “...os benefícios [...] são óbvios.” – evidentes.

- Correta.
- Óbvios equivale a evidentes, claros ou manifestos, sem alteração relevante de sentido.

Gabarito: B.

Observação: A alternativa B é a única em que o significado proposto não corresponde exatamente ao valor semântico da palavra no contexto. Enquanto compreender refere-se ao ato de entender um texto, assimilar pressupõe uma etapa posterior, de incorporação ou apropriação do conhecimento. Portanto, não são sinônimos perfeitos nesse emprego.

Fonte:

- [Sobre o dicionário | Michaelis On-line](#)

BRANCA	VERDE
6	1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é c)

A alternativa c) é a única em que há observância do paralelismo sintático, pois mantém estruturas equivalentes e coordenadas:

- “aperfeiçoamento e valorização” → dois substantivos em coordenação paralela
- “ampliar e aprofundar” → dois verbos no infinitivo em coordenação paralela

Além disso, cada segmento cumpre função sintática distinta (título e explicação), o que não exige repetição de estruturas entre eles, mas sim coerência interna — que é mantida.

Análise das demais alternativas

- b) Há quebra de paralelismo por ausência de simetria na construção “como as instituições sociais e AS políticas...” (faltou repetir o artigo, senão fica como sendo uma instituição apenas, mas com duas funções: social e política)
- d) Faltou repetir a preposição “de” em “capazes de ler e DE compreender”...
- a) Há quebra de paralelismo pela omissão da preposição “em”, que deveria ser repetida para manter a simetria (“em universidades e em outras instituições...”).

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- ALMEIDA, N.M. Gramática Metódica da Língua Portuguesa. Edição especial. Rio de Janeiro: Ed. CDB, 2025.
- VIANA, A.C.M (coord). Roteiro de Redação: lendo e argumentando. 1 ed. São Paulo: Scipione, 2006.

BRANCA	VERDE
9	4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é d).

No trecho “...com os estudantes adquirindo os conhecimentos e as habilidades necessárias...” a relação de sentido introduzida pela preposição “com” não é de modo, como afirma a alternativa.

Nesse contexto, a estrutura expressa ideia de: consequência, resultado, circunstância decorrente. Ou seja, o pleno desenvolvimento da pessoa ocorre tendo como consequência a aquisição de conhecimentos e habilidades pelos estudantes.

As demais opções a indicação é correta.

A) "no processo de ensino" → pode equivaler a durante o processo de ensino, exprimindo temporalidade.

B) "em ambientes dinâmicos de aprendizagem" → admite a leitura de finalidade, pois os ambientes são destinados à aprendizagem.

C) "ao fim do..." → temporalidade.

Fontes:

- BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- ALMEIDA, N.M. Gramática Metódica da Língua Portuguesa. Edição especial. Rio de Janeiro: Ed. CDB, 2025.

BRANCA	VERDE
13	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Gabarito C: A ocupação e consolidação territorial de Ji-Paraná resultaram de um processo articulado por políticas de ocupação amazônica e fortalecimento da conectividade regional por meio da infraestrutura viária.

A formação territorial e o crescimento de Ji-Paraná estão diretamente relacionados às políticas federais de ocupação da Amazônia durante a segunda metade do século XX, especialmente aquelas implementadas pelos governos militares. Programas de colonização, incentivos à migração e a abertura da BR-364 favoreceram a integração regional, o aumento dos fluxos populacionais e a expansão das atividades econômicas. Nesse contexto, a infraestrutura viária desempenhou papel fundamental na consolidação do município como importante centro urbano da região central de Rondônia.

A) **Incorreta.** O crescimento urbano de Ji-Paraná não ocorreu em decorrência da consolidação prévia de um setor industrial local. Pelo contrário, a expansão urbana esteve fortemente associada à abertura e pavimentação da BR-364,

aos projetos de colonização e aos fluxos migratórios direcionados à Amazônia. A industrialização local ocorreu posteriormente e em escala limitada, vinculada principalmente ao beneficiamento de produtos agropecuários.

B) **Incorreta.** A emancipação política não eliminou nem reduziu de forma automática os conflitos relacionados ao uso e ocupação do território. O processo de ocupação de Rondônia foi marcado por disputas fundiárias, desmatamento, expansão da fronteira agrícola e tensões envolvendo diferentes agentes sociais, como migrantes, posseiros, fazendeiros e populações tradicionais.

D) **Incorreta.** A emancipação político-administrativa de Ji-Paraná, ocorrida em 1977, representou um marco importante, mas não foi o principal fator responsável pela consolidação urbana e econômica do município. Os fluxos migratórios, os projetos de colonização agrícola e a infraestrutura de transportes, especialmente a BR-364, tiveram papel decisivo na estruturação territorial e econômica da cidade.

Fontes:

- BECKER, Bertha K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- MELLO, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*. 3. ed. São Paulo: EdUSP, 2018.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. 7. ed. Campinas: Papirus, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados: Ji-Paraná (RO)**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: [IBGE – Ji-Paraná](#). Acesso em: 19 jul. 2026.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Formação socioeconômica da Amazônia Ocidental e ocupação de Rondônia*. Belo Horizonte: FJP, 2016.
- SILVA, Ricardo Gilson da Costa. *Rondônia: território e sociedade*. Porto Velho: EDUFRO, 2010.

BRANCA	VERDE
29	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Mantém-se o gabarito preliminar.

O recurso incorre em uma leitura reducionista da proposição debatida. A literatura médica não afirma que o lactato sérico seja inútil enquanto marcador de hipoperfusão tecidual em termos gerais — o que se sustenta, e que fundamenta a manutenção do gabarito, é que o lactato não possui acurácia suficiente para diagnóstico ou exclusão de isquemia mesentérica aguda (IMA) na fase inicial, apresentando baixa sensibilidade e especificidade nesse estágio, elevando-se tipicamente apenas quando já há necrose transmural estabelecida — momento em que a “janela terapêutica” já está comprometida. Diretrizes de referência (WSES, AGA) são explícitas ao afirmar que um lactato normal não exclui o diagnóstico, e que a decisão de investigação por imagem não deve ser postergada à espera de sua elevação.

Assim, no contexto proposto pelo enunciado — dor abdominal desproporcional ao exame físico em paciente com FA, ainda em fase inicial — o achado semiológico central (dor desproporcional) já é suficiente e mais precoce que o lactato para indicar a suspeita diagnóstica e a solicitação urgente de angiotomografia. A alternativa, portanto, está correta ao situar corretamente o papel limitado do lactato nesse momento específico do raciocínio clínico, sem que isso represente negação de sua utilidade prognóstica tardia — questão distinta da avaliada no enunciado.

Indefere-se, portanto, o pedido de alteração do gabarito.

Fontes:

- Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular (SBACV). Diretrizes em Isquemia Mesentérica Aguda.
- Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB). Diretrizes de Abdome Agudo Vascular.
- World Society of Emergency Surgery (WSES). Guidelines for acute mesenteric ischemia.

BRANCA

29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Mantém-se o gabarito preliminar.

O recurso incorre em uma leitura reducionista da proposição debatida. A literatura médica não afirma que o lactato sérico seja inútil enquanto marcador de hipoperfusão tecidual em termos gerais — o que se sustenta, e que fundamenta a manutenção do gabarito, é que o lactato não possui acurácia suficiente para diagnóstico ou exclusão de isquemia mesentérica aguda (IMA) na fase inicial, apresentando baixa sensibilidade e especificidade nesse estágio, elevando-se tipicamente apenas quando já há necrose transmural estabelecida — momento em que a “janela terapêutica” já está comprometida. Diretrizes de referência (WSES, AGA) são explícitas ao afirmar que um lactato normal não exclui o diagnóstico, e que a decisão de investigação por imagem não deve ser postergada à espera de sua elevação.

Assim, no contexto proposto pelo enunciado — dor abdominal desproporcional ao exame físico em paciente com FA, ainda em fase inicial — o achado semiológico central (dor desproporcional) já é suficiente e mais precoce que o lactato para indicar a suspeita diagnóstica e a solicitação urgente de angiotomografia. A alternativa, portanto, está correta ao situar corretamente o papel limitado do lactato nesse momento específico do raciocínio clínico, sem que isso represente negação de sua utilidade prognóstica tardia — questão distinta da avaliada no enunciado.

Indefere-se, portanto, o pedido de alteração do gabarito.

Fontes:

- Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular (SBACV). Diretrizes em Isquemia Mesentérica Aguda.
- Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB). Diretrizes de Abdome Agudo Vascular.
- World Society of Emergency Surgery (WSES). Guidelines for acute mesenteric ischemia.

BRANCA

30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ao contrário do alegado no recurso, as próprias Diretrizes Brasileiras de Ventilação Mecânica (AMIB/SBPT, 2013), que fundamentam o pedido, preveem expressamente que o rebaixamento do nível de consciência atribuível à acidose hipercápnica em DPOC constitui exceção à contraindicação relativa de VNI, sendo esperada melhora do sensório dentro de 1 a 2 horas após o início do suporte não invasivo. O quadro descrito no enunciado enquadra-se precisamente nessa exceção, não havendo, portanto, respaldo técnico para a indicação primária de intubação orotraqueal.

Fonte:

- Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB); Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT). Diretrizes Brasileiras de Ventilação Mecânica 2013. J Bras Pneumol. 2013 (versão eletrônica oficial).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
5	2	4	2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “De acordo com a estrutura e conteúdo apresentados, o texto pode ser corretamente classificado como fragmento de:”, a alternativa “**B**) Reportagem.” foi adequadamente indicada como correta. O texto apresenta características típicas desse gênero. A reportagem tem como objetivo informar de forma aprofundada, contextualizando um tema, apresentando dados, explicações e, frequentemente, ouvindo especialistas. No fragmento, observamos: Dados estatísticos: “Segundo dados do Censo 2022...” Contextualização do tema da diversidade indígena. Entrevista/fala de especialista: há a citação direta de Delmira de Almeida Peres, identificada por seu cargo e titulação. Explicação das consequências dos estereótipos. Contextualização legal, mencionando a Lei nº 11.645/2008. O texto foi publicado na Nova Escola, veículo que frequentemente publica reportagens educativas. Esses elementos vão além da simples comunicação de um fato; eles aprofundam a discussão, característica essencial da reportagem. A alternativa “**A**) Notícia.” não pode ser indicada como correta. A notícia tem como finalidade principal relatar um fato recente de maneira objetiva, respondendo, em geral, às perguntas: o quê? quem? quando? onde? como? por quê? Embora o texto mencione informações atuais (Censo 2022 e a Lei), seu foco não é noticiar um acontecimento recente, mas explicar um problema social e educacional. Além disso, a notícia costuma ser mais breve e menos analítica. Aqui há: interpretação; contextualização; explicações; fala de especialista. Tudo isso aproxima o texto da reportagem. A alternativa “**C**) Artigo de opinião.” não pode ser indicada como correta. O artigo de opinião tem como característica central a defesa explícita de uma tese pelo autor. Nele, o articulista apresenta sua opinião e procura convencer o leitor. No fragmento: não aparece a opinião do jornalista; os argumentos são atribuídos à especialista (“Segundo Delmira...”, “diz”); o texto busca informar, e não defender uma posição pessoal. Embora exista uma discussão sobre preconceito, ela é apresentada por meio de informações e da voz de uma fonte especializada, e não como opinião do autor. A alternativa “**D**) Texto de divulgação científica.” não pode ser indicada como correta. O texto de divulgação científica tem como objetivo explicar conhecimentos produzidos pela ciência para o público leigo. Normalmente, ele apresenta: pesquisas científicas; métodos de investigação; resultados de estudos; conceitos científicos explicados em linguagem acessível. Neste fragmento: aparecem dados do Censo e a fala de uma pesquisadora, mas o objetivo não é divulgar uma pesquisa científica; o foco está na discussão de uma questão educacional e social, contextualizada jornalisticamente. O uso de uma especialista não transforma automaticamente o texto em divulgação científica. Reportagens frequentemente entrevistam especialistas.

Fontes:

- BONINI, Adair. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher (org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. União da Vitória: Kaygangue, 2005.
- BERTOQUE, Lennie Aryete Dias Pereira; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. Construções de voz em títulos de notícias e em manchetes: uma contribuição para o ensino. Polifonia, Cuiabá, v. 17, n. 21, p. 53–84, jul./dez. 2010. KOCH, Ingedore Villaça. A coesão textual. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- BRONCKART, Jean-Paul. Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo: EDUC, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. Divulgação científica: linguagens, esferas e gêneros. São Paulo: Editora da USP, 2013.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). Gêneros textuais & ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 19-38.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MELO, José Marques de. Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	7	9	8

Recurso Procedente. Gabarito alterado da letra A para letra D.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o conteúdo apresentado no texto e a perspectiva do enunciador através do diálogo e de suas observações na conclusão, quanto à expressão “minha vó foi pega a laço” (título), assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “**D**) O sujeito indicado na expressão que dá título ao texto indica diferentes minorias que, de alguma forma, foram e ainda são vítimas de situações contrárias às suas próprias escolhas.” foi adequadamente indicada como correta. Embora o título mencione apenas a “avó”, o autor amplia o significado da expressão ao longo da conclusão do texto. Observe os trechos: “Acho esquisito quando alguém se orgulha de ter tido uma avó que foi escravizada por um homem...” Depois ele amplia o foco: “Foi assim com os primeiros indígenas...” E continua: “Foi assim com os negros trazidos acorrentados...” Por fim, conclui: “O Brasil foi ‘inventado’ a partir das dores de suas mulheres...” Ou seja, a “avó pega a laço” deixa de representar apenas uma mulher indígena específica e passa a simbolizar: as mulheres indígenas violentadas; os povos indígenas; os grupos historicamente oprimidos. Trata-se de uma metáfora que representa diferentes grupos submetidos à violência e à perda de liberdade. A alternativa “**B**) A questão cultural é vista pelo autor com naturalidade, ainda que provoque algumas reflexões.” não pode ser indicada como correta. O texto demonstra justamente o contrário. Desde o início, o narrador manifesta estranhamento diante da expressão: “acho bem estranho”; “acho esquisito”; “nunca deixo de pensar nela”. Essas marcas linguísticas revelam uma postura crítica, incompatível com a ideia de que o autor encara a situação com naturalidade. As reflexões apresentadas decorrem exatamente de sua inconformidade com a reprodução desse discurso. A alternativa “**C**) Há um movimento de resistência por parte do autor em participar de diálogos que perpetuem pontos de vista que confirmem a expressão destacada.” não pode ser indicada como correta. Embora o narrador discorde da narrativa apresentada, ele não resiste ao diálogo nem se recusa a participar da conversa. Ao contrário, mantém a interação, faz perguntas, utiliza ironia (“Verdade?”, “Que incrível”) e somente depois desenvolve sua reflexão crítica. A resistência do autor dirige-se ao significado social da narrativa, e não ao ato de dialogar com seu interlocutor. A alternativa “**A**) Trata-se de uma questão cultural imposta e presente na contemporaneidade.” não pode ser indicada como correta. O texto não afirma que “pegar a laço” seja uma prática cultural contemporânea. O autor critica justamente a permanência da narrativa dessa história como algo romantizado. Veja: “Penso que a maioria das pessoas não se dá conta de que esta narrativa é repetida tantas vezes...” Ou seja, o que permanece hoje é: a repetição do discurso; a naturalização dessa história; a romantização da violência. Não a prática cultural em si. Além disso, a expressão “questão cultural imposta” é vaga e não corresponde exatamente ao foco do texto.

Gabarito alterado de da letra A para D

Fontes:

- BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. 6. ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- CHARAUDEAU, Patrick. Linguagem e discurso: modos de organização. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. O texto e a construção dos sentidos. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 13. ed. Campinas: Pontes, 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	26	23	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito preliminar da questão, que indica a alternativa “B”, está correto. Deste modo e antecipadamente, conclui-se que não deverão prosperar as razões de recurso relativas à questão em análise, especialmente pelos argumentos de Contrarrazões em Recurso a seguir:

1 - A questão possui coerência e coesão de linguagem, cujos enunciado e afirmativas – claros, diretos e objetivos – se fundamentam no conteúdo programático do Edital: Lei Orgânica do município de Ji-Paraná/RO.

2 – A alternativa B é a única que se adequa ao enunciado e ao comando da questão.

O art. 40, *caput*, da Lei Orgânica Municipal estabelece que os atos do Prefeito que configurarem crime comum serão julgados perante o Tribunal de Justiça do Estado (em simetria com o art. 29, X, da CF). O § 4º do mesmo artigo prevê: “Ocorrendo a hipótese do parágrafo anterior (recebimento da denúncia do MP pelo TJ), o prefeito será afastado de suas funções, podendo reassumi-las decorridos cento e oitenta dias sem o seu julgamento”. Trata-se de dispositivo “natimorto” (revogado tacitamente), pois padece de inconstitucionalidade declarada na ADI 5.540/MG de relatoria do Min. Edson Fachin, no julgamento ocorrido em 14.12.2016 e publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 8.5.2017, p. 75, col. 1.

Com vasta jurisprudência iniciada a partir da ADI mineira, o STF sedimentou “ser incompatível com a Constituição afastar-se automaticamente um agente público eleito, pelo simples recebimento da denúncia. Se não há um juízo prévio, o simples recebimento da denúncia não pode importar no afastamento automático (...). Isso violaria o princípio democrático, porque o mandatário, eleito por voto popular, seria suspenso do cargo pelo simples recebimento de uma denúncia que, em rigor, não precisa sequer ser fundamentada. (...) Entretanto, o afastamento poderia decorrer de decisão fundamentada que demonstrasse, por exemplo, que, no cargo, atrapalharia a investigação ou produziria qualquer outra conduta incompatível com o bom andamento do processo.” Pelas razões de simetria constitucional e jurisprudência pacífica, é incorreta a assertiva.

Assim, mantida a alternativa B como a única correta na questão, sendo o gabarito definitivo.

3 – As afirmativas constantes das demais alternativas (A, C e D) contrariam o enunciado da questão, sendo inválidas pelas razões e fundamentos legais a seguir.

Alternativa A (Incorreta): O Prefeito possui foro por prerrogativa de função no Tribunal de Justiça para crimes comuns de competência estadual, não sendo julgado por juiz de 1ª instância (Art. 29, X, da CF/88). Sobre o afastamento de 180 dias, *vide* fundamentação jurídica na alternativa-gabarito.

Alternativa C (Incorreta): A Câmara julga infrações político-administrativas (Decreto-Lei 201/67), mas o enunciado trata expressamente de *crime comum*. Não se trata de crime de responsabilidade do agente político, mas de desvio de verbas públicas, tipificado no Código Penal (e, eventualmente, na Legislação Penal Extravagante) e cuja competência é do Poder Judiciário.

Alternativa D (Incorreta): Embora verbas federais atraiam a competência da Justiça Federal (Súmula 208 do STJ), o enunciado não afirma que se tratam de verbas federais, nem tampouco que sejam “vinculadas ao SUS” (mas de “verbas públicas”, com a atuação do MP Estadual – crime comum de competência estadual).

O enunciado da questão objetiva é explícito e restritivo no que pede sobre o caso hipotético apresentado ao candidato. Em complemento, a jurisprudência sedimentada dos tribunais superiores compreende que, em provas objetivas, na ausência de erros teratológicos, não se configura vício apto a ensejar a anulação da questão, *ex vi*: “*Inexistindo erro material primo ictu oculi (à primeira vista) ou reconhecimento do vício por parte da banca examinadora, é inviável a anulação judicial de questão objetiva de concurso público. Precedentes. Recurso ordinário desprovido*” (STJ/RMS 20.610/RS e vasta jurisprudência correlata). Ademais, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 632.853/CE (Tema 485 da Repercussão Geral), firmou a tese de que não cabe a substituição dos critérios da banca examinadora na avaliação de questões objetivas, salvo flagrante ilegalidade ou incompatibilidade com o edital; não sendo estes os casos em análise.

Por fim, o texto da afirmativa também erra ao afirmar que “... não há previsão legal de nomeação de comissão especial pela Câmara de Vereadores para apuração dos fatos”, pois o art. 40, §1º, da LOM prevê expressamente essa obrigação; e complementa que os fatos serão apreciados pelo Plenário em 30 dias.

Assim, restam incorretas as alternativas A, C e D, estando preciso o gabarito da Questão (alternativa B), que deve ser mantido.

Delibera-se nestas Contrarrazões pela IMPROCEDÊNCIA do recurso.

EM TEMPO: Sobre o uso de precedentes dos tribunais superiores, *vide* a permissão no Edital nº 01, de 15-4-2026 – SEMUSA/Prefeitura Municipal de Ji-Paraná/RO. “Item 8 – Dos Programas das Provas. (...) 8.7 As súmulas, jurisprudências e precedentes dos tribunais superiores poderão ser consideradas para fins de elaboração de questões desde que publicadas até 30 dias antes da data de realização das provas”.

Fontes:

- JI-PARANÁ. Lei Orgânica do Município. Art. 40, *caput*, §§ 3º e 4º.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Art. 29, X.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. A. Súmula nº 208. Terceira Seção, julgado em 27 maio 1998. *Diário da Justiça*: seção 1, Brasília, DF, p. 68, 3 jun. 1998. B. RMS 20.610/RS, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 04/05/2006, DJ 12/06/2006.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. A. ADI 5.540/MG de relatoria do Min. Edson Fachin, no julgamento ocorrido em 14.12.2016 e publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 8.5.2017, p. 75, col. 1. B. Plenário. RE 632.853/CE, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 23/04/2015 - Tema 485.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	35	34	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a Portaria GM/MS nº 888/2021 – capítulo II, Art 5º:

"II - água potável: água que atenda ao padrão de potabilidade estabelecido neste Anexo e que não ofereça riscos à saúde."

Logo, a ausência de microrganismos patogênicos é algo necessário para se considerar uma água potável, uma vez que essa não pode oferecer riscos à saúde. As análises são realizadas apenas para detecção de microrganismos indicadores, uma vez que seria demorado e oneroso se fosse realizada a análise de diversos microrganismos com potencial patogênico.

Dessa forma, a solicitação de anulação da questão é **improcedente**.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	39	31	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

"A intervenção e a indicação de medidas sanitárias para a prevenção e controle de surto de DTA devem se apoiar em legislação específica do Ministério da Saúde, da Agência Nacional da Vigilância Sanitária e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que podem ser complementadas com os códigos sanitários de níveis estadual e municipal, no que concerne à vigilância sanitária do ambiente, produção de bens e prestação de serviços de interesse da saúde pública, bem como das vigilâncias zoo e fitossanitária."

Fonte:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual integrado de vigilância, prevenção e controle de doenças transmitidas por alimentos / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2010. 158 p. : il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	40	33	43

Recurso Procedente. Questão Anulada.

De fato, apesar de ainda não haver um entendimento sólido sobre a influência negativa da Zearalenona na reprodução humana (diferente do que já se sabe para os suínos), alguns trabalhos científicos mais recentes já apontam a possibilidade de infertilidade em homens, além da desregulação hormonal que pode alterar o momento de entrada na puberdade em mulheres.

Desta forma, o recurso de pedido de anulação da questão é procedente.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	31	37	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa menciona que “O cão responsável pelo primeiro ataque deveria ter sido observado por período aproximado de 14 dias, para verificação do desenvolvimento de sinais clínicos compatíveis com a doença”.

Note que a alternativa fala em período aproximado de 14 dias, e não período mínimo de 14 dias. Caso a literatura trouxesse como indicação o tempo mínimo de 14 dias e a alternativa mencionasse 10 dias, estaria de fato incorreta a alternativa, pois o tempo mínimo de observação não teria sido respeitado.

Existem outras literaturas que mencionam 14 dias de observação. Logo, partimos do pressuposto de um período adequado de observação compreenderia a um intervalo entre 10 a 14 dias.

Fonte:

- https://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/b53OOHALyVodbMK_2022-2-2-14-51-20.pdf

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	47	49	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o disposto no DECRETO 10.468/2020, a contagem bacteriana total (CBT) foi substituída pela contagem padrão em placas (CPP).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	48	50	34

Recurso Procedente. Gabarito alterado da letra B para letra A.

Houve um erro na divulgação do gabarito da questão. A alternativa correta é a alternativa A, gabarito alterado da letra B para A

A sequência correta é V, V, F, V, correspondente à alternativa A.

- O rotavírus é transmitido principalmente pela via fecal-oral.
- Sua eliminação nas fezes pode persistir mesmo após a resolução da diarreia.
- A rotavirose é mais frequente em crianças, especialmente menores de 5 anos, e não em adultos.

- Geralmente é autolimitada; o tratamento prioriza hidratação, reposição de eletrólitos e manutenção da alimentação.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
46	41	47	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Professor: Gleidson Giordano Pinto de Carvalho

Conforme apontado pelo próprio candidato, o agente etiológico da leptospirose pode penetrar na pele íntegra, quando essa é exposta a água contaminada por período de tempo suficiente. Dessa forma, não é impossível de ocorrer a penetração na pele íntegra, tornando incorreta a parte da alternativa, onde se afirma que "... não apresenta capacidade de penetrar na pele íntegra."

Na alternativa onde houve um erro material (lesmaniose visceral), que é, inclusive, a alternativa correta da questão, entende-se que a forma como está escrita não é suficiente para prejudicar a interpretação da questão, não sendo motivo suficiente para a anulação da mesma.

Dessa forma, consideram-se improcedentes as solicitações de anulação da questão.

Cargo: Musicoterapeuta

BRANCA
50

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Recurso procedente, pois a questão seria qual a alternativa INCORRETA. Como há mais de uma alternativa correta não há possibilidade de manutenção da questão, sendo assim anulada.

Análise das Alternativas

D) Incorreta (Potencial Gabarito se a questão pedir a incorreta): Afirmar que referências musicais conhecidas reduzem a flexibilidade e que se deve priorizar sons desvinculados de memórias afetivas contradiz completamente o princípio da identidade sonora (ISO) e da musicoterapia na demência. Canções familiares estimulam a plasticidade, reduzem a agitação e evocam memórias preservadas.

A) Correta: Musicoterapia na gerontologia é holística e integra múltiplos domínios (cognitivo, motor, etc.) com base na clínica e história do idoso.

B) Correta: Experiências estruturadas (como canções de boas-vindas com dados da realidade) auxiliam diretamente na orientação e atenção de pacientes com quadros demenciais.

C) Correta: A história sonora e musical (reminiscência musical) ativa a memória autobiográfica e preserva o senso de identidade e conexão social.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	11	15	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após análise do recurso interposto, não assiste razão ao candidato.

A argumentação apresentada refere-se ao item sobre a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do SUS – PNEPS-SUS, que, na prova de Nutricionista – SEMUSA, corresponde à Questão. O gabarito preliminar indica a alternativa A como correta.

A questão solicitava especificamente a definição do princípio da problematização. A alternativa A afirma que esse princípio “implica a existência de relações dialógicas e propõe a construção de práticas em saúde alicerçadas na leitura e na análise crítica da realidade”, definição compatível com o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 2.761/2013, que institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do SUS.

A alternativa C, apontada pelo candidato como também correta, não define o princípio da problematização. Ela corresponde ao princípio do diálogo, pois descreve processos comunicacionais e pedagógicos entre pessoas e grupos de diferentes saberes, culturas e inserções sociais, com vistas à compreensão e transformação coletiva das ações de saúde. Embora diálogo e problematização sejam princípios relacionados dentro da Educação Popular em Saúde, eles possuem definições normativas próprias e distintas na Portaria nº 2.761/2013.

Portanto, não há duplicidade de alternativas corretas. A alternativa C trata de outro princípio da PNEPS-SUS, enquanto a alternativa A responde diretamente ao comando da questão, que perguntava sobre a problematização.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
20	20	20	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra D. No contexto do município de Ji-Paraná, as igrejas são lugares para além da função principal – rezar –, são ambientes religiosos que documentam o passado, espaços culturais e sociais que demarcam a identidade. Nas igrejas, os fiéis encontram mais que o fervor religioso, recebem conjuntamente, assistência emocional, espiritual e, por vezes, material. A concepção de cultura e o entendimento das normas ligadas ao meio religioso são complexas e heterogêneas, mas substanciais para entender a progressiva dinâmica social que se materializa entre os indivíduos. Por meio da religiosidade, as pessoas se reconhecem, identificam-se com simbologias comuns, incorporadas em costumes e tradições que remetem a um modo de vida singular. A relação estabelecida entre religiosidade e identidade cultural está implícita na existência do grupo. Assim, a igreja, enquanto instituição, é um elemento presente no cotidiano dos habitantes do referido município, atuando também como recurso para delimitações políticas, sociais e econômicas. No entanto é incorreto afirmar que pela sua característica cosmopolita, formada por uma diversidade étnica peculiar no país, a opção foi a realização de festas baseadas no sincretismo religioso. O sincretismo refere-se à fusão de diferentes doutrinas, ritos e crenças, formando uma nova expressão espiritual. Existe sim uma diversidade de festejos e crenças religiosas, não a fusão dessas crenças. Afirmar também que “As festas religiosas de cunho evangélico são mais relevantes no município e adjacências, por uma questão numérica.” É um equívoco, pois nenhuma festa ou religião é mais relevante que outra, e finalmente, afirmar que “as práticas religiosas dos povos originários que habitam a região foram anexadas ao calendário religiosos local” incide novamente em um equívoco, pois isso não ocorreu. A única alternativa plausível é que “a festa do padroeiro São João Bosco, bem como cultos e outros ritos constituem elementos significativos na memória dos fiéis e ajudam a compor sua identidade.

Fontes:

- <https://www.correiobraziliense.com.br/cbradar/uma-das-cidades-mais-completas-da-regiao-norte-com-ensino-tecnico-e-vida-organizada/>
- <https://www.diocesedejiparana.org.br/noticias-det.php?cod=2503>
- PLURA, Revista de Estudos de Religião, ISSN 2179-0019, vol. 7, nº 1, 2016, p. 342-371.
- ARENDT, H. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense, 1997
- PLURA, Revista de Estudos de Religião, ISSN 2179-0019, vol. 7, nº 1, 2016, p. 342-371. _____. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1995.
- HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.
- MISSÃO NOVAS TRIBOS DO BRASIL. Nisto cremos. Disponível em: <http://novastribosdobrasil.org.br/quem-somos/nisto-cremos>. Acesso em: maio . 2026.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	27	21	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão aborda o processo legislativo previsto na Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná. O assunto é previsto no conteúdo programático do Edital, havendo, portanto, respaldo no instrumento convocatório do certame para a cobrança dos conhecimentos explorados no item.

Inicialmente, algumas das razões recursais buscam justificar pedidos de anulação e/ou alteração de gabarito mediante a extrapolação e citação de leis diversas, como regras do processo legislativo federal previstas na Constituição da República, ou mesmo da “prática administrativa”. Tais alegações não merecem guarida, visto que o enunciado foi claro e expresso ao informar que a questão deveria ser solucionada à luz do texto vigente da legislação municipal. A análise desta está estritamente restrita à legislação municipal expressamente mencionada no comando do item, sendo inviável a aplicação de parâmetros externos em detrimento do texto legal local vigente.

Passando ao mérito, as razões recursais não merecem prosperar.

A seguir, apresenta-se a fundamentação da questão (conforme o tipo 1 – branca), de forma a corroborar com o gabarito preliminarmente divulgado:

I. A elaboração, a redação, a alteração e a consolidação de leis no âmbito municipal devem ocorrer em conformidade com o disposto em lei complementar federal, além de observar a própria Lei Orgânica e o Regimento Interno da Câmara Municipal.

II. Ressalvada disposição constitucional em contrário, as deliberações realizadas no âmbito das Comissões da Câmara Municipal devem ser tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

III. Na ocorrência de rejeição de um projeto de lei, a matéria nele contida pode ser objeto de nova discussão e votação dentro da mesma sessão legislativa, caso haja proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

• Julgamento: Todos os itens são corretos. Eles reproduzem fielmente as normas do processo legislativo de Ji-Paraná.

O item I baseia-se no art. 23, § 1º: "A elaboração, redação, alteração e consolidação de leis dar-se-á na conformidade da lei complementar federal, desta Lei Orgânica e Regimento Interno."

O item II baseia-se no art. 23, § 2º: "Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações da Câmara Municipal e de suas Comissões, serão tomadas por maioria absoluta de seus membros."

No que concerne ao argumento específico de que a afirmativa II estaria juridicamente incorreta por fixar o quórum de maioria absoluta para as deliberações das comissões, o inconformismo decorre de falta de observação da literalidade da lei local. O legislador orgânico de Ji-Paraná adotou uma opção político-administrativa própria e autônoma em seu artigo 23, § 2º, estabelecendo textualmente que: "Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações da Câmara Municipal e de suas Comissões, serão tomadas por maioria absoluta de seus membros."

Dessa forma, a afirmativa II não apresenta erro, ambiguidade ou indução ao equívoco; trata-se de transcrição fiel, literal e exata da norma do município exigida pelo instrumento convocatório do certame. Exigir que o candidato respondesse com base no modelo geral da Constituição Federal representaria violar o comando do próprio enunciado, que restringiu a análise aos preceitos da Lei Orgânica Municipal. Inexiste, portanto, qualquer vício de formulação capaz de macular o item.

O item III baseia-se no art. 23, § 4º: "A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de discussão e votação na mesma Sessão Legislativa mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara." No que tange ao inconformismo sobre a redação da assertiva III, que aponta uma suposta incoerência ao citar "objeto de nova discussão e votação" em vez de "objeto de novo projeto", cumpre evidenciar que a banca examinadora não incorreu em ampliação ou interpretação extensiva. A redação do item constitui transcrição literal do artigo 23, § 4º da própria Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO, que dita textualmente: "A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de discussão e votação na mesma Sessão Legislativa mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara."

Dessa forma, verifica-se que o legislador orgânico municipal adotou dicção própria e específica para o rito local. Exigir que a banca examinadora alterasse a redação da assertiva configuraria violação à própria literalidade da legislação municipal exigida pelo edital. Portanto, o item encontra-se perfeito e estritamente amparado na norma local.

Confirma-se, assim, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- JI-PARANÁ (Município). [Câmara Municipal]. Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná. Ji-Paraná: Câmara Municipal, 28 mar. 1990. Disponível em: <https://www.jiparana.ro.leg.br/leis/lei-organica-municipal/lei-organica-do-municipio.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2026.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	44	32	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado descreve uma paciente com diabetes mellitus tipo 2 que apresenta aversão ao consumo de carnes, cereais integrais e folhas verdes, padrão alimentar característico de baixa ingestão de magnésio. Esse mineral está diretamente relacionado à fisiopatologia do diabetes mellitus tipo 2, participando da ação da insulina, do metabolismo da glicose e da manutenção da sensibilidade à insulina. Além disso, a deficiência de magnésio é frequentemente observada em indivíduos com diabetes tipo 2, sendo reconhecida como uma das alterações nutricionais mais associadas a essa doença.

Embora carnes e cereais integrais também contenham zinco, as folhas verdes constituem importantes fontes de magnésio, mas não de zinco, reforçando que o conjunto das informações do enunciado direciona para deficiência de magnésio.

Dessa forma, considerando a totalidade do caso clínico e a relação estabelecida pela literatura entre diabetes mellitus tipo 2 e deficiência de magnésio, a alternativa correspondente ao magnésio permanece como a única resposta correta, não havendo justificativa para alteração do gabarito.

O magnésio modula o transporte de glicose por meio das membranas, envolvendo-se em diversas ações enzimáticas que influenciam a oxidação da glicose. Além disso, o magnésio intracelular possui um papel-chave na regulação da ação da insulina, na captação de glicose mediada pela insulina e no tônus vascular. Assim, a redução do magnésio intracelular pode levar a uma ação deficiente da tirosina quinase, prejuízo na ação da insulina e piora no quadro de resistência à insulina em paciente diabéticos. Além disso, a hipomagnesemia é preditora do diabetes, uma vez que a perda renal de magnésio tem sido relacionada com a elevação na glicemia e o aumento da excreção urinária de glicose. Em contrapartida, a elevada ingestão de magnésio tem sido associada à redução do risco de diabetes melito tipo 2.

Fontes:

- COSTA, N.M.B.; PELUZIO, M.C.G. Nutrição e Metabolismo humano. 1.ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2021.
- LIU H. et al. Magnesium supplementation enhances insulin sensitivity and decreases insulin resistance in diabetic rats. Iran J Basic Med Sci. 2020 Aug;23(8):990-998.
- BARBAGALLO, M, DOMINGUEZ, L.J. Magnésio e diabetes tipo 2. World J Diabetes. 2015 Ago;6:1152–1157.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	46	37	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O histórico alimentar ou dietético consiste em uma entrevista seguida por métodos que avaliam profundamente os hábitos alimentares, verificando-se aspectos qualitativos e quantitativos da dieta de indivíduos e não de grupos populacionais. Pode-se utilizar, recordatório 24h, o QFA, e o registro alimentar, para serem obtidas informações do padrão alimentar do paciente.

Ou seja, A história alimentar permite uma avaliação qualitativa e quantitativa mais ampla do padrão alimentar habitual do indivíduo, fornecendo informações detalhadas sobre hábitos alimentares, preferências, horários, frequência de consumo, modo de preparo e rotina alimentar. Esse método demanda maior tempo de aplicação, sendo a disponibilidade de aproximadamente 1 hora compatível com sua utilização em uma primeira consulta clínica.

Já o Diário alimentar: exige preenchimento prospectivo pelo paciente, não sendo o mais indicado para obtenção imediata das informações na primeira consulta. Recordatório 24 horas: avalia apenas o consumo do dia anterior, podendo não representar o hábito alimentar usual. E o Questionário de Frequência Alimentar: avalia frequência de consumo, porém apresenta menor detalhamento quantitativo quando comparado à história alimentar.

Fontes:

- ROSSI, L.; CARUSO, L.; GALANTE, A.P. Avaliação nutricional: novas perspectivas. 2º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
- CUPPARI, L.; SCHOR, N. Guia de nutrição: nutrição clínica no adulto. 2 ed. Barueri: Manole, 2005.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	49	40	46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso é improcedente, pois o gabarito está em conformidade com os critérios de classificação das dislipidemias adotados pela literatura de referência.

As dislipidemias podem ser classificadas de acordo com a fração lipídica alterada em:

- Hipercolesterolemia isolada: aumento isolado do LDL-c ($\text{LDL-c} \geq 160 \text{ mg/dL}$).
- Hipertrigliceridemia isolada: aumento isolado dos triglicérides ($\text{TG} \geq 150 \text{ mg/dL}$ em jejum).
- Hiperlipidemia mista: aumento do LDL-c ($\text{LDL-c} \geq 160 \text{ mg/dL}$) e dos TG ($\text{TG} \geq 150 \text{ mg/dL}$).
- HDL-c baixo: redução do HDL-c (homens $< 40 \text{ mg/dL}$ e mulheres $< 50 \text{ mg/dL}$) isolada ou em associação ao aumento de LDL-c ou de TG.

Considerando os dados apresentados no enunciado, Maria, por ser do sexo feminino, apresenta HDL-c baixo, uma vez que seu HDL-c é inferior a 50 mg/dL . Já Joaquim apresenta hipertrigliceridemia isolada, pois seus triglicérides são $\geq 150 \text{ mg/dL}$ em jejum, sem alteração concomitante que caracterize outra classificação.

Dessa forma, a classificação atribuída a ambos os pacientes está de acordo com os critérios diagnósticos estabelecidos na literatura de referência, não havendo qualquer incompatibilidade entre o gabarito e o material utilizado para elaboração da questão. Assim, não há justificativa para alteração do gabarito ou anulação da questão.

Fonte:

- FALUDI, A.A. *et al.* Atualização da Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose – 2017. Sociedade Brasileira de Cardiologia, v. 109, n.2, Supl. 1, ago. 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	50	41	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso é improcedente. O grão-de-bico é fonte de proteínas, carboidratos, minerais, vitaminas e fibras. Diferencia-se das outras leguminosas por sua digestibilidade, baixo teor de substâncias antinutricionais, além de apresentar a melhor disponibilidade de ferro (Ferreira; Brazaca; Arthur, 2006). Canniatti–Brazaca e Silva (2004), pesquisando diversas leguminosas (feijão comum, feijão-branco, feijão-preto, ervilha, soja, lentilha e grão-de-bico) encontraram a melhor disponibilidade de ferro para o grão-de-bico.

Fontes:

- CANNIATTI–BRAZACA, S.G.; SILVA, F.C. da. Enhancers and inhibitors of iron availability in legumes. Plant Food for Human Nutrition, v. 58, p. 1-8, 2004
- Ferreira, A.C.P., BRAZACA, S.G.C.; ARTHUR, V. Alterações químicas e nutricionais do grão-de-bico (cicer arietinum L.) Cru irradiado e submetido à cocção. Ciênc. Tecnol. Aliment., Campinas, 26(1): 80-88, jan.-mar. 2006

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	36	45	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recurso Improcedente. A primeira afirmativa se encontra errada pela seguinte afirmação: a concentração de lactose não diminui e sim aumenta.

A consistência do leite materno muda com o passar do tempo. Inicialmente, é produzido colostro, que possui relativamente pouca água, lactose e gordura, este líquido é rico em imunoglobulinas. As concentrações de gordura e lactose aumentam com o passar do tempo, enquanto as concentrações de proteínas e minerais diminuem. Portanto, o colostro serve de forma adequada até o aparecimento do leite de transição.

Fonte:

- Gibney, M.J.; Macdonald, I. A.; Roche, H.M. **Nutrição e metabolismo**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
47	31	50	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento apresentado no recurso desconsidera uma informação fundamental do enunciado: Maria é uma pessoa idosa. Para essa faixa etária, a classificação do estado nutricional pelo Índice de Massa Corporal (IMC) utiliza pontos de corte específicos, distintos daqueles empregados para adultos. Assim, indivíduos idosos com IMC inferior a 22 kg/m² são classificados como baixo peso, conforme os referenciais adotados para essa população.

Além disso, a comparação direta dos valores numéricos da circunferência da cintura entre homens e mulheres é inadequada, uma vez que os pontos de corte são distintos para cada sexo, refletindo diferenças fisiológicas na distribuição da gordura corporal. Portanto, a interpretação desse indicador deve sempre considerar os valores de referência específicos para homens e para mulheres, e não apenas a magnitude absoluta da medida.

Dessa forma, considerando a idade da paciente e os critérios específicos para classificação antropométrica em idosos, bem como os pontos de corte próprios para a circunferência da cintura de cada sexo, a alternativa constante no gabarito permanece correta, não havendo justificativa para alteração do gabarito ou anulação da questão.

Ana possui circunferência da cintura em Risco de complicações metabólicas (doenças associadas à Circunferência abdominal) e Maria possui baixo peso. Já Antônio possui classificação adequada tanto no IMC quanto na CC.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. Brasília : Ministério da Saúde, 2011
- ROSSI, L.; CARUSO, L.; GALANTE, A.P. Avaliação nutricional: novas perspectivas. 2º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
49	40	47	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recurso improcedente.

Afirmativa I Falsa- A frutose deve ser recomendada de forma cuidadosa, pois seu uso de forma isolada, em grandes quantidades, frequentemente é acompanhado por desconforto gástrico. Consumir exclusivamente frutas no pós-exercício, tornará mais lenta a restauração do glicogênio muscular. Isso ocorre porque a frutose, após ser absorvida no ambiente intestinal, terá que passar inicialmente no fígado, para posteriormente ser convertida em glicose, e, aí sim, estar disponível para recuperação do glicogênio muscular (CYRINO; ZUCAS, 1999). Entretanto, quando o objetivo é reabastecimento dos estoques de glicogênio hepático, a ingestão de glicose mais frutose permite rápida recuperação do que quanto a ingestão é apenas de glicose (GONZALEZ et al., 2016).

As formas sólidas e líquidas de alimentos ricos em carboidrato são igualmente eficazes no fornecimento de substrato para a síntese de glicogênio muscular ao longo de 2 a 24 h (MAUGHAN; BURKE, 2004; BURKE et al., 2017). Mas, como muitos praticantes de exercício físico referem perda de apetite após o exercício, a reposição de carboidrato na forma líquida apresenta vantagens comparando com a forma sólida: melhor aceitação, melhor digestibilidade e menor sensação de plenitude gástrica (MEYER; PERRONE, 2004). Mas após as primeiras horas, os alimentos sólidos passam a ser mais atraentes e devem ser consumidos alimentos com fontes de carboidratos facilmente digeridos, e não comer demais para evitar o desconforto abdominal (WILLIAMS, 2007).

Afirmativa II Verdadeira- A maltodextrina é utilizada para composição de isotônicos e é uma opção prática para uso durante e após o exercício. A maltodextrina causa esvaziamento gástrico rápido e não provoca desconfortos gástricos para a maioria das pessoas (CYRINO; ZUCAS, 1999).

Afirmativa III Falsa- Para acelerar a reposição do glicogênio, deve-se consumir alimentos ricos em carboidrato com um alto índice glicêmico (IG) o mais rápido possível, mesmo que a refeição de reposição contenha poucos lipídios e proteínas, pois assim serão rapidamente digeridos. Os lipídios e proteínas tornam mais lenta a passagem do alimento através do trato gastrointestinal e reduzem o índice glicêmico da refeição. Logo, é importante a prescrição criteriosa desses dois macronutrientes quando se objetiva a restauração rápida do glicogênio (MAUGHAN; BURKE, 2004; MEYER; PERRONE, 2004; BURKE et al., 2017). Segundo Betts e Williams (2010) tanto suplementos de carboidratos sólidos e líquidos quanto alimentos atingem tal objetivo com mesmo efeito, desde que sejam de alto índice glicêmico. O carboidrato de baixo índice glicêmico promove um armazenamento menos eficiente do glicogênio devido à má absorção de alguns alimentos, principalmente quando rico em fibras, reduzindo a quantidade eficaz de carboidrato consumido (BURKE et al., 2017).

Fontes:

- Quintão, D.F., Marins, J.C. Estratégias ergogenicas nutricionais para recuperação do exercício físico. In: Marins, J.C.B.; Cazal, M.M. Nutrição e suplementação para o desempenho físico e esportivo. Rio de Janeiro: Rubio, 2023. Cap. 11, p. 145- 167.
- BURKE, L.M., LOON, L.J.C.V., HAWLEY, J.A. Postexercise muscle glycogen resynthesis in humans. J Appl Physiol, v. 122, p. 1055–1067, 2017.
- CYRINO, E.S, ZUCAS, S.M. Influência da ingestão de carboidratos sobre o desempenho físico. Revista da Educação Física/UEM, v.10, n.1, p. 73-79, 1999.
- GONZALEZ, J.T. et al. Liver glycogen metabolism during and after prolonged endurance-type exercise. Am J Physiol Endocrinol Metab., v.311, n.3, p. 543-553, 2016.

- MAUGHAN, R.J., BURKE, L.M. Recuperação pós-evento. In: _____. Nutrição esportiva. Porto Alegre: Artmed, 2004, cap. 9, p. 100-105.

Cargo: Odontólogo

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
5	3	4	2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “No trecho “Ela é o tipo psíquico da sociedade, tipo que tem suas propriedades, suas condições de existência, seu modo de desenvolvimento, do mesmo modo que os tipos individuais, muito embora de outra maneira.”, é possível observar:”, a alternativa “**A**) Duas situações distintas que apresentam características particulares.” foi adequadamente indicada como correta. O trecho estabelece uma comparação entre duas realidades distintas, mostrando que ambas possuem características próprias, embora sejam comparáveis. 1ª situação: a consciência coletiva, definida como o “tipo psíquico da sociedade”; 2ª situação: os tipos individuais (as consciências particulares dos indivíduos). Durkheim afirma que ambas possuem: propriedades; condições de existência; modo de desenvolvimento. Entretanto, acrescenta a ressalva: “muito embora de outra maneira.” Ou seja, elas compartilham a característica de possuir propriedades e formas de desenvolvimento, mas essas características se manifestam de maneiras diferentes. Correta porque o texto compara: o tipo psíquico da sociedade (consciência coletiva); os tipos individuais. Cada um possui características próprias. A expressão “de outra maneira” reforça justamente essa distinção. A alternativa “**B**) Uso de ambiguidade por meio da expressão “tipo psíquico da sociedade”.” não pode ser indicada como correta. Não há ambiguidade. A expressão é definida no contexto. Nos parágrafos anteriores, o autor explica que: a consciência coletiva constitui uma realidade própria; ela representa o tipo psíquico da sociedade. Assim, “tipo psíquico da sociedade” refere-se à consciência coletiva. Ambiguidade ocorre quando uma expressão admite duas ou mais interpretações possíveis, o que não acontece aqui. A alternativa “**C**) Um processo em desenvolvimento em que o individual equivale ao coletivo.” não pode ser indicada como correta. O texto afirma o contrário: “...do mesmo modo que os tipos individuais, muito embora de outra maneira.” O autor não diz que o individual equivale ao coletivo. Ele afirma que ambos possuem formas de desenvolvimento, mas diferentes. Portanto: não há equivalência; há comparação seguida de diferenciação. A alternativa “**D**) Comparação de igualdade entre dois contextos sem que haja algum tipo de distinção.” não pode ser indicada como correta. A segunda parte torna a alternativa falsa: “muito embora de outra maneira.” Essa oração introduz justamente uma distinção. Logo, não existe comparação sem distinção. Há: uma semelhança; seguida de uma ressalva que evidencia diferenças. Estrutura do raciocínio do trecho: O período pode ser esquematizado assim: A consciência coletiva possui: propriedades; condições de existência; modo de desenvolvimento. Assim como os tipos individuais... ...mas de maneira diferente. Esse é um recurso argumentativo comum em textos científicos: aproxima dois conceitos, depois mostra suas diferenças.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coesão textual. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
16	11	14	9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa A está correta porque traduz adequadamente os fundamentos da Clínica Ampliada. Essa proposta busca superar o modelo biomédico centrado na doença, valorizando a integração entre diferentes saberes profissionais, a interdisciplinaridade, o reconhecimento das singularidades dos usuários e sua participação ativa na construção do cuidado.

Na Clínica Ampliada, o cuidado é produzido de forma compartilhada entre profissionais, usuários e familiares, considerando aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais envolvidos no processo saúde-doença.

Análise das alternativas incorretas

A) A Clínica Ampliada propõe articulação entre diferentes saberes e valorização da participação dos sujeitos na produção do cuidado.

Correta. A Clínica Ampliada fundamenta-se na articulação interdisciplinar dos saberes e na participação ativa dos usuários na produção do cuidado. O modelo rompe com a lógica centrada exclusivamente na doença e reconhece o usuário como sujeito do processo terapêutico.

B) A incorporação das dimensões subjetivas no cuidado favorece a individualização das intervenções terapêuticas, priorizando a análise das experiências dos usuários no planejamento assistencial.

Incorreta. Embora a Clínica Ampliada valorize a subjetividade e as experiências dos usuários, a alternativa restringe a proposta à individualização das intervenções terapêuticas. A abordagem da Clínica Ampliada é mais abrangente, envolvendo também trabalho interdisciplinar, corresponsabilização, construção compartilhada do cuidado, participação do usuário e consideração dos determinantes sociais do processo saúde-doença.

C) A Clínica Ampliada propõe a elaboração do cuidado a partir da integração entre diferentes núcleos profissionais, mantendo a definição das condutas terapêuticas sob responsabilidade predominante da equipe técnica.

Incorreta. O erro está na expressão "mantendo a definição das condutas terapêuticas sob responsabilidade predominante da equipe técnica". A Clínica Ampliada propõe que as decisões terapêuticas sejam construídas de forma compartilhada, valorizando o protagonismo do usuário e a negociação entre os diferentes envolvidos no cuidado. A equipe técnica mantém responsabilidade profissional, mas não concentra unilateralmente a definição das condutas.

D) A construção da autonomia envolve ampliação da capacidade de análise e decisão dos usuários sobre questões relacionadas ao seu processo de saúde, preservando a responsabilidade compartilhada entre profissionais e usuários.

Incorreta. A alternativa descreve corretamente o conceito de co-construção da autonomia, porém o comando da questão aborda os fundamentos da Clínica Ampliada e da co-construção da autonomia. A alternativa limita-se a um dos componentes do enunciado e não contempla o princípio estruturante da Clínica Ampliada, que envolve a articulação de diferentes saberes e a produção compartilhada do cuidado. A alternativa A responde de forma mais completa ao comando proposto.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. HumanizaSUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 4. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.
- Política Nacional de Humanização. Ministério da Saúde. Brasília, DF.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	24	30	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da sequência correta de julgamento das afirmativas com fundamento nas disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO acerca da competência tributária municipal, especialmente quanto à instituição de taxas, contribuições e impostos municipais. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois a alternativa C apresenta a sequência compatível com o texto normativo aplicável.

A primeira afirmativa está incorreta, pois contraria o inciso II do art. 45 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo estabelece expressamente que o Município poderá instituir taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou colocados à sua disposição. A afirmativa, ao negar essa possibilidade, apresenta conteúdo oposto ao previsto na legislação.

A segunda afirmativa está correta, conforme dispõe o § 3º do art. 45 da Lei Orgânica Municipal. A norma autoriza o Município a instituir contribuição cobrada de seus servidores para custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social. Assim, a proposição reproduz adequadamente a competência tributária prevista no texto legal.

A terceira afirmativa também está correta, em conformidade com o inciso I e o § 1º do art. 47 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo atribui ao Município competência para instituir imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, permitindo, nos termos da lei municipal, a progressividade do tributo como instrumento destinado a assegurar o cumprimento da função social da propriedade. A assertiva, portanto, está de acordo com a norma.

A quarta afirmativa está incorreta, pois contraria o § 4º do art. 47 da Lei Orgânica Municipal. Embora o Município possua competência para instituir imposto sobre serviços de qualquer natureza, a legislação estabelece que as alíquotas dos impostos previstos nos incisos III e IV do referido artigo não poderão ultrapassar o limite fixado em lei complementar da União. A afirmativa, ao afastar essa limitação, apresenta conteúdo incompatível com a norma.

Diante do exposto, verifica-se que a sequência correta é F, V, V, F, correspondente à alternativa C, razão pela qual o gabarito oficial deve ser preservado, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	23	27	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da alternativa correta com fundamento nas disposições da Lei Municipal nº 1.405/2005, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos em Geral do Município de Ji-Paraná/RO, acerca do regime disciplinar aplicável aos servidores públicos municipais. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois a alternativa D é a única plenamente compatível com a disciplina estabelecida pelo Estatuto.

A alternativa D está em plena conformidade com o art. 167 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O dispositivo estabelece que a penalidade de advertência terá seu registro cancelado após o decurso de três meses de efetivo exercício, desde que o servidor, nesse período, não pratique nova infração disciplinar. A assertiva reproduz fielmente a disciplina normativa, razão pela qual se mostra correta.

Diversamente, a alternativa A revela-se incompatível com o art. 171 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O referido dispositivo determina que será cassada a disponibilidade do servidor que houver praticado, quando em atividade, falta punível com demissão. A assertiva, contudo, afirma que a disponibilidade não poderá ser cassada nessa hipótese, contrariando expressamente o texto legal.

A alternativa B igualmente não encontra amparo no Estatuto dos Servidores Públicos. Nos termos do art. 172 da Lei Municipal nº 1.405/2005, configura abandono de cargo a ausência injustificada ao serviço por mais de trinta dias

consecutivos. Já o art. 173 dispõe que a ausência injustificada por sessenta dias interpolados durante o ano civil caracteriza inassiduidade habitual, e não abandono de cargo. A assertiva, portanto, confunde institutos distintos disciplinados pela legislação.

A alternativa C também está incorreta, por contrariar os §§ 1º e 2º do art. 165 da Lei Municipal nº 1.405/2005. O dispositivo estabelece que o servidor que, injustificadamente, recusar-se a submeter-se à inspeção médica determinada pela autoridade competente será punido com suspensão de até quinze dias, admitindo-se, quando houver conveniência para o serviço, a conversão da penalidade em multa. A assertiva, entretanto, prevê a aplicação de advertência e afasta a possibilidade de conversão da penalidade em multa, em manifesta desconformidade com a norma.

Diante do exposto, verifica-se que somente a alternativa D observa corretamente as disposições da Lei Municipal nº 1.405/2005, razão pela qual o gabarito oficial deve ser preservado, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	25	28	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão exige a identificação da alternativa incorreta com base nas disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO acerca da elaboração da lei orçamentária anual, sua estrutura e as limitações relativas à utilização de recursos públicos. Nesse contexto, o gabarito oficial deve ser mantido, pois a alternativa A é a única que apresenta conteúdo incompatível com a legislação municipal.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o inciso II do § 5º do art. 55 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo estabelece que a lei orçamentária compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto. A assertiva, entretanto, amplia indevidamente a previsão normativa ao incluir empresas nas quais o Município possua maioria do capital social sem direito a voto, hipótese não contemplada pela norma, razão pela qual se mostra incorreta.

A alternativa B está correta, pois reproduz o disposto no inciso VIII do art. 57 da Lei Orgânica Municipal. A norma estabelece ser vedada a utilização, sem autorização legislativa específica, por maioria absoluta, de recursos do orçamento anual para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações ou fundos do Município. A assertiva apresenta adequadamente a restrição prevista no texto legal.

A alternativa C também encontra respaldo no § 7º do art. 55 da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO. O dispositivo determina que a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvando a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, nos termos da lei. A proposição reproduz corretamente a regra estabelecida pela legislação.

Por sua vez, a alternativa D está em conformidade com o § 6º do art. 56 da Lei Orgânica Municipal. A norma prevê que os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição da proposta de orçamento anual, permanecerem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados mediante créditos especiais ou suplementares, conforme o caso, desde que haja prévia e específica autorização legislativa. A utilização da expressão “créditos especiais ou suplementares” está em consonância com a disciplina constitucional dos créditos adicionais, não havendo omissão ou alteração capaz de modificar o sentido da norma. Além disso, a questão foi elaborada com base na legislação municipal específica, não havendo incompatibilidade entre a alternativa e o regramento aplicável.

Diante do exposto, verifica-se que somente a alternativa A contraria as disposições da Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO, enquanto as demais reproduzem corretamente o conteúdo normativo aplicável, razão pela qual o gabarito oficial deve ser preservado, inexistindo fundamento jurídico para o acolhimento do recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	39	35	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais dispõem que, na avulsão dentária, ocorre o deslocamento completo do dente para fora do alvéolo, com ruptura total das fibras do ligamento periodontal e do feixe vasculonervoso. Nesses casos, a primeira opção terapêutica é o reimplante dentário, cujo prognóstico está diretamente relacionado ao tempo extra-alveolar, ao estágio de formação radicular e à viabilidade das células do ligamento periodontal, a qual depende, principalmente, das condições de armazenamento do dente (meio seco ou úmido).

No caso em questão, o dente pôde ser reimplantado e estabilizado por meio de contenção flexível, visando favorecer a reinserção das fibras do ligamento periodontal. Ainda que a viabilidade celular possa estar parcialmente comprometida, o reimplante de um dente permanente representa a conduta mais indicada, especialmente quando realizado nos primeiros 60 minutos após a avulsão e quando o elemento dentário foi mantido em meio líquido.

Embora a água não seja considerada o meio de armazenamento ideal, por não apresentar osmolaridade compatível com a manutenção da viabilidade das células do ligamento periodontal, sua utilização em situações de urgência é preferível ao armazenamento em meio seco, que acelera a morte celular e reduz significativamente as chances de reinserção das fibras periodontais e de sucesso do reimplante. Dessa forma, a conduta descrita no enunciado está em consonância com as recomendações científicas para o manejo inicial da avulsão de dentes permanentes.

Fontes:

- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS DE SAÚDE COMUNITÁRIA. **Diretriz para a prática clínica odontológica na Atenção Primária à Saúde: manejo clínico de traumatismos alveolodentários em dentes permanentes.** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Estratégias e Políticas de Saúde Comunitária. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.72 p.
- BOURGUIGNON, C. et al. International Association of Dental Traumatology (IADT) guidelines for the management of traumatic dental injuries: 1. Fractures and luxations of permanent teeth. Tradução: Silva, E.J.L.N. et al. Diretrizes da Associação Internacional de Traumatologia Dentária para a abordagem de lesões dentárias traumáticas: 1. Fraturas e luxações de dentes permanentes. Acesso: <http://iadt-dentaltrauma.org/wp-content/uploads/2024/02/Portuguese>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	31	38	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Verifica-se que as razões recursais apresentadas não são compatíveis com a questão, cuja anulação é pleiteada. A fundamentação exposta pela candidata refere-se, ao conteúdo da questão 36.

Entretanto, sobre a questão, a candidíase eritematosa pode ocorrer em decorrência de hipossalivação, como efeito colateral pela utilização do antibiótico de amplo espectro ou em doenças que ocasionem imunossupressão. A coloração avermelhada é observada pelo aumento da vascularização, e, as áreas esbranquiçadas são inexistentes ou mínimas. Normalmente, ela representa a única variedade de candidíase oral que apresenta sintomatologia dolorosa, em razão do aumento de vascularização, as lesões nessa forma da doença aparecem vermelhas ou eritematosas.

A candidíase pseudomembranosa caracteriza-se pela presença de pápulas e placas brancas dispostas na mucosa bucal, que são removidas ou destacadas por raspagem, deixando uma área eritematosa subjacente ao local das lesões. As

placas consistem em resíduos contendo hifas e leveduras do fungo, células epiteliais descamadas e células inflamatórias. Diante do exposto, mantem-se o gabarito oficial.

Fonte:

- Instituto Nacional de Câncer (Brasil). **Diagnóstico precoce do câncer de boca** / Instituto Nacional de câncer. Rio de Janeiro: INCA, 2022. 137p. p. 69-72.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	33	37	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais sustentam que, em algumas situações clínicas, o exame radiográfico deve ser utilizado de forma complementar ao exame visual-tátil para auxiliar na avaliação da profundidade da lesão cariosa, independente de sua atividade cariogênica. O enunciado da questão refere-se especificamente à avaliação da profundidade de uma lesão de cárie localizada em superfície oclusal. Nesse contexto, a radiografia periapical apresenta limitações decorrentes da sobreposição das estruturas dentárias, dificultando a adequada visualização do esmalte, dentina e proximidade da lesão com a polpa. Assim, a radiografia interproximal constitui o exame de escolha para complementar a avaliação de lesões cariosas em superfícies oclusais, por proporcionar melhor definição das estruturas coronárias e maior acurácia na profundidade da lesão.

Fonte:

- LEAL, S. et. al. Odontologia de Mínima Intervenção: dentes funcionais por toda a vida. São Paulo: Napoleão Editora, 2020, 164p. p 42-50.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	48	41	48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Qualquer sinal de cárie de superfície lisa em uma criança com menos de 3 anos. Um escore de dentes cariados, ausentes ou obturados maior ou igual a quatro (para crianças de 3 anos), cinco (para crianças de 4 anos) ou seis (para crianças de 5 anos). Em crianças entre 3 e 5 anos, a presença de uma ou mais superfícies lisas cavitadas, ausentes (devido à cárie) ou obturadas em dentes decíduos anteriores dos maxilares. Cáries de raiz não entram nos critérios.

Fonte:

- Epidemiologia da Saúde Bucal. Autores marco Aurélio Peres, José Leopoldo Ferreira Antunes e Richard G. Watt. Editora Guanabara Koogan. 4ª edição. 2026. Capítulo 4.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
44	42	43	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Constitui infração ética intervir, quando na qualidade de perito ou auditor, nos atos de outro profissional, ou fazer qualquer apreciação na presença do examinado, reservando suas observações, sempre fundamentadas, para o relatório sigiloso e lacrado, que deve ser encaminhado a quem de direito. Constitui infração ética exercer a função de perito quando a parte for paciente, *ex-paciente* ou qualquer pessoa que tenha ou teve relações sociais, afetivas, comerciais ou administrativas, capazes de comprometer o caráter de imparcialidade do ato pericial ou da auditoria. Código de Ética Odontológica- CAPÍTULO IV- DAS AUDITORIAS E PERÍCIAS ODONTOLÓGICAS. Constitui infração ética iniciar qualquer

procedimento ou tratamento odontológico sem o consentimento prévio do paciente ou do seu responsável legal, **exceto** em casos de urgência ou emergência.

Fonte:

- Capítulo V-COM O PACIENTE- Código de Ética Odontológica

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
45	43	44	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Geralmente, se o suprimento sanguíneo pelo forame apical permanecer intacto, a polpa é capaz de resistir às agressões fisiológicas induzidas pela doença periodontal. Em casos onde são indicados a extrusão ortodôntica, os casos tratados com maior sucesso são as que promovem extrusões menores que 4 mm. Conforme há progressão da fratura radicular vertical e da infecção subsequente, ocorre o aumento de volume e uma fístula pode estar presente em localização mais coronária que a fístula associada com um caso de abscesso crônico. Cohen Caminhos da Polpa Autores Loius H. Berman e kenneth M. Hargreaves. 12ª edição. Editora Guanabara Koogan, 2021. Capítulo 25, páginas 919, 931. Capítulo 22, página 835. Nos estágios iniciais, a bolsa da fratura vertical radicular apresenta uma abertura coronária aderida. Já as bolsas periodontais associadas à doença periodontal são tipicamente maiores coronariamente e não aderidas.

Fonte:

- Cohen Caminhos da Polpa Autores Loius H. Berman e kenneth M. Hargreaves. 12ª edição. Editora Guanabara Koogan, 2021 Capítulo 22 páginas 837/838.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
46	49	49	44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Cuidados de higiene e política alimentar (estratégias populacionais), Acesso ao cirurgião dentista (estratégia individual) e uso de dentifrícios fluoretados (estratégia individual). Fluoretação de águas (estratégia populacional) e redução do consumo de açúcar (estratégia individual), Autocuidado com higiene (estratégia individual) e restrição ao tabagismo (estratégia populacional).

Fonte:

- Saúde Coletiva e Epidemiologia na Odontologia. Autora Silvia Helena de Carvalho Sales Peres. Editora Manole, 2021, capítulo 12. Página 248, figura 2.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
48	45	46	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O uso de dentifrícios fluoretados é considerado *um fator modificador* da doença cárie. Os fatores preditores de risco estão associados a um risco elevado da doença cárie, mas não fazem parte da cadeia causal, ou seja, da etiologia. A saliva, devido ao seu efeito tampão, é *um fator modificador* para a cárie dentária. Os selantes de fossas e fissuras são alternativas às restaurações, sendo aplicadas em situações de cárie, para obstruir ou paralisar lesões iniciais. A indicação de selantes oclusais em substituição a restaurações mais extensas visa à prevenção primária para decisão terapêutica no controle de lesões de cárie de esmalte. A aplicação de um selante, no mínimo, estagnar a progressão da lesão ou adiará o ciclo restaurador do dente.

Fonte:

- Saúde Coletiva e Epidemiologia na Odontologia. Autora Silvia Helena de Carvalho Sales Peres. Editora Manole, 2021, capítulo 12. página 247

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
49	46	47	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os compósitos de nanopartículas (nanocompósitos) possuem propriedades ópticas superiores às de micropartículas principalmente devido ao tamanho reduzido das partículas, que é menor que o comprimento de onda da luz visível. Essa característica física fundamental resulta em fenômenos ópticos únicos, permitindo alta transparência, baixo espalhamento de luz e controle da cor, ao contrário das micropartículas, que tendem a opacificar o material. Os compósitos de nanopartículas (resinas nanoparticuladas/nanocompósitos) oferecem um polimento superior e retenção de brilho mais duradoura em comparação com os compósitos de micropartículas tradicionais e outros tipos, principalmente devido ao seu tamanho reduzido de carga e comportamento estrutural.

Fonte:

- Materiais Dentários 13ª edição. Phillips. Autores Chiayi Shen, H. Ralph Rawls e Josephine F. Esquivel-Upshaw. Editora Guanabara Koogan. Capítulo 2.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	47	48	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Próteses totais confeccionadas com resinas quimicamente ativadas geralmente apresentam melhor adaptação do que aquelas confeccionadas com as resinas termicamente ativadas. A porosidade resulta da vaporização de monômeros que não reagiram quando a temperatura de uma resina atinge ou supera os pontos de ebulição dessas superfícies. O PMMA absorve pequenas quantidades de água quando colocadas em ambiente aquoso. A introdução de moléculas de água provoca uma ligeira expansão da massa polimerizada. As resinas quimicamente ativadas geralmente apresentam menores graus de polimerização. Como resultado, as resinas quimicamente ativadas exibem níveis aumentados de monômeros residual e diminuição da resistência e rigidez.

Fonte:

- Materiais Dentários 13ª edição. Phillips. Autores Chiayi Shen, H. Ralph Rawls e Josephine F. Esquivel-Upshaw. Editora Guanabara Koogan. Capítulo 11, páginas 249, 249, 230 e 252.

Cargo: Psicólogo - SEMUSA

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
1	4	2	6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “De acordo com o conteúdo apresentado no parágrafo introdutório do texto, observa-se em sua estrutura:”, a alternativa “**B**) Dados da realidade observável, que remetem a considerações pertinentes e proposição sobre o assunto abordado.” foi adequadamente indicada como correta. Descreve a organização argumentativa do parágrafo introdutório, sem acrescentar elementos que não estão presentes no texto. O

primeiro parágrafo apresenta a seguinte estrutura: "De acordo com dados do Censo 2022, o Brasil abriga cerca de 1,7 milhão de pessoas indígenas, pertencentes a 391 povos e falantes de 295 línguas distintas." Esse trecho traz dados objetivos, provenientes do Censo 2022, isto é, dados da realidade observável. Em seguida, o texto interpreta esses dados: "Esses números indicam a enorme diversidade social e cultural existente entre os povos indígenas." Aqui há uma consideração decorrente dos dados apresentados. Por fim, o autor apresenta uma proposição: "Reconhecer essa pluralidade é um passo essencial para que a escola compreenda que a abordagem dessa temática exige sensibilidade, conhecimento e não pode ser tratada de forma simplificada." Essa frase propõe uma orientação para o tratamento do tema na escola. Assim, a sequência estrutural é: dados objetivos (Censo); consideração/interpretação desses dados; proposição sobre como a escola deve abordar a temática. Em textos argumentativos, dados objetivos frequentemente funcionam como base para uma avaliação e para a defesa de uma proposta ou conclusão. A alternativa **"A)** Argumento de autoridade seguido de argumento de exemplificação e de comparação." não pode ser considerada correta. Essa descrição não corresponde ao parágrafo introdutório. Não há argumento de autoridade. Argumento de autoridade consiste em fundamentar uma afirmação na opinião de uma pessoa reconhecida como especialista. Exemplo: "Segundo Delmira de Almeida Peres..." Esse argumento aparece no segundo parágrafo, não no primeiro. Não há exemplificação, o texto não apresenta exemplos da diversidade indígena, ele apenas informa números. Não há comparação, também não existe relação comparativa ("mais que", "menos que", "assim como", etc.). Portanto, a alternativa descreve uma estrutura inexistente. A alternativa **"C)** Fatos e opiniões que indicam diferentes perspectivas acerca dos dados apresentados, evitando-se extremos isolados sobre o assunto abordado." não pode ser indicada como correta. Não existem diferentes perspectivas. Todo o parágrafo desenvolve uma única linha de raciocínio. Não aparecem posições divergentes nem contrapontos. Não há equilíbrio entre opiniões, o texto não confronta opiniões. Ele apresenta: dados; interpretação; conclusão. Logo, não há "diferentes perspectivas". A alternativa **"D)** Proximidade entre investigação e ciência a partir do momento em que o referencial de autoridade sobre o assunto é acionado, promovendo realização de soluções." não pode ser indicada como correta. Essa alternativa reúne elementos que não aparecem no parágrafo. Não há referencial de autoridade. Como visto, nenhum especialista é citado no primeiro parágrafo. Não há investigação científica, o texto apenas utiliza dados do Censo como informação inicial. Não explica pesquisa nem método científico. Não apresenta soluções, a frase: "Reconhecer essa pluralidade é um passo essencial..." constitui uma orientação ou proposição, mas não uma "solução" desenvolvida para o problema. Assim, a alternativa extrapola o conteúdo do texto.

Fontes:

- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. O texto e a construção dos sentidos. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação: a nova retórica. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
3	6	1	5

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Tendo em vista que alguns vocábulos do texto tiveram os acentos gráficos omitidos propositadamente e, ainda, considerando as regras de acentuação gráfica da norma-padrão da língua portuguesa, assim como sua classificação quanto à posição da sílaba tônica, assinale a alternativa em que a grafia dos termos e a justificativa gramatical apresentadas estão integralmente corretas.", a alternativa **"C)** Invés; estereótipos; e epistemológico: a primeira palavra é uma oxítone terminada em "-es", acentuada conforme a regra das oxítonas; as demais são proparoxítonas e, por isso, recebem acento gráfico, já que todas as palavras assim classificadas devem ser acentuadas." foi adequadamente indicada como correta. 1. Invés - Separação silábica: in-vés. A sílaba tônica é vés, a última. Logo, trata-se de uma oxítone. Além disso, termina em -es. A regra estabelece que recebem acento as oxítonas terminadas em: a(s); e(s); o(s); em; ens. Assim: revés, cortês, freguês, mês, invés estão corretamente acentuadas. 2. Estereótipos - Separação: es-te-re-ó-ti-pos. Sílaba tônica: ó, antepenúltima sílaba. É uma proparoxítona. Toda

proparoxítona é acentuada. 3. Epistemológico - Separação: e-pis-te-mo-ló-gi-co. Sílabo tônica: ló. Antepenúltima. Também é proparoxítona. Recebe acento porque todas as proparoxítonas são acentuadas. Essa é a regra prevista pela norma-padrão. A alternativa “**A**) Invês; estereótipos; e epistemológico: a primeira palavra é uma paroxítona terminada em “-s”; as demais são proparoxítonas, razão pela qual recebem acento gráfico.” não pode ser considerada correta. O erro está na classificação de invês. Observe: in-vês. A tonicidade recai na última sílaba. Logo, não é paroxítona, é oxítona. Embora a grafia esteja correta, a classificação da palavra está errada. A alternativa “**B**) Invês; estereótipos; e epistemológico: a primeira palavra é uma paroxítona terminada em “-s”; as demais palavras são proparoxítonas, acentuadas devido à vogal semiaberta.” não pode ser indicada como correta. A razão do acento não é a existência de vogal semiaberta. A regra da língua portuguesa determina: Todas as proparoxítonas são acentuadas. Pouco importa se a vogal é aberta, semiaberta ou fechada. Por exemplo: lâmpada; público; jurídico; técnico; fenômeno. Todas recebem acento simplesmente por serem proparoxítonas. A qualidade da vogal não é o critério da regra. A alternativa “**D**) Invês; estereótipos; e epistemológico: o acento circunflexo em “invês” justifica-se pelo fato de que em algumas regiões do Brasil, especialmente em partes do Sul e do Sudeste, há uma tendência a realizar certas vogais tônicas de maneira mais fechada do que em outras variedades; as demais palavras são proparoxítonas.” não pode ser indicada com correta. Grafia: “invês”. Essa forma não existe na norma-padrão. A grafia correta é: invês, com acento agudo.

Fontes:

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP). Rio de Janeiro: ABL. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>. Acesso em: 16 jul. 2026.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
4	1	6	2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o período destacado em “De acordo com dados do Censo 2022, o Brasil abriga cerca de 1,7 milhão de pessoas indígenas, pertencentes a 391 povos e falantes de 295 línguas distintas. Esses números indicam a enorme diversidade social e cultural existente entre os povos indígenas. Reconhecer essa pluralidade é um passo essencial para que a escola compreenda que a abordagem dessa temática exige sensibilidade, conhecimento e não pode ser tratada de forma simplificada.” (1º§), pode-se afirmar que:”, a alternativa “**A**) Relaciona-se com a temática central desenvolvida.” foi adequadamente indicada como correta. O período destacado exerce a função de desenvolver e reforçar a temática central do texto, isto é, a diversidade dos povos indígenas e a necessidade de que essa diversidade seja reconhecida e tratada adequadamente no contexto escolar. O primeiro período apresenta dados do Censo 2022. O período destacado interpreta esses dados, mostrando seu significado (“esses números indicam...”). Em seguida, relaciona essa interpretação ao objetivo do texto: defender uma abordagem adequada da temática indígena na escola. Assim, o trecho não apenas comenta os dados, mas desenvolve a temática central do texto. A progressão temática ocorre quando novos enunciados retomam informações anteriores para ampliar e desenvolver o tópico discursivo. A alternativa “**B**) Retoma as informações anteriores por meio de paráfrase.” não pode ser considerada correta. A paráfrase consiste em reescrever uma mesma informação com outras palavras, preservando essencialmente o mesmo conteúdo. Exemplo: O Brasil possui grande diversidade indígena. = O país abriga uma ampla variedade de povos indígenas. No texto, porém, ocorre algo diferente. Após apresentar os dados do Censo, o autor afirma: “Esses números indicam a enorme diversidade...” e acrescenta: “Reconhecer essa pluralidade é um passo essencial...” Esses enunciados não apenas reformulam os dados, mas os interpretam e deles extraem uma consequência argumentativa. Há progressão temática, e não simples paráfrase. A progressão textual acrescenta novas informações ao tópico, diferentemente da paráfrase, que apenas reformula o já dito. A alternativa “**C**) Confere destaque ao órgão responsável pela coleta dos dados apresentados.” não pode ser considerada correta. O órgão responsável (IBGE/Censo 2022) aparece apenas como fonte dos dados. O trecho destacado não desenvolve nenhuma informação sobre o Censo

ou sobre o IBGE. Seu foco é outro: interpretar os dados; discutir a diversidade indígena; defender uma abordagem educacional adequada. Portanto, o objetivo do período não é valorizar a instituição responsável pelos dados. A alternativa “**D**) Sua omissão representaria escolha enunciativa por maior objetividade textual.” não pode ser considerada correta. Se o período fosse retirado, permaneceriam apenas os dados estatísticos. Entretanto, seriam perdidos: a interpretação dos dados; a relação entre os números e a diversidade cultural; a orientação sobre a necessidade de uma abordagem sensível na escola. O texto se tornaria mais informativo, mas também menos argumentativo, pois deixaria de apresentar a conclusão construída pelo autor. Além disso, a objetividade não decorre simplesmente da eliminação de trechos interpretativos. Textos de divulgação e jornalísticos frequentemente articulam informação e interpretação.

Fontes:

- BEAUGRANDE, Robert de; DRESSLER, Wolfgang. Introdução à linguística textual. São Paulo: Contexto, 1981.
- CHARAUDEAU, Patrick. Linguagem e discurso: modos de organização. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. O texto e a construção dos sentidos. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
5	2	4	3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “De acordo com a estrutura e conteúdo apresentados, o texto pode ser corretamente classificado como fragmento de:”, a alternativa “**B**) Reportagem.” foi adequadamente indicada como correta. O texto apresenta características típicas desse gênero. A reportagem tem como objetivo informar de forma aprofundada, contextualizando um tema, apresentando dados, explicações e, frequentemente, ouvindo especialistas. No fragmento, observamos: Dados estatísticos: “Segundo dados do Censo 2022...” Contextualização do tema da diversidade indígena. Entrevista/fala de especialista: há a citação direta de Delmira de Almeida Peres, identificada por seu cargo e titulação. Explicação das consequências dos estereótipos. Contextualização legal, mencionando a Lei nº 11.645/2008. O texto foi publicado na Nova Escola, veículo que frequentemente publica reportagens educativas. Esses elementos vão além da simples comunicação de um fato; eles aprofundam a discussão, característica essencial da reportagem. A alternativa “**A**) Notícia.” não pode ser indicada como correta. A notícia tem como finalidade principal relatar um fato recente de maneira objetiva, respondendo, em geral, às perguntas: o quê? quem? quando? onde? como? por quê? Embora o texto mencione informações atuais (Censo 2022 e a Lei), seu foco não é noticiar um acontecimento recente, mas explicar um problema social e educacional. Além disso, a notícia costuma ser mais breve e menos analítica. Aqui há: interpretação; contextualização; explicações; fala de especialista. Tudo isso aproxima o texto da reportagem. A alternativa “**C**) Artigo de opinião.” não pode ser indicada como correta. O artigo de opinião tem como característica central a defesa explícita de uma tese pelo autor. Nele, o articulista apresenta sua opinião e procura convencer o leitor. No fragmento: não aparece a opinião do jornalista; os argumentos são atribuídos à especialista (“Segundo Delmira...”, “diz”); o texto busca informar, e não defender uma posição pessoal. Embora exista uma discussão sobre preconceito, ela é apresentada por meio de informações e da voz de uma fonte especializada, e não como opinião do autor. A alternativa “**D**) Texto de divulgação científica.” não pode ser indicada como correta. O texto de divulgação científica tem como objetivo explicar conhecimentos produzidos pela ciência para o público leigo. Normalmente, ele apresenta: pesquisas científicas; métodos de investigação; resultados de estudos; conceitos científicos explicados em linguagem acessível. Neste fragmento: aparecem dados do Censo e a fala de uma pesquisadora, mas o objetivo não é divulgar uma pesquisa científica; o foco está na discussão de uma questão educacional e social, contextualizada jornalisticamente. O uso de uma especialista não transforma automaticamente o texto em divulgação científica. Reportagens frequentemente entrevistam especialistas.

Fontes:

- BONINI, Adair. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher (org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. União da Vitória: Kaygangue, 2005.
- BERTOQUE, Lennie Aryete Dias Pereira; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. Construções de voz em títulos de notícias e em manchetes: uma contribuição para o ensino. Polifonia, Cuiabá, v. 17, n. 21, p. 53–84, jul./dez. 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coesão textual. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- BRONCKART, Jean-Paul. Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo: EDUC, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. Divulgação científica: linguagens, esferas e gêneros. São Paulo: Editora da USP, 2013.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). Gêneros textuais & ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 19-38.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MELO, José Marques de. Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
9	13	10	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa C está correta porque a Comissão Intergestores Bipartite é a instância colegiada de pactuação existente em cada estado, composta por representantes da Secretaria Estadual de Saúde e das Secretarias Municipais de Saúde. Sua finalidade é promover a articulação interfederativa, pactuar aspectos operacionais do SUS, definir responsabilidades entre estado e municípios, organizar as Redes de Atenção à Saúde, estabelecer fluxos assistenciais e deliberar sobre a implementação das políticas de saúde no âmbito estadual.

A atuação da CIB concretiza os princípios da descentralização, da regionalização e da gestão compartilhada previstos na Lei nº 8.080/1990 e regulamentados pelo Decreto nº 7.508/2011.

Análise das alternativas

A) Conselho Nacional de Saúde.

Incorreta.

O Conselho Nacional de Saúde é uma instância de controle social, composta por representantes do governo, trabalhadores da saúde, prestadores de serviços e usuários. Sua função é formular estratégias, acompanhar e fiscalizar a execução da política nacional de saúde. Não exerce o papel de pactuação interfederativa entre gestores.

B) Conferência Municipal de Saúde.

Incorreta.

A Conferência Municipal de Saúde é um fórum de participação da comunidade destinado a avaliar a situação de saúde e propor diretrizes para a política municipal de saúde. Embora seja importante instrumento de participação social, não constitui instância permanente de negociação entre gestores municipais e estaduais.

C) Comissão Intergestores Bipartite.

Correta.

A Comissão Intergestores Bipartite (CIB) é a instância de negociação e pactuação entre os gestores estaduais e municipais do SUS. Nela são pactuadas responsabilidades, critérios de organização regional, fluxos assistenciais, financiamento e implementação das políticas públicas de saúde no âmbito estadual.

D) Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Incorreta.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária é uma autarquia federal responsável pela regulação sanitária de produtos, serviços, ambientes e tecnologias relacionados à saúde. Suas atribuições concentram-se na vigilância sanitária e na regulação do setor, não exercendo função de pactuação interfederativa entre gestores do SUS.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.
- BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	9	14	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Gabarito: A) Representantes dos usuários devem ocupar metade do total de vagas do colegiado.

Justificativa da alternativa correta

A alternativa A está correta porque a Conselho Nacional de Saúde, por meio da Resolução nº 453/2012, estabelece que os Conselhos de Saúde devem observar o princípio da paridade, garantindo que 50% das vagas sejam destinadas aos representantes dos usuários. Os demais 50% distribuem-se entre trabalhadores da saúde (25%) e gestores/prestadores de serviços de saúde (25%). Essa composição visa fortalecer o controle social e assegurar maior representatividade dos usuários nas deliberações sobre as políticas públicas de saúde.

Análise das alternativas

A) Representantes dos usuários devem ocupar metade do total de vagas do colegiado.

Correta.

A Resolução CNS nº 453/2012 determina que os usuários ocupem 50% da composição dos Conselhos de Saúde, assegurando sua participação majoritária em relação a cada um dos demais segmentos. Essa regra concretiza o princípio constitucional da participação da comunidade na gestão do SUS.

B) Representantes da gestão pública devem corresponder à maioria absoluta da composição.

Incorreta.

A gestão pública não possui maioria nos Conselhos de Saúde. Pelo contrário, a Resolução nº 453/2012 prevê que gestores e prestadores de serviços, juntos, ocupem apenas 25% das vagas, preservando a paridade e a predominância da representação dos usuários.

C) Trabalhadores da saúde e prestadores de serviços devem possuir quantitativos equivalentes aos usuários.

Incorreta.

Os trabalhadores da saúde ocupam 25% das vagas, enquanto gestores e prestadores de serviços compartilham os 25% restantes. Assim, nem os trabalhadores nem os prestadores possuem quantitativo equivalente ao dos usuários, que representam 50% da composição do colegiado.

D) A composição dos Conselhos deve observar proporcionalidade financeira entre os entes federativos participantes.

Incorreta.

A composição dos Conselhos de Saúde é definida pela representação dos segmentos sociais (usuários, trabalhadores, gestores e prestadores) e não pela participação financeira dos entes federativos. Não existe previsão legal ou normativa que vincule o número de vagas ao aporte de recursos financeiros de cada esfera de governo.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012. Aprova as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2012.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	10	16	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Gabarito: C) Instrumento interfederativo destinado à definição integrada das responsabilidades sanitárias, indicadores e compromissos relacionados à organização regional das ações e serviços de saúde.

Justificativa da alternativa correta

A alternativa C está correta porque descreve adequadamente o Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde, instituído pelo Decreto nº 7.508/2011. O COAP é um instrumento de articulação interfederativa destinado a formalizar as responsabilidades da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios na organização das ações e dos serviços de saúde em uma Região de Saúde. Nele são pactuados objetivos, metas, indicadores, critérios de avaliação, responsabilidades dos entes federativos, recursos financeiros e formas de monitoramento, com vistas à garantia da integralidade da assistência e ao fortalecimento da regionalização do SUS.

Análise das alternativas

A) Dispositivo de coordenação administrativa direcionado à regulamentação dos fluxos financeiros assistenciais e da execução compartilhada das ações ambulatoriais especializadas municipais.

Incorreta.

O COAP não se limita à regulamentação de fluxos financeiros nem às ações ambulatoriais especializadas. Seu escopo é muito mais amplo, abrangendo toda a organização regional das ações e dos serviços de saúde, incluindo responsabilidades sanitárias, metas, indicadores e mecanismos de avaliação.

B) Mecanismo de planejamento administrativo voltado à padronização nacional dos critérios de financiamento hospitalar e da contratualização suplementar especializada nas regiões de saúde.

Incorreta.

O Decreto nº 7.508/2011 não atribui ao COAP a função de padronizar nacionalmente critérios de financiamento hospitalar ou contratualização suplementar. O instrumento tem natureza interfederativa, voltada à pactuação das responsabilidades e à organização regional do SUS.

C) Instrumento interfederativo destinado à definição integrada das responsabilidades sanitárias, indicadores e compromissos relacionados à organização regional das ações e serviços de saúde.

Correta.

O COAP é um instrumento jurídico de pactuação entre os entes federativos integrantes de uma Região de Saúde, estabelecendo responsabilidades, metas, indicadores, critérios de avaliação, recursos financeiros e compromissos necessários à organização regional das ações e dos serviços de saúde, conforme previsto no Decreto nº 7.508/2011.

D) Estrutura normativa relacionada à organização das redes assistenciais mediante distribuição regional das competências executivas entre os serviços estaduais e unidades hospitalares federais.

Incorreta.

O erro está em restringir a organização regional aos serviços estaduais e unidades hospitalares federais. O COAP envolve todos os entes federativos participantes da Região de Saúde (União, estados e municípios), abrangendo a organização da rede de atenção como um todo, e não apenas determinados serviços ou estabelecimentos.

Fontes:

- BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.
- Tratado de Saúde Coletiva. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2012.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	12	15	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Gabarito: B) Suspeita clínica de agravo de notificação compulsória imediata com potencial impacto coletivo e necessidade de resposta epidemiológica oportuna.

Justificativa da alternativa correta

A alternativa B está correta porque a notificação compulsória imediata fundamenta-se na suspeita de doenças ou agravos constantes da Lista Nacional de Notificação Compulsória que apresentam elevado potencial de disseminação, gravidade ou relevância para a saúde pública, exigindo resposta rápida das autoridades sanitárias. No caso descrito, o quadro clínico é compatível com doenças como Febre Amarela ou outras febres hemorrágicas virais, justificando a comunicação imediata para desencadear investigação epidemiológica, confirmação laboratorial, adoção de medidas de controle e vigilância de contatos, independentemente da confirmação diagnóstica.

Análise das alternativas

A) Obrigatoriedade regulatória relacionada à autorização interfederativa para execução de exames laboratoriais de alta complexidade diagnóstica.

Incorreta.

A obrigatoriedade da notificação não depende da realização ou autorização de exames laboratoriais. A notificação deve ocorrer diante da suspeita clínica, permitindo que as ações de vigilância sejam iniciadas precocemente, antes mesmo da confirmação etiológica.

B) Suspeita clínica de agravo de notificação compulsória imediata com potencial impacto coletivo e necessidade de resposta epidemiológica oportuna.

Correta.

A legislação brasileira estabelece que determinados agravos devem ser notificados imediatamente, em até 24 horas, quando sua ocorrência exige rápida intervenção da vigilância em saúde. A suspeita de doença com elevado potencial de disseminação ou gravidade é suficiente para justificar a notificação e a adoção das medidas de investigação e controle.

C) Necessidade de formalização administrativa da investigação hospitalar das síndromes febris hemorrágicas associadas às áreas de circulação viral silvestre.

Incorreta.

Embora a investigação hospitalar faça parte da assistência ao paciente, não é esse o fundamento jurídico da notificação compulsória. A finalidade da notificação é permitir a atuação da Vigilância em Saúde na identificação, investigação e controle de eventos de interesse para a saúde pública.

D) Implementação protocolar dos mecanismos de registro assistencial destinados ao monitoramento hospitalar das insuficiências hepáticas infecciosas agudas.

Incorreta.

O registro assistencial integra a documentação clínica e hospitalar, mas não substitui nem fundamenta a notificação compulsória. Esta possui finalidade epidemiológica e sanitária, sendo instrumento para desencadear medidas de vigilância, prevenção e controle de doenças.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. 6. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024.

- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 3.148, de 6 de fevereiro de 2024. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
20	20	20	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A região, antes ocupada pelas tribos dos jarus e urupás, iniciou sua povoação, conhecida como Urupá, por volta de 1879, quando nordestinos fugindo da seca se estabeleceram na confluência do Rio Urupá. Em 1909, o Marechal Rondon chegou à embocadura do rio, e construiu uma estação telegráfica, próximo das margens do rio Ji-Paraná. Com a depreciação da borracha, a região entrou em decadência voltando a se desenvolver com a descoberta de diamantes.

Frente ao exposto, mantenha-se o gabarito:

A) da descoberta de diamantes.

Fontes:

- <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/ji-parana/historico>. Acesso em 25/04/2026.
- <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/marechal-rondon.htm>. Acesso em 25/04/2026.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	26	22	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito preliminar da questão, que indica a alternativa “B”, está correto. Deste modo e antecipadamente, conclui-se que não deverão prosperar as razões de recurso relativas à questão em análise, especialmente pelos argumentos de Contrarrazões em Recurso a seguir:

1 - A questão possui coerência e coesão de linguagem, cujos enunciado e afirmativas – claros, diretos e objetivos – se fundamentam no conteúdo programático do Edital: Lei Orgânica do município de Ji-Paraná/RO.

2 – A alternativa B é a única que se adequa ao enunciado e ao comando da questão.

O art. 40, *caput*, da Lei Orgânica Municipal estabelece que os atos do Prefeito que configurarem crime comum serão julgados perante o Tribunal de Justiça do Estado (em simetria com o art. 29, X, da CF). O § 4º do mesmo artigo prevê: “Ocorrendo a hipótese do parágrafo anterior (recebimento da denúncia do MP pelo TJ), o prefeito será afastado de suas funções, podendo reassumi-las decorridos cento e oitenta dias sem o seu julgamento”. Trata-se de dispositivo “natimorto” (revogado tacitamente), pois padece de inconstitucionalidade declarada na ADI 5.540/MG de relatoria do Min. Edson Fachin, no julgamento ocorrido em 14.12.2016 e publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 8.5.2017, p. 75, col. 1.

Com vasta jurisprudência iniciada a partir da ADI mineira, o STF sedimentou “ser incompatível com a Constituição afastar-se automaticamente um agente público eleito, pelo simples recebimento da denúncia. Se não há um juízo prévio, o simples recebimento da denúncia não pode importar no afastamento automático (...). Isso violaria o princípio democrático, porque o mandatário, eleito por voto popular, seria suspenso do cargo pelo simples recebimento de uma denúncia que, em rigor, não precisa sequer ser fundamentada. (...) Entretanto, o afastamento poderia decorrer de decisão fundamentada que demonstrasse, por exemplo, que, no cargo, atrapalharia a investigação ou produziria qualquer outra conduta incompatível com o bom andamento do processo.” Pelas razões de simetria constitucional e jurisprudência pacífica, é incorreta a assertiva.

Assim, mantida a alternativa B como a única correta na questão, sendo o gabarito definitivo.

3 – As afirmativas constantes das demais alternativas (A, C e D) contrariam o enunciado da questão, sendo inválidas pelas razões e fundamentos legais a seguir.

Alternativa A (Incorreta): O Prefeito possui foro por prerrogativa de função no Tribunal de Justiça para crimes comuns de competência estadual, não sendo julgado por juiz de 1ª instância (Art. 29, X, da CF/88). Sobre o afastamento de 180 dias, *vide* fundamentação jurídica na alternativa-gabarito.

Alternativa C (Incorreta): A Câmara julga infrações político-administrativas (Decreto-Lei 201/67), mas o enunciado trata expressamente de *crime comum*. Não se trata de crime de responsabilidade do agente político, mas de desvio de verbas públicas, tipificado no Código Penal (e, eventualmente, na Legislação Penal Extravagante) e cuja competência é do Poder Judiciário.

Alternativa D (Incorreta): Embora verbas federais atraíam a competência da Justiça Federal (Súmula 208 do STJ), o enunciado não afirma que se tratam de verbas federais, nem tampouco que sejam “vinculadas ao SUS” (mas de “verbas públicas”, com a atuação do MP Estadual – crime comum de competência estadual). O enunciado da questão objetiva é explícito e restritivo no que pede sobre o caso hipotético apresentado ao candidato. Em complemento, a jurisprudência sedimentada dos tribunais superiores compreende que, em provas objetivas, na ausência de erros teratológicos, não se configura vício apto a ensejar a anulação da questão, *ex vi*: “Inexistindo erro material primo ictu oculi (à primeira vista) ou reconhecimento do vício por parte da banca examinadora, é inviável a anulação judicial de questão objetiva de concurso público. Precedentes. Recurso ordinário desprovido” (STJ/RMS 20.610/RS e vasta jurisprudência correlata). Ademais, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 632.853/CE (Tema 485 da Repercussão Geral), firmou a tese de que não cabe a substituição dos critérios da banca examinadora na avaliação de questões objetivas, salvo flagrante ilegalidade ou incompatibilidade com o edital; não sendo estes os casos em análise. Por fim, o texto da afirmativa também erra ao afirmar que “... não há previsão legal de nomeação de comissão especial pela Câmara de Vereadores para apuração dos fatos”, pois o art. 40, §1º, da LOM prevê expressamente essa obrigação; e complementa que os fatos serão apreciados pelo Plenário em 30 dias.

Assim, restam incorretas as alternativas A, C e D, estando preciso o gabarito da Questão (alternativa B), que deve ser mantido.

Delibera-se nestas Contrarrazões pela IMPROCEDÊNCIA do recurso.

EM TEMPO: Sobre o uso de precedentes dos tribunais superiores, *vide* a permissão no Edital nº 01, de 15-4-2026 – SEMUSA/Prefeitura Municipal de Ji-Paraná/RO. “Item 8 – Dos Programas das Provas. (...) 8.7 As súmulas, jurisprudências e precedentes dos tribunais superiores poderão ser consideradas para fins de elaboração de questões desde que publicadas até 30 dias antes da data de realização das provas”.

Fontes:

- JI-PARANÁ. Lei Orgânica do Município. Art. 40, *caput*, §§ 3º e 4º.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Art. 29, X.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. A. Súmula nº 208. Terceira Seção, julgado em 27 maio 1998. *Diário da Justiça*: seção 1, Brasília, DF, p. 68, 3 jun. 1998. B. RMS 20.610/RS, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 04/05/2006, DJ 12/06/2006.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. A. ADI 5.540/MG de relatoria do Min. Edson Fachin, no julgamento ocorrido em 14.12.2016 e publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 8.5.2017, p. 75, col. 1. B. Plenário. RE 632.853/CE, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 23/04/2015 - Tema 485.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
24	29	26	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito preliminar da questão, que indica a alternativa “B”, está correto. Deste modo e antecipadamente, conclui-se que não deverão prosperar as razões de recurso relativas à questão em análise, especialmente pelos argumentos de Contrarrazões em Recurso a seguir:

1 - A questão possui coerência e coesão de linguagem, cujos enunciado e afirmativas – claros, diretos e objetivos – se fundamentam no conteúdo programático do Edital: Lei Municipal 1.405/2015 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Ji-Paraná/RO).

2 – A alternativa B é a única que se adequa ao enunciado e ao comando da questão. O art. 137, inciso III, da Lei nº 1.405/2005 estabelece que o servidor poderá ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo (evidentemente, inclusa a

remuneração), por 8 (oito) dias consecutivos, em razão de falecimento do cônjuge ou companheiro, filhos ou enteados, *pai*, mãe, irmãos, madrasta, padrasto ou menor sob guarda ou tutela. Em plena conexão com o enunciado e seu comando, trata-se de concessão que permite o “*afastamento legal a que tem direito*” a servidora, fundamentada no princípio da dignidade da pessoa humana e na proteção à família, garantindo à Patrícia o tempo necessário para o luto, sem prejuízo de sua remuneração. Assim, mantida a alternativa B como a única correta na questão, sendo o gabarito definitivo.

3 – As afirmativas constantes das demais alternativas (A, C e D) realmente contrariam o enunciado da questão, sendo inválidas pelas razões e fundamentos legais a seguir.

Alternativa A (Incorreta): A lei não contabiliza em dias úteis, mas em dias consecutivos, e o prazo é de oito dias consecutivos, conforme o art. 137, III (*vide* também fundamento estatutário da alternativa-gabarito).

Alternativa C (Incorreta): O prazo é de oito dias consecutivos, conforme o art. 137, III do Estatuto dos servidores (*vide* fundamento da alternativa-gabarito).

Alternativa D (Incorreta): Não há previsão de 15 dias para falecimento de familiares no Estatuto (*vide* fundamento da alternativa-gabarito).

Assim, restam incorretas as alternativas A, C e D, estando preciso o gabarito da Questão (alternativa B), que deve ser mantido.

Delibera-se nestas Contrarrazões pela IMPROCEDÊNCIA do recurso.

Fonte:

- JI-PARANÁ. Lei nº 1.405/2005. Art. 137, III.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	21	24	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito preliminar da questão, que indica a alternativa “B”, está correto. Deste modo e antecipadamente, conclui-se que não deverão prosperar as razões de recurso relativas à questão em análise, especialmente pelos argumentos de Contrarrazões em Recurso a seguir:

1 - A questão possui coerência e coesão de linguagem, cujos enunciado e afirmativas – claros, diretos e objetivos – se fundamentam no conteúdo programático do Edital: Lei Orgânica do município de Ji-Paraná/RO.

2 – A alternativa B é a única que se adequa ao enunciado e ao comando da questão. A alternativa é a transcrição exata do art. 8º, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, que por sua vez espelha o art. 30, incisos VI e VII, da Constituição Federal. O STF (Tema 793) e a doutrina constitucionalista reforçam que a responsabilidade na saúde é solidária, mas a execução dos serviços de saúde locais (atenção primária) e da educação infantil/fundamental é encargo direto do Município, que deve receber, obrigatoriamente, o financiamento do Estado e da União (cooperação técnica e financeira) para viabilizar essas políticas públicas. Em tempo: evidentemente, a “educação pré-escolar” a que se refere a assertiva está total e tecnicamente abrangida pela “educação infantil” (art. 30, VI da CF/88), havendo plena obediência da Lei Orgânica à Constituição da República sobre a temática. Assim, mantida a alternativa B como a única correta na questão, sendo o gabarito definitivo.

3 – As afirmativas constantes das demais alternativas (A, C e D) realmente contrariam o enunciado da questão, sendo inválidas pelas razões e fundamentos legais a seguir.

Alternativa A (Incorreta): O Município não atua de forma isolada e sem auxílio na saúde, mas sim com cooperação técnica e financeira dos demais entes (como assevera o inciso VII, art. 8º, LOM – não há falar em “atribuição estrita”). Além disso, seu foco principal é a atenção básica, não a alta complexidade isolada (*vide* também a fundamentação jurídica da alternativa-gabarito).

Alternativa C (Incorreta): É competência apenas do município elaborar o seu plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e, claro, os orçamentos anuais. Os entes federados são autônomos e cada qual executa seu próprio planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA), de modo que o Estado não elabora o PPA e a LDO dos seus municípios (*vide* a fundamentação jurídica da alternativa-gabarito).

Alternativa D (Incorreta): Legislar sobre normas *gerais* de proteção à saúde é competência da União (Art. 24, XII e §1º, da CF). O Município legisla apenas para complementar a legislação federal e estadual no que couber (interesse local); ressaltando-se a invalidez jurídica da segunda parte do texto da assertiva: “Em território municipal, não haverá regência

de normas estaduais e federais quando o interesse local é absoluto e inequívoco” (sem previsão legal no direito brasileiro).

Assim, restam incorretas as alternativas A, C e D, estando preciso o gabarito da Questão (alternativa B), que deve ser mantido.

Delibera-se nestas Contrarrazões pela IMPROCEDÊNCIA do recurso.

EM TEMPO: Sobre o uso de precedentes dos tribunais superiores, *vide* a permissão no Edital nº 01, de 15-4-2026 – SEMUSA/Prefeitura Municipal de Ji-Paraná/RO. “Item 8 – Dos Programas das Provas. (...) 8.7 As súmulas, jurisprudências e precedentes dos tribunais superiores poderão ser consideradas para fins de elaboração de questões desde que publicadas até 30 dias antes da data de realização das provas”.

Fontes:

- JI-PARANÁ. Lei Orgânica do Município. Art. 8º, VII.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Art. 30, VI e VII.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 855.178/SE. Tema nº 793 de Repercussão Geral. Relator: Min. Luiz Fux. Redator do acórdão: Min. Edson Fachin. Julgamento em: 23 maio 2019. Brasília, DF (Responsabilidade solidária dos entes federados em matéria de direito à saúde).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	23	30	22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito preliminar da questão, que indica a alternativa “D”, está correto. Deste modo e antecipadamente, conclui-se que não deverão prosperar as razões de recurso relativas à questão em análise, especialmente pelos argumentos de Contrarrazões em Recurso a seguir:

1 - A questão possui coerência e coesão de linguagem, cujos enunciado e afirmativas – claros, diretos e objetivos – se fundamentam no conteúdo programático do Edital: Lei Orgânica do Município de Ji-Paraná/RO.

2 – A alternativa D é a única que se adequa ao enunciado, pois é a exceção dentre as demais alternativas corretas (conforme determina o comando da questão: “... *NÃO constitui um desses requisitos legais.*”). A Lei Orgânica (Art. 71, II) exige que esteja definido o caráter especial dos contratos de concessão (e não de caráter geral, como assevera incorretamente a afirmativa). O texto da alternativa também erra quando sua redação exclui a possibilidade de prorrogação contratual, que é um dos requisitos previstos no inciso II (enquanto característica do contrato): “*definição (...) dos casos de prorrogação*”.

Em complemento, conforme preconiza o artigo 199, §1º da CF/88, “*as instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos*” (temática também bem definida pela Lei Federal nº 8.987/1995). Destarte: 1) O “*Contrato de concessão administrativa*” (expressão do enunciado) é inequívoca espécie do gênero “*contrato de direito público*” (que é a expressão prevista no texto constitucional) e; 2) O enunciado assevera que a transferência da execução da ação em saúde se dá para “*entidade sem fins lucrativos*”, o que respeita a preferência definida (também) no texto do §1º do artigo 199 da CF/88.

Outrossim, resta clara, em todo o enunciado da questão de prova, sua incontestável correspondência com a Constituição da República.

Logo, mantida a alternativa D como o gabarito definitivo.

3 – As afirmativas constantes das demais alternativas (A, B e C) contrariam o enunciado da questão, sendo inválidas pelas razões e fundamentos legais a seguir.

Alternativa A: Incorreta (pois é um requisito verdadeiro). A Lei Orgânica Municipal (Art. 71, III) exige que a concessão atenda aos “direitos dos usuários”.

Alternativa B: Incorreta (requisito verdadeiro). Previsto no art. 71, I, da LOM e no art. 175, caput da CF/88.

Alternativa C: Incorreta (requisito verdadeiro). Previsão no art. 71, IV e V, da LOM.

Assim, restam incorretas as alternativas A, B e C, estando preciso o gabarito da Questão (alternativa D), que deve ser mantido.

Delibera-se nestas Contrarrazões pela IMPROCEDÊNCIA do recurso.

Fontes:

- JI-PARANÁ. Lei Orgânica do Município. Art. 71.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Art. 175 e 199, §1º.
- BRASIL. Lei Federal nº 8.987/1995.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	24	28	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito preliminar da questão, que indica a alternativa “A”, está correto. Deste modo e antecipadamente, conclui-se que não deverão prosperar as razões de recurso relativas à questão em análise, especialmente pelos argumentos de Contrarrazões em Recurso a seguir:

1 - A questão possui coerência e coesão de linguagem, cujos enunciado e afirmativas – claros, diretos e objetivos – se fundamentam no conteúdo programático do Edital: Lei Municipal 1.405/2015 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Ji-Paraná/RO).

2 – A alternativa A é a única que se adequa ao enunciado e ao comando da questão. O art. 42 da Lei nº 1.405/2005 dispõe textualmente: "O servidor que obtiver, sucessiva ou interpoladamente, três conceitos de desempenho insuficientes, será exonerado, mediante abertura de processo administrativo, no qual lhe será assegurada ampla defesa". A doutrina administrativa e a jurisprudência do STF e STJ consagram que, mesmo não tendo estabilidade, o servidor em estágio probatório possui o direito líquido e certo ao contraditório e à ampla defesa antes de ser desligado por inaptidão. Corretamente, o texto da assertiva salvaguarda que a exoneração ocorrerá na condição de assegurada a ampla defesa da servidora Camila, logo, havendo o respeito aos instrumentos dessa garantia previstos no artigo 40 e ss da Lei Municipal 1.405/2005. Assim, mantida a alternativa A como a única correta na questão, sendo o gabarito definitivo.

3 – As afirmativas constantes das demais alternativas (B, C e D) realmente contrariam o enunciado da questão, sendo inválidas pelas razões e fundamentos legais a seguir.

Alternativa B (Incorreta): A readaptação (Art. 12) decorre de limitação física ou mental atestada por perícia médica, e não de insuficiência de desempenho (inaptidão profissional).

Alternativa C (Incorreta): A exoneração em estágio probatório não pode ser sumária. A Súmula 21 do STF é clara: "Funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade".

Alternativa D (Incorreta): O art. 41 da Lei prevê treinamento básico se o resultado da *primeira* avaliação acusar desempenho insuficiente. Contudo, como ela obteve *três* conceitos insuficientes interpolados (que já é suficiente), a consequência é a exoneração com base no artigo 42. Além disso, a penalidade não é "demissão" (que é sanção disciplinar), mas sim "exoneração" (desfazimento do vínculo por inaptidão).

Assim, restam incorretas as alternativas B, C e D, estando preciso o gabarito da Questão (alternativa A), que deve ser mantido.

Delibera-se nestas Contrarrazões pela IMPROCEDÊNCIA do recurso.

EM TEMPO: Sobre o uso de precedentes dos tribunais superiores, *vide* a permissão no Edital nº 01, de 15-4-2026 – SEMUSA/Prefeitura Municipal de Ji-Paraná/RO. “Item 8 – Dos Programas das Provas. (...) 8.7 As súmulas, jurisprudências e precedentes dos tribunais superiores poderão ser consideradas para fins de elaboração de questões desde que publicadas até 30 dias antes da data de realização das provas”.

Fontes:

- JI-PARANÁ. Lei nº 1.405/2005. Arts. 40, 41 e 42.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 21.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 35. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	46	40	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso não merece acolhimento.

O enunciado da questão não solicita a identificação de uma técnica específica, mas afirma que, na terapia cognitiva de Aaron Beck, diferentes técnicas podem ser utilizadas para identificar, avaliar e modificar pensamentos automáticos disfuncionais e crenças associadas ao sofrimento emocional, destacando que algumas intervenções buscam favorecer a análise crítica das evidências que sustentam determinada interpretação do paciente. Em seguida, requer que o candidato assinale a afirmativa correta considerando os princípios da terapia cognitiva.

Assim, o enunciado possui caráter introdutório e contextualizador, não restringindo a resposta exclusivamente ao questionamento socrático.

A alternativa C está correta ao afirmar que os experimentos comportamentais permitem que o paciente teste empiricamente suas crenças e avalie a validade de previsões catastróficas, descrição compatível com a literatura clássica da Terapia Cognitiva, na qual os experimentos comportamentais constituem estratégia destinada à verificação empírica de crenças e previsões disfuncionais.

As demais alternativas apresentam incorreções conceituais:

Alternativa A: a técnica da flecha descendente não tem como finalidade induzir relaxamento fisiológico ou reduzir sintomas autonômicos de ansiedade, mas identificar crenças intermediárias e crenças centrais.

Alternativa B: o registro de pensamentos disfuncionais não objetiva suprimir emoções negativas, mas favorecer sua identificação, avaliação e reestruturação cognitiva.

Alternativa D: o questionamento socrático não consiste em confronto direto ou demonstração da irracionalidade dos pensamentos pelo terapeuta, sendo fundamentado na descoberta guiada e no empirismo colaborativo.

Dessa forma, embora o questionamento socrático seja uma das técnicas utilizadas para análise de evidências, isso não torna incorreta a alternativa C, que descreve corretamente outra técnica da terapia cognitiva. O enunciado não exige a identificação exclusiva do questionamento socrático, inexistindo ambiguidade ou dupla resposta.

Quanto à alegação de extrapolação do conteúdo programático, tal argumento somente teria cabimento caso o edital efetivamente não contemplasse Terapia Cognitiva/Terapia Cognitivo-Comportamental ou a bibliografia utilizada. A análise desse aspecto depende exclusivamente da redação do edital e não decorre da formulação da questão em si.

Mantém-se, portanto, o gabarito da alternativa C.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
43	48	45	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Embora o enunciado descreva duas etapas do atendimento, elas não constituem duas intervenções independentes a serem classificadas isoladamente. A primeira etapa ("avaliar as evidências de suas previsões catastróficas") corresponde ao procedimento inicial de identificação e questionamento dos pensamentos disfuncionais, enquanto a segunda etapa apresenta a intervenção terapêutica propriamente dita, ao orientar a paciente a permanecer acordada ao deitar-se, sem realizar esforços para induzir o sono.

O comando da questão solicita a identificação da estratégia utilizada, sendo esta claramente caracterizada pela orientação para permanecer acordada, procedimento descrito na literatura como técnica de intenção paradoxal, utilizada para reduzir a ansiedade relacionada ao esforço excessivo para adormecer.

A alternativa B não pode ser considerada correta porque o enunciado não descreve a realização de um experimento comportamental. Embora a avaliação das evidências das previsões catastróficas faça parte das intervenções cognitivas, o texto não informa que tenha sido planejado ou executado um procedimento destinado a testar empiricamente uma hipótese clínica, elemento característico dos experimentos comportamentais. O objetivo da intervenção descrita é

reduzir a ansiedade antecipatória relacionada ao sono por meio da intenção paradoxal, conforme exposto na referência bibliográfica que fundamentou a questão.

Ressalta-se, ainda, que a questão foi elaborada com base na obra *Psicoterapias: abordagens atuais* (CORDIOLI; GREVET, 4. ed., 2019), na qual a técnica de intenção paradoxal é apresentada como intervenção específica para pacientes com insônia decorrente do esforço voluntário para adormecer, exatamente como descrito no caso clínico. A própria referência distingue essa técnica das demais intervenções cognitivas mencionadas anteriormente no capítulo.

Dessa forma, não há ambiguidade, dupla interpretação ou coexistência de duas alternativas corretas, permanecendo correta apenas a alternativa A.

Mantém-se, portanto, o gabarito divulgado.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
47	42	50	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos não merecem acolhimento.

A afirmativa IV está incorreta porque atribui à execução das medidas socioeducativas a possibilidade de ampliação da restrição de direitos "conforme a evolução do caso concreto", sem observar os requisitos e limites expressamente estabelecidos pela Lei nº 12.594/2012.

Embora o art. 43 da Lei do Sinase admita, em caráter excepcional, a substituição da medida socioeducativa por outra mais gravosa, essa possibilidade não decorre automaticamente da evolução do caso concreto. Sua aplicação depende de decisão judicial fundamentada, observância do devido processo legal e do preenchimento das hipóteses legalmente previstas.

Assim, a afirmativa IV amplia indevidamente o alcance da norma ao apresentar como regra uma hipótese excepcional, razão pela qual permanece incorreta.

Quanto à afirmativa II, também permanece incorreta, uma vez que a Lei nº 12.594/2012 estabelece que o Sinase é integrado pelos sistemas estaduais, distrital e municipais, sendo os Municípios responsáveis pela implementação de programas de atendimento, especialmente das medidas socioeducativas em meio aberto. Portanto, não procede a afirmação de que não há participação direta dos Municípios na execução das medidas.

Dessa forma:

- I – correta;
- II – incorreta;
- III – correta;
- IV – incorreta.

Permanecem corretas apenas as afirmativas I e III, mantendo-se o gabarito da alternativa C. Não há erro de elaboração, ambiguidade ou ausência de alternativa correta que justifique a alteração do gabarito ou a anulação da questão.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
48	43	47	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa II está incorreta porque a Lei nº 12.594/2012 distingue as competências dos entes federativos quanto à execução das medidas socioeducativas.

Nos termos dos arts. 4º e 5º da Lei do Sinase, compete aos Estados estabelecer formas de colaboração com os Municípios, prestar assessoria técnica e suplementação financeira para a oferta dos programas em meio aberto, bem como executar as medidas privativas e restritivas de liberdade. Já o art. 5º atribui aos Municípios a criação e a manutenção dos programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto.

Assim, a colaboração técnica, administrativa e financeira prestada pelos Estados não se confunde com a responsabilidade pela execução das medidas socioeducativas em meio aberto, que é competência atribuída aos Municípios.

A introdução da questão menciona a atuação articulada entre os entes federativos em observância aos princípios da descentralização político-administrativa e da cooperação, porém essa contextualização não altera a repartição de competências expressamente estabelecida na Lei nº 12.594/2012.

Dessa forma:

- I – correta;
- II – incorreta;
- III – correta;
- IV – correta.

Mantém-se, portanto, o gabarito da alternativa D (I, III e IV, apenas), não havendo ambiguidade, erro material ou mais de uma alternativa correta que justifique a anulação da questão.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
49	44	48	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos não merecem acolhimento.

A alternativa B reproduz fielmente o disposto no art. 10 do Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº 010/2005), segundo o qual, nas situações em que se configure conflito entre o sigilo profissional e os princípios fundamentais da profissão, o psicólogo poderá decidir pela quebra do sigilo, buscando o menor prejuízo e restringindo a comunicação às informações estritamente necessárias. Trata-se da regra geral aplicável às hipóteses de quebra de sigilo profissional.

A alternativa D, por sua vez, embora trate de situação relacionada à proteção do atendido, não corresponde ao texto do Código de Ética, ao afirmar que o psicólogo "deverá comunicar as informações pertinentes aos responsáveis envolvidos". O Código de Ética não estabelece essa obrigação nos termos apresentados pela alternativa. Ao contrário, determina que, mesmo quando houver quebra de sigilo, o profissional deve limitar-se às informações estritamente necessárias, cabendo ao psicólogo avaliar, no caso concreto, a quem essas informações devem ser comunicadas, observados os princípios éticos e a legislação aplicável.

Quanto à invocação do art. 13 do Código de Ética, este dispositivo dispõe que, no atendimento de crianças e adolescentes, o psicólogo comunicará aos responsáveis apenas o estritamente essencial para promover medidas em benefício do atendido, não estabelecendo regra automática de comunicação aos responsáveis em toda situação de risco. A decisão deve observar os princípios da proteção integral, do melhor interesse do atendido e da preservação do sigilo profissional na máxima extensão possível.

Desse modo, a alternativa D amplia o alcance da norma ética ao transformar uma possibilidade de atuação profissional, dependente de avaliação técnica e das circunstâncias concretas, em uma conduta obrigatória direcionada aos responsáveis, razão pela qual permanece incorreta.

Assim, inexistente duplicidade de respostas corretas, permanecendo como única alternativa compatível com o Código de Ética Profissional do Psicólogo a alternativa B, razão pela qual mantém-se o gabarito preliminar.

Cargo: Psicopedagogo - SEMUSA

BRANCA	VERDE
1	4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "De acordo com o conteúdo apresentado no parágrafo introdutório do texto, observa-se em sua estrutura:", a alternativa "B) Dados da realidade observável, que remetem a considerações pertinentes e proposição sobre o assunto abordado." foi adequadamente indicada como correta. Descreve a

organização argumentativa do parágrafo introdutório, sem acrescentar elementos que não estão presentes no texto. O primeiro parágrafo apresenta a seguinte estrutura: "De acordo com dados do Censo 2022, o Brasil abriga cerca de 1,7 milhão de pessoas indígenas, pertencentes a 391 povos e falantes de 295 línguas distintas." Esse trecho traz dados objetivos, provenientes do Censo 2022, isto é, dados da realidade observável. Em seguida, o texto interpreta esses dados: "Esses números indicam a enorme diversidade social e cultural existente entre os povos indígenas." Aqui há uma consideração decorrente dos dados apresentados. Por fim, o autor apresenta uma proposição: "Reconhecer essa pluralidade é um passo essencial para que a escola compreenda que a abordagem dessa temática exige sensibilidade, conhecimento e não pode ser tratada de forma simplificada." Essa frase propõe uma orientação para o tratamento do tema na escola. Assim, a sequência estrutural é: dados objetivos (Censo); consideração/interpretação desses dados; proposição sobre como a escola deve abordar a temática. Em textos argumentativos, dados objetivos frequentemente funcionam como base para uma avaliação e para a defesa de uma proposta ou conclusão. A alternativa **"A)** Argumento de autoridade seguido de argumento de exemplificação e de comparação." não pode ser considerada correta. Essa descrição não corresponde ao parágrafo introdutório. Não há argumento de autoridade. Argumento de autoridade consiste em fundamentar uma afirmação na opinião de uma pessoa reconhecida como especialista. Exemplo: "Segundo Delmira de Almeida Peres..." Esse argumento aparece no segundo parágrafo, não no primeiro. Não há exemplificação, o texto não apresenta exemplos da diversidade indígena, ele apenas informa números. Não há comparação, também não existe relação comparativa ("mais que", "menos que", "assim como", etc.). Portanto, a alternativa descreve uma estrutura inexistente. A alternativa **"C)** Fatos e opiniões que indicam diferentes perspectivas acerca dos dados apresentados, evitando-se extremos isolados sobre o assunto abordado." não pode ser indicada como correta. Não existem diferentes perspectivas. Todo o parágrafo desenvolve uma única linha de raciocínio. Não aparecem posições divergentes nem contrapontos. Não há equilíbrio entre opiniões, o texto não confronta opiniões. Ele apresenta: dados; interpretação; conclusão. Logo, não há "diferentes perspectivas". A alternativa **"D)** Proximidade entre investigação e ciência a partir do momento em que o referencial de autoridade sobre o assunto é acionado, promovendo realização de soluções." não pode ser indicada como correta. Essa alternativa reúne elementos que não aparecem no parágrafo. Não há referencial de autoridade. Como visto, nenhum especialista é citado no primeiro parágrafo. Não há investigação científica, o texto apenas utiliza dados do Censo como informação inicial. Não explica pesquisa nem método científico. Não apresenta soluções, a frase: "Reconhecer essa pluralidade é um passo essencial..." constitui uma orientação ou proposição, mas não uma "solução" desenvolvida para o problema. Assim, a alternativa extrapola o conteúdo do texto.

Fontes:

- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. O texto e a construção dos sentidos. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação: a nova retórica. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRANCA	VERDE
4	1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "Considerando o período destacado em "De acordo com dados do Censo 2022, o Brasil abriga cerca de 1,7 milhão de pessoas indígenas, pertencentes a 391 povos e falantes de 295 línguas distintas. Esses números indicam a enorme diversidade social e cultural existente entre os povos indígenas. Reconhecer essa pluralidade é um passo essencial para que a escola compreenda que a abordagem dessa temática exige sensibilidade, conhecimento e não pode ser tratada de forma simplificada." (1º§), pode-se afirmar que:", a alternativa **"A)** Relaciona-se com a temática central desenvolvida." foi adequadamente indicada como correta. O período destacado exerce a função de desenvolver e reforçar a temática central do texto, isto é, a diversidade dos povos indígenas e a necessidade de que essa diversidade seja reconhecida e tratada adequadamente no contexto escolar. O primeiro período apresenta dados do Censo 2022. O período destacado interpreta esses dados, mostrando seu significado ("esses números

indicam..."). Em seguida, relaciona essa interpretação ao objetivo do texto: defender uma abordagem adequada da temática indígena na escola. Assim, o trecho não apenas comenta os dados, mas desenvolve a temática central do texto. A progressão temática ocorre quando novos enunciados retomam informações anteriores para ampliar e desenvolver o tópico discursivo. A alternativa **"B)** Retoma as informações anteriores por meio de paráfrase." não pode ser considerada correta. A paráfrase consiste em reescrever uma mesma informação com outras palavras, preservando essencialmente o mesmo conteúdo. Exemplo: O Brasil possui grande diversidade indígena. = O país abriga uma ampla variedade de povos indígenas. No texto, porém, ocorre algo diferente. Após apresentar os dados do Censo, o autor afirma: "Esses números indicam a enorme diversidade..." e acrescenta: "Reconhecer essa pluralidade é um passo essencial..." Esses enunciados não apenas reformulam os dados, mas os interpretam e deles extraem uma consequência argumentativa. Há progressão temática, e não simples paráfrase. A progressão textual acrescenta novas informações ao tópico, diferentemente da paráfrase, que apenas reformula o já dito. A alternativa **"C)** Confere destaque ao órgão responsável pela coleta dos dados apresentados." não pode ser considerada correta. O órgão responsável (IBGE/Censo 2022) aparece apenas como fonte dos dados. O trecho destacado não desenvolve nenhuma informação sobre o Censo ou sobre o IBGE. Seu foco é outro: interpretar os dados; discutir a diversidade indígena; defender uma abordagem educacional adequada. Portanto, o objetivo do período não é valorizar a instituição responsável pelos dados. A alternativa **"D)** Sua omissão representaria escolha enunciativa por maior objetividade textual." não pode ser considerada correta. Se o período fosse retirado, permaneceriam apenas os dados estatísticos. Entretanto, seriam perdidos: a interpretação dos dados; a relação entre os números e a diversidade cultural; a orientação sobre a necessidade de uma abordagem sensível na escola. O texto se tornaria mais informativo, mas também menos argumentativo, pois deixaria de apresentar a conclusão construída pelo autor. Além disso, a objetividade não decorre simplesmente da eliminação de trechos interpretativos. Textos de divulgação e jornalísticos frequentemente articulam informação e interpretação.

Fontes:

- BEAUGRANDE, Robert de; DRESSLER, Wolfgang. Introdução à linguística textual. São Paulo: Contexto, 1981.
- CHARAUDEAU, Patrick. Linguagem e discurso: modos de organização. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. O texto e a construção dos sentidos. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRANCA	VERDE
5	2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "De acordo com a estrutura e conteúdo apresentados, o texto pode ser corretamente classificado como fragmento de:", a alternativa **"B)** Reportagem." foi adequadamente indicada como correta. O texto apresenta características típicas desse gênero. A reportagem tem como objetivo informar de forma aprofundada, contextualizando um tema, apresentando dados, explicações e, frequentemente, ouvindo especialistas. No fragmento, observamos: Dados estatísticos: "Segundo dados do Censo 2022..." Contextualização do tema da diversidade indígena. Entrevista/fala de especialista: há a citação direta de Delmira de Almeida Peres, identificada por seu cargo e titulação. Explicação das consequências dos estereótipos. Contextualização legal, mencionando a Lei nº 11.645/2008. O texto foi publicado na Nova Escola, veículo que frequentemente publica reportagens educativas. Esses elementos vão além da simples comunicação de um fato; eles aprofundam a discussão, característica essencial da reportagem. A alternativa **"A)** Notícia." não pode ser indicada como correta. A notícia tem como finalidade principal relatar um fato recente de maneira objetiva, respondendo, em geral, às perguntas: o quê? quem? quando? onde? como? por quê? Embora o texto mencione informações atuais (Censo 2022 e a Lei), seu foco não é noticiar um acontecimento recente, mas explicar um problema social e educacional. Além disso, a notícia costuma ser mais breve e menos analítica. Aqui há: interpretação; contextualização; explicações; fala de especialista. Tudo isso aproxima o texto da reportagem. A alternativa **"C)** Artigo de opinião." não pode ser indicada como correta. O artigo de opinião tem como característica central a defesa explícita de uma tese pelo autor. Nele, o articulista apresenta sua opinião e procura

convencer o leitor. No fragmento: não aparece a opinião do jornalista; os argumentos são atribuídos à especialista ("Segundo Delmira...", "diz"); o texto busca informar, e não defender uma posição pessoal. Embora exista uma discussão sobre preconceito, ela é apresentada por meio de informações e da voz de uma fonte especializada, e não como opinião do autor. A alternativa **"D) Texto de divulgação científica."** não pode ser indicada como correta. O texto de divulgação científica tem como objetivo explicar conhecimentos produzidos pela ciência para o público leigo. Normalmente, ele apresenta: pesquisas científicas; métodos de investigação; resultados de estudos; conceitos científicos explicados em linguagem acessível. Neste fragmento: aparecem dados do Censo e a fala de uma pesquisadora, mas o objetivo não é divulgar uma pesquisa científica; o foco está na discussão de uma questão educacional e social, contextualizada jornalisticamente. O uso de uma especialista não transforma automaticamente o texto em divulgação científica. Reportagens frequentemente entrevistam especialistas.

Fontes:

- BONINI, Adair. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher (org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. União da Vitória: Kaygangue, 2005.
- BERTOQUE, Lennie Aryete Dias Pereira; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. Construções de voz em títulos de notícias e em manchetes: uma contribuição para o ensino. Polifonia, Cuiabá, v. 17, n. 21, p. 53–84, jul./dez. 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coesão textual. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- BRONCKART, Jean-Paul. Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo: EDUC, 1999.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. Divulgação científica: linguagens, esferas e gêneros. São Paulo: Editora da USP, 2013.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). Gêneros textuais & ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 19-38.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MELO, José Marques de. Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

BRANCA	VERDE
9	9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão "É correto afirmar que o período que introduz o texto demonstra:", a alternativa **"A) Referência à informação já explicitada ao leitor."** foi adequadamente indicada como correta. O primeiro período do texto estabelece uma relação anafórica com a expressão que constitui o título, retomando uma informação que o leitor acabou de receber. Trata-se de um recurso de coesão referencial. O período introdutório é: "Pode parecer estranho, mas já ouvi tantas vezes esta afirmação que já até me acostumei a ela." A expressão "esta afirmação" retoma diretamente o título: "Minha vó foi pega a laço". Embora o título esteja separado graficamente do corpo do texto, ele integra o texto e fornece ao leitor a informação que será retomada logo no primeiro período. A referência pode ocorrer tanto em relação a elementos anteriormente mencionados quanto a elementos presentes em outras partes constitutivas do texto, como o título. Assim, o narrador inicia o desenvolvimento retomando uma informação já explicitada ao leitor. A alternativa **"B) Inquietação do enunciador em relação à sua postura de acomodação."** não pode ser indicada como correta. A alternativa parte da expressão: "já até me acostumei a ela" Todavia, o verbo "acostumar-se" apenas informa que o narrador passou a ouvir repetidamente essa afirmação. Em nenhum momento ele demonstra inquietação por ter se acomodado. Ao contrário, logo em seguida afirma: "Quase sempre fico sem ter o que dizer..." e "acho bem estranho..." Essas passagens revelam incômodo diante da narrativa, e não inquietação em relação à própria

acomodação. O desconforto do narrador dirige-se à naturalização da violência, não ao fato de ter se acostumado a ouvir a expressão. A alternativa “C) Provocação do enunciador para com o interlocutor referente ao título atribuído ao texto.” não pode ser indicada como correta. Não há qualquer provocação dirigida ao leitor. O período inicial apenas introduz uma experiência recorrente do narrador: “já ouvi tantas vezes esta afirmação...” A intenção é contextualizar o tema que será desenvolvido, e não desafiar ou provocar o interlocutor. A alternativa “D) Incerteza diante dos fatos narrados posteriormente e o que eles representam para o enunciador de forma individual.” não pode ser indicada como correta. O narrador não manifesta dúvida quanto aos fatos. Ao contrário, afirma categoricamente: “já ouvi tantas vezes...” “Em quase todos os lugares onde chego...” Essas expressões evidenciam certeza sobre a recorrência da situação. Além disso, os fatos posteriores não são apresentados como incertos, mas como objeto de reflexão crítica. Portanto, a alternativa atribui ao texto uma marca modal (incerteza) inexistente.

Fontes:

- CHARAUDEAU, Patrick. Linguagem e discurso: modos de organização. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. O texto e a construção dos sentidos. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRANCA	VERDE
10	7

Recurso Procedente. Gabarito alterado da letra A para letra D.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando o conteúdo apresentado no texto e a perspectiva do enunciador através do diálogo e de suas observações na conclusão, quanto à expressão “minha vó foi pega a laço” (título), assinale a afirmativa correta.”, a alternativa “D) O sujeito indicado na expressão que dá título ao texto indica diferentes minorias que, de alguma forma, foram e ainda são vítimas de situações contrárias às suas próprias escolhas.” foi adequadamente indicada como correta. Embora o título mencione apenas a “avó”, o autor amplia o significado da expressão ao longo da conclusão do texto. Observe os trechos: “Acho esquisito quando alguém se orgulha de ter tido uma avó que foi escravizada por um homem...” Depois ele amplia o foco: “Foi assim com os primeiros indígenas...” E continua: “Foi assim com os negros trazidos acorrentados...” Por fim, conclui: “O Brasil foi ‘inventado’ a partir das dores de suas mulheres...” Ou seja, a “avó pega a laço” deixa de representar apenas uma mulher indígena específica e passa a simbolizar: as mulheres indígenas violentadas; os povos indígenas; os grupos historicamente oprimidos. Trata-se de uma metáfora que representa diferentes grupos submetidos à violência e à perda de liberdade. A alternativa “B) A questão cultural é vista pelo autor com naturalidade, ainda que provoque algumas reflexões.” não pode ser indicada como correta. O texto demonstra justamente o contrário. Desde o início, o narrador manifesta estranhamento diante da expressão: “acho bem estranho”; “acho esquisito”; “nunca deixo de pensar nela”. Essas marcas linguísticas revelam uma postura crítica, incompatível com a ideia de que o autor encara a situação com naturalidade. As reflexões apresentadas decorrem exatamente de sua inconformidade com a reprodução desse discurso. A alternativa “C) Há um movimento de resistência por parte do autor em participar de diálogos que perpetuem pontos de vista que confirmem a expressão destacada.” não pode ser indicada como correta. Embora o narrador discorde da narrativa apresentada, ele não resiste ao diálogo nem se recusa a participar da conversa. Ao contrário, mantém a interação, faz perguntas, utiliza ironia (“Verdade?”, “Que incrível”) e somente depois desenvolve sua reflexão crítica. A resistência do autor dirige-se ao significado social da narrativa, e não ao ato de dialogar com seu interlocutor. A alternativa “A) Trata-se de uma questão cultural imposta e presente na contemporaneidade.” não pode ser indicada como correta. O texto não afirma que “pegar a laço” seja uma prática cultural contemporânea. O autor critica justamente a permanência da narrativa dessa história como algo romantizado. Veja: “Penso que a maioria das pessoas não se dá conta de que esta narrativa é repetida tantas vezes...” Ou seja, o que permanece hoje é: a repetição do discurso; a naturalização dessa história; a romantização da violência. Não a prática cultural em si. Além disso, a expressão “questão cultural imposta” é vaga e não corresponde exatamente ao foco do texto.

Gabarito alterado de da letra A para D

Fontes:

- BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. 6. ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- CHARAUDEAU, Patrick. Linguagem e discurso: modos de organização. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. O texto e a construção dos sentidos. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes, 2020.

Cargo: Técnico Ambiental

BRANCA	VERDE
9	4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Durante uma campanha de vacinação promovida pela Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, a coordenação da unidade de saúde precisou encaminhar um documento oficial solicitando materiais e reforço de profissionais a outro setor da própria secretaria. Considerando as normas da redação oficial, o documento mais adequado para essa comunicação é:”, a alternativa “**B) Memorando**, por ser utilizado na comunicação interna entre setores.” foi adequadamente indicada como correta. O memorando é o documento destinado à comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão ou entidade. No enunciado, temos a seguinte situação: a Prefeitura Municipal de Ji-Paraná; uma unidade de saúde; necessidade de encaminhar um documento a outro setor da própria Secretaria Municipal de Saúde. Ou seja, trata-se de comunicação interna, entre setores da mesma administração. O memorando é empregado para: comunicação entre departamentos; comunicação entre setores; comunicação entre unidades administrativas do mesmo órgão. Exemplo: Unidade Básica de Saúde para Departamento de Compras. Ou: Coordenação da Vigilância para Secretaria de Saúde. No caso da questão: Unidade de saúde para outro setor da mesma secretaria. A alternativa “**A) Ata**, por registrar decisões administrativas internas.” não pode ser indicada como correta. A ata não serve para solicitar materiais, sua finalidade é registrar fatos ocorridos durante uma reunião. Exemplos: decisões; deliberações; votações; presença dos participantes. Exemplo: Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde. No enunciado, não houve reunião nem necessidade de registrar acontecimentos. Logo, a ata não é adequada. A alternativa “**C) Ofício**, por ser obrigatório em qualquer tipo de comunicação pública.” não pode ser indicada como correta. O erro está na expressão: “obrigatório em qualquer tipo de comunicação pública”. Isso é falso. O ofício é utilizado, principalmente, na comunicação: entre órgãos diferentes; entre órgãos públicos e particulares; entre autoridades. Exemplos: Prefeitura para Câmara Municipal; Prefeitura para Governo do Estado; Prefeitura para Ministério da Saúde. Como o documento será enviado a outro setor da mesma secretaria, não se trata da hipótese típica do ofício. Além disso, o ofício não é obrigatório em toda comunicação pública. A alternativa “**D) Edital**, por divulgar solicitações administrativas entre departamentos.” não pode ser indicada como correta. O edital possui outra finalidade, serve para dar publicidade a atos administrativos. Exemplos: concurso público; licitação; convocação; chamamento público; processos seletivos. Não é utilizado para troca de documentos entre departamentos.

Fontes:

- BRASIL. Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República. 3. ed. rev., atual. e ampl. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 43. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

BRANCA	VERDE
19	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Durante a segunda metade do século XX, Rondônia recebeu intensos fluxos migratórios, e o município de Ji-Paraná destacou-se como importante centro receptor populacional nesse processo. A respeito dos fluxos migratórios relacionados à formação socioespacial de Ji-Paraná, assinale a afirmativa correta.

A) A ocupação populacional municipal associou-se a um elevado percentual de nordestinos no município em busca de trabalho e oportunidades. **Incorreta.** Embora migrantes nordestinos tenham participado do processo de ocupação de Rondônia, o crescimento populacional de Ji-Paraná esteve fortemente relacionado à chegada de migrantes provenientes das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, especialmente durante os projetos de colonização agrícola promovidos pelo governo federal nas décadas de 1970 e 1980. A alternativa restringe indevidamente a composição migratória do município.

B) A dinâmica migratória municipal relacionou-se principalmente às correntes populacionais litorâneas diretas desenvolvidas no norte do Brasil. **Incorreta.** Os fluxos migratórios que contribuíram para a formação socioespacial de Ji-Paraná ocorreram predominantemente por vias terrestres, associados à expansão da fronteira agrícola, aos projetos de colonização e à abertura da BR-364, e não a correntes populacionais litorâneas.

C) Os movimentos migratórios contribuíram para a diversificação econômica e para a expansão urbana do município ao longo do processo de ocupação regional. **Correta.** A chegada de migrantes impulsionou a ocupação territorial, ampliou a oferta de mão de obra, estimulou atividades agropecuárias, comerciais e de serviços e favoreceu o crescimento urbano de Ji-Paraná, consolidando-o como um dos principais polos regionais de Rondônia.

D) O crescimento demográfico de Ji-Paraná desenvolveu-se a partir de correntes migratórias internacionais, o que favoreceu a formação socioespacial do município. **Incorreta.** O crescimento populacional ocorreu principalmente em função de migrações internas brasileiras. Embora possam existir casos pontuais de imigração internacional, eles não constituíram o principal fator responsável pela formação socioespacial do município.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2022 e publicações sobre migrações internas. Rio de Janeiro: IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e Estados: Ji-Paraná. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 6 jul. 2026.

BRANCA	VERDE
31	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que "Água com presença de Coliformes Totais não pode usado no consumo humano, a água que apresenta coliformes totais não deve ser consumida sem tratamento prévio." Porém a questão não trata diretamente dos critérios de uso da água mas sim do monitoramento e ações corretivas assim a resposta correta é: "A detecção de coliformes totais na rede de distribuição constitui indicativo de possível falha no sistema de distribuição, exigindo ações corretivas e coleta para avaliação da qualidade da água."

BRANCA	VERDE
38	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alegação do recorrente fundamenta-se exclusivamente na menção, no enunciado, a um "técnico em agropecuária" como agente responsável pela identificação da não conformidade. Entretanto, tal referência possui caráter meramente contextual e não interfere na resolução da questão, tampouco altera o conhecimento técnico exigido do candidato.

A questão avalia conhecimentos relacionados ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, especificamente quanto à correção da não conformidade decorrente da mistura de resíduos infectantes com resíduos comuns. O núcleo do problema apresentado consiste na identificação da medida tecnicamente mais adequada para evitar a ocorrência da mistura de resíduos, independentemente da formação profissional do agente que constatou a irregularidade.

Nos termos da regulamentação aplicável ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, a segregação deve ocorrer no momento e local de geração dos resíduos, sendo considerada a etapa fundamental para garantir o manejo adequado dos diferentes grupos de resíduos. Assim, a implantação de rotinas de segregação no ponto de geração, associada à capacitação contínua dos profissionais envolvidos, constitui a medida mais eficaz para corrigir a não conformidade descrita, correspondendo corretamente à alternativa C.

Adicionalmente, a simples utilização de um personagem hipotético com formação distinta da carreira objeto do concurso não torna a questão inválida, desde que o conhecimento exigido esteja compatível com o conteúdo programático previsto no edital. No presente caso, a questão aborda tema diretamente relacionado ao eixo de Meio Ambiente e Sustentabilidade, especialmente à gestão de resíduos, matéria inserida no conteúdo programático do certame.

Portanto, a identificação da irregularidade por um técnico em agropecuária constitui apenas elemento narrativo do caso hipotético, não exigindo do candidato conhecimento sobre atribuições profissionais específicas desse cargo nem influenciando a determinação da alternativa correta.

Fontes:

- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). RDC nº 222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde. Brasília, 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 12809 – Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 12.305/2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

BRANCA	VERDE
39	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso não merece provimento.

A alegação do recorrente baseia-se na utilização da expressão "técnico em agropecuária" no enunciado da questão. Contudo, tal referência não compromete a validade da questão nem exige do candidato conhecimento específico acerca das atribuições legais de cargo diverso daquele previsto no edital.

A questão está inserida no contexto de Defesa Civil, gerenciamento de desastres, ameaças e riscos, conteúdo expressamente previsto no programa do certame. O objetivo da questão é avaliar a compreensão do candidato acerca das ações de apoio técnico relacionadas ao gerenciamento de riscos e à prevenção de desastres, e não aferir conhecimentos sobre regulamentação profissional específica.

A expressão "constitui atuação compatível com as atribuições do profissional" deve ser interpretada à luz do contexto apresentado, no qual o profissional atua em apoio às ações de gerenciamento de riscos ambientais e defesa civil. Nesse cenário, a alternativa D apresenta a conduta tecnicamente adequada, ao prever o levantamento e registro de

informações sobre áreas suscetíveis a ocorrências, atividade fundamental para subsidiar ações preventivas, planejamento, monitoramento e adoção de medidas emergenciais pelos órgãos competentes.

As demais alternativas descrevem ações incompatíveis com o papel de apoio técnico previsto no enunciado ou apresentam critérios inadequados para a gestão de riscos, seja por priorizarem intervenções estruturais imediatas sem prévio diagnóstico, seja por restringirem indevidamente o acompanhamento a áreas já afetadas ou apenas a locais com maior circulação de pessoas.

Importa destacar que a identificação de um profissional específico no caso hipotético possui função meramente contextual e narrativa, não alterando o objeto de conhecimento avaliado nem exigindo do candidato domínio sobre atribuições privativas de outra profissão. O conhecimento exigido permanece integralmente vinculado ao conteúdo programático do edital, especialmente ao tópico "Defesa Civil. Sistema Nacional de Defesa Civil. Gerenciamento de desastres, ameaças e riscos".

Dessa forma, não se verifica qualquer prejuízo à objetividade da questão ou à correta identificação da alternativa adequada.

Mantém-se, portanto, o gabarito da alternativa D.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC).
- BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Gestão de Riscos e de Desastres: conceitos básicos e diretrizes.
- CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. *Manual de Planejamento em Defesa Civil*. Brasília: Ministério da Integração Nacional.
- BRASIL. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC. Princípios de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres.

BRANCA	VERDE
40	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso não merece provimento.

A alegação apresentada baseia-se na suposta ausência de identificação das afirmativas por algarismos romanos no corpo da questão. Entretanto, conforme consta no caderno de provas, as assertivas encontram-se expressamente numeradas em sequência pelos algarismos romanos I, II, III e IV, permitindo perfeita correlação com as alternativas de resposta.

Dessa forma, não procede a afirmação de que haveria impossibilidade de associação entre as afirmativas e as opções apresentadas ao candidato.

No mérito, a questão encontra-se correta, uma vez que:

- A assertiva I está correta, pois auditorias devem ser conduzidas com base em critérios definidos e evidências objetivas;
- A assertiva II está correta, pois competência e imparcialidade dos auditores são requisitos fundamentais para a confiabilidade dos resultados;
- A assertiva III está correta, visto que as conclusões das auditorias podem subsidiar ações corretivas, tratamento de riscos e oportunidades de melhoria;
- A assertiva IV está incorreta, pois auditorias internas não substituem avaliações de conformidade legal nem isentam a organização do atendimento aos requisitos legais aplicáveis.

Assim, a alternativa D (I, II e III) permanece como única resposta correta.

Fontes:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 19011:2018 – Diretrizes para Auditoria de Sistemas de Gestão.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 14001:2015 – Sistemas de Gestão Ambiental – Requisitos com Orientações para Uso.

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 14004:2018 – Sistemas de Gestão Ambiental – Diretrizes Gerais para Implementação.

Cargo: Técnico em Agropecuária

BRANCA	VERDE
6	1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “De acordo com o último parágrafo do texto:”, a alternativa “**A**) Mudanças de abordagem diante da demanda apresentada são propostas visando a uma possível evolução positiva.” foi adequadamente indicada como correta. Sintetiza com fidelidade a ideia central do último parágrafo: o autor defende que o enfrentamento do estresse deve deixar de ser uma responsabilidade exclusivamente individual e passar a envolver mudanças na forma de cuidado, como políticas públicas, diálogo e acolhimento, para que haja uma melhora efetiva da saúde mental. Observe os principais trechos do último parágrafo: “O tratamento da crise coletiva de saúde mental, portanto, demanda políticas públicas e uma reestruturação das dinâmicas de cuidado.” Em seguida: “A mudança, quem sabe, pode começar por aí, com diálogo e acolhimento – e não apenas com pesquisas no Google.” Percebe-se que o autor propõe mudanças na forma de enfrentar o problema: políticas públicas; reestruturação das formas de cuidado; maior diálogo; acolhimento. Essas propostas têm como finalidade melhorar o enfrentamento da crise de saúde mental. A alternativa “**B**) O trabalho exercido por charlatões demonstra a fragilidade em que a sociedade se encontra, à mercê da pseudociência.” não pode ser indicada como correta. O texto menciona os charlatões, mas essa não é a ideia principal do parágrafo. Veja: “A jornalista americana Rina Raphael (...) investigou como a indústria do wellness capturou milhões de mulheres com promessas de terapias sem embasamento científico.” Depois o texto explica: “O apelo dos charlatões (...) vem de algo que (...) a medicina tradicional deixou de fornecer a contento.” Ou seja, o foco não é afirmar que a sociedade está “à mercê da pseudociência”, mas explicar por que essas práticas atraem pessoas: elas oferecem escuta e acolhimento. O trecho final confirma isso: “Eles oferecem três palavras muito importantes para quem está sofrendo: 'Eu te escuto'.” Portanto, essa alternativa reduz o sentido do parágrafo e desloca seu foco. A alternativa “**C**) Há uma crise existencial em progressão, marcada por estresse crônico e tratamento individual sem que haja resultados satisfatórios.” não pode ser indicada como correta. O texto fala em: crise coletiva de saúde mental e não em crise existencial. Além disso, o autor não afirma que os tratamentos individuais sejam necessariamente ineficazes. O que ele critica é atribuir toda a responsabilidade pelo enfrentamento do estresse ao indivíduo. Observe: “Se lançarmos a tarefa de aplacar o estresse apenas a quem vive sob o domínio dele...” A palavra “apenas” é fundamental. O problema não é existir tratamento individual, mas acreditar que ele seja suficiente sozinho. A alternativa “**D**) Embora haja ofertas de tratamentos diferenciados contra o estresse crônico, uma crise coletiva enfrentada por políticas públicas mostra-se suficiente para corresponder ao suporte necessário.” não pode ser indicada como correta. Essa alternativa contradiz o texto. O autor não diz que políticas públicas, por si só, são suficientes. Pelo contrário, ele defende uma abordagem mais ampla: políticas públicas; reestruturação das formas de cuidado; diálogo; acolhimento. Além disso, o trecho final mostra que a escuta também é indispensável. Portanto, a solução proposta é integrada, não exclusivamente estatal.

Fontes:

- ANTUNES, Irlandé. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 18. ed. São Paulo: Ática, 2018.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
1	5	4	8

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Releia o excerto: “Nada reflete tão bem o estado de espírito da espécie humana hoje. Se é entre telas que passamos cerca de um terço dos nossos dias, é nelas que procuramos as respostas para nossas angústias. E é por isso que quem pinta o retrato fiel e inquietante da nossa era só podia ser o Google, o maior sistema de buscas on-line.” (1º§). Sobre o trecho destacado é correto afirmar que:”, a alternativa **“A)** As imagens que fazem referência ao ambiente virtual demonstram a realidade vivida na contemporaneidade de modo verossímil.” foi adequadamente indicada como correta. No trecho: “Se é entre telas que passamos cerca de um terço dos nossos dias, é nelas que procuramos as respostas para nossas angústias. E é por isso que quem pinta o retrato fiel e inquietante da nossa era só podia ser o Google...” há um conjunto de imagens metafóricas ligadas ao ambiente digital: “telas” = representa a vida mediada pela tecnologia; “Google pinta o retrato da nossa era” = personificação (o Google é apresentado como alguém capaz de retratar a sociedade); “retrato fiel e inquietante” = metáfora para os dados das pesquisas realizadas pelos usuários. Essas imagens representam de forma verossímil (isto é, convincente e compatível com a realidade) um comportamento típico da contemporaneidade: recorrer à internet para compreender problemas pessoais e sociais. A alternativa **“B)** O uso do registro padrão demonstra o emprego de estratégia de persuasão em se tratando do público jovem a que o texto se destina.” não pode ser indicada como correta. O texto não se destina especificamente ao público jovem, é uma reportagem de divulgação científica publicada para um público amplo. Ele fala sobre jovens, mas não é dirigido exclusivamente a eles. O uso da norma-padrão não caracteriza uma estratégia voltada ao público jovem. O registro padrão é esperado em textos jornalísticos e científicos porque busca: credibilidade; objetividade; formalidade. Ele não é escolhido especificamente para convencer jovens. Logo, a justificativa da alternativa é falsa. A alternativa **“C)** A negativa inicial promove uma interpretação ambígua por não estabelecer conexão com informação antecedente, estratégia enunciativa utilizada com o propósito de atrair o leitor.” não pode ser indicada como correta. A frase inicial é: “Nada reflete tão bem o estado de espírito da espécie humana hoje.” Essa negativa (“Nada”) não produz ambiguidade, ela constitui uma estrutura enfática, equivalente a: “Nenhuma coisa reflete tão bem...” É uma construção bastante comum em português. Além disso, não há necessidade de existir informação anterior. É o início do texto. O referente (“Nada”) será esclarecido logo em seguida: passamos o dia entre telas; buscamos respostas no Google; logo, o Google representa o estado da humanidade. Ou seja, há um processo de progressão temática, não de ambiguidade. A negativa inicial serve para criar ênfase e despertar interesse, mas não porque seja ambígua. A alternativa **“D)** As afirmativas encadeadas no período permitem o reconhecimento de que há uma progressão textual que pode ser alterada modificando a ordem da apresentação dos períodos que o compõem.” não pode ser indicada como correta. A primeira parte está correta: Há, realmente, uma progressão textual. Observe: passamos muito tempo nas telas; procuramos respostas nelas; por isso, o Google retrata nossa época. Essa sequência segue uma cadeia lógica de causa e consequência. O erro está na segunda parte: “...pode ser alterada modificando a ordem...” Não pode. Veja: Se passamos muito tempo nas telas, procuramos respostas nelas, por isso o Google reflete nossa época. Se invertermos: O Google retrata nossa época, passamos muito tempo nas telas, procuramos respostas nelas. O raciocínio perde sua construção argumentativa. A expressão “É por isso que...” marca explicitamente uma relação de consequência. Portanto, a ordem é motivada pela lógica do texto e não pode ser livremente alterada.

Fontes:

- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2019. KOCH, Ingedore Villaça. O texto e a construção dos sentidos. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coesão textual. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
2	6	5	9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando que o emprego dos sinais de pontuação não possui caráter aleatório, mas funções específicas, pode-se afirmar que em “E é por isso que quem pinta o retrato fiel e inquietante da nossa era só podia ser o Google, o maior sistema de buscas on-line.” (1º§) a vírgula utilizada tem como principal objetivo:”, a alternativa “**B**) Separar aposição explicativa existente no período destacado.” foi adequadamente indicada como correta. A vírgula separa um aposto explicativo, isto é, uma expressão que explica, identifica ou especifica um termo anterior. Trecho da questão: "E é por isso que quem pinta o retrato fiel e inquietante da nossa era só podia ser o Google, o maior sistema de buscas on-line." Observe a estrutura: o Google = termo principal; o maior sistema de buscas on-line = explica quem é o Google. Assim: Google = o maior sistema de buscas on-line. O segundo termo não acrescenta uma nova ação nem uma nova oração; apenas explica o substantivo "Google". Esse é o conceito de aposto explicativo. O aposto explicativo é um termo acessório da oração que esclarece ou identifica um substantivo e, quando explicativo, aparece isolado por vírgulas. Poderíamos reescrever: “O Google, isto é, o maior sistema de buscas on-line...” A inserção de "isto é" confirma o valor explicativo. A alternativa “**A**) Organizar os elementos de um polissíndeto.” não pode ser indicada como correta. O polissíndeto é uma figura de linguagem caracterizada pela repetição intencional de conjunções. Exemplo: E canta, e dança, e sorri, e brinca. No trecho da questão não existe repetição de conjunções. A vírgula não organiza um polissíndeto. A alternativa “**C**) Separar orações coordenadas como resultado de uma coordenação assindética.” não pode ser indicada como correta. Coordenação assindética ocorre quando duas ou mais orações coordenadas aparecem sem conjunção. Exemplo: Cheguei, sentei, esperei. No trecho: "...o Google, o maior sistema de buscas on-line." depois da vírgula, não existe oração. Há apenas um sintagma nominal. Veja: verbo: ser ; sujeito/complemento: o Google; aposto: o maior sistema de buscas on-line. Não existe outro verbo. Sem verbo, não há nova oração. A alternativa “**D**) Promover destaque ao trecho posposto à vírgula em uma interpelação direta com o interlocutor.” não pode ser indicada como correta. Descreve-se o vocativo, quando o emissor chama diretamente o interlocutor. Exemplos: João, venha aqui. Amigos, prestem atenção. No trecho analisado, não há chamamento ao leitor. "O maior sistema de buscas on-line" não é vocativo. É apenas uma explicação sobre "Google".

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 51. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
3	7	1	5

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os trechos a seguir, assinale a alternativa em que o elemento destacado DIFERENCIA-SE dos demais de acordo com a classificação morfológica que lhe é atribuída.”, a alternativa “**D**) “[...] ainda que nem sempre tenha consciência dos riscos associados à descarga dos hormônios do estresse.” (2º§).” foi adequadamente indicada como correta. Aqui o "que" não retoma nenhum antecedente. Ele faz parte da locução conjuntiva “ainda que” que significa “embora”, “mesmo que”. Exemplo: Ainda que esteja cansado, trabalhou. = Embora estivesse cansado... Observe que não existe nenhum substantivo antes para o "que" retomar. Ele apenas liga duas orações exprimindo uma relação de concessão. Portanto, aqui "que" não é pronome, mas parte de uma locução conjuntiva subordinativa concessiva. A alternativa “**A**)

“[...] por situações que despertam uma das mais primitivas reações do organismo.” (1º§).” não pode ser indicada como correta. O “que” retoma um substantivo antecedente: situações - que despertam... Pode-se substituir por: situações as quais despertam... Como aceita essa substituição, trata-se de pronome relativo. O pronome relativo introduz uma oração subordinada adjetiva e retoma um termo antecedente. A alternativa “**B**) “[...] vem de algo que, por diversas razões, a medicina tradicional deixou de fornecer a contento.” (4º§).” não pode ser indicada como correta. O antecedente é: algo. Pode-se dizer: algo o qual... Embora “algo o qual” soe pouco natural, a ideia permanece: algo que a medicina deixou de fornecer. O “que” recupera o termo “algo”. Logo, é pronome relativo. A alternativa “**C**) “No novo estudo Mapa da Felicidade Real no Brasil, que ouviu 1.500 pessoas de todas as regiões [...]” (2º§).” não pode ser indicada como correta. O antecedente é o estudo “Mapa da Felicidade Real no Brasil”. O sentido é: “o estudo o qual ouviu 1.500 pessoas...” O “que” retoma Mapa da Felicidade Real no Brasil (o estudo), introduzindo uma oração subordinada adjetiva explicativa. Também é pronome relativo. Observe que é possível substituir por: “o estudo o qual ouviu 1.500 pessoas...”

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
4	8	2	6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Segundo o texto, o estresse crônico tornou-se uma questão de saúde pública de acordo com:”, a alternativa “**D**) Dados que demonstram situações relacionadas a diferentes campos da vida humana que têm repercutido negativamente por meio de sobrecarga mental.” foi adequadamente indicada como correta. Sintetiza adequadamente a ideia apresentada no 1º parágrafo do texto: o estresse crônico tornou-se uma questão de saúde pública em razão da sobrecarga mental provocada por diversos fatores da vida contemporânea, que afetam diferentes dimensões da experiência humana. No primeiro parágrafo, os autores apresentam diversos fatores que contribuem para o aumento do estresse: “Entre a conta a pagar e a meta a bater, entre as notícias de guerra lá fora e os crimes hediondos nas vizinhanças, entre a catástrofe climática e as eleições polarizadas, entre o drama pessoal e o coletivo...” Esses exemplos pertencem a diferentes esferas da vida: econômica (conta a pagar); profissional (meta a bater); política (eleições polarizadas); social (crimes); internacional (guerras); ambiental (catástrofe climática); pessoal (drama individual). Em seguida, o texto afirma: “Somos de carne e osso, sobrecarregados mentalmente, e podemos ruir.” E conclui: “Não é por menos que o estresse crônico [...] tornou-se uma questão de saúde pública.” Portanto, a alternativa D resume corretamente essa sequência lógica: a multiplicidade de fatores da vida contemporânea gera sobrecarga mental, justificando o estresse crônico como problema de saúde pública. A alternativa “**A**) A constatação de ausência de consciência dos fatores de riscos a ele associados.” não pode ser indicada como correta. Essa informação aparece apenas no 2º parágrafo: “O brasileiro sabe bem do que estamos falando, ainda que nem sempre tenha consciência dos riscos associados à descarga dos hormônios do estresse.” Esse trecho significa que muitas pessoas não conhecem plenamente os riscos do estresse, mas isso não é o motivo pelo qual ele se tornou uma questão de saúde pública. A causa apontada pelo texto é a sobrecarga mental produzida pelas múltiplas pressões da vida moderna. A alternativa “**B**) Tensões globais vistas como o principal elemento catalisador do aumento de uma situação de estresse crônico.” não pode ser indicada como correta. O texto realmente menciona: “O boom de interesse é puxado pelos Estados Unidos, nação por trás de uma sequência de tensões globais...” Entretanto, as tensões globais aparecem como apenas um dos diversos fatores. Logo depois, o texto cita vários outros elementos: contas; metas; crimes; eleições; mudanças climáticas; dramas pessoais. Portanto, o texto não afirma que as tensões globais sejam o principal elemento catalisador. A alternativa “**C**) Pesquisas no sistema de buscas on-line, Google, que demonstram que há grande procura por soluções para questões desafiadoras.” não pode ser indicada como correta. O texto inicia dizendo: “As pesquisas relacionadas ao tema ‘sentir-se estressado’ atingiram, em 2026, o pico histórico...” Esses dados servem para mostrar que o interesse pelo tema aumentou. Entretanto, eles não explicam por que o estresse se tornou uma questão de saúde

pública. O fundamento dessa afirmação está nas consequências da sobrecarga mental e na multiplicidade dos fatores estressores descritos ao longo do parágrafo. Estrutura do argumento do texto: Os autores constroem o raciocínio da seguinte forma: A vida contemporânea expõe as pessoas a inúmeras pressões; Essas pressões provocam sobrecarga mental; A sobrecarga favorece o estresse crônico. Por isso, o estresse crônico tornou-se uma questão de saúde pública. Essa sequência é resumida pela alternativa D.

Fontes:

- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 18. ed. São Paulo: Ática, 2018.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
7	2	9	4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os grupos a seguir relacionados, é possível observar a ocorrência de dígrafo (consonantal ou vocálico) em todos os

termos em:”, a alternativa “**A**) Que; falando; ainda.” foi adequadamente indicada como correta. Todas as palavras apresentam dígrafo (consonantal ou vocálico). Nas demais alternativas, há pelo menos uma palavra sem dígrafo, encontro de duas letras que representam um único fonema. Há dois tipos principais: Dígrafo consonantal: ch, lh, nh, rr, ss, qu (antes de e/i), gu (antes de e/i). Dígrafo vocálico: ocorre quando m ou n apenas nasalizam a vogal anterior, sem serem pronunciados como consoantes (am, em, im, om, um, an, en, in, on, un, em determinadas posições). “Que”: Tem o dígrafo “qu”. Em “que”, o “u” não é pronunciado. Pronúncia: “que → /ke/”. As duas letras (qu) representam apenas o fonema /k/. “Falando”: Separação: “fa-lan-do”. Na sequência “an”, o “n” apenas nasaliza o “a”. Pronúncia: /falãdu/. O “n” não possui som próprio: dígrafo vocálico. “Ainda”: Separação: “a-in-da”. Na sequência “in”, o “n” nasaliza o “i”. Pronúncia: /aida/. O “n” não é pronunciado isoladamente: dígrafo vocálico. A alternativa “**B**) Brasileiro; bem; parte.” não pode ser indicada como correta. “Brasileiro”: Bra-si-lei-ro. Existe “br”, mas “br” não é dígrafo, é encontro consonantal, pois: “b” possui um som; “r” possui outro. Não há dígrafo. “Bem”: na sequência “em”, o “m” nasaliza o “e”, há dígrafo vocálico. “Parte”: Na palavra “parte”, “rt” é encontro consonantal, cada letra possui som próprio, não há dígrafo. A alternativa “**C**) Nem; riscos; descarga.” não pode ser indicada como correta. “Nem”: Em “em”, o “m” nasaliza o “e”, dígrafo vocálico. “Riscos”: “ris-cos”. Não há: “rr”; “ss”; “ch”; “nh”; “lh”; “qu”; “gu”; nem nasalização por “m” ou “n”. Não possui dígrafo. “Descarga”: des-car-ga. Também não. O grupo “sc” representa dois fonemas (/s/ + /k/), não é dígrafo. A alternativa “**D**) Entrevistados; Brasil; descobriu.” não pode ser indicada como correta. “Entrevistados”: na sequência “en”, o “n” nasaliza o “e”, há dígrafo vocálico. “Brasil”: “Bra-sil” = “br” é encontro consonantal, não é dígrafo. “Descobriu”: “des-co-briu”; não existe dígrafo, “br” novamente é encontro consonantal.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 49. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
9	4	7	1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Durante uma campanha de vacinação promovida pela Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, a coordenação da unidade de saúde precisou encaminhar um documento oficial solicitando materiais e reforço de profissionais a outro setor da própria secretaria. Considerando as normas da redação oficial, o documento mais adequado para essa comunicação é:”, a alternativa “**B**) Memorando, por ser utilizado na comunicação interna entre setores.” foi adequadamente indicada como correta. O memorando é o documento destinado à comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão ou entidade. No enunciado, temos a seguinte situação: a Prefeitura Municipal de Ji-Paraná; uma unidade de saúde; necessidade de encaminhar um documento a outro setor da própria Secretaria Municipal de Saúde. Ou seja, trata-se de comunicação interna, entre setores da mesma administração. O memorando é empregado para: comunicação entre departamentos; comunicação entre setores; comunicação entre unidades administrativas do mesmo órgão. Exemplo: Unidade Básica de Saúde para Departamento de Compras. Ou: Coordenação da Vigilância para Secretaria de Saúde. No caso da questão: Unidade de saúde para outro setor da mesma secretaria. A alternativa “**A**) Ata, por registrar decisões administrativas internas.” não pode ser indicada como correta. A ata não serve para solicitar materiais, sua finalidade é registrar fatos ocorridos durante uma reunião. Exemplos: decisões; deliberações; votações; presença dos participantes. Exemplo: Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde. No enunciado, não houve reunião nem necessidade de registrar acontecimentos. Logo, a ata não é adequada. A alternativa “**C**) Ofício, por ser obrigatório em qualquer tipo de comunicação pública.” não pode ser indicada como correta. O erro está na expressão: “obrigatório em qualquer tipo de comunicação pública”. Isso é falso. O ofício é utilizado, principalmente, na comunicação: entre órgãos diferentes; entre órgãos públicos e particulares; entre autoridades. Exemplos: Prefeitura para Câmara Municipal; Prefeitura para Governo do Estado; Prefeitura para Ministério da Saúde. Como o documento será enviado a outro setor da mesma secretaria, não se trata da hipótese típica do ofício. Além disso, o ofício não é obrigatório em toda comunicação pública. A alternativa “**D**) Edital, por divulgar solicitações administrativas entre departamentos.” não pode ser indicada como correta. O edital possui outra finalidade, serve para dar publicidade a atos administrativos. Exemplos: concurso público; licitação; convocação; chamamento público; processos seletivos. Não é utilizado para troca de documentos entre departamentos.

Fontes:

- BRASIL. Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República. 3. ed. rev., atual. e ampl. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 43. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
10	12	11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão informa de forma clara que os 360 servidores efetivos foram distribuídos entre três setores administrativos — protocolo, recursos humanos e tecnologia da informação — e que cada servidor foi alocado em um único setor, estabelecendo, portanto, uma partição do total de servidores. Em seguida, afirma expressamente que o número de servidores lotados no setor de tecnologia da informação corresponde a 5/9 do total de servidores, não havendo qualquer margem para interpretar essa fração de forma diversa ou atribuí-la a outro setor. Do mesmo modo, o enunciado estabelece que o número de servidores do setor de protocolo equivale a 3/5 da quantidade de servidores de recursos humanos, redação inequívoca que traduz a relação $P = (3/5)RH$, inexistindo fundamento para inverter essa relação ou transferi-la para o setor de tecnologia da informação. Assim, inicialmente calcula-se o quantitativo de servidores da tecnologia da informação: $TI = (5/9) \times 360 = 200$. Como os servidores estão distribuídos exclusivamente entre os três setores, conclui-se necessariamente que os setores de protocolo e recursos humanos somam $P + RH = 360$

– $200 = 160$. Substituindo $P = (3/5)RH$ nessa igualdade, obtém-se $(3/5)RH + RH = 160$, isto é, $(8/5)RH = 160$, de onde resulta $RH = 160 \times (5/8) = 100$.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	13	10	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado informa expressamente que a razão entre o número de inscritos para as escolas municipais e o número de inscritos para as unidades de saúde, nessa ordem, é 9:7, bem como o total de 1.680 candidatos, dados suficientes para determinar univocamente o número de inscritos em cada grupo. A soma dos termos da razão é $9 + 7 = 16$, de modo que cada parte corresponde a $1.680 \div 16 = 105$ candidatos. Assim, o número de inscritos para as escolas é $9 \times 105 = 945$, enquanto o número de inscritos para as unidades de saúde é $7 \times 105 = 735$. A diferença entre esses quantitativos é $945 - 735 = 210$. A expressão "nessa ordem" não gera qualquer ambiguidade, pois apenas identifica a correspondência entre os termos da razão e, posteriormente, a sequência em que os quantitativos devem ser considerados na comparação, sem alterar a unicidade da solução. Da mesma forma, os cálculos apresentados em um dos recursos decorrem da substituição indevida da razão 9:7 pela razão 6:7, informação que não consta do enunciado, razão pela qual não podem fundamentar a alteração do gabarito ou a anulação da questão.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	10	13	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado informa expressamente que existem 11 processos administrativos distintos, sendo cada processo armazenado em uma pasta identificada individualmente, de modo que as 11 pastas constituem objetos distintos para fins de contagem. Além disso, estabelece que essas pastas devem ser organizadas em uma fila "de modo que todas as pastas de uma mesma secretaria permaneçam sempre juntas", condição que impõe apenas uma restrição à disposição dos elementos, sem descaracterizar a individualidade de cada pasta. Assim, cada secretaria deve ser considerada inicialmente como um bloco, totalizando três blocos distintos (saúde, educação e obras), os quais podem ser organizados em 3! maneiras. Em seguida, como as pastas são individualmente identificadas, devem ser consideradas as permutações internas de cada bloco, correspondentes a 5!, 4! e 2!, respectivamente. Pelo Princípio Fundamental da Contagem, o número total de organizações é dado por $3! \times 5! \times 4! \times 2! = 6 \times 120 \times 24 \times 2 = 34.560$. Não procede a alegação de que apenas a ordem dos blocos deveria ser considerada, pois isso equivaleria a tratar pastas distintas como indistinguíveis, em contradição com a informação expressa de que cada processo está armazenado em uma pasta identificada individualmente. Também não procede a interpretação que considera apenas uma das secretarias como bloco, uma vez que o enunciado determina que todas as pastas de uma mesma secretaria permaneçam juntas, condição válida para os três grupos.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	11	12	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos apresentados não merecem provimento, pois não demonstram a existência de ambiguidade, insuficiência de dados, erro material ou vício de redação capaz de comprometer a validade da questão. O enunciado informa expressamente que a verba de R\$ 480.000,00 será dividida de maneira inversamente proporcional ao número de funcionários de cada unidade e que a escola possui o dobro do número de funcionários do posto de saúde, informações suficientes para determinar univocamente a razão de distribuição da verba. Seja o número de funcionários do posto de

saúde igual a x ; então, a escola possui $2x$ funcionários. Como a divisão é inversamente proporcional ao número de funcionários, a razão entre os valores recebidos é $(1/x) : (1/2x) = 2 : 1$, isto é, o posto de saúde recebe duas partes e a escola recebe uma parte. Dessa forma, a verba total deve ser dividida em 3 partes iguais, cabendo à escola $1/3$ do valor total, ou seja, $480.000 \times (1/3) = 160.000$. As alegações de que seria necessário conhecer o número absoluto de funcionários não procedem, pois, em problemas de proporcionalidade, basta conhecer a razão entre as quantidades, sendo o fator comum x eliminado naturalmente na simplificação. Também não procede a interpretação que conduz ao valor de R\$ 320.000,00, pois ela decorre da inversão dos dados do enunciado ou da atribuição da maior parcela à unidade com maior número de funcionários, em desacordo com a regra da proporcionalidade inversa expressamente estabelecida. Da mesma forma, o argumento de que o conceito de proporcionalidade inversa deveria ter sido mais detalhado não se sustenta, uma vez que se trata de expressão matemática consagrada, de significado preciso e compatível com o conteúdo programático da ementa.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	16	15	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta apenas uma alternativa correta, não havendo dupla interpretação ou mais de uma resposta possível. As afirmativas I. Uma pasta (diretório) no Windows pode conter arquivos de diferentes formatos e subpastas simultaneamente, permitindo uma organização em estrutura de árvore (hierárquica). e II. O Windows permite que dois arquivos tenham exatamente o mesmo nome, com a mesma extensão (por exemplo, relatório.docx), desde que estejam armazenados em pastas diferentes. - estão corretas, pois o Windows organiza arquivos em estrutura hierárquica de pastas e permite arquivos com o mesmo nome e extensão quando armazenados em diretórios diferentes.

Já a afirmativa III. Ao nomear um arquivo ou pasta no Windows, o usuário pode utilizar livremente qualquer caractere do teclado, não havendo nenhuma restrição quanto ao uso de símbolos. - é incorreta, uma vez que o sistema operacional impõe restrições ao uso de determinados caracteres na nomenclatura de arquivos e pastas (como \, /, :, *, ?, ", <, > e |), além de reservar alguns nomes para uso do sistema.

Apenas a alternativa C (I e II, apenas) atende corretamente ao enunciado, inexistindo ambiguidade ou duplicidade de respostas que justifique a anulação da questão. Portanto, a alternativa correta permanece a letra C) I e II, apenas.

Fontes:

- Denominação de arquivos, caminhos e namespaces. Disponível em: <https://learn.microsoft.com/pt-br/windows/win32/fileio/naming-a-file>
- Sistemas de arquivos locais. Disponível em: <https://learn.microsoft.com/pt-br/windows/win32/fileio/file-systems>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	19	18	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ji-Paraná destaca-se entre os municípios mais populosos de Rondônia. O crescimento urbano municipal acompanhou as diferentes atividades desenvolvidas na região nas últimas décadas do século XX. Com base na dinâmica populacional de Ji-Paraná, assinale a afirmativa correta.

A) A dinâmica populacional municipal desenvolveu-se a partir de fluxos comerciais marítimos voltados ao Oceano Atlântico. **Incorreta.** Ji-Paraná localiza-se no interior de Rondônia e sua dinâmica populacional não se estruturou a partir de fluxos marítimos. O crescimento do município esteve relacionado principalmente à ocupação da Amazônia, aos projetos de colonização, à expansão da fronteira agrícola e à integração promovida pelas rodovias.

B) A distribuição demográfica do município concentrou-se historicamente em comunidades ribeirinhas vinculadas ao litoral amazônico. **Incorreta.** Ji-Paraná não possui localização litorânea. Embora os rios tenham desempenhado importante papel histórico na ocupação regional, a distribuição populacional municipal passou a concentrar-se predominantemente no espaço urbano, impulsionada pela expansão econômica e pelos fluxos migratórios.

C) A urbanização municipal ocorreu associada à construção da BR-319, que possibilitou o aumento do fluxo das atividades econômicas no município. **Incorreta.** A principal rodovia associada ao crescimento e à integração de Ji-Paraná foi a **BR-364**, eixo fundamental da ocupação e da circulação econômica em Rondônia. A BR-319 conecta principalmente Manaus (AM) a Porto Velho (RO), não sendo o principal fator explicativo da urbanização de Ji-Paraná.

D) O crescimento populacional municipal relacionou-se ao fortalecimento das interações urbanas e à ampliação das atividades econômicas ligadas ao comércio e aos serviços. **Correta.** Ji-Paraná consolidou-se como um dos principais centros urbanos de Rondônia devido à ampliação das funções comerciais e de serviços, à atração de migrantes, ao fortalecimento das relações econômicas regionais e à sua posição estratégica na rede urbana estadual.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades e Estados: Ji-Paraná. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 6 jul. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Regiões de Influência das Cidades – REGIC 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	18	19	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Durante a segunda metade do século XX, Rondônia recebeu intensos fluxos migratórios, e o município de Ji-Paraná destacou-se como importante centro receptor populacional nesse processo. A respeito dos fluxos migratórios relacionados à formação socioespacial de Ji-Paraná, assinale a afirmativa correta.

A) A ocupação populacional municipal associou-se a um elevado percentual de nordestinos no município em busca de trabalho e oportunidades. A alternativa A está **incorreta**, pois embora migrantes nordestinos tenham participado do processo de ocupação amazônica, a dinâmica populacional de Ji-Paraná esteve fortemente associada aos fluxos oriundos das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, vinculados à expansão da fronteira agrícola.

B) A dinâmica migratória municipal relacionou-se principalmente às correntes populacionais litorâneas diretas desenvolvidas no norte do Brasil. B) **Incorreta.** O crescimento demográfico municipal relacionou-se predominantemente às migrações internas brasileiras e aos projetos nacionais de ocupação territorial, e não a correntes migratórias internacionais ligadas à região andina.

C) Os movimentos migratórios contribuíram para a diversificação econômica e para a expansão urbana do município ao longo do processo de ocupação regional. **Correta** “os movimentos migratórios contribuíram para a diversificação econômica e para expansão urbana do município ao longo do processo de ocupação regional”, ou seja, o movimento populacional facilitou a diversificação econômica e o crescimento urbano do município, uma vez que seguiu a mesma tendência de ocupação regional.

D) O crescimento demográfico de Ji-Paraná desenvolveu-se a partir de correntes migratórias internacionais, o que favoreceu a formação socioespacial do município. **Incorreta.** Ji-Paraná desenvolveu-se a partir de correntes migratórias internas do sul, sudeste e centro-oeste o que favoreceu a formação socioespacial do município.

Referências: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Cidades e Estados: Ji-Paraná (RO). Acesso em: 16 maio 2026.

Prefeitura Municipal de Ji-Paraná. Acesso em: 16 maio 2026.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
20	20	20	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra D. Em seus contatos iniciais com os não-indígenas, nas primeiras décadas do século XX, os Tupari os denominaram Tarüpa, "maus-espíritos", por serem portadores de doenças e outras adversidades. Os Tupari compartilharam com outros povos de Rondônia um histórico do contato marcado primeiramente pela exploração e

expropriação por seringalistas, e a partir da década de 1980 também por madeireiros e garimpeiros. Nos últimos anos os Tupari vêm procurando reverter esse quadro e lutam, com outros povos da região, contra a instalação de barragens no rio Branco. Há estimativas de que houvesse cerca de 3 mil Tupari no início do século XX. O etnólogo Franz Caspar supôs que tenham visto o homem branco pela primeira vez na década de 1920. Desde então, passaram a manter um contato intermitente com seringueiros e outros não-indígenas. O primeiro etnólogo a visitá-los foi Snethlage, em 1934, quando encontrou apenas 250 indivíduos. Caspar, em 1948, registrou 200 e, em seu retorno em 1955 (meses após uma epidemia de sarampo), apenas 66. Como aponta o testemunho, nessa época a presença dos seringueiros, patrões da borracha e outros brancos já era incisiva, trazendo doenças à aldeia e relações de troca assimétricas. Nota-se também o papel dos Makurap como primeiros e principais interlocutores dos brancos. Caspar comenta que o Makurap tornara-se uma espécie de língua franca na região, dominada pela maioria dos outros grupos indígenas. O etnólogo ressalta também que o contato com os Tupari com os não-indígenas ainda era bastante intermitente. Faziam visitas aos barracões, oferecendo trabalho em troca de machados, terçados, roupa, sal e tabaco, ficando depois de dois a três anos sem aparecer. São Luís, o seringal mais próximo à aldeia Tupari, ficava a oito ou nove dias de caminhada. É provável que o primeiro seringal instalado na região tenha sido no rio Branco, próximo ao Guaporé, em 1910. Em 1912 um alemão abriu um outro seringal no rio Colorado. Em 1927 a empresa norte-americana Guaporé Rubber Company abriu outro seringal em Paulo Saldanha. Por volta de 1934, instalou-se, com a colaboração de ex-funcionários do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), um outro seringal no São Luís (que em 1980 se converteu em sede do Posto Indígena Rio Branco, com a chegada da Funai na área) (Leonel, 1984).

Fontes:

- [revistasina.com.br](http://www.revistasina.com.br/portal/questao-indigena/item/2924-seis-et...)
- <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tupari>
- ALVES, Poliana M. Análise fonológica preliminar da língua tupari. Brasília : UnB, 1991. 96 p. (Dissertação de Mestrado)
- CASPAR, Franz. A aculturação dos Tuparí. In: SCHADEN, Egon. Leituras de etnologia brasileira. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1976. p. 486-515.
- MINDLIN, Betty. Tuparis e Tarupás : narrativas dos índios Tuparis de Rondônia. São Paulo : Brasiliense ; Edusp ; Iamá, 1993. 123 p.
- PRATES, Laura dos Santos. O artesanato das tribos Pakaá Novos, Makurap e Tupari. São Paulo : USP, 1983. 149 p. (Dissertação de Mestrado)

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	24	22	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito preliminar da questão, que indica a alternativa “D”, está correto. Deste modo e antecipadamente, conclui-se que não deverão prosperar as razões de recurso relativas à questão em análise, especialmente pelos argumentos de Contrarrazões em Recurso a seguir:

1 - A questão possui coerência e coesão de linguagem, cujos enunciado e afirmativas – claros, diretos e objetivos – se fundamentam no conteúdo programático do Edital: Lei Municipal 1.405/2015 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Ji-Paraná/RO).

2 – A alternativa D é a única que se adequa ao enunciado e ao comando da questão. A alternativa reflete a exata redação do art. 106 da Lei nº 1.405/2005. No Direito Administrativo, a interrupção de férias por imperiosa necessidade do serviço é um reflexo do poder hierárquico e do princípio da continuidade do serviço público. A doutrina majoritária (Hely Lopes Meirelles e outros renomados autores) e a jurisprudência pacífica do STJ reconhecem a validade dessa interrupção, desde que devidamente motivada pela Administração, garantindo-se ao servidor o gozo do período remanescente de forma contínua (de uma só vez) posteriormente.

O entendimento consolidado do Superior Tribunal é no sentido de que o direito ao gozo de férias, embora constitucionalmente assegurado, não é absoluto frente ao princípio da continuidade dos serviços públicos e da supremacia do interesse público. A Corte reconhece que a Administração Pública tem a prerrogativa de interromper as

férias do servidor, desde que o faça com base nas hipóteses taxativamente previstas em lei, sendo a "necessidade do serviço" uma das justificativas plenamente válidas e legais.

Um precedente que ilustra perfeitamente a validação dessa tese (analisando o art. 80 da Lei nº 8.112/90, que é o espelho federal do art. 106 da Lei Municipal de Ji-Paraná) é o seguinte:

"Observe que o art. 80 da Lei 8.112/1990 assim dispõe: 'As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade'. Nesse contexto, vê-se que a palavra 'somente' limita a consideração de hipóteses de interrupção de férias e não possibilita eventuais aplicações extensivas. Torna-se indevida, assim, qualquer ampliação do rol desse dispositivo. (...) Nos termos da legislação de regência, as hipóteses de interrupção de férias são taxativamente previstas (...)"

(STJ - AgRg no RMS 39.563/PE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 06/08/2015, DJe 18/08/2015).

Neste e em outros julgados (como o RMS 46.438/MG), o STJ consolida a premissa de que a interrupção das férias é um ato legal, desde que estritamente vinculado às hipóteses da lei (como a calamidade pública e a necessidade do serviço), garantindo-se ao servidor o direito de usufruir o saldo remanescente posteriormente.

Assim, mantida a alternativa D como a única correta na questão, sendo o gabarito definitivo.

3 – As afirmativas constantes das demais alternativas (A, B e C) realmente contrariam o enunciado da questão, sendo inválidas pelas razões e fundamentos legais a seguir.

Alternativa A (Incorreta): A competência para homologar a interrupção é expressamente atribuída pela lei ao "Secretário ao qual se vincula o servidor" (Art. 106), não sendo ato privativo do Prefeito.

Alternativa B (Incorreta): O direito ao gozo de férias (art. 7º, XVII, da CF/88) não é absoluto frente ao princípio da supremacia do interesse público e da continuidade dos serviços públicos essenciais, havendo ressalva legal expressa para sua interrupção no Estatuto do servidor de Ji-Paraná (art. 106) – *vide* também os fundamentos jurídicos da alternativa-gabarito (D).

Alternativa C (Incorreta): O art. 99 da Lei nº 1.405/2005 veda expressamente que as férias sejam, no todo ou em parte, em nenhuma hipótese, convertidas em pecúnia. O saldo deve ser usufruído em descanso. Tampouco há previsão legal para a afirmação: "...convertida em pecúnia (indenização) caso não seja possível usufruí-la em trinta dias".

Assim, restam incorretas as alternativas A, B e C, estando preciso o gabarito da Questão (alternativa D), que deve ser mantido.

Delibera-se nestas Contrarrazões pela IMPROCEDÊNCIA do recurso.

EM TEMPO: Sobre o uso de precedente do STJ, *vide* a permissão no Edital nº 01, de 15-6-2026 – SEMUSA/Prefeitura Municipal de Ji-Paraná/RO. "Item 8 – Dos Programas das Provas. (...) 8.7 As súmulas, jurisprudências e precedentes dos tribunais superiores poderão ser consideradas para fins de elaboração de questões desde que publicadas até 30 dias antes da data de realização das provas".

Fontes:

- JI-PARANÁ. Lei nº 1.405/2005. Arts. 99 e 106.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 45. ed. São Paulo: Malheiros, 2021.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (5) BRASIL. STJ. (a) AgRg no RMS 39.563/PE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 06/08/2015, DJe 18/08/2015. (b) RMS 46.438/MG.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
22	25	21	23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito preliminar da questão, que indica a alternativa "A", está correto. Deste modo e antecipadamente, conclui-se que não deverão prosperar as razões de recurso relativas à questão em análise, especialmente pelos argumentos de Contrarrazões em Recurso a seguir:

1 - A questão possui coerência e coesão de linguagem, cujos enunciado e afirmativas – claros, diretos e objetivos – se fundamentam no conteúdo programático do Edital: Lei Municipal 1.405/2015 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Ji-Paraná/RO).

2 – A alternativa A é a única que se adequa ao enunciado e ao comando da questão. A assertiva é a intelecção inequívoca do art. 95 da Lei nº 1.405/2005: *"O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las, integralmente, no prazo de 2 (dois) dias"*. Note-se também que o art. 92 define que *"as diárias destinam-se exclusivamente a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com estadia, alimentação e locomoção urbana quando o servidor se afasta da sede em caráter eventual ou transitório"*. A jurisprudência do TCU e do STJ é pacífica no sentido de que a não restituição de diárias não utilizadas configura infração disciplinar e sujeita o agente à Tomada de Contas Especial, dada a rigorosa vinculação da verba à efetiva realização da despesa pública. Assim, mantida a alternativa A como a única correta na questão, sendo o gabarito definitivo.

3 – As afirmativas constantes das demais alternativas (B, C e D) realmente contrariam o enunciado da questão, sendo inválidas pelas razões e fundamentos legais a seguir.

Alternativa B (Incorreta): As diárias possuem natureza estritamente indenizatória (Art. 86, parágrafo único) para cobrir despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana (Art. 92). Se não houve o afastamento, a retenção configura enriquecimento ilícito.

Alternativa C (Incorreta): O prazo legal é peremptório (2 dias) para a devolução voluntária, não se confundindo com a regra geral de reposição ao erário por pagamentos indevidos em folha (Art. 113), que possui rito próprio.

Alternativa D (Incorreta): Não há previsão legal para retenção parcial por "preparação de viagem e disponibilidade". A restituição deve ser integral (*vide* também fundamentos jurídicos na alternativa-gabarito).

Assim, restam incorretas as alternativas B, C e D, estando preciso o gabarito da Questão (alternativa A), que deve ser mantido.

Delibera-se nestas Contrarrazões pela IMPROCEDÊNCIA do recurso.

EM TEMPO: Sobre o uso de precedente do STJ, *vide* a permissão no Edital nº 01, de 15-6-2026 – SEMUSA/Prefeitura Municipal de Ji-Paraná/RO. "Item 8 – Dos Programas das Provas. (...) 8.7 As súmulas, jurisprudências e precedentes dos tribunais superiores poderão ser consideradas para fins de elaboração de questões desde que publicadas até 30 dias antes da data de realização das provas".

Fontes:

- JI-PARANÁ. Lei nº 1.405/2005. Arts. 86, 92 e 95.
- BRASIL. (I) STJ. MS 20.785/DF (Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Rel. p/ Acórdão Min. Og Fernandes, Primeira Seção, julgado em 25/10/2017, DJe 02/02/2018). (II) TCU/Tribunal de Contas da União. (a) Súmula nº 282 (natureza e prestação de contas de diárias); (b) Acórdãos do Plenário nrs. 1151/2007 e 1641/2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	34	31	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso não procede. Nos termos da Lei nº 7.498/1986 (arts. 11 e 12) e do Decreto nº 94.406/1987 (arts. 8º e 9º), o técnico de enfermagem participa da assistência de enfermagem mediante execução de ações assistenciais sob supervisão, não lhe competindo, de forma autônoma, a tomada de decisões clínicas decorrentes da avaliação do paciente. A verificação dos sinais vitais tem como finalidade monitorar o estado clínico e fornecer informações que subsidiem a tomada de decisão pela equipe de saúde. Dessa forma, a alternativa C permanece como única correta.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	35	30	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A solicitação de recurso pede para considerar a alternativa **A** como correta, mas o gabarito já traz a alternativa **A** como a opção certa. Portanto não procede o recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	39	29	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A solicitação é para considerar a alternativa **C** como correta, mas o gabarito já traz a alternativa **C** como a opção certa. Portanto não procede o recurso.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	40	35	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa A utiliza a expressão "imediatamente", que pressupõe a adoção automática da vacinação como primeira e única conduta diante do caso apresentado. Entretanto, o enunciado questiona qual conduta adequada inclui as ações de prevenção do tétano na Atenção Primária à Saúde, remetendo à observância do protocolo assistencial preconizado pelo Ministério da Saúde. Nesse protocolo, a decisão sobre a profilaxia não é automática, mas depende da avaliação do tipo de ferimento, da situação vacinal e da eventual necessidade de imunoglobulina antitetânica. Assim, a alternativa D é a única que contempla corretamente a sequência de condutas prevista nas diretrizes oficiais.

A profilaxia do tétano não se resume à vacinação, compreendendo a avaliação do ferimento, limpeza e debridamento quando indicados, além da avaliação da situação vacinal e da necessidade de imunização passiva. O fato de o paciente não saber informar seu histórico vacinal não impede sua avaliação, que poderá incluir a consulta aos registros vacinais disponíveis, como caderneta de vacinação (que um familiar pode procurar em casa), sistemas oficiais de informação em imunização (e-SUS APS, SI-PNI e Meu SUS Digital) e outros documentos.

Nessa situação, procede-se à atualização ou ao início do esquema vacinal conforme as recomendações do Programa Nacional de Imunizações, observando-se também o tipo de ferimento e a eventual indicação de imunoglobulina antitetânica. Dessa forma, a alternativa D é a única que contempla corretamente a conduta preconizada, ao prever a avaliação da situação vacinal e a atualização do esquema conforme as recomendações vigentes, ao passo que a alternativa A apresenta conduta incompleta ao restringir-se à aplicação imediata da vacina.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Imunizações. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação
- Conforme a RDC ANVISA nº 15/2012, o Manual de Processamento de Produtos para Saúde da ANVISA (2012), e o Manual de Processamento de Produtos para Saúde da Diretoria de Enfermagem – SES/SAIS/COASIS/DIENF (2020), a esterilização consiste no processo capaz de eliminar todas as formas de vida microbiana, inclusive esporos. Assim, a alternativa C expressa corretamente o objetivo da esterilização. A alternativa A está incorreta por restringir o processo aos vírus e utilizar a expressão "prevenir o acometimento de fungos", incompatível com o conceito técnico de esterilização.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	28	33	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito indica exatanebte a letra "D" como alternativa correta. Portanto não há divergência quanto ao resultado e a argumentação proposta.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
36	29	34	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recurso improcedente. A questão solicita a identificação da alternativa que não corresponde às atribuições do Técnico em Enfermagem. A alternativa B permanece incorreta por atribuir ao técnico a realização de consultas, atividade privativa do enfermeiro, nos termos da Lei nº 7.498/1986 (art. 11, I, i) e do Decreto nº 94.406/1987 (art. 8º, I, e), portanto não há ambiguidade. O fato de o atendimento humanizado constituir dever de todos os profissionais da saúde não altera a impropriedade da assertiva, uma vez que esta reúne, em uma única proposição, atividade compatível com a atuação do técnico ("atendimentos") e atividade privativa do enfermeiro ("consultas"), tornando-a incorreta em seu conjunto.

Sobre a alternativa A, há uma diferença importante entre procedimento rotineiro atribuição profissional. A questão não perguntou "Qual procedimento integra a rotina da primeira consulta do recém-nascido?". Perguntou "São consideradas atribuições do técnico de enfermagem, EXCETO". A aferição da pressão arterial é competência técnica do Técnico em Enfermagem, pode ser realizada em crianças e pode ser indicada sempre que houver necessidade clínica. O fato de não integrar todos os protocolos de puericultura do recém-nascido não retira essa atribuição do profissional. Lei nº 7.498/1986 (art. 12), Decreto nº 94.406/1987 (art. 10, II) e Parecer Técnico nº 39/2025 Cofen.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	30	40	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recurso descabido. Gabarito indica a alternativa B como opção correta. No pedido almeja-se a alteração da alternativa correta para B.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	31	39	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recurso improcedente. O recorrente confunde a oportunidade em que a higienização das mãos deveria ter sido realizada com o momento assistencial efetivamente descrito no enunciado. A questão informa que, após concluir um atendimento, o profissional realizou a higienização das mãos antes de iniciar o atendimento de outro paciente. Assim, a conduta corresponde ao momento "antes do contato com o paciente", conforme os "Cinco Momentos para a Higienização das Mãos" preconizados pela Organização Mundial da Saúde e adotados pela ANVISA. Ainda que a higienização também fosse indicada ao término do atendimento anterior, eventual inobservância dessa recomendação

não altera a identificação do momento descrito na questão. Ademais, a alternativa D não corresponde à nomenclatura oficial dos protocolos, que utilizam a expressão "após risco de exposição a fluidos corporais", e não "durante manuseio e exposição a fluidos corporais". Dessa forma, permanece uma única alternativa correta, inexistindo fundamento para alteração do gabarito ou anulação da questão. ANVISA - Higienização das mãos em serviços de saúde. 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	32	37	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumento descabido. É solicitado que a alternativa **A** (V, V, F, V) seja considerada a correta, mas o gabarito traz exatamente a letra **A** (V, V, F, V) como assertiva.

Cargo: Técnico em Informática - SEMUSA

BRANCA	VERDE
28	34

Recurso Procedente. Gabarito alterado da letra D para c

Analisado o recurso interposto contra o gabarito preliminar da Questão, referente ao cargo de Técnico em Informática – SEMUSA, verifica-se que o candidato alega a existência de erro material na divulgação do gabarito, requerendo a alteração da alternativa D para a alternativa C e, subsidiariamente, a anulação da questão. Após a conferência dos dados apresentados na planilha e dos resultados produzidos pelas fórmulas, constata-se que a argumentação do recorrente está correta.

Em relação à primeira alegação, o candidato afirma que a fórmula =SOMASE(E2:E9;"Reaproveitamento de peças";F2:F9) corresponde ao item 3, cujo resultado é 610. A alegação procede. A função SOMASE adiciona os valores de um intervalo que atendem a um critério especificado (MICROSOFT, [s.d.]a). Na fórmula apresentada, o intervalo E2 contém as destinações dos bens, o critério considerado é "Reaproveitamento de peças" e o intervalo F2 contém os valores estimados que devem ser somados. Os registros que atendem ao critério possuem os valores 80, 400 e 130, cuja soma é igual a 610. Portanto, a primeira fórmula corresponde efetivamente ao item 3.

Quanto à segunda alegação, o recorrente sustenta que a fórmula =CONT.SES(C2:C9;"Computador";E2:E9;"Baixa patrimonial") corresponde ao item 2, cujo resultado é 2. A alegação também procede. A função CONT.SES aplica critérios a diferentes intervalos e contabiliza os registros nos quais todos os critérios informados são simultaneamente atendidos (MICROSOFT, [s.d.]b). No caso examinado, a fórmula conta as linhas em que o Tipo é igual a "Computador" e a Destinação é igual a "Baixa patrimonial". Há dois registros que satisfazem conjuntamente essas condições, de modo que o resultado da fórmula é 2 e sua associação correta é com o item 2.

No que se refere à terceira alegação, o candidato afirma que a fórmula =SOMASE(D2:D9;"Obsoleto";F2:F9) corresponde ao item 4, cujo resultado é 1.060. A alegação está correta. Nessa expressão, a função verifica, no intervalo D2, quais registros apresentam o Estado "Obsoleto" e soma, no intervalo F2, os respectivos valores estimados. Os valores vinculados aos bens classificados como obsoletos são 450, 210 e 400, totalizando 1.060. Assim, a terceira fórmula corresponde ao item 4, conforme o funcionamento da função SOMASE descrito pela Microsoft (MICROSOFT, [s.d.]a).

Em relação à quarta alegação, o recorrente sustenta que a fórmula =CONT.SE(D2:D9;"Obsoleto") corresponde ao item 1, cujo resultado é 3. A alegação procede. A função CONT.SE contabiliza o número de células de um intervalo que atendem ao critério estabelecido (MICROSOFT, [s.d.]c). No intervalo D2, o termo "Obsoleto" aparece em três registros. Consequentemente, o resultado da fórmula é 3, correspondendo ao item 1.

Desse modo, considerando-se a ordem em que as fórmulas foram apresentadas na questão, a sequência correta de associação é 3, 2, 4 e 1, correspondente à alternativa C. A sequência 4, 2, 1 e 3, constante da alternativa D e indicada

no gabarito preliminar, não corresponde aos resultados efetivamente produzidos pelas fórmulas. Com efeito, essa sequência associaria a primeira fórmula, cujo resultado é 610, ao item que apresenta o resultado 1.060, e associaria a quarta fórmula, cujo resultado é 3, ao item que apresenta o resultado 610.

Quanto ao pedido subsidiário de anulação, não há fundamento para seu acolhimento, pois a questão contém os intervalos, os critérios, as fórmulas e os valores necessários à resolução, além de apresentar uma única alternativa compatível com os resultados obtidos. O problema identificado restringe-se ao gabarito preliminar divulgado, sendo suficiente sua retificação.

Diante do exposto, o parecer é pela PROCEDÊNCIA do recurso, com a alteração do gabarito da Questão da alternativa D para a alternativa C.

Fontes:

- MICROSOFT. Função SOMASE. [S. l.]: Microsoft, [s.d.]a. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-BR/Excel/functions/sumif-function>.
- MICROSOFT. Função CONT.SES. [S. l.]: Microsoft, [s.d.]b. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-BR/Excel/functions/countifs-function>.
- MICROSOFT. Contar a frequência com que um valor ocorre no Excel. [S. l.]: Microsoft, [s.d.]c. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-pt/excel/count-how-often-a-value-occurs-in-excel>.

BRANCA	VERDE
36	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisado o recurso interposto contra o gabarito preliminar da Questão, referente ao cargo de Técnico em Informática – SEMUSA, Prova Tipo 1 – Branca, verifica-se que o recorrente requer a alteração do gabarito da alternativa B para a alternativa D, sob o argumento de que a afirmativa IV também estaria correta. Subsidiariamente, requer a anulação da questão. O gabarito preliminar publicado indica a alternativa B para a Questão, conforme consta na página 28 do documento oficial de gabaritos. O recurso e seus fundamentos foram examinados considerando-se a redação integral das afirmativas e os atalhos documentados para o Microsoft Word para desktop em português do Brasil.

A alegação de que a afirmativa I está correta merece acolhimento. No Microsoft Word configurado em português do Brasil, o atalho Ctrl + L aciona o recurso de localização, permitindo pesquisar palavras ou expressões no documento. Portanto, a situação descrita na afirmativa I está compatível com o funcionamento do programa (MICROSOFT, [s.d.]).

A afirmativa II também está correta. Na configuração em português do Brasil, o atalho Ctrl + U abre o recurso de substituição, por meio do qual o usuário pode localizar determinado texto e substituí-lo por outro, inclusive revisando individualmente as ocorrências antes de confirmar as alterações. A documentação da Microsoft apresenta o recurso “Localizar e Substituir” como o mecanismo adequado para essa operação (MICROSOFT, [s.d.]).

Da mesma forma, a afirmativa III está correta. O atalho Ctrl +], isto é, Ctrl combinado com o colchete direito, aumenta o tamanho da fonte em um ponto. Assim, sua utilização sobre um texto formatado em 12 pontos permite aumentá-lo diretamente para 13 pontos, sem a necessidade de abrir a caixa de diálogo de fonte (MICROSOFT, [s.d.]).

A contestação concentra-se na afirmativa IV, segundo a qual Ctrl + Shift + L seria utilizado “para aplicar ou remover o estilo de marcador com primeiro nível de indentação”. O recorrente sustenta que a documentação oficial confirmaria integralmente essa descrição. A alegação, entretanto, não procede. A documentação oficial da Microsoft registra que Ctrl + Shift + L serve para adicionar uma lista com marcadores ou aplicar o estilo de lista com marcadores. Ela não o define como atalho destinado a “aplicar ou remover” o estilo, tampouco estabelece, na descrição do comando, que sua função seja necessariamente aplicar marcadores “com primeiro nível de indentação” (MICROSOFT, [s.d.]).

O fato de determinados comandos de formatação poderem apresentar comportamento contextual não autoriza a ampliação da definição documental do atalho. A afirmativa IV não se limita a declarar que Ctrl + Shift + L adiciona ou aplica uma lista com marcadores, o que estaria correto; ela atribui ao comando, de forma conjunta, as funções de aplicação ou remoção do estilo e ainda especifica o primeiro nível de indentação. Como as proposições integrantes de uma mesma afirmativa devem estar integralmente corretas, a presença dessa extensão funcional torna a afirmativa IV

incorreta. A própria formulação citada pelo recorrente — “aplicar o estilo Lista com Marcadores” — confirma a aplicação do estilo, mas não comprova a alegada função de remoção.

Também não procede o argumento de que a expressão “aplicar ou remover” estaria exatamente amparada pela documentação oficial mencionada no recurso. Na página de atalhos do Word, a Microsoft emprega a descrição “Adicione uma lista com marcadores” para Ctrl + Shift + L. Quando a Microsoft pretende indicar que um atalho aplica e remove determinada formatação, ela costuma explicitar ambas as ações na descrição correspondente; isso não ocorre com o atalho examinado (MICROSOFT, [s.d.]).

A afirmativa V, por sua vez, está incorreta, como reconhece o próprio recorrente. No Word para desktop, Ctrl + Shift + S exibe o painel ou a caixa de aplicação de estilos, não a janela “Salvar Como”. Para acessar “Salvar Como”, pode-se utilizar a tecla F12 no Word para Windows. Logo, a situação descrita na afirmativa V atribui ao atalho uma função distinta daquela documentada pela Microsoft (MICROSOFT, [s.d.]).

Desse modo, permanecem corretas apenas as afirmativas I, II e III. As afirmativas IV e V estão incorretas. A combinação resultante corresponde à alternativa B, conforme o gabarito preliminar. Não há fundamento para a alteração para a alternativa D, pois esta incluiria a afirmativa IV, cuja redação excede a função oficialmente atribuída ao atalho Ctrl + Shift + L.

O pedido subsidiário de anulação também não deve ser acolhido. A questão apresenta comando objetivo, cinco afirmativas passíveis de verificação e uma única alternativa compatível com a integralidade das funções dos atalhos. A divergência apresentada pelo recorrente decorre da interpretação ampliativa da expressão “aplicar”, tomando-a indevidamente como comprovação de que o mesmo atalho também removeria o estilo de marcador. Não se verifica duplicidade de respostas corretas, ausência de alternativa válida ou ambiguidade incontornável.

Diante do exposto, o parecer é pela IMPROCEDÊNCIA do recurso, com a manutenção da alternativa B como gabarito da Questão.

Fontes:

- MICROSOFT. Atalhos de teclado do Word. [S. l.]: Microsoft, [s.d.]. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/accessibility/word/keyboard-shortcuts-in-word>.
- MICROSOFT. Localizar e substituir texto no Word. [S. l.]: Microsoft, [s.d.]. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/word/training/find-and-replace-text-in-word>.

Cargo: Técnico em Radiologia

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
2	6	5	9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Considerando que o emprego dos sinais de pontuação não possui caráter aleatório, mas funções específicas, pode-se afirmar que em “E é por isso que quem pinta o retrato fiel e inquietante da nossa era só podia ser o Google, o maior sistema de buscas on-line.” (1º§) a vírgula utilizada tem como principal objetivo:”, a alternativa “**B**) Separar aposição explicativa existente no período destacado.” foi adequadamente indicada como correta. A vírgula separa um aposto explicativo, isto é, uma expressão que explica, identifica ou especifica um termo anterior. Trecho da questão: “E é por isso que quem pinta o retrato fiel e inquietante da nossa era só podia ser o Google, o maior sistema de buscas on-line.” Observe a estrutura: o Google = termo principal; o maior sistema de buscas on-line = explica quem é o Google. Assim: Google = o maior sistema de buscas on-line. O segundo termo não acrescenta uma nova ação nem uma nova oração; apenas explica o substantivo “Google”. Esse é o conceito de aposto explicativo. O aposto explicativo é um termo acessório da oração que esclarece ou identifica um substantivo e, quando explicativo, aparece isolado por vírgulas. Poderíamos reescrever: “O Google, isto é, o maior sistema de buscas on-line...” A inserção de “isto é” confirma o valor explicativo. A alternativa “**A**) Organizar os elementos de um polissíndeto.” não pode ser indicada como correta. O polissíndeto é uma figura de linguagem caracterizada pela repetição intencional de conjunções. Exemplo: E canta, e dança, e sorri, e brinca. No trecho da questão não existe repetição de conjunções. A vírgula não organiza um polissíndeto. A alternativa “**C**) Separar orações coordenadas como resultado de uma coordenação assindética.” não pode ser indicada como correta. Coordenação assindética ocorre quando duas ou mais orações coordenadas aparecem sem conjunção. Exemplo: Cheguei, sentei, esperei. No trecho: “...o Google, o maior sistema de buscas on-line.” depois da vírgula, não existe oração. Há apenas um sintagma nominal. Veja: verbo: ser ;

sujeito/complemento: o Google; aposto: o maior sistema de buscas on-line. Não existe outro verbo. Sem verbo, não há nova oração. A alternativa “D) Promover destaque ao trecho posposto à vírgula em uma interpelação direta com o interlocutor.” não pode ser indicada como correta. Descreve-se o vocativo, quando o emissor chama diretamente o interlocutor. Exemplos: João, venha aqui. Amigos, prestem atenção. No trecho analisado, não há chamamento ao leitor. “O maior sistema de buscas on-line” não é vocativo. É apenas uma explicação sobre “Google”.

Fontes:

- o BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- o CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- o ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 51. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
3	7	1	5

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os trechos a seguir, assinale a alternativa em que o elemento destacado DIFERENCIA-SE dos demais de acordo com a

classificação morfológica que lhe é atribuída.”, a alternativa “D) “[...] ainda que nem sempre tenha consciência dos riscos associados à descarga dos hormônios do estresse.” (2º§).” foi adequadamente indicada como correta. Aqui o “que” não retoma nenhum antecedente. Ele faz parte da locução conjuntiva “ainda que” que significa “embora”, “mesmo que”. Exemplo: Ainda que esteja cansado, trabalhou. = Embora estivesse cansado... Observe que não existe nenhum substantivo antes para o “que” retomar. Ele apenas liga duas orações exprimindo uma relação de concessão. Portanto, aqui “que” não é pronome, mas parte de uma locução conjuntiva subordinativa concessiva. A alternativa “A) “[...] por situações que despertam uma das mais primitivas reações do organismo.” (1º§).” não pode ser indicada como correta. O “que” retoma um substantivo antecedente: situações - que despertam... Pode-se substituir por: situações as quais despertam... Como aceita essa substituição, trata-se de pronome relativo. O pronome relativo introduz uma oração subordinada adjetiva e retoma um termo antecedente. A alternativa “B) “[...] vem de algo que, por diversas razões, a medicina tradicional deixou de fornecer a contento.” (4º§).” não pode ser indicada como correta. O antecedente é: algo. Pode-se dizer: algo o qual... Embora “algo o qual” soe pouco natural, a ideia permanece: algo que a medicina deixou de fornecer. O “que” recupera o termo “algo”. Logo, é pronome relativo. A alternativa “C) “No novo estudo Mapa da Felicidade Real no Brasil, que ouviu 1.500 pessoas de todas as regiões [...]” (2º§).” não pode ser indicada como correta. O antecedente é o estudo “Mapa da Felicidade Real no Brasil”. O sentido é: “o estudo o qual ouviu 1.500 pessoas...” O “que” retoma Mapa da Felicidade Real no Brasil (o estudo), introduzindo uma oração subordinada adjetiva explicativa. Também é pronome relativo. Observe que é possível substituir por: “o estudo o qual ouviu 1.500 pessoas...”

Fontes:

- o AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.
- o BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- o CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
7	2	9	4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os grupos a seguir relacionados, é possível observar a ocorrência de dígrafo (consonantal ou vocálico) em todos os

termos em:”, a alternativa “A) Que; falando; ainda.” foi adequadamente indicada como correta. Todas as palavras apresentam dígrafo (consonantal ou vocálico). Nas demais alternativas, há pelo menos uma palavra sem dígrafo, encontro de duas letras que representam um único fonema. Há dois tipos principais: Dígrafo consonantal: ch, lh, nh, rr, ss, qu (antes de e/i), gu (antes de e/i). Dígrafo vocálico: ocorre quando m ou n apenas nasalizam a vogal anterior, sem serem pronunciados como consoantes (am, em, im, om, um, an, en, in, on, un, em determinadas posições). “Que”: Tem o dígrafo “qu”. Em “que”, o “u” não é pronunciado. Pronúncia: “que → /ke/”. As duas letras (qu) representam apenas o

fonema /k/. “Falando”: Separação: “fa-lan-do”. Na sequência “an”, o “n” apenas nasaliza o “a”. Pronúncia: /falãdu/. O “n” não possui som próprio: dígrafo vocálico. “Ainda”: Separação: “a-in-da”. Na sequência “in”, o “n” nasaliza o “i”. Pronúncia: /aida/. O “n” não é pronunciado isoladamente: dígrafo vocálico. A alternativa “B) Brasileiro; bem; parte.” não pode ser indicada como correta. “Brasileiro”: Bra-si-lei-ro. Existe “br”, mas “br” não é dígrafo, é encontro consonantal, pois: “b” possui um som; “r” possui outro. Não há dígrafo. “Bem”: na sequência “em”, o “m” nasaliza o “e”, há dígrafo vocálico. “Parte”: Na palavra “parte”, “rt” é encontro consonantal, cada letra possui som próprio, não há dígrafo. A alternativa “C) Nem; riscos; descarga.” não pode ser indicada como correta. “Nem”: Em “em”, o “m” nasaliza o “e”, dígrafo vocálico. “Riscos”: “ris-cos”. Não há: “rr”; “ss”; “ch”; “nh”; “lh”; “qu”; “gu”; nem nasalização por “m” ou “n”. Não possui dígrafo. “Descarga”: des-car-ga. Também não. O grupo “sc” representa dois fonemas (/s/ + /k/), não é dígrafo. A alternativa “D) Entrevistados; Brasil; descobriu.” não pode ser indicada como correta. “Entrevistados”: na sequência “en”, o “n” nasaliza o “e”, há dígrafo vocálico. “Brasil”: “Bra-sil” = “br” é encontro consonantal, não é dígrafo. “Descobriu”: “des-co-briu”; não existe dígrafo, “br” novamente é encontro consonantal.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 49. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
9	4	7	1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Durante uma campanha de vacinação promovida pela Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, a coordenação da unidade de saúde precisou encaminhar um documento oficial solicitando materiais e reforço de profissionais a outro setor da própria secretaria. Considerando as normas da redação oficial, o documento mais adequado para essa comunicação é:”, a alternativa “B) Memorando, por ser utilizado na comunicação interna entre setores.” foi adequadamente indicada como correta. O memorando é o documento destinado à comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão ou entidade. No enunciado, temos a seguinte situação: a Prefeitura Municipal de Ji-Paraná; uma unidade de saúde; necessidade de encaminhar um documento a outro setor da própria Secretaria Municipal de Saúde. Ou seja, trata-se de comunicação interna, entre setores da mesma administração. O memorando é empregado para: comunicação entre departamentos; comunicação entre setores; comunicação entre unidades administrativas do mesmo órgão. Exemplo: Unidade Básica de Saúde para Departamento de Compras. Ou: Coordenação da Vigilância para Secretaria de Saúde. No caso da questão: Unidade de saúde para outro setor da mesma secretaria. A alternativa “A) Ata, por registrar decisões administrativas internas.” não pode ser indicada como correta. A ata não serve para solicitar materiais, sua finalidade é registrar fatos ocorridos durante uma reunião. Exemplos: decisões; deliberações; votações; presença dos participantes. Exemplo: Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde. No enunciado, não houve reunião nem necessidade de registrar acontecimentos. Logo, a ata não é adequada. A alternativa “C) Ofício, por ser obrigatório em qualquer tipo de comunicação pública.” não pode ser indicada como correta. O erro está na expressão: “obrigatório em qualquer tipo de comunicação pública”. Isso é falso. O ofício é utilizado, principalmente, na comunicação: entre órgãos diferentes; entre órgãos públicos e particulares; entre autoridades. Exemplos: Prefeitura para Câmara Municipal; Prefeitura para Governo do Estado; Prefeitura para Ministério da Saúde. Como o documento será enviado a outro setor da mesma secretaria, não se trata da hipótese típica do ofício. Além disso, o ofício não é obrigatório em toda comunicação pública. A alternativa “D) Edital, por divulgar solicitações administrativas entre departamentos.” não pode ser indicada como correta. O edital possui outra finalidade, serve para dar publicidade a atos administrativos. Exemplos: concurso público; licitação; convocação; chamamento público; processos seletivos. Não é utilizado para troca de documentos entre departamentos.

Fontes:

- BRASIL. Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República. 3. ed. rev., atual. e ampl. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 43. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

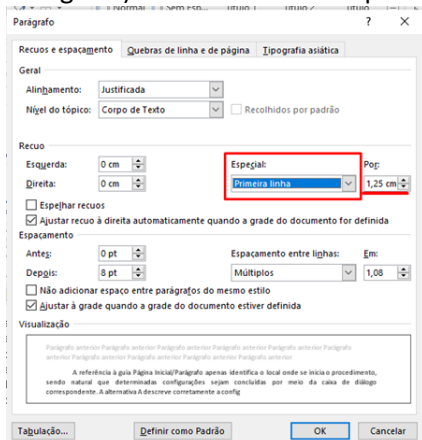
BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
--------	-------	---------	------

15	17	14	16
----	----	----	----

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a letra A) O recuo especial na opção “Primeira Linha”.

O enunciado indica que a configuração deve ser realizada na guia Página Inicial, no grupo Parágrafo, o que está tecnicamente correto. No Microsoft Word 365, a opção Recuo especial - Primeira linha é acessada por meio da caixa de diálogo Parágrafo, aberta pelo iniciador de caixa de diálogo (seta localizada no canto inferior direito do grupo Parágrafo). Trata-se da forma padrão de acesso às configurações avançadas de parágrafo no Word.



A referência à guia Página Inicial/Parágrafo apenas identifica o local onde se inicia o procedimento, sendo natural que determinadas configurações sejam concluídas por meio da caixa de diálogo correspondente. A alternativa A descreve corretamente a configuração que produz o efeito solicitado: recuar automaticamente apenas a primeira linha de cada parágrafo em 1,25 cm, mantendo as demais linhas alinhadas à margem esquerda. As demais alternativas descrevem configurações distintas, que não produzem o resultado indicado no enunciado.

Dessa forma, não há imprecisão técnica, ambiguidade ou ausência de alternativa correta que justifique a anulação da questão. Mantém-se o gabarito oficial, sendo a alternativa correta a letra A) O recuo especial na opção “Primeira Linha”.

Fonte:

- Recuar a primeira linha de um parágrafo. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/word/training/indent-the-first-line-of-a-paragraph>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
17	15	16	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado solicita o procedimento mais adequado, no navegador, para solucionar o problema descrito, destacando que a solução não deve afetar senhas salvas ou configurações pessoais. Nesse contexto, a alternativa C está correta, pois a limpeza dos arquivos de cache é o procedimento tecnicamente recomendado quando alterações realizadas em um site não são refletidas devido ao armazenamento de arquivos temporários pelo navegador.

Embora o atalho Ctrl + F5 (ou Ctrl + Shift + R) possa forçar o recarregamento da página, esse procedimento não integra as alternativas apresentadas na questão. Além disso, seu comportamento pode variar conforme o navegador, sua versão e os mecanismos de cache utilizados pelo próprio site. Em contrapartida, a limpeza do cache constitui um procedimento padronizado e amplamente reconhecido para eliminar arquivos temporários e garantir o carregamento da versão mais atual da página.

A alegação de que a limpeza do cache implicaria necessariamente a exclusão indiscriminada de dados de navegação não procede. A alternativa limita-se a indicar a limpeza dos arquivos de cache, sem especificar a abrangência da operação. Ademais, o navegador permite ao usuário definir os dados que serão removidos, sendo possível realizar a limpeza do cache sem excluir senhas salvas ou outras configurações pessoais. Dentre as alternativas apresentadas (cookies,

favoritos, cache e sincronização), apenas a limpeza do cache atua diretamente sobre a causa do problema descrito, qual seja, a exibição de elementos visuais desatualizados armazenados localmente.

Dessa forma, não há erro, ambiguidade ou ausência de alternativa correta que justifique a anulação da questão. Portanto, mantém-se o gabarito oficial, sendo a alternativa correta a letra C) Realizar a limpeza dos arquivos de cache do navegador.

Fontes:

- Excluir dados de navegação no Chrome. Disponível em: <https://support.google.com/chrome/answer/2392709?hl=pt-BR&co=GENIE.Platform%3DDesktop>
- Limpar o cache e os cookies. Disponível em: <https://support.google.com/accounts/answer/32050?hl=pt-BR&co=GENIE.Platform%3DDesktop>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	18	19	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Durante a segunda metade do século XX, Rondônia recebeu intensos fluxos migratórios, e o município de Ji-Paraná destacou-se como importante centro receptor populacional nesse processo. A respeito dos fluxos migratórios relacionados à formação socioespacial de Ji-Paraná, assinale a afirmativa correta.

A) A ocupação populacional municipal associou-se a um elevado percentual de nordestinos no município em busca de trabalho e oportunidades. A alternativa A está **incorreta**, pois embora migrantes nordestinos tenham participado do processo de ocupação amazônica, a dinâmica populacional de Ji-Paraná esteve fortemente associada aos fluxos oriundos das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, vinculados à expansão da fronteira agrícola.

B) A dinâmica migratória municipal relacionou-se principalmente às correntes populacionais litorâneas diretas desenvolvidas no norte do Brasil. B) **incorreta**. O crescimento demográfico municipal relacionou-se predominantemente às migrações internas brasileiras e aos projetos nacionais de ocupação territorial, e não a correntes migratórias internacionais ligadas à região andina.

C) Os movimentos migratórios contribuíram para a diversificação econômica e para a expansão urbana do município ao longo do processo de ocupação regional. **Correta** “os movimentos migratórios contribuíram para a diversificação econômica e para expansão urbana do município ao longo do processo de ocupação regional”, ou seja, o movimento populacional facilitou a diversificação econômica e o crescimento urbano do município, uma vez que seguiu a mesma tendência de ocupação regional.

D) O crescimento demográfico de Ji-Paraná desenvolveu-se a partir de correntes migratórias internacionais, o que favoreceu a formação socioespacial do município. **incorreta**. Ji-Paraná desenvolveu-se a partir de correntes migratórias internas do sul, sudeste e centro-oeste o que favoreceu a formação socioespacial do município.

Fontes:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Cidades e Estados: Ji-Paraná (RO). Acesso em: 16 maio 2026.
- Prefeitura Municipal de Ji-Paraná. Acesso em: 16 maio 2026.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
20	20	20	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra D. Em seus contatos iniciais com os não-indígenas, nas primeiras décadas do século XX, os Tupari os denominaram Tarüpa, "maus-espíritos", por serem portadores de doenças e outras adversidades. Os Tupari compartilharam com outros povos de Rondônia um histórico do contato marcado primeiramente pela exploração e expropriação por seringalistas, e a partir da década de 1980 também por madeireiros e garimpeiros. Nos últimos anos os Tupari vêm procurando reverter esse quadro e lutam, com outros povos da região, contra a instalação de barragens no rio Branco. Há estimativas de que houvesse cerca de 3 mil Tupari no início do século XX. O etnólogo Franz Caspar supôs que tenham visto o homem branco pela primeira vez na década de 1920. Desde então, passaram a manter um contato intermitente com seringueiros e outros não-indígenas. O primeiro etnólogo a visitá-los foi Snethlage, em 1934, quando encontrou apenas 250 indivíduos. Caspar, em 1948, registrou 200 e, em seu retorno em 1955 (meses após uma epidemia de sarampo), apenas 66. Como aponta o testemunho, nessa época a presença dos seringueiros, patrões da

borracha e outros brancos já era incisiva, trazendo doenças à aldeia e relações de troca assimétricas. Nota-se também o papel dos Makurap como primeiros e principais interlocutores dos brancos. Caspar comenta que o Makurap tornara-se uma espécie de língua franca na região, dominada pela maioria dos outros grupos indígenas. O etnólogo ressalta também que o contato com os Tupari com os não-indígenas ainda era bastante intermitente. Faziam visitas aos barracões, oferecendo trabalho em troca de machados, terçados, roupa, sal e tabaco, ficando depois de dois a três anos sem aparecer. São Luís, o seringal mais próximo à aldeia Tupari, ficava a oito ou nove dias de caminhada. É provável que o primeiro seringal instalado na região tenha sido no rio Branco, próximo ao Guaporé, em 1910. Em 1912 um alemão abriu um outro seringal no rio Colorado. Em 1927 a empresa norte-americana Guaporé Rubber Company abriu outro seringal em Paulo Saldanha. Por volta de 1934, instalou-se, com a colaboração de ex-funcionários do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), um outro seringal no São Luís (que em 1980 se converteu em sede do Posto Indígena Rio Branco, com a chegada da Funai na área) (Leonel, 1984).

Fontes:

- [revistasina.com.brhttp://www.revistasina.com.brportal/questao-indigena/item/2924-seis-et...](http://www.revistasina.com.brportal/questao-indigena/item/2924-seis-et...)
- <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tupari>
- ALVES, Poliana M. Análise fonológica preliminar da língua tupari. Brasília : UnB, 1991. 96 p. (Dissertação de Mestrado)
- CASPAR, Franz. A aculturação dos Tuparí. In: SCHADEN, Egon. Leituras de etnologia brasileira. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1976. p. 486-515.
- MINDLIN, Betty. Tuparis e Tarupás : narrativas dos índios Tuparis de Rondônia. São Paulo : Brasiliense ; Edusp ; Iamá, 1993. 123 p.
- PRATES, Laura dos Santos. O artesanato das tribos Pakaá Novos, Makurap e Tupari. São Paulo : USP, 1983. 149 p. (Dissertação de Mestrado)

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	24	22	25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito preliminar da questão, que indica a alternativa “D”, está correto. Deste modo e antecipadamente, conclui-se que não deverão prosperar as razões de recurso relativas à questão em análise, especialmente pelos argumentos de Contrarrazões em Recurso a seguir:

1 - A questão possui coerência e coesão de linguagem, cujos enunciado e afirmativas – claros, diretos e objetivos – se fundamentam no conteúdo programático do Edital: Lei Municipal 1.405/2015 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Ji-Paraná/RO).

2 – A alternativa D é a única que se adequa ao enunciado e ao comando da questão. A alternativa reflete a exata redação do art. 106 da Lei nº 1.405/2005. No Direito Administrativo, a interrupção de férias por imperiosa necessidade do serviço é um reflexo do poder hierárquico e do princípio da continuidade do serviço público. A doutrina majoritária (Hely Lopes Meirelles e outros renomados autores) e a jurisprudência pacífica do STJ reconhecem a validade dessa interrupção, desde que devidamente motivada pela Administração, garantindo-se ao servidor o gozo do período remanescente de forma contínua (de uma só vez) posteriormente.

O entendimento consolidado do Superior Tribunal é no sentido de que o direito ao gozo de férias, embora constitucionalmente assegurado, não é absoluto frente ao princípio da continuidade dos serviços públicos e da supremacia do interesse público. A Corte reconhece que a Administração Pública tem a prerrogativa de interromper as férias do servidor, desde que o faça com base nas hipóteses taxativamente previstas em lei, sendo a "necessidade do serviço" uma das justificativas plenamente válidas e legais.

Um precedente que ilustra perfeitamente a validação dessa tese (analisando o art. 80 da Lei nº 8.112/90, que é o espelho federal do art. 106 da Lei Municipal de Ji-Paraná) é o seguinte: *"Observe que o art. 80 da Lei 8.112/1990 assim dispõe: 'As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade'. Nesse contexto, vê-se que a palavra 'somente' limita a consideração de hipóteses de interrupção de férias e não possibilita eventuais aplicações extensivas. Torna-se indevida, assim, qualquer ampliação do rol desse dispositivo. (...) Nos termos da legislação de regência, as hipóteses de*

interrupção de férias são taxativamente previstas (...)"
(STJ - AgRg no RMS 39.563/PE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 06/08/2015, DJe 18/08/2015).

Neste e em outros julgados (como o RMS 46.438/MG), o STJ consolida a premissa de que a interrupção das férias é um ato legal, desde que estritamente vinculado às hipóteses da lei (como a calamidade pública e a necessidade do serviço), garantindo-se ao servidor o direito de usufruir o saldo remanescente posteriormente.

Assim, mantida a alternativa D como a única correta na questão, sendo o gabarito definitivo.

3 – As afirmativas constantes das demais alternativas (A, B e C) realmente contrariam o enunciado da questão, sendo inválidas pelas razões e fundamentos legais a seguir.

Alternativa A (Incorreta): A competência para homologar a interrupção é expressamente atribuída pela lei ao "Secretário ao qual se vincula o servidor" (Art. 106), não sendo ato privativo do Prefeito.

Alternativa B (Incorreta): O direito ao gozo de férias (art. 7º, XVII, da CF/88) não é absoluto frente ao princípio da supremacia do interesse público e da continuidade dos serviços públicos essenciais, havendo ressalva legal expressa para sua interrupção no Estatuto do servidor de Ji-Paraná (art. 106) – *vide* também os fundamentos jurídicos da alternativa-gabarito (D).

Alternativa C (Incorreta): O art. 99 da Lei nº 1.405/2005 veda expressamente que as férias sejam, no todo ou em parte, em nenhuma hipótese, convertidas em pecúnia. O saldo deve ser usufruído em descanso. Tampouco há previsão legal para a afirmação: "...convertida em pecúnia (indenização) caso não seja possível usufruí-la em trinta dias".

Assim, restam incorretas as alternativas A, B e C, estando preciso o gabarito da Questão 21 (alternativa D), que deve ser mantido.

Delibera-se nestas Contrarrazões pela IMPROCEDÊNCIA do recurso.

EM TEMPO: Sobre o uso de precedente do STJ, *vide* a permissão no Edital nº 01, de 15-6-2026 – SEMUSA/Prefeitura Municipal de Ji-Paraná/RO. "Item 8 – Dos Programas das Provas. (...) 8.7 As súmulas, jurisprudências e precedentes dos tribunais superiores poderão ser consideradas para fins de elaboração de questões desde que publicadas até 30 dias antes da data de realização das provas".

Fontes:

- JI-PARANÁ. Lei nº 1.405/2005. Arts. 99 e 106.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 45. ed. São Paulo: Malheiros, 2021.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (5) BRASIL. STJ. (a) AgRg no RMS 39.563/PE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 06/08/2015, DJe 18/08/2015. (b) RMS 46.438/MG.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
27	35	26	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente sustenta ausência de unicidade, sob o argumento de que múltiplos fatores (revelador frio, contaminação, exaustão do revelador ou do fixador, tempo insuficiente) produziram radiografias claras, invocando Bushong, Bontrager e Carlton & Adler. O argumento é improcedente. As causas genéricas apontadas não coincidem com as alternativas ofertadas: entre as quatro opções, apenas a alternativa C — exaustão/oxidação da solução reveladora por ausência de reposição de reforço — descreve mecanismo capaz de gerar o padrão do enunciado (baixa densidade óptica, imagem clara, baixo contraste e aspecto esmaecido), coerente com a manifestação progressiva ao final do plantão. A alternativa D é tecnicamente falsa por inversão de efeito: a elevação da temperatura do revelador aumenta a atividade de revelação e produz maior densidade e véu (imagens escuras), conforme Bushong (Ciência Radiológica para Tecnólogos) e Carlton & Adler (Princípios de Radiologia). As alternativas A e B não produzem redução de densidade compatível com o quadro. Subsiste, portanto, uma única resposta correta, não se configurando hipótese de anulação; o precedente jurisprudencial invocado pelo recorrente pressupõe efetiva pluralidade de assertivas corretas, inexistente no caso. Ante o exposto, RECURSO IMPROCEDENTE, mantido o gabarito na alternativa C.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	36	30	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso sustenta que a finalidade da rotação medial da perna seria desassociar a fíbula da tíbia, eliminando sua sobreposição. O argumento é improcedente. O enunciado descreve rotação medial discreta, de 3° a 5°, cuja finalidade técnica é obter a incidência ântero-posterior verdadeira do joelho: essa angulação compensa a rotação externa anatômica natural do membro inferior e alinha a linha interepicondilar femoral paralela ao plano do receptor de imagem, exatamente o descrito na alternativa D. Na incidência AP corretamente posicionada, a cabeça da fíbula permanece propositalmente sobreposta em pequena porção pela margem lateral da tíbia, o que constitui critério de acerto de posicionamento; eliminar essa sobreposição não é objetivo do AP de rotina. A demonstração da cabeça da fíbula livre de sobreposição e da articulação tibiofibular proximal — invocada no recurso — é obtida pela incidência oblíqua medial (interna) de 45°, e não pela rotação discreta de 3° a 5°; tal finalidade corresponde ao conteúdo do distrator C, que por isso permanece incorreto para o item. A alternativa A atribui a finalidade a uma inclinação cefálica do raio central, estranha à execução da rotação; a alternativa B descreve o perfil da patela. O fundamento consta da literatura consagrada de posicionamento radiográfico (BONTRAGER; LAMPIGNANO, 2018; LONG; ROLLINS; SMITH, 2016). Mantida a unicidade da resposta, permanece correta a alternativa D. Ante o exposto, RECURSO IMPROCEDENTE.

Fonte:

- BONTRAGER, K. L.; LAMPIGNANO, J. P. *Tratado de posicionamento radiográfico e anatomia associada*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
- LONG, B. W.; ROLLINS, J. H.; SMITH, B. J. *Merrill's atlas of radiographic positioning and procedures*. 13. ed. St. Louis: Elsevier, 2016.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	37	28	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso sustenta que a alternativa D incorreria em erro ao mencionar “maior faixa dinâmica de tons de cinza”, uma vez que a faixa dinâmica do monitor é fixa. O argumento não altera o desfecho. No contexto da alternativa, a expressão “faixa dinâmica de tons de cinza para sua representação” reporta-se à amplitude da escala de cinzas atribuída ao intervalo de densidades exibido — ou seja, à largura de janela —, e não à profundidade de bits do sistema de exibição. O fundamento afirmado é correto: o parênquima pulmonar abrange ampla variação de densidades, do ar alveolar (próximo a -1.000 UH) às estruturas vasculares e de partes moles, o que impõe largura de janela elevada (na questão, 1.500 UH) para mapear simultaneamente essa faixa de Unidades Hounsfield sem saturação das estruturas.

As demais alternativas são inequivocamente incorretas: o janelamento é pós-processamento e não altera a dose de radiação (A); o aumento da largura de janela reduz o contraste, não o amplia (B); a largura de janela controla o contraste e o nível de janela controla o brilho — e não o inverso (C). O próprio recorrente reconhece a incorreção das demais alternativas. Subsiste, assim, uma única resposta correta, não havendo hipótese de ausência de resposta ou de dupla resposta que autorize a anulação. Fundamentação: BUSHONG (2022) e SEERAM (2019), no tratamento do janelamento em tomografia computadorizada.

Ante o exposto, RECURSO IMPROCEDENTE. Gabarito mantido: alternativa D.

Fontes:

- BUSHONG, S. C. *Ciência Radiológica para Tecnólogos: física, biologia e proteção*. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2022.
- SEERAM, E. *Tomografia Computadorizada: aspectos físicos, clínicos e de qualidade de imagem*. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
32	40	31	35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente sustenta que a mãe gestante deveria permanecer na sala para conter a criança, protegida por avental, com redução de dose e do número de incidências. O argumento é improcedente. A Resolução RDC ANVISA nº 611/2022 veda expressamente que gestantes exerçam a atividade de acompanhante ou de contenção de pacientes durante a exposição, e determina que o serviço disponha de meios de imobilização mecânica. O uso de avental plumbífero é obrigatório ao acompanhante que efetivamente auxilia na contenção, mas não autoriza a permanência de gestante no recinto de irradiação. A redução da dose e a limitação de incidências decorrem dos princípios de justificação e otimização e devem ser sempre observadas, porém não legitimam a exposição desnecessária do conceito nem alteram a resposta. A conduta tecnicamente correta é substituir a acompanhante gestante por outro adulto não gestante, devidamente protegido, e priorizar técnicas de comunicação e de imobilização que minimizem a contenção manual durante o disparo — exatamente o que descreve a alternativa D. Ante o exposto, RECURSO IMPROCEDENTE, mantido o gabarito na alternativa D.

Fontes:

- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Resolução RDC nº 611, de 9 de março de 2022: dispõe sobre os requisitos sanitários para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista. Brasília: ANVISA, 2022.
- INTERNATIONAL COMMISSION ON RADIOLOGICAL PROTECTION (ICRP). ICRP Publication 84: Pregnancy and Medical Radiation. Annals of the ICRP, v. 30, n. 1, 2000.
- BUSHONG, S. C. Ciência radiológica para tecnólogos: física, biologia e proteção. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2022. Capítulo 39 — Radioproteção: regulamentações e práticas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	26	32	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a alternativa D seria tecnicamente incompleta por não mencionar a abertura da boca, tida como obrigatória no método de Waters, o que impediria uma resposta plenamente correta e imporia a anulação. O argumento não procede. A incidência parietoacantial padrão (método de Waters, com a boca fechada) é a indicada para o estudo dos seios maxilares — precisamente a hipótese clínica do enunciado (sinusite maxilar crônica). Seus critérios são a linha mento-meatal perpendicular ao receptor e o raio central perpendicular com saída no acântio, projetando as pirâmides petrosas logo abaixo da borda inferior dos seios maxilares, que assim se apresentam livres de sobreposição — exatamente o descrito na alternativa D.

A variante com a boca aberta (parietoacantial transoral) é incidência complementar e opcional, destinada a projetar o seio esfenoidal através da cavidade oral, e não constitui requisito do método de Waters convencional nem condição para a avaliação dos seios maxilares. Sua ausência na alternativa D não configura omissão de critério, mas correta delimitação da técnica ao objetivo do exame. As demais alternativas são inequivocamente incorretas: descrevem linhas craniométricas e angulações incompatíveis com o método (A e B) ou reproduzem a incidência PA/Caldwell (C), que o Waters se destina a evitar. A unicidade da resposta permanece íntegra. Fundamentação: Bontrager e Lampignano; Frank, Long e Smith (Merrill).

Ante o exposto, RECURSO IMPROCEDENTE. Gabarito mantido: alternativa D.

Fontes:

- BONTRAGER, K. L.; LAMPIGNANO, J. P. Tratado de Posicionamento Radiográfico e Anatomia Associada. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2022.

- FRANK, E. D.; LONG, B. W.; SMITH, B. J. Merrill — Atlas de Posicionamento Radiográfico e Procedimentos. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	28	34	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alega o recurso que o enunciado seria confuso e incompleto por não especificar a angulação do raio central que a incidência dedicada ao escafoide exigiria. O argumento não altera o desfecho. A questão não afere parâmetros de execução técnica, mas o fundamento anatômico e biomecânico que justifica a inclusão do desvio ulnar: o escafoide integra a fileira proximal do carpo e o desvio ulnar alinha seu eixo longitudinal ao plano do receptor, alongando o osso, reduzindo o encurtamento radiográfico e a sobreposição com a fileira distal e permitindo a demonstração de fraturas do terço médio. Tal descrição corresponde exatamente à alternativa D.

A incidência PA em desvio ulnar é, por si, reconhecida para o escafoide, sendo a angulação do raio central recurso complementar, e não pré-requisito da incidência. A ausência desse dado não torna a alternativa D incorreta nem confere defensabilidade a qualquer distrator: as alternativas A e B erram ao situar o escafoide na fileira distal, e a alternativa C erra ao atribuir “flexão” do osso e justificar-se pela magnificação, quando o desvio ulnar promove sua extensão e alongação. Subsiste resposta única, inexistindo hipótese de ausência de resposta ou de dupla resposta que autorize anulação. Fundamentação: BONTRAGER e LAMPIGNANO (2022) e FRANK, LONG e SMITH — Merrill (2019), no capítulo de posicionamento do punho e dos ossos do carpo.

Ante o exposto, RECURSO IMPROCEDENTE. Gabarito mantido: alternativa D.

Fontes:

- BONTRAGER, K. L.; LAMPIGNANO, J. P. Tratado de Posicionamento Radiográfico e Anatomia Associada. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2022.
- FRANK, E. D.; LONG, B. W.; SMITH, B. J. Merrill — Atlas de Posicionamento Radiográfico e Procedimentos. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	32	37	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alega o recurso, em síntese: (1) vício formal por erro de digitação no comando (“teiduais” por “teciduais”); e (2) imprecisão técnica do TE de 10 a 20 ms indicado na alternativa A para equipamento de 1,5 T, que induziria borramento por T2 em sequências FSE/TSE. Nenhum dos argumentos altera o desfecho. Quanto ao primeiro, o erro gráfico é evidente e autocorrigível, recai apenas sobre o enunciado, não sobre as alternativas, e não gera ambiguidade nem prejudica a interpretação do que se pede, não configurando vício apto a anular o item. Quanto ao segundo, a faixa de TE curto de 10 a 20 ms, associada a TR curto de 300 a 600 ms, é a configuração consagrada da ponderação em T1 por spin-echo, na qual a medula óssea adiposa é hiperintensa e o líquido hipointenso — exatamente o descrito na alternativa A. A questão afere o fundamento físico do contraste (a relação entre TR/TE e os tempos de relaxação), e não a otimização de protocolo; o fenômeno de borramento por T2 em trens de eco longos não torna incorreta a alternativa. As demais alternativas são inequivocamente incorretas: a B e a D invertem os parâmetros da ponderação em T2 (que exige TR longo e TE longo), e a C equipara indevidamente a STIR à T1 com saturação espectral de gordura, atribuindo-lhe ainda maior relação sinal-ruído. Subsiste resposta única. Fundamentação: WESTBROOK e TALBOT (2021) e BUSHONG (2019), nos capítulos de contraste em RM e parâmetros de ponderação T1/T2.

Ante o exposto, RECURSO IMPROCEDENTE. Gabarito mantido: alternativa A.

Fontes:

- WESTBROOK, C.; TALBOT, J. Ressonância Magnética: Técnicas Práticas. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.
- BUSHONG, S. C. Princípios Físicos da Ressonância Magnética para Tecnólogos. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

Cargo: Técnico em Saúde Bucal

BRANCA	VERDE
3	7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os trechos a seguir, assinale a alternativa em que o elemento destacado DIFERENCIA-SE dos demais de acordo com a classificação morfológica que lhe é atribuída.”, a alternativa “D) “[...] ainda que nem sempre tenha consciência dos riscos associados à descarga dos hormônios do estresse.” (2º§).” foi adequadamente indicada como correta. Aqui o “que” não retoma nenhum antecedente. Ele faz parte da locução conjuntiva “ainda que” que significa “embora”, “mesmo que”. Exemplo: Ainda que esteja cansado, trabalhou. = Embora estivesse cansado... Observe que não existe nenhum substantivo antes para o “que” retomar. Ele apenas liga duas orações exprimindo uma relação de concessão. Portanto, aqui “que” não é pronome, mas parte de uma locução conjuntiva subordinativa concessiva. A alternativa “A) “[...] por situações que despertam uma das mais primitivas reações do organismo.” (1º§).” não pode ser indicada como correta. O “que” retoma um substantivo antecedente: situações - que despertam... Pode-se substituir por: situações as quais despertam... Como aceita essa substituição, trata-se de pronome relativo. O pronome relativo introduz uma oração subordinada adjetiva e retoma um termo antecedente. A alternativa “B) “[...] vem de algo que, por diversas razões, a medicina tradicional deixou de fornecer a contento.” (4º§).” não pode ser indicada como correta. O antecedente é: algo. Pode-se dizer: algo o qual... Embora “algo o qual” soe pouco natural, a ideia permanece: algo que a medicina deixou de fornecer. O “que” recupera o termo “algo”. Logo, é pronome relativo. A alternativa “C) “No novo estudo Mapa da Felicidade Real no Brasil, que ouviu 1.500 pessoas de todas as regiões [...]” (2º§).” não pode ser indicada como correta. O antecedente é o estudo “Mapa da Felicidade Real no Brasil”. O sentido é: “o estudo o qual ouviu 1.500 pessoas...” O “que” retoma Mapa da Felicidade Real no Brasil (o estudo), introduzindo uma oração subordinada adjetiva explicativa. Também é pronome relativo. Observe que é possível substituir por: “o estudo o qual ouviu 1.500 pessoas...”

Fontes:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

BRANCA	VERDE
7	2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Dentre os grupos a seguir relacionados, é possível observar a ocorrência de dígrafo (consonantal ou vocálico) em todos os termos em:”, a alternativa “A) Que; falando; ainda.” foi adequadamente indicada como correta. Todas as palavras apresentam dígrafo (consonantal ou vocálico). Nas demais alternativas, há pelo menos uma palavra sem dígrafo, encontro de duas letras que representam um único fonema. Há dois tipos principais: Dígrafo consonantal: ch, lh, nh, rr, ss, qu (antes de e/i), gu (antes de e/i). Dígrafo vocálico: ocorre quando m ou n apenas nasalizam a vogal anterior, sem serem pronunciados como consoantes (am, em, im, om, um, an, en, in, on, un, em determinadas posições). “Que”: Tem o dígrafo “qu”. Em “que”, o “u” não é pronunciado. Pronúncia: “que → /ke/”. As duas letras (qu) representam apenas o

fonema /k/. “Falando”: Separação: “fa-lan-do”. Na sequência “an”, o “n” apenas nasaliza o “a”. Pronúncia: /falãdu/. O “n” não possui som próprio: dígrafo vocálico. “Ainda”: Separação: “a-in-da”. Na sequência “in”, o “n” nasaliza o “i”. Pronúncia: /aida/. O “n” não é pronunciado isoladamente: dígrafo vocálico. A alternativa “B) Brasileiro; bem; parte.” não pode ser indicada como correta. “Brasileiro”: Bra-si-lei-ro. Existe “br”, mas “br” não é dígrafo, é encontro consonantal, pois: “b” possui um som; “r” possui outro. Não há dígrafo. “Bem”: na sequência “em”, o “m” nasaliza o “e”, há dígrafo vocálico. “Parte”: Na palavra “parte”, “rt” é encontro consonantal, cada letra possui som próprio, não há dígrafo. A alternativa “C) Nem; riscos; descarga.” não pode ser indicada como correta. “Nem”: Em “em”, o “m” nasaliza o “e”, dígrafo vocálico. “Riscos”: “ris-cos”. Não há: “rr”; “ss”; “ch”; “nh”; “lh”; “qu”; “gu”; nem nasalização por “m” ou “n”. Não possui dígrafo. “Descarga”: des-car-ga. Também não. O grupo “sc” representa dois fonemas (/s/ + /k/), não é dígrafo. A alternativa “D) Entrevistados; Brasil; descobriu.” não pode ser indicada como correta. “Entrevistados”: na sequência “en”, o “n” nasaliza o “e”, há dígrafo vocálico. “Brasil”: “Bra-sil” = “br” é encontro consonantal, não é dígrafo. “Descobriu”: “des-co-briu”; não existe dígrafo, “br” novamente é encontro consonantal.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 49. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

BRANCA	VERDE
9	4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “Durante uma campanha de vacinação promovida pela Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, a coordenação da unidade de saúde precisou encaminhar um documento oficial solicitando materiais e reforço de profissionais a outro setor da própria secretaria. Considerando as normas da redação oficial, o documento mais adequado para essa comunicação é:”, a alternativa “B) Memorando, por ser utilizado na comunicação interna entre setores.” foi adequadamente indicada como correta. O memorando é o documento destinado à comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão ou entidade. No enunciado, temos a seguinte situação: a Prefeitura Municipal de Ji-Paraná; uma unidade de saúde; necessidade de encaminhar um documento a outro setor da própria Secretaria Municipal de Saúde. Ou seja, trata-se de comunicação interna, entre setores da mesma administração. O memorando é empregado para: comunicação entre departamentos; comunicação entre setores; comunicação entre unidades administrativas do mesmo órgão. Exemplo: Unidade Básica de Saúde para Departamento de Compras. Ou: Coordenação da Vigilância para Secretaria de Saúde. No caso da questão: Unidade de saúde para outro setor da mesma secretaria. A alternativa “A) Ata, por registrar decisões administrativas internas.” não pode ser indicada como correta. A ata não serve para solicitar materiais, sua finalidade é registrar fatos ocorridos durante uma reunião. Exemplos: decisões; deliberações; votações; presença dos participantes. Exemplo: Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde. No enunciado, não houve reunião nem necessidade de registrar acontecimentos. Logo, a ata não é adequada. A alternativa “C) Ofício, por ser obrigatório em qualquer tipo de comunicação pública.” não pode ser indicada como correta. O erro está na expressão: “obrigatório em qualquer tipo de comunicação pública”. Isso é falso. O ofício é utilizado, principalmente, na comunicação: entre órgãos diferentes; entre órgãos públicos e particulares; entre autoridades. Exemplos: Prefeitura para Câmara Municipal; Prefeitura para Governo do Estado; Prefeitura para Ministério da Saúde. Como o documento será enviado a outro setor da mesma secretaria, não se trata da hipótese típica do ofício. Além disso, o ofício não é obrigatório em toda comunicação pública. A alternativa “D) Edital, por divulgar solicitações administrativas entre departamentos.” não pode ser indicada como correta. O edital possui outra finalidade, serve para dar publicidade a atos administrativos. Exemplos: concurso público; licitação; convocação; chamamento público; processos seletivos. Não é utilizado para troca de documentos entre departamentos.

Fontes:

- BRASIL. Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República. 3. ed. rev., atual. e ampl. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 43. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

BRANCA	VERDE
19	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Durante a segunda metade do século XX, Rondônia recebeu intensos fluxos migratórios, e o município de Ji-Paraná destacou-se como importante centro receptor populacional nesse processo. A respeito dos fluxos migratórios relacionados à formação socioespacial de Ji-Paraná, assinale a afirmativa correta.

A) A ocupação populacional municipal associou-se a um elevado percentual de nordestinos no município em busca de trabalho e oportunidades. A alternativa A está **incorreta**, pois embora migrantes nordestinos tenham participado do processo de ocupação amazônica, a dinâmica populacional de Ji-Paraná esteve fortemente associada aos fluxos oriundos das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, vinculados à expansão da fronteira agrícola.

B) A dinâmica migratória municipal relacionou-se principalmente às correntes populacionais litorâneas diretas desenvolvidas no norte do Brasil. B) **incorreta**. O crescimento demográfico municipal relacionou-se predominantemente às migrações internas brasileiras e aos projetos nacionais de ocupação territorial, e não a correntes migratórias internacionais ligadas à região andina.

C) Os movimentos migratórios contribuíram para a diversificação econômica e para a expansão urbana do município ao longo do processo de ocupação regional. **Correta** “os movimentos migratórios contribuíram para a diversificação econômica e para expansão urbana do município ao longo do processo de ocupação regional”, ou seja, o movimento populacional facilitou a diversificação econômica e o crescimento urbano do município, uma vez que seguiu a mesma tendência de ocupação regional.

D) O crescimento demográfico de Ji-Paraná desenvolveu-se a partir de correntes migratórias internacionais, o que favoreceu a formação socioespacial do município. **incorreta**. Ji-Paraná desenvolveu-se a partir de correntes migratórias internas do sul, sudeste e centro-oeste o que favoreceu a formação socioespacial do município.

Fontes:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Cidades e Estados: Ji-Paraná (RO). Acesso em: 16 maio 2026.
- Prefeitura Municipal de Ji-Paraná. Acesso em: 16 maio 2026.

BRANCA	VERDE
26	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

LEI Nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, compete aos técnicos em saúde bucal: Realizar isolamento do campo operatório, remover suturas, participar na realização de levantamentos e estudos epidemiológicos, exceto na categoria de examinador, compete ao auxiliar de saúde bucal preparar o paciente para o atendimento; aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos; processar filme radiográfico. Não há menção na questão que tais atribuições sejam realizadas sem supervisão.

BRANCA	VERDE
--------	-------

30	37
----	----

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O dispositivo para acionar os aparelhos radiográficos, ligados por um fio, deve viabilizar a saída segura do operador do ambiente onde está sendo realizado o exame ou possibilitar que ele permaneça a uma distância de pelo menos 2 metros.

Fonte:

- Fundamentos de odontologia Radiologia e Imagionologia. 3a edição. Autores Marlene Fenyo-Pereira e Oswaldo Crivello Junior. Editora Santos. Capítulo 3, página 18.

BRANCA	VERDE
31	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os tubetes não devem ser embebidos com álcool ou outras soluções de esterilização porque o diafragma semipermeável permite a difusão dessas soluções no recipiente, contaminando-o. Deve-se aplicar uma gaze embebida em álcool, umedecido em 91% de álcool isopropílico ou 70% de álcool etílico no diafragma da borracha.

Fonte:

- Manual de anestesia local Stanley Malamed 7ª edição. Editora Guanabara Koogan. Capítulo 7 páginas 101

BRANCA	VERDE
34	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A doença periodontal é causada por biofilmes microbianos, os quais induzem uma resposta imunoinflamatória do hospedeiro, que pode ser modificada por condições sociais, comportamentais, sistêmicas e genéticas.

Fonte:

- Saúde Coletiva e Epidemiologia na Odontologia. Autora Silvia de Carvalho Sales-Peres. Editora Manole. Capítulo 9, página 159.

BRANCA	VERDE
38	31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os cimentos de OZE foram formulados como sistemas pó/líquido. Tal combinação pó/líquido contém pó de zinco e eugenol líquido. Os cimentos de OZE podem causar necrose pulpar, portanto, OZE não deve ser usado diretamente na polpa. Para se obter propriedades como forrador de cavidades, deve-se usar uma consistência final de massa de vidraceiro. dentária. O cimento ionômero de vidro tem a propriedade de liberação de flúor.

Fonte:

- Materiais Dentários Phillips. Autores Chiayi Shen, H. Ralph Rawls, Josephine F. Esquivel-Upshaw. Capítulo 7, páginas 143, 144, 144, 144.

BRANCA	VERDE
39	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Existem 20 dentes decíduos, cinco dentes por hemiarcada. Há quatro molares por arcada. Há quatro incisivos por arcada.

Fonte:

- Anatomia Aplicada à Odontologia. Autores Lucília M. S. Teixeira; Peter Rehers Vanessa G. S. Reher. Rditora Gaunabara Koogan. Capítulo 25.

Cargo: Técnico Ortopédico

BRANCA
20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra D. Em seus contatos iniciais com os não-indígenas, nas primeiras décadas do século XX, os Tupari os denominaram Tarüpa, "maus-espíritos", por serem portadores de doenças e outras adversidades. Os Tupari compartilharam com outros povos de Rondônia um histórico do contato marcado primeiramente pela exploração e expropriação por seringalistas, e a partir da década de 1980 também por madeireiros e garimpeiros. Nos últimos anos os Tupari vêm procurando reverter esse quadro e lutam, com outros povos da região, contra a instalação de barragens no rio Branco. Há estimativas de que houvesse cerca de 3 mil Tupari no início do século XX. O etnólogo Franz Caspar supôs que tenham visto o homem branco pela primeira vez na década de 1920. Desde então, passaram a manter um contato intermitente com seringueiros e outros não-indígenas. O primeiro etnólogo a visitá-los foi Snethlage, em 1934, quando encontrou apenas 250 indivíduos. Caspar, em 1948, registrou 200 e, em seu retorno em 1955 (meses após uma epidemia de sarampo), apenas 66. Como aponta o testemunho, nessa época a presença dos seringueiros, patrões da borracha e outros brancos já era incisiva, trazendo doenças à aldeia e relações de troca assimétricas. Nota-se também o papel dos Makurap como primeiros e principais interlocutores dos brancos. Caspar comenta que o Makurap tornara-se uma espécie de língua franca na região, dominada pela maioria dos outros grupos indígenas. O etnólogo ressalta também que o contato com os Tupari com os não-indígenas ainda era bastante intermitente. Faziam visitas aos barracões, oferecendo trabalho em troca de machados, terçados, roupa, sal e tabaco, ficando depois de dois a três anos sem aparecer. São Luís, o seringal mais próximo à aldeia Tupari, ficava a oito ou nove dias de caminhada. É provável que o primeiro seringal instalado na região tenha sido no rio Branco, próximo ao Guaporé, em 1910. Em 1912 um alemão abriu um outro seringal no rio Colorado. Em 1927 a empresa norte-americana Guaporé Rubber Company abriu outro seringal em Paulo Saldanha. Por volta de 1934, instalou-se, com a colaboração de ex-funcionários do Serviço de

Proteção aos Índios (SPI), um outro seringal no São Luís (que em 1980 se converteu em sede do Posto Indígena Rio Branco, com a chegada da Funai na área) (Leonel, 1984).

Fontes:

- o [revistasina.com.br](http://www.revistasina.com.br)<http://www.revistasina.com.br/portal/questao-indigena/item/2924-seis-et...>
- o <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tupari>
- o ALVES, Poliana M. Análise fonológica preliminar da língua tupari. Brasília : UnB, 1991. 96 p. (Dissertação de Mestrado)
- o CASPAR, Franz. A aculturação dos Tuparí. In: SCHADEN, Egon. Leituras de etnologia brasileira. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1976. p. 486-515.
- o MINDLIN, Betty. Tuparis e Tarupás : narrativas dos índios Tuparis de Rondônia. São Paulo : Brasiliense ; Edusp ; Iamá, 1993. 123 p.
- o PRATES, Laura dos Santos. O artesanato das tribos Pakaá Novos, Makurap e Tupari. São Paulo : USP, 1983. 149 p. (Dissertação de Mestrado)

BRANCA
27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa D permanece correta. Os aparelhos gessados circulares, após a secagem do material, apresentam capacidade extremamente reduzida de acomodação ao aumento do volume do membro, razão pela qual existe risco de compressão neurovascular durante a fase de edema agudo. Esse é exatamente o conceito explorado na alternativa.

A expressão "capacidade limitada de expansão" foi utilizada para indicar que o aparelho não acompanha adequadamente a expansão tecidual decorrente do edema, não significando que o gesso possua expansão clinicamente relevante após sua cristalização.

As obras de referência citadas pelo recorrente (Campbell's Operative Orthopaedics, Rockwood & Green's Fractures in Adults e AO Principles of Fracture Management) corroboram justamente o fundamento da alternativa, ao recomendarem cautela com aparelhos gessados circulares durante a fase de edema agudo e indicarem, quando necessário, tala gessada, abertura longitudinal ou bivalvação.

Ademais, as demais alternativas apresentam incorreções conceituais inequívocas, permanecendo a alternativa D como a única correta. Não se verifica, portanto, ambiguidade ou erro material que justifique a anulação da questão.

BRANCA
35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recorrente afirma que o enunciado não especifica a finalidade da abertura da janela gessada. Entretanto, o próprio enunciado informa expressamente que a janela será confeccionada para inspeção seriada da ferida e realização de curativos locais, delimitando adequadamente o contexto clínico.

Os demais elementos mencionados pelo recorrente (localização anatômica da janela, técnica de abertura e extensão do recorte) não interferem na identificação da alternativa correta, uma vez que o princípio biomecânico cobrado é geral: a confecção de janelas em aparelhos gessados deve ser cuidadosamente planejada, pois recortes extensos podem comprometer a estabilidade da imobilização.

A alternativa D permanece como a única correta, pois expressa um princípio biomecânico amplamente reconhecido na literatura ortopédica: a abertura de janelas em aparelhos gessados deve ser cuidadosamente planejada, uma vez que recortes extensos reduzem a resistência mecânica do aparelho.

As demais alternativas apresentam incorreções conceituais objetivas:

Alternativa A: a abertura de uma janela pode facilitar a inspeção da ferida e a realização de curativos, porém não melhora a estabilidade biomecânica do aparelho gessado, ocorrendo justamente o contrário, com redução de sua resistência estrutural.

Alternativa B: a confecção de uma janela não dispensa a monitorização neurovascular, uma vez que não elimina o risco de edema progressivo, compressão neurovascular ou síndrome compartimental.

Alternativa C: não se recomenda confeccionar janelas em regiões submetidas às maiores solicitações mecânicas do aparelho, pois isso aumenta o comprometimento de sua resistência estrutural.

Dessa forma, não há prejuízo à objetividade da questão nem possibilidade de mais de uma alternativa correta. O enunciado contém informações suficientes para sua resolução, inexistindo fundamento técnico que justifique sua anulação.

Fontes:

- "Cast windows should be kept as small as possible because they weaken the cast and reduce its mechanical strength." (AO Principles of Fracture Management, 3rd ed.)
- Court-Brown CM, Heckman JD, McQueen MM, Ricci WM, Tornetta P, McKee MD. Rockwood and Green's Fractures in Adults. 9th ed. Philadelphia: Wolters Kluwer; 2019. Azar FM, Beaty JH,
- Canale ST. Campbell's Operative Orthopaedics. 14th ed. Philadelphia: Elsevier; 2021.
- Rüedi TP, Buckley RE, Moran CG. AO Principles of Fracture Management. 3rd ed. Stuttgart: Thieme; 2018. Capítulo "Splinting and Casting"

III

DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

3 de agosto de 2026
INSTITUTO CONSULPLAN